



## Anais

# 6º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial

**Tema:** Transição Agroecológica - desafios e perspectivas de saberes e fazeres nos territórios e territorialidades dos Agrestes de Pernambuco

**Anderson Fernandes de Alencar  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos  
(organizadores)**

**Recife  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S471t Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (6: 2021: Recife, PE).

Transição agroecológica: desafios e perspectivas de saberes e fazeres nos territórios e territorialidades dos Agrestes de Pernambuco: anais [do] 6. Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, 21 a 23 de julho de 2021, Recife, PE / Anderson Fernandes de Alencar, Jorge Luiz Schirmer de Mattos (organizadores). – Recife: EDUFRPE, 2023.  
270 p.

ISSN 2763-5503

Inclui bibliografia.

1. Ecologia vegetal 2. Regiões áridas 3. Educação popular  
4. Camponeses 5. Movimentos sociais 6. Agricultura orgânica  
7. Quilombolas I. Alencar, Anderson Fernandes de, org. II. Mattos, Jorge Luiz Schirmer de, org. III. Título

CDD 630.2745098134

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Cristina Oliveira de Almeida	Henágio José da Silva
Ana Paula de Moraes	João Batista de Oliveira
Ana Paula Gomes da Silva	Juliano César Petrovich Bezerra
Anderson Gomes dos Santos	Kriscia Santos Argolo
Carlos Allan Pereira dos Santos	Marcley da Luz Marques
Carlos José Silva de Freitas	Marcos Fernandes Silva
Cristiane Cruz Barros	Michelle Cristina Rufino Maciel
Cristiane Generoso dos Santos	Monica Helena Panetta
Erivan Jose dos Santos	Nailton Rodrigues de Castro
Esmeraldo Leal dos Santos	Nemo Augusto Mões Côrtes
Everaldo Batista Rocha	Pamela Karina de Melo Gois
Fábio Andrey Pimentel São Mateus	Pedro Léo Alves Costa
Francisco Manoel de Assis Filho	Rafael dos Santos Balbino
Gaudia Maria Costa Leite Pereira	Ricardo Carneiro Bastos
Germano de Barros Ferreira	Romário Nunes da Silva
Gildo Ribeiro de Santana	Valdeni Venceslau Bevenuto

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Anderson Fernandes de Alencar  
 Jorge Luiz Schirmer de Mattos  
 Júlia Figueredo Benzaquen  
 Luciano Pires de Andrade  
 Tarcísio Augusto Alves da Silva  
 Wagner Lins Lira

## REVISORES

Ana Maria Dubeux Gervais  
Angelo Brás Fernandes Callou  
Caio Augusto Amorim Maciel  
Cristiana Marinho da Costa  
Cristiane Moraes Marinho  
Eduardo Fernandes de Araújo  
Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos  
Guillermo Gamarra Rojas  
Helder Ribeiro Freitas  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos  
Júlia Figueredo Benzaquen  
Laeticia Medeiros Jalil  
Marcio Sampaio Pimentel  
Marcus Metri Correa  
Maria Betânia de Queiroz Rolim  
Maria Rita Ivo de Melo Machado  
Paulo de Jesus  
Tarcísio Augusto Alves da Silva  
Wagner Lins Lira  
Walter Santos Evangelista Júnior

## APOIO TÉCNICO

Elane Silvino da Silva  
Luciete da Silva Sousa  
Thays Pereira da Conceição  
Carla Marianne Oliveira Moura  
Beatriz da Silva Ferreira

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
<b>LINHA DE PESQUISA</b>	
<b>I – Identidade, Cultura e Territorialidades</b>	
A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E O CASO DO PROJETO INTEGRADO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS NO ENTORNO DO CEASA/PE DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-10">https://doi.org/10.29327/1173686.6-10</a>	10
“NÃO EXISTE CANDOMBLÉ SEM FOLHAS”: A IMPORTÂNCIA DA NATUREZA NOS RITOS DA RELIGIÃO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-24">https://doi.org/10.29327/1173686.6-24</a>	17
TERRITÓRIOS ENQUANTO ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS QUILOMBOLAS DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-36">https://doi.org/10.29327/1173686.6-36</a>	25
ETNOMATEMÁTICA E A AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DE VALIDAR OS SABERES DO CAMPO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-2">https://doi.org/10.29327/1173686.6-2</a>	33
AGROECOLOGIA E A PESCA ARTESANAL EM TEMPO DE COVID-19 DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-12">https://doi.org/10.29327/1173686.6-12</a>	39
ARTE E AGROECOLOGIA: APROXIMAÇÕES TEATRAIS NO TERRITÓRIO CAMPONÊS DE JUREMA (ESTRELA DE ALAGOAS – AL) DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/11736.6-15">https://doi.org/10.29327/11736.6-15</a>	47
DISPUTAS POR TERRITÓRIO NO SUL PERNAMBUCANO NA ÉPOCA DO CAPITALOCENO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-20">https://doi.org/10.29327/1173686.6-20</a>	56

ETNOGASTRONOMIA E AS PRÁTICAS ALIMENTARES DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/113686.6-20">https://doi.org/10.29327/113686.6-20</a>	63
LUTA PELA TERRA E A EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO: O PRONERA E O TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-22">https://doi.org/10.29327/1173686.6-22</a>	71
MULHER E POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EM COMERCIALIZAÇÃO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-23">https://doi.org/10.29327/1173686.6-23</a>	77
PÓS-ESTRUTURALISMO, EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E AGROECOLOGIA: UMA INTERSEÇÃO IMANENTE DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-35">https://doi.org/10.29327/1173686.6-35</a>	85
POVOS INDÍGENAS DA MATA SUL DE PERNAMBUCO E NATUREZA: RESISTÊNCIAS, EXTERMÍNIO E O RESSURGIMENTO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-25">https://doi.org/10.29327/1173686.6-25</a>	92
IMPACTOS DA SINDEMIA DA COVID-19 NA FEIRA A AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-21">https://doi.org/10.29327/1173686.6-21</a>	99
REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS ACERCA DA ABORDAGEM TERRITORIAL DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-33">https://doi.org/10.29327/1173686.6-33</a>	104
SEMENTES CRIOULAS: UM ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS TERRITÓRIOS DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-34">https://doi.org/10.29327/1173686.6-34</a>	110
A BNCC E AS IMPLICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-1">https://doi.org/10.29327/1173686.6-1</a>	117
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁXIS: UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM PENAFORTE-CE DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-19">https://doi.org/10.29327/1173686.6-19</a>	125
<b>LINHA DE PESQUISA</b>	
<b>II – Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento</b>	
AGRICULTURA DE BASE AGROECOLÓGICA X AGRICULTURA INDUSTRIAL DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-26">https://doi.org/10.29327/1173686.6-26</a>	132

CORRELAÇÕES DE FORÇAS NA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-28">https://doi.org/10.29327/1173686.6-28</a>	139
CURADORIA DA INFORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: À GUIA DE INTRODUÇÃO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-29">https://doi.org/10.29327/1173686.6-29</a>	145
POLÍTICA DE COTAS PARA ESTUDANTES RURAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-3">https://doi.org/10.29327/1173686.6-3</a>	151
EDUCAÇÃO POPULAR NO/DO CAMPO NA LITERATURA DE PATATIVA DO ASSARÉ: DIÁLOGO CRÍTICO ENTRE O SABER POPULAR E CIÊNCIA DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-37">https://doi.org/10.29327/1173686.6-37</a>	159
DESENVOLVIMENTO E SABERES TRADICIONAIS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-30">https://doi.org/10.29327/1173686.6-30</a>	165
COMUNIDADE EPISTÊMICA AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-27">https://doi.org/10.29327/1173686.6-27</a>	174
MOVIMENTO POPULAR CAMPESINO FRENTE AS TRAMAS DO NEOLIBERALISMO GLOBALIZADO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-31">https://doi.org/10.29327/1173686.6-31</a>	181
NÚCLEO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO EAD UNIVASF: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-32">https://doi.org/10.29327/1173686.6-32</a>	188
<b>LINHA DE PESQUISA</b>	
<b>III – Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos</b>	
JUVENTUDES RURAIS E AGROECOLOGIA: DIREITOS, DESAFIOS E NOVOS HORIZONTES DE ATUAÇÃO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-3">https://doi.org/10.29327/1173686.6-3</a>	195
PRÁTICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NOS AGROECOSSISTEMAS DO BREJO DE EXPOSIÇÃO: O CASO DA COMUNIDADE DO AMARO EM BREJO DA MADRE DE DEUS - PE DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-6">https://doi.org/10.29327/1173686.6-6</a>	203

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE ALAGOAS DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-7">https://doi.org/10.29327/1173686.6-7</a>	211
PROTAGONISMO FEMININO NAS FEIRAS E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-4">https://doi.org/10.29327/1173686.6-4</a>	217
POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES FRENTE A PANDEMIA DA COVID – 19: CASO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DE PERNAMBUCO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-8">https://doi.org/10.29327/1173686.6-8</a>	224
<b>LINHA DE PESQUISA</b>	
<b>IV – Convivência Com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento</b>	
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR NO AMBIENTE LABORAL DA FRUTICULTURA IRRIGADA DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-9">https://doi.org/10.29327/1173686.6-9</a>	232
VIABILIDADE DO FINANCIAMENTO DO BIODIGESTOR SERTANEJO PELO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-11">https://doi.org/10.29327/1173686.6-11</a>	238
<b>LINHA DE PESQUISA</b>	
<b>V – Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares</b>	
RELAÇÃO ENTRE “OS MÉTODOS E AS EXPERIÊNCIAS” DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA” DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-14">https://doi.org/10.29327/1173686.6-14</a>	245
PANDEMIA, REDE DE MULHERES, E SAÚDE. UM OLHAR PARA O SERTÃO E CHAPADA DO ARARIPE/PE DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-13">https://doi.org/10.29327/1173686.6-13</a>	251
SAÚDE DA MULHER SERTANEJA E O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-18">https://doi.org/10.29327/1173686.6-18</a>	259
SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA AGRICULTORES NO SERTÃO DO MOXOTÓ DE PERNAMBUCO DOI: <a href="https://doi.org/10.29327/1173686.6-16">https://doi.org/10.29327/1173686.6-16</a>	266

## APRESENTAÇÃO

O 6º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial foi realizado de 21 a 23 de julho de 2021, via plataforma *StreamYard*, e transmitido pelo canal do PPGADT no *Youtube* contando com o protagonismo na organização das doutorandas e dos doutorandos e apoio dos professores do Programa de Doutorado Profissional e em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT/UFRPE). Esta sexta versão do Seadet abordou o tema **“Transição Agroecológica - desafios e perspectivas de saberes e fazeres nos territórios e territorialidades dos Agrestes de Pernambuco”**.

O Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, profissional e interdisciplinar, foi criado em 2018 a partir da associação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Estadual da Bahia (UNEB). E, desde 2019, por iniciativa da equipe da UFRPE, com participação de alunos e professores das demais associadas, vem realizando eventos temáticos. Tais eventos reúnem sínteses dos processos interdisciplinares decorrentes do diálogo entre as disciplinas, enriquecidos por momentos de reflexões sobre diferentes realidades que, ao integrarem teoria e prática, se materializam em imersões nos territórios pernambucanos. E é precisamente destes esforços coletivos de estudo e de diálogo com os sujeitos dos territórios que emergem os SEADET, que culminam ao final dos semestres letivos na socialização e aprofundamento de temas que são caros ao processo formativo do PPGADT, dada sua aderência à área de concentração e linhas de pesquisa do PPGADT. Razão pela qual, tal esforço, é complementado por reflexões geradas a partir de resumos expandidos contendo construtos coletivos que, em geral, dialogam com a temática de cada evento e, por conseguinte, com a Agroecologia e o Desenvolvimento Territorial.

O 6º SEADET contou com a participação de aproximadamente 700 participantes do Nordeste e de outras regiões do Brasil. O evento recebeu 49 trabalhos no formato de resumo expandido. Destes, foram selecionados 37 resumos expandidos, distribuídos nas cinco linhas de pesquisa do Programa: Identidade, Cultura e Territorialidades, Sociedade (17), 2) Economia e Construção do Conhecimento (09), 3) Transições socioecológicas e sistemas produtivos biodiversos (05), 4) Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares (02) e 5) Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares (04).

**Anderson Fernandes Alencar  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos**

## **LINHA DE PESQUISA**

### **I – Identidade, Cultura e Territorialidades**

# A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E O CASO DO PROJETO INTEGRADO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS NO ENTORNO DO CEASA/PE

Cristiane Cruz Barros<sup>1</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>2</sup>  
Luciano Pires de Andrade<sup>3</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-10>

## 1. Introdução

A Agricultura Urbana (AU) surge como uma alternativa ou estratégia de sobrevivência econômica de muitos (as) agricultores (as) (FERREIRA, 2009) e vem alcançando destaque, sobretudo, na discussão ambiental e na sua capacidade de produzir alimentos nos espaços urbanos.

A prática da AU compreende uma multiplicidade de atividades agropecuárias nas cidades e envolve o exercício social de cultivo e produção de alimentos e insumos, beneficiamento, criação animal, coleta, extrativismo, dentre outras atividades mediante as particularidades locais. A AU propõe mudanças estruturais nas ocupações dos espaços urbanos, atuando no enfrentamento da pobreza e da segurança alimentar e nutricional. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999), 800 milhões de pessoas, distribuídas em todos os continentes praticam agricultura urbana. Por isso, o assunto tem tomado lugar nos debates primordiais tanto pelos estudiosos, quanto pelas ações dos gestores de políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração Rural e Comunicação Rural. Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE, Recife-PE, Brasil. E-mail: cristianecruzbarros@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Coorientadora. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. Recife-PE, Brasil. E-mail: horasa.silva@ufrpe.br

<sup>3</sup> Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Orientador. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. Garanhuns-PE, Brasil. E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br

Este artigo está fundamentado em uma pesquisa que teve como objetivo analisar as dinâmicas socioespaciais observadas no entorno do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA/PE) antes e após a inserção do Projeto Integrado das Hortas Comunitárias, buscando identificar as transformações do município de Recife, decorrentes da implantação da política pública de inserção da Agricultura Urbana. A pesquisa procurou: a) identificar os objetivos e justificativas que foram estabelecidos quanto à decisão de implantação do Projeto Integrado das Hortas Comunitárias no entorno do CEASA/PE no município de Recife; b) comparar a realidade atual com a previsão na carta de intenções da política pública em tela; c) identificar os principais impactos ambientais nas áreas diretamente vinculadas ao Projeto Integrado das Hortas Comunitárias no entorno do CEASA-PE. Apresenta ainda um breve panorama dos debates acerca da construção de uma política nacional de agricultura urbana no Brasil, que envolve atores do campo da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional.

## 2. Referencial teórico

Como fundamentação teórica foram utilizados dois enfoques complementares: 1. Formulação e implementação de uma Política Pública, para agricultura/desenvolvimento local – Morgan (2002), Monteiro (1982), Cavalcanti (1990), Pedone (1985), March e Simon (1981), Hall (2004), Lucas (1985), Castanhar (1985), Crozier e Friedberg (1977) e Jobert (1987); 2. Quadro conceitual na área de Espaços e Dinâmicas Regionais numa concepção de mudança social – Lefebvre (2002), Carsalade (2013), Melo e Zancheti (1991), Lacerda e Zancheti (1991) e Araújo (2018).

A Agricultura Urbana (AU) é uma atividade que apresenta potencialidade para o desenvolvimento dos sistemas urbanos, pois contribui para a segurança alimentar, promovendo trabalho e renda. No final dos anos 90, diversos estudiosos vem se dedicando ao tema (SMIT; RATTA; NASR, 1996, FAO, 1996, MOUGEOT, 2000), dentre outros. O conceito de AU mais utilizado é o de Mougeot (2000). Para o autor, a AU deve ser pensada, levando em conta determinantes que influem na realidade, tais como: tipo de atividade econômica, localização da atividade, tipos de áreas

utilizadas para este fim, sistema e escala de produção, tipo e destinação de produtos. Mougeot (2000) aborda também a questão da localização, e ao mesmo tempo a da integração da AU ao ecossistema urbano.

## **2.1 Antecedentes na construção da Política Nacional de Agricultura Urbana**

No ano de 2003, ações de hortas comunitárias em áreas urbanas começam a despontar no Brasil. A realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANS) e o reavivamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional (CONSEA) levantam demandas para o governo incorporar uma política nacional de agricultura urbana. Em 2004, é criada a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que lança um Programa de Agricultura Urbana, como passo na construção de uma política nacional de agricultura urbana.

Em 2007, a pesquisa nacional de agricultura urbana e periurbana, que deu origem ao documento “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para a sua Promoção”, foi realizada. Com base nesse documento foi elaborado um programa de agricultura urbana de responsabilidade do MDS, o qual lançou os Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana – CAUPs – e editais de fomento. Em 2012/2013 o MDS interrompeu o processo de construção da política e o fomento de ações nos territórios. As organizações que viriam dar origem ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, então, encaminharam uma carta ao governo, cobrando posicionamento do MDS. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA nacional acolhe a luta e passa a incorporar a pressão pela construção da política pública.

No ano de 2014 é apresentado, na última plenária do CONSEA, o documento intitulado “Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP)”, quando é constituído um comitê temático na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, e que passa a ser o responsável a dar os encaminhamentos para a construção da política. Além da discussão da constituição de uma política nacional de agricultura urbana, a questão de políticas públicas para o setor é tratada também no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e de Produção

Orgânica (PNAPO). Em novembro de 2019, a Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, aprovou a Política Nacional de Agricultura Urbana. Com o Projeto de Lei 303/19, passou a ser permitido o uso de terrenos da União para a prática de agricultura urbana. O projeto aproveitou as áreas ociosas de imóveis urbanos desocupados ou subutilizados a fim de promover a produção urbana de alimentos por meio de práticas orgânicas e agroecológicas. A medida visou ampliar a segurança alimentar e nutricional da população urbana em situação de vulnerabilidade social, além de gerar alternativas de renda. De acordo com o texto, a Política Nacional de Agricultura Urbana seria articulada com as políticas agrícolas, da agricultura familiar, ambiental e de desenvolvimento urbano.

### 3. Metodologia

Nesta pesquisa, foi utilizada a análise qualitativa dos dados coletados em um estudo de caso. Foram utilizados dados secundários e primários: 1) Dados secundários: Documentos possibilitaram reconstituir o processo histórico desta política de Agricultura Urbana no entorno do CEASA-PE. Inicialmente foi utilizado o método descritivo a partir de dados secundários: - foi realizado um levantamento bibliográfico, com pesquisa em trabalhos relacionados ao referencial teórico e à caracterização geográfica do espaço em estudo; - atas das reuniões dos Conselhos Superiores da Prefeitura do Recife, referentes às implementações do Projeto Integrado das Hortas. Também houve uma revisão da literatura existente; 2) Dados primários: Hoje são 162 agricultores e agricultoras que sustentam suas famílias com uma diversidade de hortaliças que são comercializadas no Ceasa e também destinadas a compradores diretos que param nas proximidades da BR-101 em busca de alimentos e ração.

Todos foram entrevistados, além de: atores internos da Prefeitura do Recife, com representantes dos grupos envolvidos no processo político de implantação do Projeto e com atores sociais envolvidos com a recepção do Projeto e a sociedade civil, governamental, religiosa e política. Também foi realizada uma avaliação dos impactos positivos e negativos da implantação e operação do Projeto Integrado das Hortas

Comunitárias no entorno do CEASA-PE. Tal avaliação foi obtida através da aplicação de uma matriz de impactos (tipo LEOPOLD) onde foram relacionadas as ações a incidirem sobre o meio biofísico e socioeconômico e seus efeitos sobre os fatores do meio ambiente.

#### **4. Resultados e discussões**

De acordo com a publicação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2020 a fome cresceu 30% na América Latina. No Brasil, essa situação é ainda mais preocupante: quase 20 milhões de pessoas estão passando fome no País e 44% estão em algum grau de insegurança alimentar. Esse cenário se agravou devido à falta de políticas públicas e à pandemia, que gerou a crise econômica.

O Projeto Integrado das Hortas Comunitárias no entorno do CEASA/PE surge como uma boa alternativa para as estratégias de desenvolvimento comunitário e incremento econômico, especialmente das famílias pobres que sobrevivem da agricultura em pequena escala. Os benefícios desta agricultura foram múltiplos e envolveram notadamente questões como nutrição, saúde, combate à pobreza e, especialmente, educação ambiental e puderam contribuir bastante para o desenvolvimento sustentável da cidade. Nos relatos é possível perceber que, no decorrer do programa, houve uma acentuada redução na utilização de agrotóxicos, sendo incentivado o controle de pragas e doenças por meio de técnicas alternativas, que não prejudicaram o meio ambiente nem os consumidores desses produtos. As falas dos agricultores evidenciaram que o Programa de Hortas Urbanas resgatou e valorizou práticas comunitárias voltadas para a produção da própria alimentação.

#### **5. Conclusões**

A implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana no Brasil é um processo recente. O somatório de ações foi um passo decisivo para a institucionalização da Agricultura Urbana na esfera federal, hoje política pública, que possibilitou aos agricultores urbanos tornarem-se sujeitos sociais fundamentais na

garantia da implementação da política de segurança alimentar e nutricional, sobretudo, no que se refere ao enfrentamento da fome em regiões metropolitanas. Vale também salientar a atuação de governos municipais, estaduais e organizações da sociedade civil que, a mais de 20 anos vem acumulando experiências através de diversos tipos de intervenções, sejam elas a implantação de projetos produtivos – hortas comunitárias e criação de pequenos animais, feiras para a comercialização direta dos produtos oriundos da produção urbana, pequenas agroindústrias, processos de formação junto aos agricultores, formação de cooperativas, etc.

Neste trabalho foi possível avaliar a grande contribuição do Programa de Hortas Urbanas ao combater a miséria, melhorar a segurança alimentar e nutricional de algumas comunidades urbanas e criar um habitat urbano melhor. O Programa contribuiu com a prática agrícola na cidade (MOUGEOT, 2000).

O processo de desenvolvimento sustentável foi alcançado, por meio da participação dos agricultores, enquanto futuros agentes multiplicadores e que tiveram conhecimento sobre as práticas agroecológicas, deixando clara a importância da agricultura urbana e sua continuidade. As técnicas transmitidas pelos agricultores legitimaram a prática do desenvolvimento sustentável e do conhecimento da transição agroecológica na Região Metropolitana do Recife.

## 6. Referências

Anais do III ENA: **Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro. Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2014, 232p.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks**. In: Bakker et al. (eds.). *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, p. 1-42, 2000.

CASTANHAR, J. C., CAMPOS, A. M. **Interesse Público, Política Pública e o Papel da Burocracia: Ligação da Política Industrial no Brasil**. 1986. 27 p. (Mimeo).

CAVALCANTI, B. S. **Gestão pública integrada, implicações para a formulação de teorias, modernização administrativa e ensino da Administração Pública**. In: Reunião anual da associação de Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, 14. 1990, Florianópolis. Anais...v. 8, p. 185 – 198.

CROZIER, Michel et FRIEDBERG, Erhard. **L'acteur et le système**. Paris, Ed. du Seuil, 1977, 445p., bibliogr., índice (sociologie politique).

FERREIRA, Rubio José. **Agricultura na cidade do Recife-PE: Complementaridades Rural- Urbanas e Dinâmica Espacial**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Programa de Pós- Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

GOEWIE, A. Eric. et. al. Produção orgânica, o que é? **Revista de Agricultura Urbana**. nº 6. Março 2002.

HALL, R. H. **Organizações: estrutura e processos**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2004.

JOBERT, Bruno, MULLER, Pierre. **L'Etat em action**. Politiques publiques et corporatismes. – Paris, Presses Universitaires de France, 1987. 23cm, 242p. Notes bibliogr. (Recherches politiques).

LACERDA, N., 1991. **Estado, Capital Financeiro, Espaço Habitacional**. O Caso da Região Metropolitana do Recife. Editora da UFPE, Recife.

LEFEBVRE, Henri. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LUCAS, R. **Democracia e Participação**. Ed. Universidade de Brasília. 1985. 228 p.

MARCH, J. G., SIMON, H. A. **Teoria das Organizações**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1981.353 p.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MONTEIRO, V. **Fundamentos da Política Pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 1982.

MORGAN, Gareth, 1943 – **Imagens da Organização: edição executiva/Gareth Morgan** 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, Brasília, n. 1, 2001.

PEDONE, L. **Formação, implementação e avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: FUNCEP, 1985. 45 p.

**Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios** / Tania Bacelar de Araújo, Tarcísio Patrício de Araújo (orgs.). – Recife: Cepe, 2018. 317p.: Il.

## “NÃO EXISTE CANDOMBLÉ SEM FOLHAS”: A IMPORTÂNCIA DA NATUREZA NOS RITOS DA RELIGIÃO

Ricardo Carneiro Bastos<sup>4</sup>  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>5</sup>  
Wagner Lins Lira<sup>6</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-24>

### 1. Introdução

Refletir sobre as questões ambientais, a necessidade de proteção do meio natural e da sustentabilidade da biodiversidade são critérios essenciais para a preservação dos territórios e dos povos que neles vivem. Com as religiões afro-brasileiras não é diferente, uma vez que apresentam fortes ligações com a natureza (SOARES FILHO; ROCHA, 2019).

Há na literatura científica menções às religiões afro-brasileiras como tendo bases ecológicas<sup>7</sup>. Sendo assim, nos deparamos com afirmações de que as práticas ecológicas dessas religiões precedem os movimentos ecológicos, haja vista que a reverência aos elementos da natureza, corporificados nos Orixás e seres encantados, fazem parte destas experiências religiosas (SANTOS, 2011). Religiões intrinsecamente preservacionistas, em virtude da utilização de espaços naturais (rios,

---

<sup>4</sup> Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: ricardocarneirobastos@gmail.com.

<sup>5</sup> Doutor em Zootecnia. Orientador. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: jorge.ppgadt@gmail.com.

<sup>6</sup> Doutor em Antropologia. Coorientador. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: wagner.lira@ufrpe.br.

<sup>7</sup>No presente texto, apontamos a evolução histórica da ecologia como movimento ambientalista, em consonância com o conceito de sustentabilidade. Portanto, a visão apresentada ressalta a ecologia política, linha que tende a considerar não apenas o território, mas a própria socrionatureza como a base do processo produtivo e como palco de conflitos (JATOBÁ, CIDADE, VARGAS, 2009).

matas, cachoeiras e outros) como locais de cultos, de modo que a visão ecológica é uma das heranças das tradições africanas inerentes a tais religiões.

O interesse por essa pesquisa surgiu a partir dos diálogos fomentados pela Disciplina: Cultura, Identidade e Território (do PPGADT/UFRPE), especialmente, após leitura e discussão do texto “Colonização, quilombos: modos e significado” de autoria de Antônio dos Santos Bispo (2015) que, ao refletir sobre povos quilombolas e sua religiosidade, ressaltando que, nos terreiros, em momentos de celebrações, é compartilhada a sabedoria da ancestralidade e da força vital da natureza.

Enfatiza-se, por último, a contribuição da pesquisa para a visibilidade positiva das tradições de matriz africana no Brasil, especialmente, do Candomblé no sentido de, conforme Murad (2013), refletir sobre experiências religiosas, que favoreçam relações sociais de respeito e liberdade de culto, além de ampliarmos nossas percepções em relação ao contato com o sagrado a partir das conexões com a natureza. Nesse sentido, o presente texto intenta compreender a relação dos praticantes do Candomblé com a ecologia e o meio ambiente.

## 2. Referencial teórico

Vivemos hoje uma crise civilizatória sem precedentes. Destaca-se nessa problemática a crise ética e moral e a crise ambiental que atinge a qualidade de vida no Planeta, a exemplo do aquecimento global e da atual conjuntura sanitária mundial (MATOS; SANTOS, 2018). Diante de um panorama tão estarrecedor cabe-nos um questionamento: como chegamos nesse cenário?

O ponto de partida dessa discussão passa pelo entendimento da relação sociedade-natureza, ou seja, entender em que momento da história civilizacional essa relação foi rompida (UNGER, 1991). Para muitos pensadores esse distanciamento da sociedade com a natureza é concernente ao surgimento da Modernidade e do capitalismo ocidental. Unger (1991), fala-nos do desencantamento do mundo e, em consequência, do desencantamento da natureza. Para a autora, “no caso do capitalismo nascente, há uma necessidade de realizar o que Weber chamou de desencantamento do mundo” (UNGER, 1991, p. 52), ou seja, a natureza precisa estar desprovida de encantos e reduzida aos seus aspectos produtivos.

Ao originar o termo desencantamento do mundo, Weber procurou inspiração em outra descrição do poeta e filósofo Friedrich Schiller, em que “para condensar uma única expressão os impactos da Modernidade sobre a natureza, Schiller teria pensado num efeito de ‘desdivinação’, ou, dizendo-a aqui de outra forma também possível em português, um efeito de ‘desendeusamento da natureza” (PIERUCCI, 2003, p. 30).

Dessa forma, o desencanto do mundo e o desencanto da natureza estão intrinsecamente relacionados ao antropocentrismo e ao processo de dessacralização do mundo impulsionados pelas perspectivas capitalistas. Fato é que a maneira hegemônica e ocidental de compreender o mundo advém de uma lógica eurocêntrica e colonialista (SILVA; TAVARES DE LIMA, 2018).

Por este ângulo, algumas sociedades tradicionais, a exemplo dos povos indígenas, comunidades quilombolas e terreiros de matriz africana mantêm relações de interação e complementaridade com a natureza a partir das suas práticas culturais e religiosas (SOARES FILHO; ROCHA, 2019).

Diante do exposto, aludimos para a importância que as religiões tradicionais atribuem às folhas e às plantas, a partir de uma relação interativa, que articula o uso ritualístico das mesmas à questão ambiental, visto que percebemos a vinculação da ritualística dos povos de terreiro com os elementos da natureza.

### **3. Metodologia**

No presente texto, é apresentada, com base em uma revisão bibliográfica representativa, a evolução da crise ambiental, através da relação sociedade-natureza, o antropocentrismo e o processo de dessacralização, assim como a ligação do Candomblé como uma religião ecológica.

Para tal, desenvolvemos uma ampla busca nas plataformas de base científica, utilizando os temas da pesquisa. Espera-se, portanto, que essa discussão traga novos horizontes para o tema proposto.

### **4. Resultados e Discussão**

Silva e Tavares de Lima (2018, p. 2) fazem uma ressalva sobre as variedades de “práticas de matrizes africanas que poderiam, através de rápidas generalizações, serem chamadas de Candomblé”. Eles creditam essa disseminação ao fato de, historicamente, os Candomblés no Brasil, surgirem da associação de diversas práticas e crenças que tiveram origem em variados locais do continente africano.

Assim, busca-se uma reflexão acerca da relação religião e natureza. Para Hora Filho (2016, p. 41) “a mística do Candomblé é manifestada por seus praticantes através de incorporações e oferendas nas quais acreditam canalizar as forças presentes na natureza”.

Dessa forma, a utilização e a identificação com os elementos da natureza são fundamentais para a ritualística do Candomblé. Prandi (2001) destaca que o Candomblé conserva a ideia de que as plantas são fontes de axé, a força vital sem a qual não existe vida ou movimento, que sem estas, os cultos não podem ser realizados.

Nas religiões afro-brasileiras, a exemplo do Candomblé, é comum combinar e oferecer diferentes ervas ou folhas às entidades. Muitos são os Orixás, e cada um possui o seu domínio; aqueles mais ligados ao domínio da mata são Oxóssi, Ossaim ou Ogum, onde o contato com os elementos vegetais é essencial (SILVA; SILVA, 2018).

Além desses elementos, ressalta-se o uso das folhas sagradas utilizadas em suas iniciações e encantamentos, uma vez que tais plantas fazem parte do fundamento religioso e da ligação homem-natureza-divindade. Conforme Soares Filho e Rocha (2019), em todo ritual do Candomblé há a presença de folhas, de modo que evidencia a importância da questão ambiental para os praticantes do culto já que é atribuída às folhas os valores que atestam a vinculação entre a ritualística das religiões afro-brasileiras e os elementos naturais.

Razão pela qual: “em um meio ambiente devastado, não há a menor chance dessa tradição religiosa sobreviver” (BELÉM, 2008, p. 46). Pois, segundo Botelho (2011, p. 10), para a continuidade dos “ritos feitos para Ossaim é fundamental a manutenção e preservação da natureza, uma vez que o Orixá se afasta quando o elemento revelador de sua força se acaba. Não existe Candomblé sem esse Orixá, porque não há Candomblé sem folha”.

Diante das discussões teóricas, percebemos que em um momento a religião recebe uma conotação preservacionista e, em outros, o Candomblé é apresentado como religião conservacionista. Faz-se importante destacar que se trata de dois conceitos diferentes. Segundo Brito, Brito e Souza (2015), os principais atributos do conservacionismo provêm da sobrecarga imposta à natureza e ao modo de organização social, representando a maneira como a sociedade utiliza os recursos naturais.

O preservacionismo também conhecido como ecologia profunda ou deep ecology (DIEGUES, 2008), tem sua base na conservação dos recursos naturais, trazendo uma essência conceitual um tanto quanto romântica. Os principais mentores desta concepção são os ecologistas radicais, que defendem a ideia de que os Seres Humanos fazem parte da natureza.

Contudo, é fundamental ressaltar que o ambientalismo é uma corrente de pensamento mais ampla e busca embasamento nos movimentos sociais em defesa do meio ambiente. Assim, procura implementar medidas com foco na proteção ambiental e no compromisso para a solidariedade, bem como, com a responsabilidade em relação aos impactos sociais e ambientais, e das opções de convivência harmoniosa com o mundo e com a natureza.

## 5. Conclusões

Há concordância entre os estudiosos sobre a existência de uma crise ambiental mundial, reflexo do processo de degradação do meio ambiente. Como consequência, pode-se citar, entre outros, o aquecimento global e as mudanças climáticas do planeta. Também compreendem que o crescimento do capitalismo e do consumo foram responsáveis pelo atual quadro de degradação ambiental.

Com o capitalismo nascente, percebe-se um afastamento entre sociedade e natureza, que leva ao desencantamento do mundo e, por seu turno, ao desencantamento da natureza, ou seja, ao processo de dessacralização. No entanto, reconhece-se que algumas sociedades tradicionais, como os povos indígenas, comunidades quilombolas e povos de terreiro nutrem relações interativas e

complementares com a natureza, simbolizada na relação com a terra, com a ancestralidade, com os territórios, as divindades e o meio ambiente.

Assim sendo, Unger (1991) ressalta que esse desencantamento do mundo é na verdade o desencantamento do nosso olhar que se torna frio e opaco ao nos distanciarmos da natureza. Portanto, reencantar o mundo é reencantar o nosso olhar.

Nesse sentido, o Candomblé - e outras linhas religiosas de matriz africana no Brasil - é tido como uma religião voltada à interação e conservação do meio ambiente, em virtude dos seus rituais associados aos elementos naturais. Ademais, também creditam a importância das folhas para as tradições e ritos sagrados.

## 6. Referências

BELÉM, Ivan Cesar Corrêa do. **Mitos pantaneiros e africanos nos círculos de aprendizagens ambientais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008. Disponível em: <https://onedrive.live.com/view.aspx?cid=17DC7D667214610D&resid=17DC7D667214610D%21349&app=WordPdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombos: modos e significado**. Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

BOTELHO, Pedro Freire. EWÉ AWO: o segredo das folhas no candomblé da Bahia. **Educação, Gestão e Sociedade**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 1-13, dez., 2011. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/uploads/20170427132906.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/uploads/20170427132906.pdf). Acesso em: 22 abr. 2022.

BRITO, Bárbara Lins; BRITO, Daguinete Maria Chaves; SOUZA, Ester Almeida de. Pressupostos teóricos de proteção da natureza. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 7, p. 141-147, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/download/2240/barbaran7.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

HORA FILHO, Edmilton Amaro da. **Ecopedagogia no Terreiro de Candomblé Angola**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19463>. Acesso em: 26 abr. 2022.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr., 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/CSrVxYphhYvHrgcZgRNF8WF/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 06 jun. 2022.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MURAD, Afonso Tadeu. Consciência planetária, sustentabilidade e religião: consensos e tarefas. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, p. 443-475, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/issue/view/340>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Rosalira Oliveira dos; GONÇALVES, Antonio Giovanni Boaes. A natureza e seus significados entre adeptos das religiões afro-brasileiras. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, jan., 2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SILVA, José Nunes da; TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto. **Povos de Terreiros e construção do conhecimento agroecológico: notas para um debate**. Cadernos de Agroecologia, São Paulo, v. 13, n. 1, jul., 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/issue/archive>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SILVA, Matheus Colli; SILVA, Vagner. **Um bosque de folhas sagradas: o santuário da umbanda e o culto da natureza**. Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 26, p. 11-33, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/39594/29233>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SOARES FILHO, Valtuir; ROCHA, José Damião Trindade. **Candomblé: tradição e resiliência rumo a sustentabilidade, há espaço na agenda ODS 2030?** In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 21. São Paulo, 2019. Anais [...]. São Paulo: ENGEMA, 2019. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/21/anais/arquivos/118.pdf>. Acesso em: 26 de mai. 2022.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

# TERRITÓRIOS ENQUANTO ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS QUILOMBOLAS

Michelle Cristina Rufino Maciel<sup>8</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>9</sup>  
Wagner Lins Lira<sup>10</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-36>

## 1. Introdução

A proposta de compreender as questões que envolvem a ocupação, as vivências e resistências das comunidades quilombolas em seus territórios étnicos, surge a partir de inquietações elencadas durante a Pesquisa Diagnóstico sobre a situação da Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvida com tais comunidades no Estado de Pernambuco. Pesquisa desenvolvida no âmbito da execução das ações do Projeto SISAAN Universidades – UFRPE – UFPB – UFRN, durante os anos de 2019 e 2020.

O resultado desta pesquisa suscitou uma série de inquietações, entre elas a necessidade de tensionar reflexões sobre a temática aqui proposta para estudo, haja vista a necessidade de considerar a dívida história em termos de negação e violação de direitos que as populações remanescentes de quilombos foram e ainda estão submetidas (MACIEL et al, 2020). Outro ponto importante foi o amadurecimento, a aproximação e o interesse pelo tema despertado ao longo das disciplinas oferecidas pelo Doutorado do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE).

Acrescenta-se ainda, a necessidade de dialogar com a categoria território, no intento de compreendê-la enquanto direito fundamental para garantia da produção e da reprodução da vida dos indivíduos, especialmente, àqueles pertencentes aos

---

<sup>8</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE.

<sup>9</sup> Coorientadora e docente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE.

<sup>10</sup> Orientador e docente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE.

grupos étnicos (SCHNEIDER, 2015). Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexões em torno dos significados atribuídos aos processos de ocupação e vivências das comunidades quilombolas e suas estratégias de permanência e resistência nos territórios de origem

Para tal, é preciso atentar-se para a afirmação de que o território precisa ser compreendido enquanto espaço complexo, no qual manifestam-se as dinâmicas sociais, culturais e identitárias dos atores em sociedade. Nessa linha de pensamento, Schneider e Tartaruga (2004) indicam que o território também pode ser percebido enquanto campo de relações políticas e econômicas, mas também enquanto espaço de fluidez cotidiana, onde são traduzidas as relações de conflito e poder. Relações de poder, que são projetadas no espaço de convivência entre as pessoas.

Analisar os territórios a partir da compreensão das identidades culturais, demanda uma percepção, que busca compreender os sentidos de pertencimento aos lugares (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Esse pertencimento é construído a partir de vínculos estabelecidos, especialmente, em se tratando da relação com a terra, mas também com as ancestralidades e modos de vida. Deste modo, para Stuart Hall (2006), a materialização e introjeção das identidades ocorre, justamente, a partir da construção intersubjetiva de sentidos e valores compactuados cotidianamente.

É, portanto, no cotidiano dos territórios que observamos as relações de poder, mas também as manifestações culturais, as relações com o sagrado e onde se produz, se pesca e se consome os alimentos, além da efetivação das políticas públicas.

## 2. Referencial teórico

No Brasil, para compreensão mais aprofundada e alargada das comunidades quilombolas, não podemos perder de vista as marcas de um brutal processo colonizador respaldado na escravização da população negra no país (BRUN, 2011). Nesse sentido, torna-se importante salientar que o Brasil foi um dos últimos países no mundo a abolir o sistema de escravização (MOURA, 1986; BRUN, 2011).

Ao longo desse percurso histórico violento e excludente, em contrapartida, foram-se formando comunidades negras, que atualmente se reconhecem enquanto remanescentes de quilombos. Comunidades conhecidas “primeiramente com a

denominação mocambos e depois quilombos”. Nomenclaturas advindas do Continente Africano e geralmente “usadas para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados” (GOMES, 2015, p.10)

Nesse sentido, Gomes (2015, p.11) reforça que o termo quilombo aparece nas documentações do Período Colonial brasileiro a partir do final do Século XVII e início do XVIII. Desde então, o termo utilizado era mocambo. Especificamente no Estado de Pernambuco, o termo quilombo apareceu apenas em meados da década de 1960 (GOMES,2015).

De acordo com Moura (1986) os quilombos e ou mocambos consiste nas formas de habitação dos/as negros/as escravizados fugitivos, livres e ou alforriados. Tratando das especificidades do Nordeste, essas pessoas vinham das áreas de plantation, ou seja, dos canaviais e engenhos, os quais se organizavam para constituição de suas comunidades, respaldadas em princípios ancestrais e tradicionais (MOURA, 1986). Muitas vezes, as fugas dos escravizados acabavam sendo “facilitadas” pelos conflitos que permeavam os períodos coloniais e imperiais no país, a exemplo:

[...] no Estado de Pernambuco, especificamente no século imperial, no período da Regência — com revoltas rurais em Pernambuco e Alagoas (Cabanada), no Maranhão (Balaiada), no Rio Grande (Farroupilha) e no Grão-Pará (Cabanagem) —, houve o recrudescimento das deserções. Os escravos percebiam que os senhores estavam divididos e as tropas, desmobilizadas para a repressão; portanto, havia maior possibilidade de sucesso para suas escapadas (GOMES, 2015, p.13)

Em termos de localização estratégica e ocupação territorial diante da formação dos quilombos, Campos (2010, p. 32) afirma que a maioria dos quilombos situava-se em áreas remotas, “cujo acesso não fosse facilitado pelas forças da ordem imperial”. A intenção era fazer a defesa do território ou efetuar a fuga em situações vantajosas ao adversário. Para isso utilizavam estratégias que impediam o fim da instituição dos quilombos.

Ainda sob as considerações de Campos (2010, p. 31) os quilombos precisam ser compreendidos enquanto “espaços de resistência”, pois tais territórios

representam “uma estrutura espacial estigmatizada ao longo da história”. Inicialmente os movimentos de resistência foram erigidos através do enfrentamento ao sistema escravocrata, ou seja, pelo não reaprisionamento dos negros/as amontoados/as, estivessem foragidos ou libertos. Todavia, com o passar dos tempos, a perspectiva da resistência bélica assumiu características inerentes às lutas pela permanência, existência e sobrevivência nos territórios historicamente ocupados pelas comunidades.

Contexto que atualmente apresenta-se mais desafiador do que nunca, haja vista a má-vontade política do (Des)Governo Federal atrelada ao estigma que as comunidades quilombolas trazem em sua história permeada por negações em série de seus direitos, precipuamente, o direito constitucional de acesso à terra, à moradia, às condições dignas de viver, habitar e experienciar suas identidades étnicas, além das violações contumazes, quanto ao direito de acesso às políticas públicas voltadas à saúde, à educação e à seguridade social nos territórios quilombolas do Brasil (MACIEL et al, 2020).

### 3. Metodologia

Nosso estudo inspira-se na abordagem metodológica qualitativa, a qual segundo Minayo (2009, p. 21): “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Alinhada à pesquisa qualitativa foi desenvolvida uma pesquisa exploratória que, segundo Vasconcelos (2002), nos ajuda a compreender a investigação de fenômenos complexos passíveis de descrição e interpretação.

De modo geral, a pesquisa foi desenvolvida em tempos e movimentos complementares. Inicialmente desenvolvemos um levantamento bibliográfico sobre a temática território, identidades culturais, comunidades quilombolas, entre outros temas relacionados. Na sequência, elaboramos e desenvolvemos junto aos/as interlocutores/as entrevistas semiestruturadas durante os meses de maio de 2019 ao início de março de 2020, onde ouvimos dezessete lideranças de comunidades

quilombolas localizadas em onze municípios do Estado de Pernambuco, dentre os territórios da Região Metropolitana de Recife, Zonas da Mata, Agrestes e Sertões.

As entrevistas foram realizadas mediante visitas e observação in locus, subsidiada com diário de campo nos territórios quilombolas. Nesse momento foram ouvidas nove mulheres e oito homens. Todos/as lideranças ligadas/os ao movimento negro quilombola.

Outrossim refere-se ao atendimento dos procedimentos éticos adotados em pesquisas com seres humanos conforme a resolução vigente.

#### **4. Resultados e Discussão**

No Estado de Pernambuco, considerando toda a sua extensão territorial, dada sua formação social e ocupação populacional herdada historicamente desde os tempos da Colônia, podemos identificar um expressivo número de comunidades remanescentes de quilombos. O mapeamento trazido por Gomes (2015) revela que em Pernambuco existem cento e trinta e nove comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e certificadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estando localizadas em cinquenta e três municípios do Estado. Comunidades distribuídas do litoral ao sertão.

Porém os dados elencados por Gomes (2015) ainda não conseguem expressar em números reais, o quantitativo e a diversidade das comunidades quilombolas de Pernambuco, haja vista que as falas das lideranças nos revelam, que ainda existem comunidades em processo de reconhecimento ou, ainda, contamos com um significativo número de agrupamentos que sequer conseguiram iniciar tais processos. Contexto de exclusão, que lança tais comunidades às condições de vulnerabilidade, invisibilidade e subcidadania, sobretudo no que diz respeito à garantia do direito à permanência das pessoas das comunidades em seus territórios.

Outro dado importante por nós elencado - e que dialoga com a noção de território enquanto espaço de relações de poder, tal qual refletido por Schneider e Tartaruga (2005) - diz respeito às situações em que as comunidades, mesmo reconhecidas, ainda não têm por garantido o direito ao usufruto coletivo das terras, convivendo com cenários de tensionamentos relacionados às disputas políticas para

garantia da permanência nos territórios. Cenário que tem promovido uma série de violências, situações de risco e dificuldades no acesso às políticas públicas (MACIEL et al, 2020).

Em se tratando das questões históricas relativas às origens e tempos de ocupação das comunidades nos territórios pernambucanos, as entrevistas - com as dezessete lideranças dos onze municípios - revelaram, que a média de tempo de ocupação das comunidades em seus territórios é em torno de cem a duzentos anos.

Consideramos, contudo, que esse marco temporal pode ainda ser melhor aprofundado, uma vez que, nesta oportunidade, não conseguimos realizar entrevistas com os membros mais idosos/as das comunidades em questão. Por este ângulo, compreendemos que o tempo de ocupação dos territórios vincula-se diretamente, com a ancestralidade e com os elementos constituintes das heranças culturais das comunidades (MACIEL et al, 2020)

Heranças condizentes às identidades étnicas e suas expressões culturais que, de acordo com Laraia (2001), se manifestam nos modos de agir, vestir, caminhar, comer, trabalhar e falar. Visões de mundo e cosmo-percepções, que reverberam no modo de produção de alimentos, na educação das pessoas, nas trocas de saberes-fazeres, nos fluxos de ideias e de sujeitos, nas oralidades e histórias de vida, nas relações nutridas entre as pessoas e das pessoas com a natureza (LARAIA, 2001).

Ademais, quando mencionamos os processos ancestrais e tradicionais de ocupação e permanência das comunidades quilombolas do Estado de Pernambuco, falamos da construção e manutenção de suas histórias de resistência atreladas ao fortalecimento de suas identidades e culturas.

## 5. Conclusões

Neste estudo observamos que as comunidades quilombolas situadas no Estado de Pernambuco vivenciam, em seu cotidiano, tensas relações de poder engendradas por um processo histórico de base colonialista excludente e opressor focado na negação sistemática de direitos, dentre os quais destacam-se o direito à

terra, moradia, alimentação e outras questões, que envolvem o não acesso, ou o acesso precário, às políticas públicas nos territórios quilombolas.

O processo de ocupação e permanência das comunidades quilombolas nos territórios, embora seja fundamental para a produção e reprodução da vida, assim como das identidades culturais quilombolas, ainda é um desafio. Sobretudo, do ponto de vista de conflitos relacionados à garantia da posse da terra, mesmo para as comunidades já reconhecidas e certificadas pela Fundação Palmares. Por outro lado, as comunidades quilombolas, historicamente, vêm construindo suas estratégias de permanências e resistências nos territórios de origem.

## 6. Referências

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro**. ed. 28ª, Petrópolis, RJ: Vozes Ijuí RS, 2011.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. ed. 3ª – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos Gomes. Mocambos, e Quilombos. **Uma história do campesinato negro no Brasil**. ed. 1ª - São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. A cultura condiciona a visão de mundo do homem. In: LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar ed. Rio de Janeiro, 2001 p.67-74.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009 p. 09-29.

MACIEL, Michelle Cristina Rufino Maciel; DUQUE ARRAZOLA, Laura Susana; SILVA, Maria Zenia Tavares; FARIA, Mauricio Sardá; ASSIS, Reginaldo Xavier de. GONÇALVES, Micheline Maria da Conceição França; RODRIGUES, Willians da Silva; LIMA, Gilberto Pedro. **Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional nas Comunidades Quilombolas do estado de Pernambuco**. Relatório, Recife: Departamento de Ciências do Consumo – DCC/Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. 2020. p.72.

MOURA, Clóvis de. **Os quilombos e a rebelião negra**. ed. 1ª São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. **O Direito ao território enquanto Condição para cidadania dos povos originários do Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande RS. Disponível em:

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7681/0000010862.pdf?sequence=1>.

Acesso: 20 mai. 2022.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 23, n. 1 e 2, p. 99–116, 2005. DOI: 10.37370/raizes.2004.v23.237. Disponível em:

<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/237>. Acesso em: 7 fev.

2023.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar. Epistemologia e Metodologia operativa**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

## A ETNOMATEMÁTICA E A AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DE VALIDAR OS SABERES DO CAMPO

Marcos Fernandes Silva<sup>11</sup>  
Ângelo Giuseppe Chaves Alves<sup>12</sup>  
Ana Maria Dubeux Gervais<sup>13</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-2>

### 1. Introdução

A educação matemática apresenta-se como uma tendência que busca validar os saberes populares e culturais das comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, entre outras. Nesse sentido, entende-se que é possível estreitar as relações entre os saberes acadêmicos com os conhecimentos populares presentes na realidade das(os) estudantes. A pesquisa na perspectiva da Etnomatemática permite aprofundar os estudos sobre a presença matemática nas “labutas” cotidianas.

Em relação a Agroecologia Gaia (2017), discute-a como ciência que busca trabalhar os conhecimentos nas diversas áreas dos saberes, tais como Agronomia, Ecologia, Sociologia, Geografia, Comunicação, Educação, Física, Química, matemática, entre outras. Diante disso, é possível aproximar os saberes cotidianos, a partir de temas abordados em ciências da natureza e demais vertentes, considerando que a Educação do Campo precisa ser construída de forma sistêmica, tendo a identidade agrária inspirada na Agroecologia.

O presente texto apresenta particularidades de uma moradora da comunidade quilombola de Passagem de Areia II, município de Caetité/BA, em relação a seus saberes agroecológicos e conhecimentos matemáticos nas práticas cotidianas. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se como método de pesquisa narrativas orais. Nessa perspectiva, Nogueira et al. (2017, p.482) reitera que “a escrita feita de

---

<sup>11</sup> Graduado em matemática, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS da Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus VI. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal Rural de Pernambuco: E-mail: marcosfernandescteba@gmail.com.

<sup>12</sup> Professor doutor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, angelo.alves@ufrpe.br.

<sup>13</sup> Professora doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, ana.gervais@ufrpe.br.

memórias e afetos nos revela a importância do outro na produção da experiência subjetiva e, ao contrário do que poderia parecer o triunfo do individualismo, as histórias de vida recolocam o ser humano, em sua dimensão concreta”.

Ao estudar as identidades de uma comunidade quilombola, valorizando os conhecimentos matemáticos presentes em suas práticas, torna-se fundamental o reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos do campo. Assim, a pesquisa busca identificar os conhecimentos Etnomatemáticos presentes nas comunidades tradicionais (quilombolas) que passam despercebidos pela escola e tem como objetivos específicos: valorizar os conhecimentos matemáticos e agroecológicos presentes nas comunidades tradicionais; compreender a Etnomatemática e a Agroecologia a partir dos conhecimentos populares e destacar a importância dos conhecimentos populares na construção dos saberes científicos.

## 2. Referencial Teórico

O termo Etnomatemática tem aceitação internacional enquanto proposta de ensino e de pesquisa em matemática, seu principal idealizador foi Ubiratan D’Ambrósio. Essa tendência da educação matemática busca entender não somente o saber matemático dominante, ou seja, o acadêmico, mas também o saber e o fazer matemático nas mais diversas culturas, nas vivências de grupo decorrentes das experiências diárias das(os) estudantes. Para D’ Ambrósio (2005) dentro das manifestações culturais ou áreas do conhecimento como arte, religião, música, técnicas e ciências é possível identificar a matemática e a isso pode-se chamar de Etnomatemática.

Ainda para D’Ambrósio (1998), a Etnomatemática é um produto cultural, toda etnia se dá em diferentes saberes cotidianos. Estes conhecimentos são construídos através das formas de falar, ou como se resolvem a situações problemas cotidianos. Costa e Silva (2010) chamam a atenção para o papel da escola na valorização das comunidades tradicionais, da sua cultura em cada localidade específica, mantendo-se assim a preservação de seus costumes e identidades. Hall (2006, p. 8) destaca que “as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou

fragmentadas. Sua proposta é explorar esta afirmação, ver o que ela implica, qualificá-lo e discutir quais podem ser suas prováveis consequências”.

A Etnomatemática como ciência que problematiza a construção do conhecimento a partir das vivências sem banalizar as diversidades dos sujeitos considerando a matemática de cunho prático, D’Ambrósio (1999, p. 98) afirma que a educação matemática tem como objetivo “[...] recuperar a presença de ideias matemáticas em todas as ações humanas [...] isso é a Etnomatemática”. Já Agroecologia para Martins et al. (2014), possibilita práticas sociais numa relação harmônica pessoa-natureza, em contrapartida a isso, manter-se viável a perpetuação da vida no planeta.

Caldart (2008) afirma que a Educação do Campo se constitui em um território de luta, crítica e resistência a um projeto institucional que se contradiz aos direitos dos povos do campo. Adiante, Gaia (2017), afirma como necessário discutir as práticas educativas na perspectiva do materialismo histórico dialético (MHD), buscando pensar a educação inter-relacionada com a materialidade da vida, de forma que os sujeitos do Campo, com a produção da vida neste espaço, sejam vistos para além da mão de obra produtora de mercadorias agrícolas. A Agroecologia na dinâmica da Educação do Campo é vista como uma perspectiva inovadora que busca construir o conhecimento e validar os experimentos de uma educação emancipadora que propõe harmonia entre humanos e a natureza para além da égide do capital.

Contudo, o mais importante não é apresentar um currículo mínimo agroecológico para as escolas do campo com apenas sequências didáticas, sistematizadas, mas sim discutir a concepção da Agroecologia como ciência que propõe o equilíbrio de práticas sustentáveis na natureza dentro da modalidade da Educação do Campo.

### 3. Metodologia

A proposta de compreender como a matemática se faz presente no cotidiano de uma comunidade quilombola e trazer essas reflexões para a academia objetiva apresentar instrumentos capazes de tornar o ensino da matemática mais eficiente, voltado para a realidade da(o) estudante, na medida em que expõe experiências

vivenciadas em sua comunidade, ou seja, uma prática que parte do conhecimento de mundo da(o) educanda(o) e toma como base o contexto em que esta(e) se encontra inserido.

A pesquisa foi realizada em formato de entrevista semiestruturada, através de um diálogo com uma moradora da comunidade quilombola de Passagem de Areia II localizada no município de Caetité/BA, que na sua idade escolar, foi apenas alfabetizada, no entanto, parou de estudar porque, segundo seu depoimento, começou a trabalhar aos sete anos de idade. Para ela “era só aguentar raspar mandioca, mexer farinha, capinar” nos relatos, fica claro que o ensino da matemática se resumia em “aprender tabuada de mais, de menos, de vez e dividir<sup>14</sup>”.

A abordagem metodológica utilizada é de natureza qualitativa a qual segundo (MINAYO, 2014) se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Quando as narrativas orais são utilizadas como instrumento de uma pesquisa, principalmente através de entrevistas semiestruturadas, a(o) pesquisador(a) precisa estar preparado para conduzir o diálogo que pode se distanciar da questão de pesquisa e, inclusive, levar a outros questionamentos, tal fato demanda uma articulação e direcionamento para que os objetivos sejam alcançados.

#### 4. Discussões e resultados

Durante o diálogo, a moradora relatou que usa os dedos para resolver problemas de contagem no dia a dia. Em sua fala percebe-se a importância do aprendizado para a vida, “a gente usa a conta do que tem, do que vai gastar, se não o salário não dá”. Depoimentos como estes revelam que a matemática é importante para a sua vida, “porque ela mostra o limite da situação da gente”. Os conhecimentos matemáticos do cotidiano ainda são invisibilizados pelas instituições de ensino. Acredita-se que são necessários diálogos que protagonizam os saberes populares adquiridos fora da escola no processo de ensino e aprendizagem para despertar a curiosidade das(os) estudantes.

---

<sup>14</sup> A tabuada refere-se às quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão.

No decorrer da entrevista a moradora expôs o método que utiliza para medir a quantidade de terra que possui é “o metro antigo, que vale cinco palmos numa vara, para outros quatro palmos e meio, pai que me ensinou, a gente usa os passos como se fosse metros também”. O depoimento da entrevistada permite discutir os meios que as pessoas utilizam para resolver problemas matemáticos no cotidiano.

A moradora trouxe a matemática presente nas produções em sua comunidade, de acordo com sua fala, para quatro bruacas<sup>15</sup> de mandioca produz-se um saco de farinha de vinte medidas<sup>16</sup>, essa medida equivale a 5 litros de farinha que corresponde a 2,5 kg, desta forma, entende-se que um saco de farinha de 20 medidas pesa 50 kg, sendo comercializados por valores que variam entre R\$100,00 e R\$150,00 reais a depender do período do ano. Além disso, foi relatado a existência de um fator variante que influencia na densidade do produto, para ela, se tirar tapioca da mandioca (lavar toda a massa), quatro “bruacas” dá apenas a metade do quantitativo anterior. Porém, segundo a moradora, é mais vantajoso tirar o polvilho, pois esse produto é mais valioso que a farinha e a quantidade obtida nesse processo, dá aproximadamente 8 oito medidas que pode ser vendida por R\$20,00 reais cada, tornando mais valorizado o produto.

O relato trazido pela senhora apresenta pontos fundamentais da matemática como razão, proporção, porcentagem entre outros, que podem ser problematizados no contexto escolar, a partir das experiências da mestra do saber popular e a partir disso validar o protagonismo e o conhecimento dos sujeitos das comunidades rurais.

## 5. Considerações finais

Ao trabalhar a Etnomatemática dentro das comunidades quilombolas pode-se construir diálogos para o processo de aprendizagem da matemática pela (o) educanda (o), no entanto, deve-se haver formação adequada para as (os) professoras (es), os quais terão um olhar mais atento para incluir esses saberes culturais a fim de que o desenvolvimento da aprendizagem seja coerente com a realidade das(os) estudantes.

<sup>15</sup> Bruaca, mala feita de couro cru, muito usada por cargueiro em lombos de animais.

<sup>16</sup> Medida realizada com instrumento feito de tábua, em formato de cubo, com dimensões de 20cm x 20cm x 10cm.

Contudo, essa pesquisa propõe pensar a Agroecologia no contexto da Educação do Campo como uma concepção inovadora para construção do conhecimento e ainda, o ensino da matemática de forma contextualizada, de modo que articule os saberes populares aos conhecimentos científicos, conforme aborda a Etnomatemática.

## 6. Referências

COSTA, W. G.; SILVA, V. L. **A Desconstrução das Narrativas e a Reconstrução do Currículo: a inclusão dos saberes matemáticos dos negros e dos índios brasileiros.** Curitiba: Editora UFPR, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000100016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000100016&script=sci_arttext). Acesso em: 12 jun. 2022.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer.** 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GAIA, Marília Carla de Mello. **Agroecologia e Ensino de Ciências: desafios e tensões na Educação do Campo.** In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraeira Lopes Louro, 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS, A. et. al. Seminário sobre o Ensino de Ciências da Natureza nas Escolas do Campo. In: CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (orgs.). **Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 73-112.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e práticas psicossociais.** São João del-Rei, v. 12, n. 2, p. 466-485, ago. 2017. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 01 jun. 2022.

## AGROECOLOGIA E A PESCA ARTESANAL EM TEMPO DE COVID-19

Fátima Cristina Cunha Maia Silva<sup>17</sup>  
Júlia Figueredo Benzaquen<sup>18</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>19</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-12>

### 1. Introdução

O cuidado com o ambiente, com o território, a conexão com o mar, rios, lagos, mangues, com a natureza e o jeito de pescar, ou a ‘arte de pescar’, consideração e respeito a reprodução e preservação de cada espécie, a proteção e conservação de manguezais, e assim, garante a sustentabilidade (DIEGUES, 2004), e a soberania alimentar<sup>20</sup> da sua comunidade. São características do dia a dia do(a) pescador(a) artesanal em lidar com sua atividade diária e o modo de vida e de produção, com ênfase no trabalho coletivo, na transmissão do conhecimento por meio da oralidade, que precisaram se reinventar com a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

Ademais, o impacto do derramamento de petróleo no litoral brasileiro em 2019, prejudicou o sustento de muitas famílias pesqueiras. Desta forma, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os impactos da pandemia Covid-19 no modo de vida da comunidade tradicional, em especial, da pesca artesanal, suas fragilidades e superação para a garantia da sua soberania alimentar.

Cabe destacar que o presente trabalho integra um projeto mais amplo coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz Brasília, em uma comunidade tradicional quilombola e pesqueira, da Ilha de Maré, localizada na Baía de Todos os Santos, Salvador – BA, no período de 2018 a 2020.

---

<sup>17</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E.mail: fcristinamaia@gmail.com.

<sup>18</sup> Coorientadora e Professora do Departamento do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

<sup>19</sup> Orientadora e Professora do Departamento do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

<sup>20</sup> A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.” (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001).

Em 2019, o impacto do vazamento do petróleo no litoral do Nordeste e Sudeste do Brasil, acendeu o alerta para a atividade da pesca artesanal e sua vulnerabilidade, além de todas outras categorias informais, residentes locais, como comerciantes, turistas entre outros, que ficaram expostos à substância, colocando em risco não só a saúde, mas a segurança e soberania alimentar da população e, em especial, a população pesqueira (ARAÚJO, et al 2020; CARMO, et al, 2020; PENA, et al, 2020).

Ademais a fragilização das condições de trabalho e da sobrevivência dos pescadores artesanais/marisqueiras, que tiveram dificuldade para comercializar o pescado, uma vez que as notícias que vinculavam na mídia, não orientavam a população, apenas informavam que não deveriam consumir o pescado, devido a contaminação do mesmo. No entanto, os(as) próprios(as) pescadores(as) não tinham opção e consumiam os pescados, uma vez que o acesso a outros produtos essenciais estava cada vez mais comprometido, pois não conseguiam comercializar a sua produção.

Com a pandemia do Covid-19, em 2020, vista como uma das mais complexas crises sanitárias do presente século, de natureza viral, cuja disseminação agravou ainda mais as desigualdades existentes, principalmente para aquelas populações que já se encontravam em estado de vulnerabilidade, essa situação se agravou.

A necessidade de distanciamento social na tentativa de frear a pandemia de Covid-19, ação necessária naquele momento, porém, não atende às comunidades tradicionais<sup>21</sup>, o seu modo de vida, de produção e reprodução social.

Com restrições a atividade da pesca no primeiro momento e sem vender o pescado, os pescadores/marisqueiras sofreram uma redução de renda, além de não terem reservas econômicas, proteção social adequada ou mesmo apoio do Estado para recorrer em tempos de crise, como a compra do pescado e/ou o fornecimento de cestas básicas para os pescadores, potencializando assim a crise, impactando os meios de subsistência dos pescadores, dos pequenos produtores, dos sistemas alimentares locais e da sua soberania alimentar.

---

<sup>21</sup> “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2017.

Por outro lado, observou-se movimentos de resistência e afirmação da necessidade de novas relações sociais no campo, em especial, na pesca, com enfoque na Agroecologia. Caporal et al (2006) assinalaram o uso do termo Agroecologia em uma expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem à humanidade, ao ambiente, capaz de proteger os recursos naturais, e em especial, que sejam duráveis no tempo, tentando fugir do estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico.

Assim, na teia que é tecida, a atenção é voltada aqui às mulheres pescadoras artesanais e/ou marisqueiras, que historicamente, lutam para serem reconhecidas como pescadoras tanto no âmbito dos direitos, como no âmbito social. Empenhadas no reconhecimento de seus direitos diferenciados, buscam a garantia de seu modo próprio de fazer, criar e viver (MOTTA et al, 2020), afinal, os(as) pescadores(as)/marisqueiras são produtores de alimentos.

A atividade da marisqueira se dá no 'mar de dentro', termo este, utilizado pelos(as) pescadores(as) para referenciar a parte do mar entre a praia e os arrecifes, estuários, rios e mangues, em geral, fica próximo à casa, sendo a jornada de trabalho de menor duração. A pesca é coletiva, junto a família e/ou vizinhas. Apesar da coleta ser individual, o trabalho é comunitário, desde a saída de casa para busca por melhores áreas de extrativismo de mariscos e ao retornar, elas precisam fazer o beneficiamento do que foi coletado e após, a comercialização do pescado (DIEGUES, 2004).

São as marisqueiras que assumem a responsabilidade do cuidado, seja com a família, com a alimentação, com o cuidado do quintal – as hortas, plantas medicinais, as frutas, a criação de animais de pequeno porte. E são elas que trazem também a reflexão da relação da pesca artesanal com a Agroecologia, no sentido da soberania alimentar e da visão política que envolve a questão. Desta forma, inicia-se o diálogo entre os movimentos da pesca artesanal sobre a Agroecologia e a soberania alimentar.

## 2. Percurso Metodológico

A metodologia encontra-se baseada na observação militante, na narrativa oral, no diário de campo, no levantamento e revisão bibliográfica sobre as temáticas referente a agroecologia, a pesca artesanal e a soberania alimentar, em especial, os definidores de práticas de intervenção para a construção de territórios saudáveis e sustentáveis (TSS), sendo definidos como, “territórios onde a vida saudável se realiza por ações comunitárias” (FALS BORDA, 1978; MACHADO et al., 2017, p.246). Conhecer a realidade é uma exigência para transformá-la, assim o esforço da pesquisa-ação que tem como escopo compreender a situação histórica e social de determinado grupo.

O grupo interdisciplinar integrante da pesquisa (médico, cientista político, psicólogo, biólogo, geógrafo e pedagogo), coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília, juntamente com as lideranças locais, assumiu o desafio de gerar outros saberes partindo da vida real, entendendo que o conhecimento não está no sujeito que pesquisa, nem no objeto pesquisado, mas sim, na relação ética e horizontal estabelecida entre eles, assim, esta reflexão parte de um projeto maior, realizado no período de 2018/2020, com pescadores(as) artesanais, da Ilha de Maré, Salvador – BA, tendo as atividades programadas paralisadas em 2020, face a pandemia de Covid-19.

Entretanto, em 2020, foi necessário replanejar e construir espaço virtual com áudios, imagens, relatos, informativos de saúde e técnicos sobre Covid-19, a fim de publicizar os cuidados necessários para o enfrentamento da Covid-19, como lavar as mãos, uso de máscaras, entre outras medidas de cuidados. Assim, foram organizadas transmissões on-line, às quais os(as) pescadores(as) participaram, em geral, à tarde, quando a internet tinha melhor conexão. Uma forma de readequação necessária para todos nós.

Por fim, o arcabouço metodológico compõe-se de um vasto mosaico de abordagens teórico-metodológicas que contribuiu para a reflexão referente a sua epistemologia e práxis.

### 3. Discussões e resultados

Os diversos impactos na pesca artesanal, a degradação ambiental, os territórios afetados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, assim, como os eventos dos últimos anos, como a pandemia de Covid-19, provocou a necessidade de diálogos e reflexões sobre a soberania alimentar e a necessidade de elaboração de uma agenda que trouxesse elementos tanto para o fortalecimento da pesca artesanal, como para o fortalecimento dos princípios agroecológicos, em uma perspectiva de luta e em defesa do território, da Agroecologia e, a exemplo, o fortalecimento dos quintais produtivos, pautada no acolhimento, na solidariedade e partilha, no cuidado seja físico, emocional e espiritual (SACRAMENTO, 2015).

O isolamento dificultou sobremaneira a comercialização do pescado e colocando principalmente, diversas comunidades em risco de segurança e soberania alimentar, visto no primeiro mês de pandemia, as marisqueiras manifestaram expectativas do enfrentamento de prevenção; as informações que chegavam sobre o aumento e descontrole de casos e óbitos angustiava cada vez mais a população, sobre os riscos de contaminação, visto as precárias condições que se encontravam.

Para tanto, tiveram que se reinventar, demonstrando a resiliência, bem como, a solidariedade e o cuidado não somente com si, mas com toda a comunidade, articulando com agricultores familiares e fazendo a troca dos produtos do pescado, como as leguminosas, frutas, arroz, feijão, leite, etc. Outro fator a ser considerado é que muitos(as) pescadores(as)/marisqueiras tinham dificuldade de acesso ao auxílio emergencial disponibilizado pelo governo, cabe destacar que o Registro da Atividade Pesqueira – RGP ficou paralisado no atual governo, o que dificultou sobremaneira a atualização do cadastro dos(as) pescadores(as) e/ou o cadastramento do mesmo.

Somente com a mobilização e a organização das marisqueiras da Ilha de Maré que demandaram para a gestão local a necessidade de isenção da taxa de luz; da água em especial, não só pela hidratação e cuidados com a lavagem das mãos, mas para o beneficiamento do pescado, em lugar que não se tem rio de água doce.

Outra estratégia importante para o enfrentamento da Covid-19 foi a criação do Observatório da Pesca, onde se tinham informações sobre a saúde dos pescadores

artesanais e sua família, que variavam de uma região à outra, a Ilha de Maré também se juntou às outras comunidades pesqueiras.

Cabe destacar que o Observatório registrou conflitos ambientais, sociais, entre outros. Conseguiram monitorar o avanço ou não da pandemia, o adoecimento e locais de maior risco. Isso foi extremamente importante, pois ocorriam trocas e solidariedades entre eles.

Ressaltamos a incapacidade governamental ao enfrentamento das iniquidades, que fez com que as comunidades pesqueiras tivessem de enfrentar e superar a pandemia a partir da sua organização autônoma.

A relação da pesca artesanal com a Agroecologia se percebe quando realiza o manejo ecológico dos recursos naturais, por meio de uma ação social coletiva e participativa, com olhar sistêmico, o qual permite analisar e intervir no mesmo. Essencial para o ecossistema, a pesca artesanal, é uma decisão política, ecológica e dialoga com o ecossistema marinho. Ademais, a Agroecologia é uma prática agrícola, é uma opção política, que dialoga com a preservação e conservação da biodiversidade.

Remete ainda, a questões de fundo que permeiam as discussões sobre o modelo de desenvolvimento e que se aproximam do debate da segurança alimentar, convergindo com os princípios estratégicos em torno da proposta de segurança e soberania alimentar, a partir do enfrentamento de problemas estruturais que geram a pobreza e a fome. Ainda, há a necessidade de integrar os diferentes setores, como a pesca, agricultura, saúde, ambiente, trabalho, entre outros, como forma de acesso e consumo de alimentos.

#### **4. Breves considerações**

A experiência com a comunidade pesqueira da Ilha de Maré, traz para o debate aspectos que levam a uma reflexão sobre a defesa, a proteção e a autonomia do território pesqueiro. Isso passaria necessariamente pela observância dos princípios e uso e adoção de práticas de caráter tradicional e sobretudo agroecológico, a fim de desenvolver um território saudável e sustentável localmente. Isso implica a redução dos impactos ambientais aos ecossistemas marinhos, aos mangues, a fim de

assegurar pescados e mariscos saudáveis, promover a geração de renda, a garantia do modo de vida e reprodução social das populações das águas. É importante destacar a relação da atividade da pesca artesanal com a Agroecologia, no sentido da preservação de território saudável e sustentável como matriz produtiva.

Percebe-se ainda, que a Agroecologia pode ser considerada como um dos meios de atingir a soberania alimentar, sendo um potencial para a pesca artesanal, na perspectiva da produção, oferta de alimentos, rumo ao discurso sobre a pobreza e a fome.

É no território que se recebe e compartilha aprendizados valiosos para a desconstrução de saberes e o fortalecimento de outros. É a forma de poder observar o que é invisibilizado, de escutar os que são constantemente silenciados. É entender o fazer agroecológico das comunidades tradicionais praticado secularmente.

Cabe salientar que a reflexão sobre a possível aproximação entre a pesca artesanal com a soberania alimentar e o viés agroecológico, traz múltiplas possibilidades e conexões com diferentes impactos na saúde, em termos de sustentabilidade social e ambiental e demandam uma abertura dialógica, criatividade epistêmica e valorização dos saberes tradicionais, mas que incorporam sobretudo a dimensão do campo da interculturalidade, além do espaço de reprodução econômica e das relações sociais, com a natureza e em especial, visando um território saudável e sustentável pesqueiro.

## 5. Referências

ARAÚJO, M. E. de; RAMALHO, C. W. N.; MELO, P. W. de. **Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil.** Cad. Saúde Pública 2020. Acesso: junho/2022. Disp.: <https://www.scielo.br/j/csp/a/66t7BVfM6X4pBBCJwLcqmjf/?format=pdf&lang=pt>

FALS BORDA, O. **Por la praxis: el problema de como investigar la realidad para trabsformala.** Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1978.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA**, 3, - Florianópolis, SC, 2005. Anais. Brasília – DF: MDA, 2006.

CARMO, E.H.; TEIXEIRA, M.G. **Desastres tecnológicos e emergências de saúde pública: o caso do derramamento de óleo no litoral do Brasil**. Cadernos de Saúde Pública 36 n<sup>o</sup>.2. Rio de Janeiro, 2020.

DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologias marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Auxílio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004. 315p.

FERREIRA, M.J.M. **Saúde, trabalho e ambiente: práxis emancipatórias, lutas e resistências frente ao agronegócio na Chapada do Apodi/Ceará**. Curitiba, PR: CRV, 2015.

MACHADO, J.M.H.; MARTINS, W. J.; SOUZA, M. S.; et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para a saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. Com. **Ciências Saúde**, v. 28, n.2, 2017. 243-249p.

MOTTA, M.; BRONZ, D. BRANDINI, F.P.; BORGES, A.; TURRA, A. **Povos do Mar – identidade, cultura, e tradição no litoral brasileiro**. Andrea Jakobson Estúdio Editorial LTDA, Rio de Janeiro, 2020.

PENA, P.G.L.; NORTHCROSS, A. L.; MÔNICA ANGELIM GOMES DE LIMA, M. A.G.de; RÉGO, R.de C.F. **Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão**. Cadernos de Saúde Pública 36 n<sup>o</sup>.2 Rio de Janeiro, fevereiro 2020.

SACRAMENTO, E. Água: ambiente livre para saúde dos pescadores e pescadoras do Brasil. In: **Saúde e Ambiente para as populações do campo, da floresta e das água.**, Brasília, Ed. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégia e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2015. 139-153p.

SILVA, F. C. C. M.; BENZAQUEN, J.F.; ANDRADE, L. P.; ANDRADE, H. M. L S. Racism has Colour: A Look at the Fishing Territory. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS) Peer-Reviewed Journal** ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O) Vol-9, Issue-3; Mar, 2022.  
Acesso:<https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.93.38> [www.ijaers.com](http://www.ijaers.com)

## ARTE E AGROECOLOGIA: APROXIMAÇÕES TEATRAIS NO TERRITÓRIO CAMPONÊS DE JUREMA (ESTRELA DE ALAGOAS – AL)

Anderson Gomes dos Santos<sup>22</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>23</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-15>

### 1. Introdução

A agroecologia é uma ciência multidisciplinar, que abrange diversas ciências e conhecimentos, seus princípios são baseados nos valores econômicos, ecológicos, sociais, culturais, políticos e éticos (XAVIER et al. 2020). A base da agroecologia contempla, acima de tudo, o conhecimento dos agricultores e das agricultoras, posto que se propõe à compreensão sistêmica de todo processo envolto dos conhecimentos, isso com base na prevenção e manutenção, pesquisa, ciclos ecológicos, a comercialização dos produtos e um trabalho prático com metodologias participativas (JACOB, 2016). A aproximação da arte com a agroecologia pode, inicialmente, criar conexões para um novo olhar sobre as demandas e necessidades do povo camponês (MANCIO, 2011). Nessa perspectiva, esse trabalho apresenta um diálogo entre as áreas aqui citadas e relata práticas com as juventudes de uma comunidade de Alagoas e, como resultado de pesquisa, a análise dos produtos teatrais produzidos, para introduzir as juventudes do campo ao teatro. Nestes termos, a metodologia utilizada foi a do Teatro do Oprimido, criada por Augusto Boal na década de 1970.

A história nos conta que a partir da década de 1920, houve uma importante expansão da compreensão do conceito de agroecologia, com perspectivas mais

---

<sup>22</sup> Professor da Educação Básica. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática Especialista em educação inclusiva (UNEAL). UFRPE. e-mail: anderson\_pedagogia@hotmail.com

<sup>23</sup> Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza- PPGEtno pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE; Mestra em Ciências Florestais (UFRPE); Graduada em Agronomia (UFRPE); Especialista em Administração Escolar e Planejamento Educacional (UFPE). É professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, atuando no curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular. e-mail: horasaa@gmail.com

justas, econômicas e sustentáveis, tendo em vista a relação dos Seres Humanos com a natureza (ALTIERI, 2004; ALTIERI, 2012).

E, principalmente, com a perspectiva de que a coletividade possa figurar como um mecanismo de busca por uma nova cultura, onde possam ser visualizados elementos naturais como importantes para as pessoas que vivem nos territórios camponeses (AZEVEDO; NETTO, 2015).

A arte no campo cumpre um papel importante em várias frentes, como na manutenção das manifestações tradicionais (pastoril, reisado, banda de pífano), ou nas novas perspectivas artísticas ligadas a música, por exemplo (ALVIM, 2013). Nessa relação com a agroecologia, a arte pode ser um instrumento de resistência contra as opressões, sendo necessário compreender que é uma possibilidade de transformação. Utilizando elementos artísticos na luta, a arte torna-se um elemento fundamental e didático nesse processo revolucionário, a conexão da arte com a agroecologia contribui para fortalecer as narrativas sobre a sociedade que queremos e estamos construindo. (FREIRE, 1989). Cultura é aquele sentido todo complexo, que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo Ser Humano (...), (CASTRO, 2005). Nesta perspectiva, o presente trabalho busca refletir sobre as aproximações a partir do Teatro do Oprimido com a agroecologia em um território camponês de Jurema (Povoado da cidade de Estrela de Alagoas) no estado de Alagoas.

## 2. Referencial Teórico

O Teatro do Oprimido é um método teatral que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais elaboradas pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal.

Não deve terminar nunca. Como o objetivo do Teatro do Oprimido não é o de terminar um ciclo, provocar uma catarse, encerrar um processo, mas, ao contrário, promover a autoatividade, iniciar um processo, estimular a criatividade transformadora dos espectadores, convertidos em protagonistas, cumpre-lhe, justamente por isso, iniciar transformações que não devem determinar no âmbito do fenômeno estético, mas sim transferir-se para a vida real (BOAL, 2005, p. 345).

Os seus principais objetivos são a democratização dos meios de produção teatral, o acesso das camadas sociais menos favorecidas e a transformação da realidade através do diálogo (tal como Paulo Freire pensou a educação) e do teatro. Ao mesmo tempo, estabelece toda uma nova técnica para a preparação do ator. Principalmente na homenagem que Boal fez a Paulo Freire, a partir da obra do educador (Pedagogia do Oprimido).

Sim, isso foi uma homenagem que fiz a ele. Porque três ou quatro anos antes o Paulo Freire tinha escrito a Pedagogia do Oprimido e eu havia adorado o título, pensei em colocar o nome do meu livro de A Poética do Oprimido. Mas o meu editor, que era argentino – porque era 1974 e ainda estava exilado - argumentou que não podia ser este título porque os livreiros diziam que não sabiam onde iriam colocar, em que estante. Se colocavam na estante de poesia ou de teatro... Foi o Daniel Diniz, o editor, quem sugeriu Teatro do Oprimido. Agora essa nossa relação não quer dizer que o Teatro do Oprimido tenha sido originado a partir da pedagogia do Oprimido (ROVAL; AYER, 2008, p. 9).

Se for uma representação, tem de ter um ponto de vista. E se apresentar um ponto de vista, é político. Mais político ainda é o teatro que diz não ser político.

[...] e pode ser praticado na solidão de um elevador, em frente a um espelho [...], numa praça pública para milhares de espectadores. Em qualquer lugar... até mesmo dentro de um teatro. [...] A linguagem teatral é a linguagem humana por excelência (BOAL, 2014, p. 13).

O teatro do oprimido é uma metodologia de intervenção política e social comprometida com a análise e a transformação do mundo. Marxista, brechtiano, freiriano, este teatro busca investigar e desmontar as estruturas de poder, que estão na base da opressão - em suas múltiplas formas - visando à emancipação individual e coletiva através do exercício dialético.

Os exercícios visam a um melhor conhecimento do corpo, seus mecanismos, suas atrofias, suas hipertrofias, suas capacidades de recuperação, reestruturação, re-harmonização. O exercício é uma reflexão física sobre si mesmo. Um monólogo, uma introversão. Os jogos, em contrapartida, tratam da expressividade dos corpos como emissores e receptores de mensagens. Os jogos são um diálogo, exigem um interlocutor, são extroversão (BOAL, 2005, p. 87).

Para Augusto Boal, não se trata de “teatro político”, primeiro porque “políticas são todas as atividades do homem” (BOAL, 2010, p. 11). O processo das oficinas de Teatro do Oprimido finaliza com a construção das cenas e o teatro fórum, que é desenvolvido a partir de uma pergunta, dirigida ao público, acerca da opressão que o oprimido sofre e que não sabe como rompê-la (BOAL, 2015).

Para a realização deste intercâmbio entre os diferentes saberes, buscam-se metodologias participativas que trazem para a cena e o palco, no sentido da capacidade e expressividade da própria vida, experiências e relatos significativos que permeiam o contexto social, político e cultural local (GUIMARÃES et al. 2017, p, 03).

A relação entre agroecologia e a arte nesse contexto do Povoado de Jurema (Estrela de Alagoas, AL) estabeleceu uma conexão com a as vivências dos agricultores e agricultoras em uma valorização de todo potencial criativo do povo do campo, o teatro foi o instrumento escolhido para contextualizar essas percepções.

### 3. Metodologia

Essa perspectiva de exercitar o diálogo e o intercâmbio de saberes permeou as ações desenvolvidas com as juventudes, que tiveram início a partir das peças produzidas na comunidade de Jurema, Estrela de Alagoas - AL. Os encontros aconteceram no espaço comunitário dentre os anos 2017 a 2019, com participação de 15 jovens, que se dedicaram às seguintes produções teatrais:

- Dandara Guerreira – contexto de luta das juventudes - 2017-2018
- Nascimento de Jesus – contextualizando a fé do povo camponês - 2018
- História de São José – padroeiro da comunidade - 2018
- Auto da Compadecida – I Festa do Agricultor - 2019

Todas as produções foram dialogadas de forma coletiva, com o grupo de juventudes participantes, as escolhas foram a partir do diálogo, interação e em alguns textos com escrita coletiva dos roteiros.

Neste sentido, entende-se que trabalhar a partir da ideia de uma Arte Educação Agroecológica, oportuniza outros olhares e sentidos,

então, mais abertos, atentos, perceptivos, contemplativos e sensíveis; além de outros modos de saberes que passam pelo corpo como um todo, não apenas como algo inteligível, mas também sensível (GUIMARÃES et al. 2017, p, 03).

Partindo dessa contextualização, foi seguida a metodologia teatral de Augusto Boal em três etapas: 1º Conhecimento do Corpo – Sequência de exercícios em que se começa a conhecer o próprio corpo; 2ª Tornar o Corpo Expressivo – Sequência de jogos em que cada pessoa começa a se expressar unicamente através do corpo; 3ª O Teatro como Linguagem – Aqui se começa a se praticar o teatro como linguagem viva e presente. Conforme Boal (1991), as etapas para a interação do espectador em ator são respectivamente quatro, podendo ser vivenciadas da seguinte forma: Primeira etapa - Conhecimento do Corpo - Segunda etapa – Tornar o Corpo Expressivo –Terceira etapa - O Teatro como Linguagem – Aqui se começa a praticar o teatro como linguagem viva e presente.

#### **4. Resultados e discussão**

As práticas teatrais foram desenvolvidas inicialmente, com as juventudes da comunidade de Jurema (Estrela de Alagoas-AL), depois das oficinas com a metodologia do Teatro do Oprimido, nesse primeiro foi trabalhado a cena: Dandara Guerreira. A peça contou a história de Dandara e seu grupo Cultural, todos os anos os jovens se reuniam em um espaço da comunidade para promover um festival de Arte para jovens, no entanto, não mais poderiam realizar esse evento. O novo prefeito resolveu construir um prédio no local, isso torna a trama com um conflito, na compreensão do gestor a comunidade precisava mais desse novo espaço prejudicando o festival dos jovens camponeses. Em um segundo momento foram vivenciadas as experiências teatrais através da peça teatral, Auto de Natal. Espetáculo que contemplou uma representação teatral referente à encenação do nascimento de Jesus Cristo. Essa peça foi muito importante para a comunidade, já que foi a primeira vez que o nascimento de Jesus foi apresentado de forma teatral.

[...] uma ferramenta essencial para envolvê-los e estimular suas criatividade para o início do trabalho e adentrar no universo do TO, debateram sobre diversas questões de opressão vivenciadas por eles, propondo diversas possíveis soluções. Cumprindo seu objetivo, cujo objetivo principal é revelar e submeter à análise as opressões que se instrumentam nas relações dos corpos entre si e na sua colocação no espaço (NUNES, 2004, p. 147).

O terceiro momento teatral na comunidade com as juventudes foi à encenação na festa da comunidade, que sempre acontece no mês de março. Festa do padroeiro da comunidade, segundo as escrituras, São José foi um descendente da casa de Davi, conhecido por ser marido da Virgem Maria.

As juventudes da comunidade organizaram a I Festa do Agricultor, trazendo para exposição e venda, produtos dos agricultores e agricultoras locais que não fazem uso de agrotóxicos. Teatralmente, a festa contou com a apresentação da peça: O auto da compadecida, de autoria do escritor Ariano Suassuna, que conta a história e as aventuras de João Grilo e Chicó, dois nordestinos pobres que vivem de golpes para sobreviver.

Nessa perspectiva, além da apresentação teatral, a festa contou com duas atrações musicais, uma cantora local (Nininha Santos) e um trio pé de serra. Os produtos comercializados na festa foram diversos, desde verduras, frutas, doces, roupas, comidas, caldinhos e etc. A organização também contou com a parceria de outras comunidades, que participaram da edição da festa.

Diferentemente da sociedade, o coletivo é definido através de suas práticas, mais explicitamente, por uma trajetória de aprendizagem. Ou seja, a constituição de um mundo comum é um processo de composição progressiva, não no sentido de um processo linear modernista, mas de um processo de conexões, inclusões e exclusões que vão se operando na própria existência. (ESCÓSSIA, 2014, p. 191).

Diante da concepção coletiva também foi criado o Projeto Pé de Jurema Arte, que é uma ação da Juventudes do território em parceria com a Associação Comunitária dos Produtores Rurais, que visa a produção e a construção de espaços de Arte no campo. Além do teatro, o projeto ampliou a proposta para a sétima arte (cinema). O coletivo leva para as comunidades o que chamamos de Cinema na Praça,

a proposta objetiva-se em proporcionar aos moradores das localidades o conhecimento, a apreciação, a experimentação do cinema ao ar livre.

## 5. Conclusões

A partir da relação entre a arte e agroecologia todas as peças apresentadas buscaram dialogar com a realidade dos agricultores e agricultoras da comunidade a partir do olhar das juventudes, principalmente, na relação com os saberes populares e agroecológicos. A reflexão sobre as aproximações entre o teatro e a agroecologia, foram percebidos, compreendidos e vivenciados em quatro contextos, das lutas a partir da perspectiva das juventudes; da fé e a relação com os conhecimentos populares e agricultura. A arte pode ser um espaço de contribuição no processo de visibilidade para as práticas agroecológicas, contextualizando a resistência camponesa e principalmente o olhar para os alimentos saudáveis, esse novo olhar com a arte nos apresenta possibilidades mais sustentáveis. Ações que relacionem arte e agroecologia precisam ter como premissas caminhos que possam propor mudanças para vivências sustentáveis, saudáveis, solidárias e justas, utilizando a criatividade artística como instrumento.

## 6. Referências

ALTIERI. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 4. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 23 p.

ALVIM, Mayara H. **Instalações Pedagógicas: experimentos de um conceito em construção**. (monografia). UFV, 2013.

AZEVEDO, L. F. & NETTO, T. A. Agroecologia: o “caminho” para o desenvolvimento rural sustentável no processo de extensão rural. In **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 19, n. 3, set.-dez. 2015, p. 639-645.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

BOAL, A. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond.2010.

BOAL, Julian. **Por uma história política do Teatro do Oprimido**. Literatura: Teoria, História, Crítica, v. 16, n. 1, p. 41-79, 2014.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CECHETI, O. C. **As novas linguagens de participação na gestão pública: a experiência do Teatro do Oprimido na Prefeitura de Santo André Tese de Doutorado**. Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. 2004.

ESCÓSSIA, Liliana. **O Coletivo como Plano de Coengendramento do Indivíduo e da Sociedade**. São Cristóvão: Edição da UFS, 2014.

FRAGATEIRO, Carlos. In: PACHECO, Natércia; CALDAS, José; TERRASÊCA, Manuela (orgs). **Teatro e educação: transgressões**. 1ª ed. Lisboa: Editora Afrontamento, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GUIMARÃES, Glauber Cardoso. CHAVES, Caio; COSTA, Henrique Geovanine Macêdo. BARBOSA, Willer Araújo. **Arte e Agroecologia em cena na Troca de Saberes**. Cadernos de Agroecologia -ISSN 2236-7934 – Anais do II SNEA –Vol.12, Nº 1, Jul. 2017.

JACOB, L. B. **Agroecologia na universidade: entre vozes e silenciamentos**. Curitiba: Appris, 2016, 209p.

MANCIO, António Bento. Realidades vivas na vida de todos os homens e mulheres in ALVES, L.U.F; MÂNCIO, Antonio Bento; BARBOSA, W. B.; CARDOSO I.; JUCKSCH, Ivo; COELHO, E. P.; SANTOS, M. L. (Orgs.). **Troca de Saberes: Flores das Sombras da Agroecologia**. 1a. ed. Viçosa MG: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2011. v. 500. 143p

NUNES, Silvia Balestreri. **Boal e Bene: contaminações para um teatro menor**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, PUC/SP, 2004.

ROVAI, Renato; AYER, Maurício. A gente aprende ensinando. Entrevista com Augusto Boal. São Paulo. **Revista Fórum**. Edição 59. 2008.

SANTOS, N. R. O. FARIA M. A. de. Jogos Teatrais na Educação: Um olhar para uma Prática a Libertadora. [[www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/neuza.pdf](http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/neuza.pdf)]; **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. – Volume 1 – nº 1 - 2010. Acesso em 28/05/2022.

XAVIER, J. B. GONÇALVES W. M. ASSIS, T. R. P. RESENDE, L. V. SOUZA, D. C. Estado da arte em agroecologia e suas relações com experiências no sul de Minas Gerais. **Revista Extensão em Foco Palotina**, n. 21, p. 35-56, ago./dez. 2020.

## DISPUTAS POR TERRITÓRIO NO SUL PERNAMBUCANO NA ÉPOCA DO CAPITALOCENO

Fábio Andrey Pimentel São Mateus<sup>24</sup>

Ana Maria Dubeux Gervais<sup>25</sup>

Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>26</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-20>

### 1. Introdução

Atualmente a sociedade passa por um importante dilema. Cientistas, governos e sociedade civil estão cada vez mais convencidos que impactos ambientais causados pelo homem vêm afetando o clima do planeta e, conseqüentemente, ameaçando a sobrevivência dos seres humanos em algumas regiões do mundo. Segundo o IPCC (2020), há uma forte tendência da temperatura global aumentar 1,5°C até a próxima década, o que já alteraria significativamente os diversos agroecossistemas. Já possível afirmar que desastres climáticos extremos ocorrem com mais intensidade e regularidade, deixando rastros de destruição por onde passam. O mesmo autor afirma ainda que as causas são principalmente o uso de combustíveis fósseis e o desmatamento, que foram intensificados com a consolidação do sistema capitalista, sobretudo, após a revolução industrial, onde tudo, inclusive os bens da natureza são transformados em meras mercadorias. Dentre os impactos podemos apontar a desertificação, inundações e mudanças no regime de chuvas (IPCC, 2020).

A região Sul Pernambucana nos oferece importantes elementos para justificar o impacto do capital nas relações sociais e dos seres humanos na natureza, atualmente materializada na substituição das florestas por monoculturas da cana e do boi, e nos diversos impactos ambientais oriundos do complexo de SUAPE, como a poluição de rios, solos e expulsão de famílias de suas terras.

---

<sup>24</sup> Mestre em Agroecossistemas. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na UFRPE. Email: fabiofloresta@hotmail.com.

<sup>25</sup> Doutora em Sociologia. Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE. Email: anadubeux66@gmail.com.

<sup>26</sup> Doutor em Zootecnia. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE. Email: jorge.mattos@ufrpe.br.

Desta forma, pretende-se com esse trabalho, refletir sobre a seguinte pergunta: como o “capitaloceno” tem impactado as questões ambientais e sociais desse território? Ou seja, o objetivo é entender os impactos gerados na Mata Sul Pernambucana na época do “capitaloceno”, tendo como base as ações de um dos seus principais representantes: o agronegócio.

## 2. Referencial Teórico

O modelo de produção agrícola predominante na Mata Sul Pernambucana preserva heranças oriundas ainda do período colonial. Este modo de produção é caracterizado pelas grandes unidades produtivas, os latifúndios; a monocultura da cana de açúcar e a recém-chegada do gado de corte facilitada pela proximidade de portos, cujo destino é a exportação para outros países, em detrimento das demandas locais por alimento. A exploração da mão de obra, antes era escrava, hoje encontra-se em situação precarizadas (STEDILE, 2005; CASTRO, 2010).

Esse modelo produtivo mantém influência em diversos territórios do país, e teve seus impactos ambientais e sociais potencializados após a revolução industrial e intensificada pela revolução verde. Para Favareto (2021), esses períodos inauguram uma nova etapa da época geológica do antropoceno.

O conceito antropoceno vem ganhando força nos últimos anos para justificar a intensidade e aumento dos desastres naturais, como consequência das ações humanas durante séculos, que pode inclusive, comprometer a sua própria existência (ONU, 2020; VILCHES; PRAIA; GIL-PÉRES, 2008).

Contudo, para outros autores os problemas ambientais não são uma consequência intrínseca da espécie humana, dado que há comunidades que mantêm uma relação de harmonia com a natureza. Para esses autores o conceito de “capitaloceno” seria mais apropriado, uma vez que o capitalismo e suas formas de transformar os bens da natureza em mercadorias, de forma desenfreada, é quem têm causado esses impactos ambientais e em grandes proporções.

Com isso, a ideia de “Capitaloceno” desloca o argumento geológico que busca demarcar os “picos dourados” das mudanças ambientais e refuta a ideia de que os problemas do mundo são os problemas

criados por todos, quando na verdade foram criados por uma era histórica dominada pelo capital e por uma parcela pequena da humanidade (BARCELOS, 2019, p. 15).

### 3. Metodologia

O resumo aqui apresentado foi elaborado a partir de uma revisão de literatura e das aulas do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) na Universidade Federal Rural de Pernambuco ministradas no período 2021.1. A metodologia de ensino adotada pelo PPGADT alia teoria e prática, conciliando momentos de aulas teóricas e momentos de imersão em algum território. Segundo o PPGADT (2021, p. 35) sua práxis “pode ser compreendida como a relação que se estabelece entre ação e reflexão, humanização e educação”. Santos (2021, p. 222), afirma que esse método pode ser compreendido como pedagogia da alternância, pois se desafia “a levar a universidade para fora do campus e o campo (sociedade) para dentro da universidade”.

Portanto, nesta investigação, adentramos no território da Mata Sul Pernambucana, composta por 19 municípios que, segundo o IBGE (2021), abrigam 507.316 habitantes, ligados de alguma forma com o histórico cultivo da cana de açúcar e, conseqüentemente, aos seus impactos.

### 4. Resultados e discussão

A Zona da Mata Pernambucana foi um dos primeiros territórios explorado no Brasil. Já no início do século XVI com o pau-brasil, seguido da cana com a instalação das usinas canavieiras, cujas marcas deixadas podem ser observadas e sentidas até hoje (SILVA JUNIOR; CASTRO, 2010).

A monocultura, a exploração do trabalho humano, a priorização da exportação e o latifúndio, continuam configurando e delineando os desdobramentos da questão agrária no território, com conseqüências econômicas, ambientais e sociais que agravam a qualidade de vida das pessoas.

Em termos ambientais, a área de cobertura vegetal na região sofreu em 30 anos (1989 a 2017), uma redução de 80% (RAMOS, 2019). Esse desmatamento,

consequência do agronegócio, tem gerado problemas como: o envenenamento dos solos, das águas e das pessoas devido a crescente utilização de agrotóxico (DOMINGUES, informação verbal, 2021)<sup>27</sup>. Santos et al. (2020), relata os impactos do setor sucroalcooleiro, que ao longo da história, tem despejado irregularmente no Rio Sirinhaém, que passa pela Mata Sul, dejetos oriundos das usinas de cana-de-açúcar e da alta concentração de produtos sintéticos comprometendo, também, a fauna, a flora e o solo da região.

Paralelo a esse histórico de destruição deixado pelo período colonial e seu modo de produção, o território recebeu na década de 70 o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Geiros (SUAPE). Essa empresa pública de economia mista, aglomera indústrias do setor naval e petroquímico. A implantação e expansão dessa obra trouxe uma infinidade de problemas sociais, econômico e ambientais para a região, alguns irreparáveis.

Para se ter uma ideia, entre os anos de 2014 e 2016 mais de 40.000 trabalhadores estavam envolvidos em conflitos sociais e trabalhistas. Comunidades que viviam em áreas reivindicadas por SUAPE foram expulsas, totalizando mais de 15.000 famílias. Muitas famílias foram retiradas de forma violenta e sem direito a uma devida indenização. Moradores de cidades do entorno também foram, negativamente, impactados com: o aumento da violência; tráfico de drogas; gravidez precoce; além de problemas de assistência a saúde, transporte e saneamento que não acompanharam o aumento populacional (COSTA, 2014). O mesmo autor (2014, p. 1) afirma ainda que “houve também uma devastação ambiental nunca vista no Estado em tão pouco tempo”. Dentre os principais problemas ambientais causados por SUAPE, chama atenção as poluições hídricas, sonora e atmosférica, assim como a redução dos recursos naturais e a desterritorialização (ALVES et al., 2016).

Para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi, ou no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultando da total falta de opção, de alternativas, de flexibilidade, em experiências múltiplas imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana (HAESBAERT, 2003).

---

<sup>27</sup> Informação disponibilizada por Arci Domingues, durante o seminário de imersão organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, durante o dia 22 de out de 2021.

De acordo com Figueiredo Filho (2019), a Mata Sul aparece como a terceira região com o pior índice de desenvolvimento social do país, o que pode ser compreendido devido tudo que foi exposto no texto.

## 5. Conclusão

O conceito de antropoceno precisa ser aprofundado, visto que na história da humanidade é possível ver diferentes formas de relação com a natureza. Se de um lado há comunidades que buscam interagir de forma equilibrada com os agroecossistemas, por outro, o sistema capitalista transforma os bens da natureza em mercadoria, imprimindo uma forte pressão social e destruição ambiental. E, deste modo, o conceito de Capitaloceno aparece como forma de dar nome aos verdadeiros responsáveis pela aceleração dos impactos negativos sobre a natureza e as pessoas. Razão pela qual essa demarcação conceitual é importante não só para identificarmos as consequências, mas as verdadeiras causas dos problemas ambientais, para só assim reverter as ameaças impostas por essas crises ambientais a humanidade, tanto em nível local quanto planetário.

A Mata Sul Pernambucana, desafortunadamente ainda mantém heranças nefastas do período colonial, que impactam diretamente na luta pela terra, desmatamento, contaminação da água e do solo e no bem estar das famílias da região.

A desterritorialização dos que viveram e vivem na Mata Sul Pernambucana, era e ainda é consequência tanto da apropriação forçada de seus territórios quanto pela poluição e remoção dos recursos naturais, condição sine qua non para a garantia de sua sobrevivência e reprodução. Porém, esse processo não se deu, e nem se dá, de forma simples, pois tem impulsionado lutas de resistência organizadas por mulheres e homens que compõem o campesinato desse território, a exemplo dos vários assentamentos conquistados na região.

## 6. Referências

BARCELOS, E. Antropoceno ou capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019.

COSTA, H. S. **Complexo de Suape: 36 anos de uma triste história**. Recife. 2014. Disponível em: <<http://forumsuape.ning.com/profiles/blogs/complexo-de-suape-36-anos-de-uma-triste-historia>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. Desigualdade de renda e vulnerabilidade social em Pernambuco: uma análise exploratória. **Ciência & Amp**; Trópico, v.43, n.1, p. 45-57, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.33148/CeTropico-v.43n.1\(2019\)\\_1829](https://doi.org/10.33148/CeTropico-v.43n.1(2019)_1829) . Acesso em: 29 nov. 2021.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

IBGE. **Panorama por cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>. Acesso em: 06 jun. 2022.

IPCC. **Intergovernmental Panel on Climate Change**. Climate change and land: As IPCC special report on climate change, desertifications, land degradations, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. 2020. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/SPM\\_Updated-Jan20.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/SPM_Updated-Jan20.pdf). Acesso em: 27 jun. 2022.

ONU. ONU revela aumento impressionante de emergência climática em 20 anos.

ONU News: **Perspectiva global reportagens humanas**. Clima e meio ambiente, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1729332>. Acesso em 06 jun. 2022.

PPGADT. **Resolução nº 003/2021**. Estabelece o Regimento Interno do Programa de Pós- Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), doutorado profissional em associação ampla de instituições de ensino superior (UNIVASF/UFRPE/UNEB). 26 fev. 2021. Disponível em: <https://ppgadt.univasf.edu.br/index.php/documentos/> Acesso em 11 de jun de 2022.

RAMOS, J. de J. **Vulnerabilidade ambiental às mudanças do clima na Zona da Mata de Pernambuco utilizando imagens de satélite**. Recife: 2019.

SANTOS, G. D. dos. et al. **Análise dos impactos ambientais em ambientes hídricos: o caso do rio Sirinhaém na Zona da Mata Pernambucana**. Meio ambiente (Brasil), v. 2, n.1, p. 41-48, 2020.

SANTOS, E. L. História e Lutas no Território do Araripe: Agroecologia e ações de resistências em tempos de pandemia. Ponta de Lança: **Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 15, n. 28, p. 221 - 231, 21 jul. 2021.

SILVA JÚNIOR, J. F.; CASTRO, M. F. **Território Mata Sul Pernambucana. Árvore do conhecimento**. EMBRAPA, 2010. Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio\\_mata\\_sul\\_pernambucana/arvore/CONT000fbz2qttm02wx5eo0sawqe33div15q.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000fbz2qttm02wx5eo0sawqe33div15q.html). Acesso em: 08 jun. 2022.

STEDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VILCHES, A., PRAIA, J. y GIL- PÉREZ, D. **O Antropoceno: entre o risco e a oportunidade**. Educação Temas e Problemas, v.5, ano 3, 41-66, 2008.

SANTOS, E. L. História e Lutas no Território do Araripe: Agroecologia e ações de resistências em tempos de pandemia. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 15, n. 28, p. 221 - 231, 21 jul. 2021.

## ETNOGASTRONOMIA E AS PRÁTICAS ALIMENTARES DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Monica Helena Panetta<sup>28</sup>  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>29</sup>  
Wagner Lins Lira<sup>30</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/113686.6-20>

### 1. Introdução

O interesse pela gastronomia é notório, tendo em vista variados programas de televisão, reportagens nas mídias e redes sociais sobre o tema, que eleva a procura por cursos nos diversos níveis, aumentando o volume de publicações em congressos científicos e periódicos com enfoque no ato de cozinhar e de comer, que, permeia questões sociológicas e antropológicas, e registra a percepção da sociedade do que e como se come (BARBOSA, 2019).

Especificamente a Etnogastronomia - ciência emergente no Brasil – pretende-se ao estudo de práticas alimentares dos povos tradicionais e das comunidades rurais, valorizando os saberes-fazeres das populações locais e corroborando para a manutenção da agrobiodiversidade e dos recursos naturais (BITTENCOURT et al., 2016; GONÇALVES; GONÇALVES JUNIOR, 2011).

Ademais, ainda é conveniente ressaltar que a “agricultura familiar”, constituída por pequenos e médios produtores - advindos, tanto de comunidades locais, quanto de alguns povos tradicionais - têm contribuído para a conservação ambiental, efetivamente, através de técnicas agrícolas respaldadas em sistemas agroecológicos, pois são capazes de manter a agrobiodiversidade, preservando recursos naturais,

---

<sup>28</sup> Mestra em Ciências e Tecnologia dos Alimentos. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: [monica.panetta@ufrpe.br](mailto:monica.panetta@ufrpe.br).

<sup>29</sup> Doutor em Zootecnia. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

<sup>30</sup> Doutor em Antropologia. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

sementes crioulas, biodiversidade e outras manifestações que geram trabalho e renda (LOPES; LOPES, 2011).

Conforme o exposto, este trabalho pretende descrever e discutir sobre os achados das pesquisas referentes à etnogastronomia, no intento de compreender o conceito abordado por cada autor e os elementos que compõem esses estudos no Brasil a partir dos anos 2000, período que compreende o início dos Cursos de Gastronomia de Nível Superior no país e que, segundo Azevedo (2017), aparecem com maior frequência estudos da alimentação como fenômeno social e de viés multidisciplinar.

## 2. Referencial teórico

O antropólogo Roberto Damatta (1986) esforça-se em diferenciar o alimento da comida ao afirmar que comer vai além das funções fisiológicas e nutricionais, pois, para ele a comida possui um significado cultural bastante amplo e complexo “[...] sendo também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se, que envolve relações sociais e sensações que o ato proporciona” (DAMATTA, 1986, p.36-37).

Os estudos acerca dos “sistemas alimentares”, que existem, acima de tudo, para suprir necessidades biológicas, mas também para expressão das culturas alimentares (GONÇALVES, 2004), requerem abordagens cada vez mais transdisciplinares e transculturais, posto que devem permitir que as áreas do conhecimento e as culturas dialoguem.

As Etnociências perpassam diversas áreas, como na Etnogastronomia, dentre muitas outras disciplinas, que investem na ótica etnográfica, objetivando estudar, documentar e valorizar positivamente os conhecimentos, saberes e práticas de povos tradicionais. Nazarea-Sandoval (1991), usou o termo Etnogastronomia em 1991, por considerá-lo mais adequado para se referir ao conhecimento do que é considerado comestível por povos tradicionais, enfatizando que as intervenções agrícolas funcionam melhor quando esse etnoconhecimento é levado em consideração.

A Agroecologia por sua vez, é considerada uma ciência que, orienta processos de transição a estilos agrícolas sustentáveis, trazendo benefícios aos Seres Humanos e ao meio ambiente através da intersecção de várias áreas do conhecimento, saberes

e experiências ao favorecer o manejo consciente dos agroecossistemas (CAPORAL, 2009). Entretanto, o desenvolvimento sustentável, não pode desconsiderar os âmbitos culturais e sociais, que enaltecem as necessidades de se respeitar as culturas locais, em que valores e tradições: “devem ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.78).

O conjunto de saberes empíricos das comunidades e o conhecimento científico voltado ao manejo de agroecossistemas sustentáveis, estimula o fortalecimento dos saberes tradicionais, contribui para conservação da agrobiodiversidade, manutenção dos recursos naturais e modificação das dinâmicas territoriais, que com práticas mais sustentáveis promovem a conservação do meio ambiente, de modo que possa continuar existindo ao longo do tempo para futuras gerações (CÓRDULA et al., 2018; LOPES; LOPES, 2011).

### 3. Metodologia

A intenção foi analisar as pesquisas com enfoque na comida ancestral de povos tradicionais. Assim, realizou-se buscas nos bancos de dados “Scientific Electronic Library Online – SciELO”, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e “Google Scholar”, com os termos “etnogastronomia”, “povos tradicionais”, e “cultura alimentar”.

No início, foram encontrados três textos com a palavra etnogastronomia, para uma reflexão maior ampliou-se as investigações nas buscas com os termos – “povos tradicionais” e “cultura alimentar”, no título ou palavras-chave. Por fim, após análise das pesquisas encontradas, foram selecionados seis textos sobre alimentação que revelam o ato de comer e fatores mais complexos e amplos como cultivo, coleta, cozinhar, apresentar e servir os alimentos preparados.

### 4. Resultado e Discussões

A partir das buscas acima mencionadas, foram selecionados seis trabalhos, sendo dois que apresentam a palavra “etnogastronomia” no título, o resumo expandido

de Gonçalves e Gonçalves Junior (2011) e o resumo de Bittencourt et al. (2016). Mais outros três trabalhos com o termo “cultura alimentar” no título e ou palavras-chaves, duas dissertações, Pereira (2015) e Ungarelli (2009), e uma tese, Maciel (2010). Finalmente, para ampliar a discussão, selecionamos mais um texto com o termo “etnociências” no título, o artigo de Córdula et al. (2018).

Nessa amostragem, percebe-se que muitas outras áreas do saber científico vêm colaborando para as pesquisas acerca das práticas tradicionais. Sendo assim, encontramos alguns exemplos na área da Educação (GONÇALVES ; GONÇALVES JUNIOR, 2011), na Etnobiologia e na Etnoecologia (BITTENCOURT et al., 2016), demonstrando a abordagem transdisciplinar e transcultural que precisa ser empreendida pela etnogastronomia.

A investigação do conhecimento acerca de práticas alimentares de povos tradicionais teve enfoque distinto nestes estudos. Gonçalves e Gonçalves Junior (2011) tentaram compreender a cultura alimentar e os processos educativos compactuados pelos caiçaras da Comunidade de Praia Mansa e adjacências (Praia de Castelhanos e Praia Vermelha), em Ilhabela, SP (GONÇALVES e GONÇALVES JUNIOR, 2011) e Bittencourt et al. (2016) registraram formas de preparo, consumo e comercialização de alimentos produzidos por um casal de camponeses do acampamento Cachoeira da Fumaça, – Carrancas, MG.

A partir da etnogastronomia, Gonçalves e Gonçalves Junior (2011), decidiram se inserir na comunidade caiçara por alguns dias para analisar os conhecimentos dos caiçaras com a pesca de cerco (etnoictiologia), o preparo de pratos à base de peixe (etnogastronomia) e o uso de ervas e de plantas medicinais (etnobotânica), valendo-se vigorosamente da transdisciplinaridade e da transculturalidade. Assim, tomamos ciência de que o ato de comer figura uma ação humana universal e define a etnogastronomia como sendo: “o estudo das características próprias de um povo/comunidade desenvolvidas com intencionalidade relacionada a processos educativos de tradição e resistência” (idem, p. 7430).

Por sua vez, Bittencourt et al. (2016, p.31) concebe a etnogastronomia como uma ciência, cujo estudo: “visa valorizar e registrar tradições alimentares locais, evidenciando sua importância para a soberania alimentar dos diversos povos e culturas”. Por este ângulo, verificaram que a população do Acampamento Cachoeira

da Fumaça - situado em Governador Valadares, MG- protege o “importante patrimônio bicultural, com conhecimentos de práticas de base agroecológica e cultura gastronômica” (Idem).

O artigo com o termo “povos tradicionais” na palavra-chave foi selecionado a partir da relação com a etnogastronomia, uma vez que aborda práticas de sistemas agroecológicos, desde o plantio até a colheita e feitura dos alimentos, reverberando inequivocamente na conservação do meio ambiente. Seguindo essa perspectiva, o artigo de Córdula et al. (2018, p.85), que abrange a área de Educação Ambiental, indica-nos que: “o conhecimento transgeracional das comunidades locais podem restaurar e transformar os saberes e práticas da sociedade para com o meio ambiente”. É efetivamente por meio da difusão e da valorização positiva das culturas populares e tradicionais - em seu caso, os grupos étnicos situados no Nordeste do Brasil, em especial no Estado da Paraíba, que podemos propagar cientificamente novas possibilidades para o tão almejado desenvolvimento sustentável dos territórios.

Das produções de Pós-Graduação com o termo “cultura alimentar”, foram selecionados três trabalhos que buscaram compreender algumas relações entre as culturas e os hábitos alimentares, de povos camponeses (PEREIRA, 2015), de povos indígenas (MACIEL, 2010) e comunidades quilombolas (UNGARELLI, 2009). Destacamos que as três pesquisas elencadas incluem as práticas de manejo das roças, mas também o preparo e o consumo dos alimentos.

Sendo assim, Pereira (2015) concluiu que os camponeses de sua análise permanecem com suas práticas e hábitos alimentares tradicionais, de modo que o sistema alimentar em questão garante, tanto a segurança, quanto a soberania alimentar, além do que os saberes-fazeres de produtos alimentares artesanais neste território específico, vêm garantindo certa estabilidade e renda para os atores locais.

Por outro lado - seguindo as observações indigenistas de Maciel (2010) - detectamos que o contato com a “sociedade do não índio” interfere e altera os hábitos dos indígenas, principalmente, no que diz respeito à alimentação. Nesse contexto, sua pesquisa aponta que a temática da conservação ambiental precisa ser estimulada de modo a saber que as roças tradicionais vão muito além da função puramente alimentar, precisam existir, para manter laços de amizade, reciprocidade, resistência e magia.

Por fim, deparamo-nos com o trabalho de Ungarelli (2009), que concluiu que a produção de alimentos nos roçados quilombolas - através de práticas agrícolas de sistema agroecológico – visam o plantar e o colher pautados no respeito à agrobiodiversidade. Concepção que se mostrou relevante para a sustentabilidade local, deixando bem claro que o costume da comunidade de produzir seu alimento, reverbera na alimentação saudável, uma vez que fortalece a saúde e o “paladar identitário”.

Ademais, verificamos que - a partir dos estudos selecionados para a presente pesquisa - as análises envoltas dos conhecimentos populares e tradicionais, incluindo práticas e hábitos alimentares, têm enfoques distintos, embora tragam em comum a urgência de uma valorização positiva das culturas não hegemônicas, partindo de descrições analíticas dos alimentos, assim como de seus usos e preparos, estimulando a emergência de receitas e hábitos que repousam na memória coletiva e corroborando para a manutenção do meio ambiente e da biodiversidade.

## 5. Considerações Finais

A etnogastronomia como ciência está em construção, ainda é preciso dominar conceitos e métodos capazes de estudar, analisar, entender, valorizar e divulgar os saberes dos povos tradicionais, especificamente sobre os processos de se alimentar, em que o ato de comer envolve plantar, colher, preparar, combinar, apresentar e servir. Contudo, a abrangência do tema perpassa a transdisciplinaridade e requer método etnográfico para o registro e a valorização do saber-fazer das práticas alimentares dos povos tradicionais, corroborando na proteção do meio ambiente, uma vez que suas práticas alimentares são sustentáveis, resultante de uma agricultura de princípios e conceitos da Agroecologia.

## 6. Referências



AZEVEDO, E.. **Alimentação, sociedade e cultura:** temas contemporâneos. Sociologias, Porto Alegre, v.19, n. 44, p. 276-307, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/cvcGEO>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BARBOSA, I. Entre o fogão e a ciência: a comida como objeto de estudo na construção da cultura. **INTER-LEGERE**, v.2, n. 25, p. 1-20, 2019: Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/17308>. Acesso em: 15 maio 22

BITTENCOURT, DIEGO F.; ROSA, R.R.G.; MOURA, G.G.M. Etnogastronomia, agroecologia e resistência camponesa no acampamento Cachoeira da Fumaça, leste de Minas Gerais. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 11 e FESTIVAL DE SEMENTES CRIOLAS DA BAHIA**, 1, 2016. Feira de Santana, Bahia. Anais eletrônicos... Feira de Santana, Bahia: Z Arte Editora, 2016. p.31. Disponível em: <https://bityli.com/dXHdlf> Acesso em: 23 maio 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 70-85, 2002. Disponível em: <https://bityli.com/QxWRkl> Acesso em: 13 abr. 2022.

\_\_\_\_\_, F. R. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009. 30 p. Disponível em: <https://bityli.com/qtPsee>. Acesso em: 10 maio 2022.

CÓRDULA, E.B.L.; NASCIMENTO, G.C.C.; LUCENA, R.P.F.. **Comunidade, meio ambiente e etnociência:** saberes locais na conservação dos recursos naturais. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, v.13, n.2, p.85-103, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/CILhqr> Acesso em: 05 abr. 2022.

DAMATTA, R.. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 128p.

DIEGUES, A. C. [Org]. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2000, p.211. Disponível em: <https://bityli.com/iEaXJ> Acesso em: 10 de abr. de 2022.

GONÇALVES, T.F.C.; GONÇALVES JUNIOR, L.. Etnogastronomia caiçara: a cultura alimentar da comunidade de Praia Mansa – Ilhabela. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10 e SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO**, 1, 2011. Curitiba, PR. Anais eletrônicos... Curitiba, Paraná. p. 7428-7439, 2011. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6091\\_3358.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6091_3358.pdf) Acesso em: 10 abr. 2022.

GONÇALVES, J.R.S.. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. **Estudos Históricos**, n.33, p.40-55, 2004. Disponível em: <https://bityli.com/zDHAAu> Acesso em: 12 abr. 2022.

LOPES, P.R.; LOPES, K.C.S.A.. Sistemas de produção de base agroecológica: a busca por um desenvolvimento rural sustentável. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, v.4, n.1, p.s/n, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5047>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MACIEL, M.A.. **Raiz, planta e cultura: as roças indígenas nos hábitos alimentares do povo Paresi, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil**. 2010. 206 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Estadual Paulista, Botucatu, São Paulo. Disponível em: <https://bitly.com/kZJDYh> Acesso em: 12 abr. 2022.

NAZAREA-SANDOVAL, V. D. Ethnoagronomy and ethnogastronomy: On indigenous typology and use of biological resources. **Agriculture and Human Values**. Switzerland AG, v. 8, n. 1-2, p. 121–131, 1991. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01579665>. Acesso em: 30 maio 2022.

PEREIRA, A.B.A.S.. **Agricultura familiar camponesa e cultura alimentar: hábitos e práticas alimentares das famílias rurais da linha Simonetti – Ivorá/RS**. 2015. 101f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://bitly.com/fYMJMx> Acesso em: 20 abr. 2022.

UNGARELLI, D.B.. A comunidade quilombola Kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes. 2009. 93f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <<https://bitly.com/fGjCiT>> Acesso em: 10 abr 22.

## LUTA PELA TERRA E A EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO: O PRONERA e o território do alto sertão sergipano

Esmeraldo Leal dos Santos<sup>31</sup>

Maria Norma Ribeiro<sup>32</sup>

Ana Maria Dubeux Gervais<sup>33</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-22>

### 1. Introdução

O Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE tem uma grade curricular que debate da realidade do campo e propõe alternativas centradas na agroecologia e no desenvolvimento territorial. Uma dessas disciplinas é a Política Públicas de Educação do e no Campo que, de forma interdisciplinar, discute o papel da educação e sua capacidade de transformação.

Essa grade interage com o projeto e com o produto de pesquisa do doutorado profissional; no nosso caso, especificamente, procurando estabelecer a relação da reforma agrária com o processo de transição agroecológica no Território do Alto Sertão Sergipano.

Por isso, nesse trabalho, procuraremos identificar a possível conexão das lutas do campo, em Sergipe e no Brasil, com a estruturação de políticas públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

### 2. Referencial teórico

Para estudarmos a importância da educação e para entender sua dinâmica e atualidade é fundamental recorrermos aos clássicos como, István Mészáros e Paulo

---

<sup>31</sup> Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE. Diretor de Ação Fundiária da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe – EMDAGRO e Pesquisador do Grupo de História Popular do Nordeste (CNPq/UFS).

<sup>32</sup> Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

<sup>33</sup> Professora Sênior do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Freire. Esse primeiro autor explica que o capitalismo utiliza-se da educação como forma de autorreprodução. Nas suas palavras:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fortalecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (MÉSZÁROS, 2005, p. 25)

Por outro lado, Paulo Freire propõe uma educação questionadora, que pode ser usada como um instrumento de transformação e de construção de projetos libertadores. Nas suas palavras:

Uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987, p. 17).

Além deles, também nos basearemos em estudiosos como Roseli Caldart (2004), Antonio Munarim (2008) e Clarisse Santos (2018). Ambos abordam o PRONERA e a educação do e no campo como estratégicos para a construção de um novo projeto para os camponeses e para todo o povo brasileiro.

### **3. Metodologia: Estudo e ação ativa**

O ambiente de lutas das décadas de 1980 e 1990, preconizado por esses importantes teóricos e estudado a partir de uma metodologia ativa, ajudaram a fundamentar a nossa pesquisa. Com isso, para além da bibliografia clássica, foi necessário recorrermos às sugestões bibliográficas da disciplina e do programa, além de garimpamos materiais dos arquivos da UFS e do MST.

Também optamos por ouvir os sujeitos sociais, através de entrevistas abertas e da história oral de vida. Para isso, entrevistaremos graduados do curso de agronomia e camponeses sertanejos beneficiados pelas ações do PRONERA, procurando sempre entender os impactos no território.

#### 4. Discussões e resultados: Das lutas coletivas ao PRONERA

Criado no âmbito do Governo Federal, o PRONERA nasceu em 16 de abril 1998. A data teve relação com o trágico Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1997, e com a Marcha Nacional do MST, em 17 de abril de 1998. Também, podemos destacar os vários “Gritos da Terra Brasil”, promovidos pela CONTAG, a partir de 1995, buscando fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Esse ambiente de pressão por políticas públicas contribuiu para a mobilização de eventos como o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária I ENERA, em 1997 e a I Conferência Nacional Por Educação Básica no Campo, em 1998, que foram fundamentais para criar o PRONERA. Sobre esse processo de mobilização e de luta por terra e por educação, destaca Roseli Caldart:

Olhar para os movimentos sociais como sujeitos pedagógicos significa retornar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações como a dinâmica social em que se insere. (CALDART, 2004, p. 317).

Contudo, além do MST, da CONTAG e de outras organizações do campo, muitas outras instituições políticas e formadoras apoiaram esses eventos e foram importantes para a criação do PRONERA. Podemos citar: a UnB, o UNICEF, a CNBB, a UNESCO, dentre outras.

#### Sergipe: Da luta pela terra à educação do campo

Nesse mesmo período, capitaneado principalmente pelo MST, o campo sergipano assistiu a um dos mais intensos processos de ocupações de terras e de conquistas de assentamentos da sua história. O movimento saiu de 06 áreas na década de 1980 para mais de 70 áreas, e mais de 4.000 famílias assentadas na década de 1990.

Essa potencialidade das lutas, em Sergipe e no Brasil, deu força para que se pudesse reivindicar do Estado, educação de qualidade para o campo e no campo. Sobre isso escreve Antonio Munarim:

Posta essa percepção da ação de cunho mais propriamente político, que constitui o Movimento, importa, agora, ainda que consciente de sua inseparabilidade, refletir sobre seu significado mais propriamente pedagógico, ou seja, sobre a nova relação que se estabelece entre as organizações e movimentos sociais do campo com o sistema escolar oficial. (MUNARIM, 2008, p. 06).

Nesse contexto, vários cursos formais foram aprovados pelo PRONERA, em Sergipe, como: Engenharia Agrônoma (UFS), Licenciatura em Pedagogia da Terra (UFS), Licenciatura em Educação do Campo (UFS), Tecnólogo em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação (IFS) e Pós-graduação em Residência Agrária (UFS).

Para ilustrar a importância desses cursos, destaco o Projeto de Qualificação em Engenharia Agrônoma – PROQUERA (UFS), iniciado em 2004, com 60 vagas para beneficiários dos programas de Reforma Agrária do Nordeste, sendo: 38 (SE), 02 (CE), 03 (PB), 04 (RN), 03 (AL) e 10 (PE). Esse programa resistiu a muita pressão de grupos conservadores de Sergipe e do Brasil, inclusive venceu ação judicial movida pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe.

Para sermos mais específicos, 13 dos 38 sergipanos concludentes atuam ativamente no Território do Alto Sertão sergipano. Para exemplificar, cito Valdo de Jesus, que é professor do Projovem Campo, é atualmente contratado pelo Pró Semiárido e tem uma empresa de assistência técnica e de topografia. Ele fez uma reflexão sobre o impacto do curso, na sua trajetória, e sobre a sua contribuição para o campo. Disse:

Sou filho de assentados e o único da família que concluiu uma graduação. Tive essa oportunidade graças ao MST e ao PRONERA. O curso mudou a minha vida. Pude ajudar meus pais e meus irmãos e continuo ajudando outras famílias assentadas do meu estado. (Valdo).

Entrevistei também José Iris, que é dirigente do MST e assentado no PA Valmir Mota, em Canindé do São Francisco e desenvolve uma experiência de interrelação da sua produção com a caatinga. Disse:

Sou filho da reforma agrária e da educação, por isso lutamos para que nossa escola não fosse fechada e minhas filhas não tivessem que ir estudar na cidade. Isso é uma vitória! Comemoro também o fato de termos jovens estudando e contribuindo com os assentamentos. (Iris).

A escola que José Iris se refere fica numa comunidade e faz divisa com o assentamento. As famílias fizeram uma grande mobilização para resistir à nucleação.

## 5. Conclusão

Como vimos, o PRONERA é fruto de um processo de mobilização e se tornou um dos programas mais importantes de educação já criado no Brasil. Contudo, apesar da sua importância, vive um momento de desmonte. Principalmente nos últimos anos, nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro.

O programa formou jovens de muitos estados e em áreas bem diversas, impactando as vidas dos beneficiários, das suas famílias e dos territórios. Por isso, no próximo ano, ao completar 25 anos de vida, será necessário um segundo processo de mobilização para que o programa continue vivo e pujante.

## 6. Referências

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MÉSZÁROS, Ivan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Biotempo, 2005.

MUNARIM, Antônio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Revista do Centro de Educação**, vol. 33, n.1, 2008.

SANTOS, Clarice. O Pronera: 20 de luta, conquista e Desafios à Educação do Campo. **Revista Educação e Política em Debate**. Vol. 7, n. 1, p 13-22, 2018.

## MULHER E POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EM COMERCIALIZAÇÃO

Ana Cristina Oliveira de Almeida<sup>34</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>35</sup>  
Luciano Pires de Andrade<sup>36</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-23>

### 1. Introdução

As mulheres do campo, de uma forma geral, também trabalham bastante na roça, o que não é valorizado, mas sistematicamente invisibilizado, aparecendo apenas como uma ajuda ao marido. Muitas nem sequer se reconhecem como agricultoras e, por isso, é preciso reconhecer todos aqueles trabalhos que elas já vêm realizando (SOF, 2016).

Este trabalho pretende identificar, em determinados processos de transição agroecológica, como as políticas públicas envolvem o público beneficiário das mulheres e o que estas apontam para avançar no acesso às políticas públicas. Portanto, buscou-se refletir sobre a relação das mulheres e políticas públicas a partir de experiências territoriais de comercialização.

### 2. Referencial teórico

O agroecossistema é um ecossistema modificado pela mulher e pelo homem, e a sustentabilidade desse agroecossistema dependerá do manejo realizado a partir de aspectos de fluxo de energia, ciclagem de nutrientes, mecanismos reguladores de população e estabilidade (capacidade de resiliência) (GLIESSMAN, 2009).

---

<sup>34</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE, [anacris.olialmeida@gmail.com](mailto:anacris.olialmeida@gmail.com)

<sup>35</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE, [horasa.andrade@ufape.edu.br](mailto:horasa.andrade@ufape.edu.br)

<sup>36</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE, [luciano.andrade@ufape.edu.br](mailto:luciano.andrade@ufape.edu.br)

Sabendo disso, além dos requisitos ecológicos, o elemento humano nesse processo é fundamental e deve-se considerar, por exemplo, os tipos de relações sociais estabelecidas, a eficiência do trabalho exercido e os aportes externos colocados. Ao garantir a inserção dessas questões, no bojo da sustentabilidade, e a partir do que Gliessman (2009) sugere, o trabalho deve voltar-se no sentido da sustentabilidade, de modo que o responsável por qualquer agroecossistema se esforça, para usar o conceito de ecossistema no desenho e manejo do agroecossistema.

Na construção da afirmação das mulheres como sujeitos de direitos, mostra-se que é preciso novas narrativas, novos objetivos e outros valores, pois são elas que nos estimulam a abordar a alimentação como bem comum e representam a principal força social, que se interpõe no caminho da completa mercantilização da natureza (MOTA et al., 2021).

O desenvolvimento rural no Brasil e na América Latina no período da Revolução Verde era constituído por ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente, de caráter compensatório e apontada como a única solução para os agricultores, que não conseguiam se modernizar tecnologicamente, nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, do comércio e dos serviços (SCHNEIDER, 2010).

Sabendo desse processo de desenvolvimento rural imposto historicamente, justifica-se a reflexão de Rua (1997), quando afirma que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais, ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articulam os apoios necessários.

Na busca pelo desenvolvimento territorial e rural observa-se que, além das políticas de acesso a mercados institucionais, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e segurança hídrica, há a economia solidária que se constitui em um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local, num cenário de capitalismo moderno neoliberal, mundialização e desterritorialização da produção e das mercadorias (ORTIGOZA, 2014).

Portanto, a economia solidária se manifesta em ações e prestações de ajuda mútua, no compartilhamento do trabalho e no manejo coletivo de recursos comuns compartilhados, efetivamente, por serem essenciais para o desenvolvimento da

produção agrícola. E estas manifestações de reciprocidade são também responsáveis pela coesão e organização social em torno de valores humanos afetivos, coletivos e éticos (SABOURIN, 2009).

### 3. Metodologia

Este trabalho lançou olhar para experiências em dois territórios, sendo um deles o Agreste Meridional no Estado de Pernambuco que é constituído por 20 municípios, onde a maioria é situada em áreas rurais e se originou como distrito de Garanhuns (MDA, 2011). O outro território é o Baixo São Francisco no Estado de Alagoas que é composto por 7 municípios (MDA, 2015), com 16.209,6 km<sup>2</sup> de superfície territorial (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

A pesquisa em torno deste trabalho é aplicada e também exploratória, pois permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com as mulheres que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão dos fatos abordados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A partir dos dados obtidos, admite-se que este trabalho seja de caráter qualitativo em consonância ao que Minayo e Sanches (1993) consideram como investigação que busca aprofundar a compreensão da complexidade de fenômenos, fatos e processos sociais particulares de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas sobre as 1) Estratégias do campesinato para construção do território-rede; 2) Políticas públicas no território do Agreste e 3) Estratégias de agregação de valor e comercialização. As mulheres entrevistadas foram uma liderança da Feira Agroecológica Agrofamiliar, uma liderança sindical da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco - FETAPE ambas do território Agreste do Estado de Pernambuco, e uma mulher liderança da Associação Aroeira do território Baixo São Francisco do Estado de Alagoas.

#### 4. Resultados e Discussão

Para a existência da Revolução Verde e para o fortalecimento do agronegócio, o Estado Nacional fornece apoio irrestrito, como observaram Heredia et al. (2010), de modo que são intensos os investimentos que expõem a relação entre o agronegócio, Estado e políticas públicas, garantindo sua viabilidade e expansão.

Mesmo assim, a sociedade, em suas múltiplas representações, buscou criar suas propostas de desenvolvimento rural e, portanto, dadas as transformações sociais advindas de novos cenários políticos, as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural levaram-nos à execução de políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, 2010).

A participação de instituições públicas, seja de ensino, pesquisa ou extensão, torna-se fundamental para fortalecer o elo entre a sociedade e o Estado. Em um trabalho de avaliação do processo de transição agroecológica de agricultores familiares em Garanhuns, Pernambuco, dados apontam para a importância da feira agroecológica Agrofamiliar, realizada em parceria com a UFRPE/UFPE, desempenha funções como mediadora e formadora nas práticas colaborativas e solidárias junto aos produtores agroecológicos, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar local, fazendo cumprir assim o seu papel de ensino, pesquisa e extensão num contexto de transição agroecológica (ANDRADE et al., 2018; SILVA et al., 2021).

Para a liderança da feira agroecológica Agrofamiliar, apesar das dificuldades em trabalhar com agroecologia, há beleza no trabalho e os envolvidos buscam melhorar cada vez mais e conhecer quem tem feito parte da rede de produtos. A feira é, para além da comercialização, um espaço de conscientização ambiental sobre a produção agroecológica, envolvendo muitos parceiros para divulgar o trabalho da agroecologia no território.

Com a pandemia e as normas de distanciamento social, 40% da produção dos associados pela rede que envolve a feira foi destinada à comercialização virtual dos

produtos e as mulheres contribuíram com o sistema de entregas em delivery, a partir da venda via aplicativo whatsapp e entrega direta ao consumidor.

Para a mulher liderança sindical, haja vista a quantidade de agricultores familiares no território Agreste/PE, composta em sua maioria por mulheres e jovens, há necessidade de construir políticas públicas de ATER, considerando o potencial para o trabalho com a agricultura familiar, feiras, comercialização entre outros, os quais são feitos, em sua grande maioria, pelas organizações não-governamentais.

Ao trazer as mulheres para o olhar da participação na economia solidária, Vilaça e Silva (2018) afirmam que, mesmo havendo dificuldades para estas se organizarem, tal processo é necessário para compreendermos as contribuições desse grupo majoritário e suas experiências vividas.

A liderança da Associação Aroeira questionada sobre como se dava a participação das crianças na associação, compreendendo a necessidade da divisão das tarefas de trabalho do cuidado doméstico e o trabalho produtivo, respondeu que há uma mulher associada dedicada ao cuidado das crianças no espaço da associação, mas há também o projeto de uma creche pública para a comunidade, onde está situada a associação. Isto possibilitará a divisão da responsabilidade do trabalho doméstico com o Estado.

Portanto, a participação social como a das mulheres da Associação Aroeira possui uma lógica diferente das empresas, pois se caracteriza como um sistema sócio produtivo, onde se valorizam aspectos como: os conhecimentos e a cultura extrativista dos sujeitos locais; o trabalho associado; as ações realizadas no coletivo e a socialização dos extrativistas (MACIEL et al., 2018).

Num cenário político que vivemos atualmente, está mais do que nunca colocada a importância da organização social popular, pois são muitos os desafios atuais e, após quase duas décadas de busca pela afirmação dos direitos das mulheres do campo com projetos de políticas afirmativas inspiradas nos ecos da Constituição de 1988, vive-se o risco de vermos essas vozes sendo silenciadas. Da mesma forma, segundo as autoras, indicadores das desigualdades em geral estão aumentando, e os de gênero em particular, especialmente, quando observamos o alarmante aumento das violências contra as mulheres (MOTA et al., 2021).

## 5. Conclusões

Os relatos e as experiências das mulheres lideranças das organizações evidenciaram a participação das mulheres nas atividades produtivas agroecológicas, com destaque para a comercialização. Este fato demonstra que não só participam como constroem o cenário de transição agroecológica nos territórios em que estão inseridas.

E, considerando que as mulheres fazem parte de um grupo social que historicamente foi excluído do processo de modernização da agricultura, é necessário que políticas públicas sejam efetivadas para dar robustez aos processos de desenvolvimento rural em curso nos territórios, principalmente, para implementar ações práticas e objetivas, que contemplem a participação desse considerável grupo social.

## 6. Referências

ANDRADE, H. M. L. S. et al. Agrofamiliar: construindo conhecimentos e semeando a agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22461>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ANJOS, M. M. S., AZEVEDO, P. R., ANDRADE, H. M. L.S. Convivência com O Semiárido: A Realidade Do Sítio Cruz (Garanhuns – PE). **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 2, n.1, 2020. DOI <https://doi.org/10.52719/bjas.v2i1.3619>.

GLIESSMAN, S.R. Introdução à Agroecologia. In: GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Editora da Universidade, 4 ed., cap. 1, p. 35-83, 2009.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

MACIEL, K.N.; BARBOSA, L.C.B.G.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Associativismo Rural: a experiência da Associação Extrativista de Pimenta Rosa no município de Piaçabuçu, Alagoas**. 2018. Disponível em: [https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/2A/11\\_Kleciane\\_Maciel.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/2A/11_Kleciane_Maciel.pdf) f. Acesso em: 03 jun 2022.

**MDA Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste Meridional de Pernambuco.** Brasília: Governo Federal, 2011. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio002.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio002.pdf). Acesso em: 02 jun 2022.

**MDA Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo São Francisco - AL.** Brasília: Governo Federal, 2015. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_175\\_Baixo%20S%C3%83%C2%A3o%20Francisco%20-%20AL.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_175_Baixo%20S%C3%83%C2%A3o%20Francisco%20-%20AL.pdf). Acesso em: 02 jun 2022.

MOTA, D.M.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M.E.L. Biodiversidade, cultura alimentar e agroecologia: reflexões sobre as contribuições das mulheres rurais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In.: NEVES, D.P.; MEDEIROS, L.S. (org.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, p. 329-343, 2013. ISBN 978-85-63749-07-9.

NASCIMENTO, M.C.; OLIVEIRA, A.L.A. **Uso da terra no Baixo São Francisco alagoano:** um olhar sob o ponto de vista da sustentabilidade geoambiental. I Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: Integrando conhecimentos científicos em defesa do Velho Chico, 2016.

ORTIGOZA, S. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 6, p. 241-257, dez. 2014. ISSN 2182-1267.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUA, M.G. **Análise de Políticas Públicas:** Conceitos Básicos. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2022.

SABOURIN, E. Economia camponesa, economia de reciprocidade. In: SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade.** [S.l.]: Garamond, 2009. cap. V, p. 300-336.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política (Impresso)**, v. 30, p. 511-531, 2010. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/119-9.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

SANTOS, L.A.O.; ANDRADE, H.M.S.; PINHEIRO, L.H.S.; ANDRADE, L.P. **Avanços na implementação de uma feira agroecológica no Agreste de Pernambuco.** Anais II CONIDIS... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em:

<http://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/33232>. Acesso em: 7 jun 2022.

SILVA, R. N.; FEISTAUER, D.; SALES FILHO, R. L. M.; ANDRADE, H. M. L. S.; ANDRADE, L. P. Avaliação do processo de transição agroecológica em propriedades agrofamiliares do município de Garanhuns, Pernambuco. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.2, p.125-134, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.002.0013>

SOF Sempreviva Organização Feminista. **Mulheres do campo construindo autonomia**: experiências de comercialização. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, p. 6 2016. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

VILAÇA, M.; SILVA, M.K.B. As experiências das mulheres e sua relação com a educação popular solidária. In: VILAÇA, M.; NUNES, J.; FERREIRA, I.; BARBOSA, K. **Caderno pedagógico**: economia solidária, mulheres e juventude. Olinda, MXM Gráfica e Editora, 2018

# PÓS-ESTRUTURALISMO, EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E AGROECOLOGIA: UMA INTERSEÇÃO IMANENTE

Pedro Léo Alves Costa<sup>37</sup>

Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>38</sup>

Luciano Pires de Andrade<sup>39</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-35>

## 1. Introdução

A Agroecologia, enquanto ciência emergente (ALTIERI, 1989; 2000), tem por base a concepção da integração de áreas do conhecimento, que inclina ao observar o todo, em um pensamento sistêmico e não puramente reducionista ou analítico. Portanto, esta consegue integrar outros ramos de maneira interdisciplinar e transversal (FEIDEN, 2005).

Este conceito nos leva a pensar que, no contexto da educação, a Agroecologia retira seu caráter tecnicista, ao aportar um diálogo de saberes, experiências agregadas e o protagonismo de diversos sujeitos na produção dos conhecimentos, valorizando o tradicional e ancestral, como na educação do campo, indígena ou quilombola (RUIZ ROSADO, 2006).

Ao emergir nesta seara é que, tanto a educação dos povos tradicionais quanto a Agroecologia, trazem contribuições aos novos estudos educacionais, através do pós-estruturalismo - ou pós-crítica (LOPES, 2013) - onde suas concepções mudaram as geografias educativas, com base em novas matrizes metodológicas e rupturas substanciais da educação tradicional.

---

<sup>37</sup>Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela UFRPE. E-mail: pedroleoacosta@gmail.com.

<sup>38</sup> Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza- PPGEtno pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. E-mail: horasa.silva@ufrpe.br.

<sup>39</sup> Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza- PPGEtno pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br.

Portanto, a partir dessas ideias propedêuticas, é que o presente estudo tem por objetivo, e através de um questionamento ordenador, perguntar como a Agroecologia, junto à educação, sob uma ótica pós-crítica (ou pós-estruturalista) e a educação quilombola, conseguem se tornar indissociáveis, estando de alguma maneira interseccionados. E também como estas representam uma transposição nos entendimentos anteriormente pré-determinados pelas ciências clássicas.

A pesquisa, com isso, se torna relevante tanto no plano acadêmico quanto social. Pois, coloca em pauta assuntos que trazem à tona novas ideias, revelando conteúdos que, por muito tempo, eram postos em segundo plano pelos estudiosos e pela própria academia, agora em uma nítida visão contra-hegemônica, como ensina Boaventura de Sousa Santos (2002).

## 2. Referencial Teórico

As mudanças paradigmáticas das ciências no século XX, o giro epistemológico e o pensamento sistêmico podem ser encontrados em Kuhn (2013) e Capra e Luisi (2016). Caporal (2009) faz a ligação desta virada, a partir do pensamento kuhniano, com o conceito do que é Agroecologia (e o que não é) e sua importância no diálogo com outras ciências. O conceito de Agroecologia também pode ser encontrado em Guzmán e Molina (1996).

A caracterização de novas epistemes e a construção dos saberes, no âmbito da pós-modernidade, é situado em Foucault (2013), analisado também em trabalho de Macedo e Vieira (2020). O estudo de como há a ligação destes novos discursos científicos com a Agroecologia é possível encontrar em Caporal e Costabeber (2004) e Altieri (2002).

Para entender o recorte da produção pós-estruturalista em educação no Brasil bem como sua conceituação, necessários são os estudos de Paraíso (2003; 2004). Sobre a estrutura dos estudos pós-críticos em educação, analisa-se a obra de Louro (1995) e, especificamente, sobre os estudos da diferença, etnia e raça em Silva (2002).

Por fim, sobre educação quilombola é imprescindível analisar seu marco legal (BRASIL, 2012). E para entender a questão do que é ser quilombola, suas vivências,

ancestralidade e idiosincrasias, e o contexto de formação, currículo e educação, a fundamentação pode ser vista em Carril (2017) e Arruti (2017).

### 3. Metodologia

Este trabalho constitui um prelúdio ao referencial teórico de uma futura tese e produto(s) final(is) de Doutorado no PPGADT, a ser trabalhado com educação em uma comunidade quilombola no sertão de Pernambuco. Com isso, a metodologia e o marco teórico aqui retratados são, antes de tudo, esboços.

Portanto, por ora, o presente trabalho se caracteriza (GIL, 2018) quanto à finalidade, como aplicado. Quanto ao propósito (ou objetivos mais gerais) é exploratório, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Quanto à forma de abordagem é qualitativa (MINAYO, 1994; CRESWELL, 2007; GIBBS, 2008), já que se vai perceber criticamente os dados coletados, com uma análise valorativa da coleta.

Para alcançar seus objetivos, utilizou-se os seguintes procedimentos técnicos e de produção de dados (métodos): bibliográfico, pois trará referenciais teóricos selecionados em artigos, teses e doutrinas, para fundamentar conceitos para a pesquisa; e documental, pois analisará e sistematizará além do marco legal da educação quilombola, os documentos que centraram a criação destas normatizações.

Cite-se, como exemplo, pareceres, ementas e as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola no Ensino Básico, além da LNDB e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Sobre estes documentos, se fará uma análise crítica, histórica e de conteúdo (FRANCO, 2021).

### 4. Resultados e discussão

Após as mudanças paradigmáticas das ciências tradicionais, no século XX, a Agroecologia se tornou um meio universalmente aceito para essa transformação, ao buscar a integração e romper com o isolacionismo das ciências que sempre estiveram atrelados à sistemática cartesiana de pensar.

Enquanto catalisadora neste intento, sempre com uma visão decolonial, holística, sistêmica e fora da tradição eurocêntrica, a Agroecologia pretende dar uma nova contribuição, no sentido em que os meios sociais possam, de maneira coletiva e participativa, colocar no centro a dimensão local.

Ou seja, dentre diversas outras epistememes, esta nova ciência traz o enfoque dos saberes tradicionais e populares e a diversidade sociocultural, no intento de um desenvolvimento territorial mais humano e sustentável, que coloca em pauta os sempre dantes excluídos. E esta influência não poderia ter sido diferente na ciência da educação.

A educação passou (e continua passando) por diversas transformações, precipuamente com as pesquisas educacionais pós-críticas, estas que se transmutam em sistemas abertos, amalgamados por linhas variadas, rupturas, substituições e também mudanças de paradigmas em relação às pesquisas positivistas (críticas).

A educação, sob uma ótica pós-crítica, questiona o modo de saber tradicional, os sujeitos e os textos educacionais que sempre tiveram relações imbricadas com uma educação bancária (FREIRE, 1987) e normatizada. Agora, há uma problematização das realidades e dos subjetivismos, com ênfase nas liberdades, conscientização, identidades, territórios/territorialidades, justiça, humanismo, meio ambiente, democracia e cidadania.

Estes novos trabalhos exploram, na prática, as várias questões de gênero, com estudos feministas, culturais, de raça, cor e etnia. Neste amplexo de acepções, é que podemos trazer para dentro da Agroecologia e para a educação pós-crítica (ou pós-estruturalista) a Educação Escolar Quilombola (assim como a Educação no Campo ou Educação Indígena).

A educação quilombola hoje possui o sentido da formação que oportuniza o desenvolvimento na valorização dos conhecimentos tradicionais produzidos por estas comunidades. Levando-se em conta o contexto histórico, social, cultural e político e tendo como eixos norteadores as suas especificidades raciais, ancestrais, seus saberes, além da superação do racismo e da discriminação sob todas as formas.

## 5. Conclusão

Portanto, se torna perceptível o quanto a Agroecologia e os novos estudos em educação possuem fundamentos similares.

Dentro desta análise é que as questões de raça, etnia, identidades e territórios, bem como dos saberes tradicionais e populares estão incluídos nos princípios e ações da Educação Escolar Quilombola, que visa, dentre outras, observar as vicissitudes dos grupos quilombolas e levar em conta, no contexto formativo, diversas questões, como as necessidades locais das comunidades.

A educação quilombola, apesar de possuir barreiras e entraves a serem superadas, principalmente por ausência de efetivação de políticas públicas eficientes pelo Poder Público, não pode deixar de ser analisada diante de sua importância para a educação como um todo.

É indubitável a necessidade dos povos tradicionais para a construção de uma tessitura social isonômica no Brasil. Seja por uma questão de reparação histórica, quanto pelas novas dinâmicas que acontecem ao redor do mundo. Assim, o olhar sobre estes grupos não pode deixar de ser trazido e a academia, junto à Agroecologia, se tornam fundamentais neste intento.

## 6. Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 114 p. (Síntese universitária, 54).

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 2012.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009.

- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova. In: **Agroecologia e extensão rural contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável Extensão rural**. Porto Alegre: IICA, 2004.
- CAPRA, F.; LUISI, P. L. **The systems view of life: a unifying vision**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- CARRIL, LOURDES DE FÁTIMA BEZERRA. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2017, v. 22, n. 69, pp. 539-564.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FEIDEN, A. **Agroecologia: introdução e conceitos**. Em Aquino AM, Assis RL (Eds) Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável. Embrapa Informação Tecnológica. 2005. Brasília, Brasil. p. 49-70
- FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Autores Associados, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Artmed, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**, nº 39, 2013, 7-23. Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Universidade do Porto, Portugal.
- LOURO, G. L. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. (orgs.). **Reestruturação curricular**. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 172-182.
- MACÊDO, L. A. S.; VIEIRA, E. P. P. **As epistemes e a produção de saberes na contemporaneidade**. 2020. *Crítica Educativa*, 5(2), 33–42.
- MINAYO, M.C.S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 3ª ed., 1994.

PARAÍSO, M. A. Currículo-Mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo no Brasil. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 26. Programa e resumos. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003, p. 204.

PARAÍSO, M. A. **Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil**: esboço de um mapa. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 283-303.

RUIZ ROSADO, O. Agroecología: una disciplina que tiende a la transdisciplina. 2006. *Interciencia* 31: 140-145.

SANTOS, B. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo:Cortez, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar em España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Ed.). **El campo y la ciudad**. Madrid: MAPA, 1996. p. 153-197 (Serie Estudios).

SILVA, T. T. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 73-102.

## POVOS INDÍGENAS DA MATA SUL DE PERNAMBUCO E NATUREZA: resistências, extermínio e o ressurgimento

Francisco Manoel de Assis Filho<sup>40</sup>  
José Nunes da Silva<sup>41</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>42</sup>  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>43</sup>  
Wagner Lins Lira<sup>44</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-25>

### 1. Introdução

Este pequeno escrito tenta trazer um pouco do que aconteceu com os povos indígenas que habitam a Mata Sul de Pernambuco. Porém precisamos ter como marco temporal alguns momentos históricos, tais como: a chegada dos portugueses no Brasil, a instituição do modelo de Capitânicas hereditárias, as Sesmarias, os aldeamentos e o pós-constituição federal de 1988 até os dias atuais, bem como o reflexo disso nesse território, pois ambos são uma unidade indissolúvel, sendo responsável pelo fortalecimento da territorialidade, do coletivo e do indivíduo indígena.

Impossível chegarmos aos dias de hoje sem fazermos um breve histórico do que se tratou o genocídio e etnocídio indígena, como é o caso da criação das capitânicas hereditárias, Sesmarias e latifúndios, bem como destruição de grande parte

---

<sup>40</sup> Indígena da Etnia Pankararu, Discente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – UFRPE e Extensionista rural no Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA. E-mail: franciscofilho.eng.agronomo20@gmail.com

<sup>41</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE. E-mail: jose.nuness@ufrpe.br

<sup>42</sup> Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza- PPGEtno pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Professora Permanente da Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. E-mail: horasa.andrade@ufape.edu.br

<sup>43</sup> Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV e Professor Permanente da Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. E-mail: jorge.mattos@ufrpe.br

<sup>44</sup> Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Professora Permanente de Pós-Graduação em Educação e Professor Colaborador de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. E-mail: wagner.lira@gmail.com

do bioma Mata Atlântica, ou seja, mais de 5 séculos de colonização, modelos hegemônicos de ocupação desse espaço, para aí sim, termos um olhar para os povos indígenas da Mata Sul de Pernambuco atualmente.

Os poderes juntamente concebidos aos mandatários relativos à administração das capitanias faziam jus ao tamanho das mesmas e aos seus recursos naturais, porém deveriam ser exercidos dentro dos limites dela (FERRAZ, 2008).

Assim como em muitas regiões do Brasil, várias cidades tiveram suas fundações devido aos aldeamentos indígenas formados no período posterior as implantações das capitanias hereditárias, que foi no período das Sesmarias e por atos de doações. Doação essa que ocorreu como gesto de gratidão da Coroa Portuguesa aos serviços prestados pelos indígenas Potiguar, Tabajara e Kariri requisitados de regiões da Paraíba para ajudar os bandeirantes paulistas na Guerra dos Palmares, bem como para mantê-los recolhidos e vigilantes nas matas do antigo Quilombo (FERREIRA, 2003).

Apesar do gesto de benevolência da Coroa Portuguesa no século XVI com algumas etnias indígenas vindas da Paraíba para atuarem no fatídico episódio da Guerra dos Palmares em detrimento da extinção dos Quilombos, no século XVIII o império com a assinatura da Lei de Terras por Dom Pedro II, mostrou mais uma vez a falta de compromisso para com as populações indígenas do país e mesmo no século XIX com a constituição federal trazendo o artigo específico voltado para garantir os direitos dos indígenas e seu modo de vida, as questões referentes a isso não tiveram maiores avanços no Brasil até os dias de hoje.

Porém aos oficialmente chamados de “remanescentes indígenas” dessas etnias do passado, são atribuídos os sumiços por muitos estudiosos da antropologia, como estratégia de sobrevivência, pois eles foram se misturando em meio à população não indígena (processo esse estimulado pelo governo com os aldeamentos e clareamento da população nacional), preenchendo alguns espaços de trabalho locais (exemplo do trabalho no corte da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul que muitas vezes os Xucuru de Ororubá estavam nessas frentes de trabalho) e muitas vezes recebendo a alcunha de “caboclos” (ARRUTI, 2004; SANTOS et. al 2018).

## 2. Referencial teórico

## 2.1 O desaparecimento e o ressurgimento dos povos indígenas no Território da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Estima-se que quando os colonizadores chegaram ao Brasil no século XV a população indígena era de 5 milhões e o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano de 2010 aponta que foram contabilizados 896,9 mil indígenas no país.

Se tratando do Estado de Pernambuco, o mesmo tem 53.284 mil indígenas, o que representa 0,6% da população total pernambucana e 6,5% da população indígena nacional, ocupando a 4ª posição dos Estados brasileiros (IBGE, 2010).

O sumiço da população indígena em Pernambuco assim como na maioria dos Estados brasileiros, se deu por vários fatores, podendo citarmos o extermínio indígena em massa por armas belicas, contrair doenças de não indígenas (gripe, etc.), as capitanias hereditárias, as Sesmarias, o Programa de Catequese e Civilização dos Índios (assinado por Dom Pedro II em 24 de junho de 1845 que criou os aldeamentos, a Lei de Terras de 18 de setembro de 1850), o conceito de branqueamento racial (amplamente divulgado no Brasil entre 1889 e 1914 como a solução de elitizar o país em nível de regiões de primeiro mundo a exemplo da Europa), etc.

Para Santana do Ó (2018) fato esse que favoreceu oficialmente a extinção de muitos aldeamentos no Nordeste, passando essas populações a se misturarem a populações sertanejas e quilombolas e a trabalharem como agregados em fazendas, vivendo como sem terras/teto, trabalhando no cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata como safreiros, marginalizados e/ou ora vivendo nas periferias das cidades.

Já Arruti (2004) afirma que o sumiço dos povos indígenas no Nordeste também ocorreu como uma forma de estratégia e resistência a todas as pressões que recebiam em virtude do sucesso e avanço da colonização portuguesa, pois a margem da sociedade não indígena desde fins do século XIX, eles silenciaram-se e foram construindo suas bases de resistências étnicas que se consolidaram nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com Krenak (2019) a Constituição Federal de 1988 passou a ser vista como um marco significativo e inédito para os povos indígenas, pois garantiu em

lei os direitos dos mesmos, atribuindo ao governo da União que assegurasse seus costumes, culturas, coletivos, identidades, territórios e territorialidades.

Um fato que favoreceu o ressurgimento de muitas etnias indígenas consideradas extintas e deu espaço de fala para os mesmos, trazendo outros direitos que até então não eram acessados foi a Lei nº 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas, que permitiu o acesso de muitos indígenas às graduações e pós-graduações desde então e que na maioria das vezes depois de formados voltaram e exerceram as profissões junto aos seus coletivos e a seus interesses perante a sociedade não indígena.

### **3. Metodologia**

A metodologia utilizada foi baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, artigos, literatura cinzenta (teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios, etc.) e entrevistas disponíveis na plataforma Google Acadêmico®, Google® e o portal de Periódicos CAPES. Neste sentido, foi lançada uma chave de busca “indígenas na Mata Sul de Pernambuco” nas plataformas supracitadas, totalizando 40 arquivos digitais entre livros, artigos, literatura cinzenta (teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios, etc.) e entrevistas. Após isso foram separados apenas os materiais que convergiam com o assunto abordado, totalizando 10 materiais que estão aqui como fontes bibliográficas.

### **4. Resultados e Discussão**

A constituição federal de 1988 foi um marco para a população brasileira de forma geral, pois após um longo período de ditadura militar no país e descumprimento de direitos básicos do ser humano, garantiu-se, ao menos em teoria, direitos que atendiam a todas as classes sociais.

Podemos constatar que apesar da conquista na Constituição Federal de 1988 e de ter seus direitos originários garantidos no papel, a realidade na Zona da Mata Sul e em outros territórios nacionais não reflete o que é determinado por lei, prevalecendo ainda à presença do latifúndio e do cultivo de grandes áreas da monocultura da cana-

de-açúcar, além hoje da construção de condomínios (especulação imobiliária), indústrias, SUAPE, etc.

Para De Azevedo Grunewald (2004) a atual reflexão antropológica de etnogênese afirma que esse fenômeno de “emergência étnica” ou ressurgimento étnico, tem ocorrido onde primeiro começou a colonização portuguesa, no caso no Nordeste, e é denominado como: o processo de emergência histórica de um povo que se auto define em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelo horizonte indígena.

Onde ele constatou que pequenos grupos de pessoas do “tronco” da etnia Pankararu saíram de sua aldeia mãe “Brejo dos Padres” por diversos motivos (brigas por terras com não indígenas, falta de viveres na aldeia mãe, etc.) e se instalaram no Sertão alagoano, tendo em 1998 o ressurgimento desses remanescentes dos troncos que lá chegaram há décadas.

Não vêm apenas esses ressurgimentos fortalecidos na conquista da constituinte de 1998, que fez com que muitas populações indígenas voltassem a se autodeclararem povos tradicionais, mas sim, pela conexão com o plano metafísico/espiritual, que nas últimas décadas tem orientado ao levante de muitos grupos étnicos, onde é feita a orientação pelos seres encantados, que muitas vezes aparecem em sonhos, ensinam como se deve proceder nos rituais (quando não se tem mais nenhum ancião para repassar), nas novas denominações das pontas de ramas que ressurgem e no resgate e fortalecimento da cultura (AMORIM, 2010).

Assim como afirma Silva (2016) que as autoridades escolhidas para defesa das causas indígenas no passado eram na grande maioria das vezes oficiais da Guarda Nacional, chefes políticos locais, posseiros, tradicionais invasores dos territórios indígenas, militando em causa própria e devido a isso não demonstravam interesses para com os povos originários, isso se repete nos dias atuais em todo o território nacional e muito forte na Zona da Mata Sul, onde imperam os latifúndios, monocultivos, indústrias e obras faraônicas do governo.

Dentre as importantes vozes, merece destaque, o protagonismo das mulheres indígenas em defesa dos territórios e das lideranças jovens e anciãs indígenas, a exemplo dos movimentos “Marchas das Mulheres Indígenas” e o “Acampamento Terra

Livre - ATL”, ambos realizados anualmente em Brasília – DF, contando com algumas edições e a presença de lideranças indígenas da Mata Sul de Pernambuco, a exemplo de Raiane Lira do povo Xukuru da cidade de Escada - PE.

## 5. Conclusões

Mesmo a Constituição Federal de 1988 prevendo a garantia dos direitos dos povos tradicionais, seus modos de vidas, territórios, etc; nos dias atuais ainda não se resolveu e não se aplica na íntegra as problemáticas e direitos desses povos.

Apesar de invisíveis desde o século XVIII e XIX, essas populações indígenas permaneceram muitas vezes em seus territórios e misturaram-se com as populações não indígenas, seja pela criação e/ou destruição dos aldeamentos, e passaram a viver muitas vezes agregados em fazendas, no corte da cana-de-açúcar, nas periferias das cidades, etc. A luta tem sido árdua por parte desses coletivos, porém os desafios na Zona da Mata Sul são gigantescos, justamente por ter toda uma estrutura hegemônica instalada há séculos e que luta contra esses direitos dos povos originários nesse território tão rico de recursos naturais, mesmo sendo tão prejudicado com o desmatamento de grande parte da Mata Atlântica.

## 6. Referências

AMORIM, Siloe Soares de. **Os Kalankó, Karuazu, Koiupanká e Katokinn: resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. 2010.

ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p.231-279.

DE AZEREDO GRÜNEWALD, Rodrigo. **Etnogênese e ‘regime de índio’ na Serra de Umã**. João Pacheco—org.-A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Contra Capa livraria/LACED. 2ª edição. Rio de Janeiro, Brasil, p. 139-174, 2004.

FERRAZ, SOCORRO. Sesmarias do açúcar, sítios históricos. **Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica**, v. 2, p. 59-78, 2008.

FERREIRA, Lorena de Mello. **Sou caboclo sim, e daí? a resistência dos índios de barreiros na mata sul de Pernambuco (1850-1870)**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

IBGE. **Os Indígenas no Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/indigenas/estudos.html>. Acesso em: 11 dezembro de 2021.

KRENAK, Ailton. Discurso de Ailton Krenak, em 04/09/1987, na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil. **GIS-Gesto, Imagem e Som-Revista de Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 421-422, 2019.

SANTANA DO Ó, Elaine et al. **Discutindo o trabalho indígena na mata sul de Pernambuco na segunda metade do século XIX**. 2018.

SANTOS, Ricardo Sant'Ana Felix dos et al. **A presença indígena nos territórios: das aldeias às universidades, e vice-versa**. 2018.

SILVA, Edson. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público. **Revista de Estudos e Pesquisas**, v. 3, n. 1/2, p. 175-224, 2016.

## IMPACTOS DA SINDEMIA DA COVID-19 NA FEIRA A AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB

Francisco Roberto de Sousa Marques<sup>45</sup>

Ana Maria Dubeux Gervais<sup>46</sup>

Maria Norma Ribeiro<sup>47</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-21>

### 1. Introdução

A feira agroecológica de Picuí-PB, foi inaugurada em 25 de maio de 2018 pelo Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), essa ONG já trabalhava com Agroecologia mas faltava organizar uma feira agroecológica para comercializar os excedentes da produção do município.

Esse momento foi articulado com muita participação popular e com várias reuniões para se discutir os conceitos de Economia Solidária e de Agroecologia. Nesse sentido, a agroecologia foi pensada resumidamente como uma Ciência, uma prática e um movimento social, na busca de novos modelos de agriculturas sustentáveis (CAPORAL, 2009). Já o conceito de Economia Solidária, trazido por Gaiger (2009), afirma que a “Economia Social se opôs às tendências de redução da economia aos princípios de mercado e a racionalidade da acumulação privada”. A feira foi inaugurada num processo de muita riqueza de conhecimento coletivo junto com a participação de lideranças de outros municípios, contando inicialmente com quinze feirantes entre homens e mulheres, tudo isso culminou com a construção de momentos semanais de sociabilidade e partilha da produção através do comércio justo.

A feira agroecológica de Picuí funciona protegida pela lei municipal nº 1.821 de 07 de outubro de 2019. Essa Lei reservou espaço no calçadão, localizado no centro

---

<sup>45</sup> Engenheiro Agrônomo e Mestre em Sociologia pela UFPB, professor efetivo do IFPB e doutorando em Agroecologia pela UFRPE. e-mail: roberto.marques2@yahoo.com.br

<sup>46</sup> Doutora em Sociologia. Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE. Email: anadubeux66@gmail.com

<sup>47</sup> Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

da cidade, durante o período de cinco da manhã até ao meio dia. “Apesar da diferença geográfica e de clima existentes no município conseguimos manter uma feira agroecológica em Picuí, isso é muito simbólico é místico.” (Aparecida CEOP).

Essa feira de Picuí possui outros aspectos relevantes a serem destacados, mas o território está em avançado estado de desertificação e a produção agrícola com excedentes só se tornou realidade no municípios graças a outras políticas públicas como as cisternas de placas, o Programa P 1 + 2 e das barragens subterrâneas.

Entretanto, mesmo com um bom aporte de tecnologias de convivência com o semiárido, estamos vivendo um momento novo para os sujeitos destes territórios. Trata-se da Sindemia da Covid-19, conceito elaborado pelo antropólogo e médico americano Merrill Singer “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas enfermidades”. Esse autor também afirma que a Sindemia impacta mais fortemente grupos vulneráveis socialmente e que habitam territórios já impactados pelas emergências climáticas.

Portanto, estudar os feirantes agroecológicos de Picuí se reveste de extrema relevância nesse momento, por apresentarem vulnerabilidade social, viverem num território já impactado pelas emergências climáticas e mais recentemente, pela Sindemia da COVID-19. Desse modo, a pergunta que norteou essa pesquisa foi: Em que medida, a Sindemia da Covid-19, alterou o funcionamento da feira agroecológica no município de Picuí?

## 2. Referencial teórico

Na atualidade encontra-se feiras agroecológicas em quase todos os estados brasileiros. Motivadas pela perspectiva de vendas de excedentes e pela oferta de produção sem uso de venenos e adubos químicos, esses espaços estão cada vez mais se incorporando a geografia das cidades. Além de garantir uma renda extra aos camponeses, tornam-se espaços de encontro e convivência entre camponeses e consumidores urbanos que procuram as feiras em busca de saúde e qualidade de vida.

Segundo Fanuzzi (2016) existe todo um marco legal que regulamenta as feiras agroecológicas através do Ministério da Agricultura Pecuária e abastecimento

(MAPA). Elas são cadastradas no MAPA através de uma Organização de Controle social (OCS). Essas organizações se garantem através de relações de confiança entre os agricultores familiares e os consumidores.

Outras características relevantes destas feiras se constituem em espaços para escoamento da produção, vendas diversificadas de produtos, pagamento justo pelo produto comercializado e venda direta ao consumidor, evitando a venda através de atravessadores. Fazendo com que o produto chegue mais barato para o consumidor urbano (FANUZZI, 2016).

### **3. Metodologia**

O município de Picuí, espaço empírico da pesquisa, está localizado na microrregião do Seridó Oriental Paraibano e mesorregião da Borborema. Com área de 665,57km<sup>2</sup> distante 244,10 km da capital João Pessoa e com população de 18.720 habitantes (PICUÍ, 2019).

Devido a Sindemia da Covid-19, não foi possível fazer uma pesquisa de campo, desse modo, foram realizadas entrevistas com a coordenadora do CEOP responsável pela articulação da feira agroecológica e com um dos feirantes. Essa ação ocorreu pelo Google meet, as entrevistas foram transcritas e usadas nos resultados e discussões. A metodologia utilizada, portanto, foi o estudo de caso com uso de entrevista.

O método do estudo de caso Segundo Gil (2019. p.63) consiste no estudo profundo e exaustivo de um, ou poucos casos, de modo que possibilite seu detalhado conhecimento.

### **4. Resultados e Discussão**

Durante a Sindemia da Covid-19, a feira agroecológica de Picuí enfrentou enormes dificuldades para se manter. Na fala de Aparecida, articuladora do CEOP dos quinze feirantes que atuavam antes da Sindemia, hoje restam apenas três famílias que conseguem continuar ofertando seus produtos na cidade. Devido aos limites de tempo principalmente devido a dificuldades provocadas pela Sindemia, não foi

possível um aprofundamento maior sobre a vidas dessas famílias que ficaram sem renda e quais as estratégias que adotaram para se manterem em suas comunidades.

Apesar desses impactos, Aparecida CEOP, continua esperançosa quanto ao futuro da feira no pós Síndemia: dentre os três agricultores que estão participando ativamente um tem um poço e um açude, outra agricultora mora às margens do açude de Caraiberas e o terceiro possui uma cisterna do P1 + 2 então esses três camponeses que estão participando atualmente, possuem reserva de água na propriedade. Sobre a diversidade dos produtos temos: “berinjela, mamão, hortaliças, acerola entre muitos outros produtos que eu não vou conseguir lembrar agora e ainda temos conseguido garantir queijo, manteiga, vários tipos de ervas medicinais e hortaliças, coentro, alface, rúcula, além dos produtos beneficiados, doces, bolos, geleias, manteiga (Jailson, 55 anos).

Para se ter uma ideia da relevância dessa feira para o município, Silva (2020) destaca que mesmo durante quase uma década de secas que durou de 2012 a 2019, período considerado de emergência pelo Governo da Paraíba, através do decreto 39.531/2019. Os agricultores da feira Agroecológica de Picuí, conseguiram ofertar cinquenta e sete produtos de origem vegetal “in natura”, dezesseis produtos de origem animal e vinte e sete produtos de origem vegetal beneficiados. Totalizando 100 (cem) produtos saudáveis e diversificados para o mercado local.

Silva (2020) constatou ainda, que para além dos ganhos econômicos oriundo da venda dos produtos, outras dimensões são valorizadas pelos agricultores e agricultoras: são citados o aumento da auto estima, as oportunidades de formações continuadas proporcionadas pelo CEOP e pelas visitas de intercâmbio com agricultores de outras comunidades, o empoderamento feminino e a construção de redes de amizade e solidariedade.

## 5. Conclusões

Pelo exposto, percebe-se que houve um enorme impacto da Sindemia da Covid-19, na feira agroecológica de Picuí. A preocupação agora é fazer o acompanhamento pós Sindemia, para avaliar se houve uma dispersão dessas pessoas que vendiam seus produtos na feira e como deve ser a retomada, principalmente da produção agroecológica nas propriedades. E ainda, faz-se necessário a continuidade dessa pesquisa para um aprofundamento dos reais problemas enfrentados pelos camponeses e que não foram possíveis de identificar no âmbito desse resumo.

## 6. Referências

ALVES, J. N. A. **Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros.** Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Paper 1, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016.

BRASIL Fiocruz. **“Covid-19 não é Panademia é Sindemia: o que essa perspectiva científica muda no tratamento”.**

FONTE:<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>. Consulta em 20/07/2020.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Brasília: 2009. 30 p.

FANTUZZI, Davi. **A importância da feiras agroecológicas para as cidades.** Carta Maior. 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/A-importanciada-feiras-agroecologicas-para-ascidades/3/36223>. Acesso em: 20/07/2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo : Atlas, 2019.

PICUÍ. P. M. de PICUÍ. **Aspectos gerais do município de Picuí.** 2019. Disponível em: <https://www.picui.pb.gov.br/portal/a-cidade/aspectos-gerais>. Consulta em 20/07/2021.

PICUÍ. **Câmara Municipal.** Lei 1.8021 de 07/10/2019.

SILVA. Robinson Santos. **Dos terreiros a feira: mudança na vida de mulheres agricultoras através de práticas agroecológicas.** Avanços Científicos e Tecnológicos nas Ciências Agrárias. Capítulo 20. p. 214-225.

## REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS ACERCA DA ABORDAGEM TERRITORIAL

Rafael dos Santos Balbino<sup>48</sup>  
 Ana Maria Dubeux Gervais<sup>49</sup>  
 Luciano Pires de Andrade<sup>50</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-33>

### 1. Introdução

Entre o final do século XIX e início do século XX inúmeros estudos passaram a se preocupar com a definição de território. Além disso, houve inúmeros contrapontos frente às definições de território postas anteriormente pela geografia. Estas questões foram reverberadas através do interesse de estudiosos pela dimensão espacial dos fenômenos econômicos e sociais.

De acordo com Schneider e Tartaruga (2004), um dos conceitos mais conhecidos de território foi idealizado por Friedrich Ratzel no ano de 1871. Esta definição foi realizada de forma concomitante com a institucionalização da geografia enquanto disciplina científica. De acordo com essa definição, território seria uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano que possua recursos naturais suficientes para sua população (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 101). Todavia, Souza (1995), afirma que inúmeras refutações foram feitas frente a essa definição de território proposta por Ratzel. Logo, estudiosos como Paul Vidal de La Blache<sup>51</sup>, Jean Gottmann<sup>52</sup>, Raffestin<sup>53</sup> e Sack<sup>54</sup> se propuseram a se debruçar nos estudos referentes a territorialidade e a abordagem territorial.

<sup>48</sup> Mestre em Agricultura e Ambiente. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: rafael.balbino@ifal.edu.br.

<sup>49</sup> Doutora em Sociologia. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: anadubeux66@gmail.com.

<sup>50</sup> Doutor em Etnobiologia e conservação da natureza. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: lucianopandrade@gmail.com.

<sup>51</sup> Esse estudioso foi da escola francesa de geografia e afirma que entre o final do século XIX e início do século XX, muitos trabalhos trouxeram o estudo de região como contraponto a noção de território.

<sup>52</sup> Gottmann acreditava que o território se apresentava nas formas geográficas, políticas e econômicas. Logo, acreditava que a noção de território foi sendo modificada ao passar do tempo.

<sup>53</sup> Para este teórico, o território se relaciona exclusivamente ao poder estatal. Diante disso, o território seria entendido como manifestação espacial do poder.

<sup>54</sup> Sack acreditava que os territórios possuiriam distintos níveis de permeabilidade e acessibilidade.

Para os estudiosos Schneider e Tartaruga (2004), a definição de território é plural e possui múltiplas escalas e formas de articulação. Fazendo um recorte espacial para o cenário brasileiro, a geógrafa Becker (1988) vai relacionar o conceito de território com a ideia de poder. Assumindo esse caráter, o território se desvincula do seu sentido heurístico e conceitual e incorpora novas perspectivas. Frente a isto, podemos falar de abordagens territoriais.

Diante do exposto, o presente trabalho buscou reunir subsídios teóricos e epistêmicos para trazer à lume uma abordagem crítica acerca da definição de território e as suas relações com a cultura e identidade.

## **2. Referencial teórico**

Como já elucidado, as relações de poder se materializam no desenvolvimento territorial. Assim sendo, o estudo do território deixou de ser objeto de pesquisa exclusivo da geografia e tornou-se preocupação de outras ciências como a Antropologia, Sociologia e História. Logo podemos falar do estudo do território por meio de abordagens e diálogos multidisciplinares.

Sabe-se que é através da participação social que se constrói a consciência social. A consciência social uma vez construída pode criar territórios fortalecidos, reconstruídos ou até mesmo destruídos (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 111). Partindo dessa alegação, é a partir dessas relações que podemos falar de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Diante do exposto, são nestes processos que o poder se estabelece.

Frente às relações de poder estabelecidas e a hierarquização imposta a determinados espaços, irão existir divergentes dinâmicas territoriais. Schneider e Tartaruga (2004) afirmam que nesses primeiros anos do século XXI as dinâmicas de desenvolvimento territorial rural enfocaram no trabalho de cooperação.

## **3. Metodologia**

O trabalho consistiu na análise de textos científicos no formato de artigo, tratando-se, portanto, de uma análise bibliográfica embasada em teóricos que trazem

em seus estudos o tema central desta discussão: o território. Tais textos, foram amplamente analisados e discutidos durante a disciplina Cultura, identidade e território, do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, UFRPE.

Para a análise e discussão, foram utilizados como aportes teóricos trabalhos científicos de eruditos e pesquisadores como Bispo (2015, 2020), Laraia (1986, 2001), Milanês (2020), Schneider e Tartaruga (2004), Silva (2000), Bourdieu (1989), além de outros estudiosos que se debruçam nos estudos referentes à sociedade e as suas abordagens territoriais.

#### 4. Discussões e resultados

Podemos evidenciar aqui o texto de Bispo (2015) que enfatiza as dinâmicas territoriais da comunidade de Pequizeiro, em Francinópolis-PI. Este pesquisador fala referente à organização do cultivo da mandioca dessa comunidade. Ele afirma que durante o período do cultivo da mandioca, as mulheres sentam-se em círculo para raspar as cascas desse tubérculo, enquanto os homens ficam responsáveis por dar água aos animais e posteriormente participar da roda na casa de farinha com o intuito de cruzar o seu olhar com o olhar das mulheres. Assim que os olhares fossem trocados, após a raspagem da mandioca essas mulheres seriam convidadas a buscarem água com os homens (BISPO, 2015, p. 83). Essa relação está totalmente atrelada ao aspecto cultural e identitário dessa comunidade.

A identidade é entendida como aquilo que se é. Neste caso, posso dizer “sou Engenheiro Agrônomo”. Mas, ao mesmo tempo que afirmo que sou um Engenheiro Agrônomo, estou concebendo um entendimento que não sou um farinheiro de mandioca, como o exemplo elucidado acima. Silva (2000) afirma que a nossa identidade depende da diferença, isto é, são inseparáveis. A identidade e a diferença são resultados de um processo de produção simbólica, é uma relação social. Na afirmação “sou agricultor”, automaticamente estou elucidando que não sou um operário, um frentista, um mecânico. Logo, a construção da identidade também está em estreita ligação com as relações de poder (SILVA, 2000, p.81). Essa relação de poder, muitas das vezes está manifestada através de poder simbólico. Para Bourdieu

(1989), o poder simbólico é invisível e constrói a realidade, instituindo valores, classificações e conceitos.

Assim, o poder simbólico pode ser inserido através da construção de identidades. Quando dizemos “o que somos”, ao mesmo tempo falamos “o que não somos”. Essas afirmações reafirmam as relações de poder uma vez que as declarações de quem pertence e sobre quem não pertence fala sobre quem está sendo incluído e quem está sendo excluído (SILVA, 2000, p. 82). A identidade e a diferença, neste sentido produzirá representações. Haja vista isto, a identidade não é homogênea, mas sim uma construção, um processo de produção.

A identidade está ligada a representação. Podemos falar aqui sobre a formação da identidade brasileira, que foi definida sob a ótica da colonização, reverberando assim representações eurocêntricas. Diante disto, Bispo (2015) afirma que existe uma “guerra da colonização”. Esta guerra seria uma guerra territorial, em busca de territorialidades entre os “colonizadores” e nós “contra-colonizadores”.

Podemos citar aqui as lutas dos povos tradicionais em busca da sua territorialização e reterritorialização. Muitos povos indígenas no Brasil buscam a sua autonomia frente à desterritorialização sofrida em outrora. Além do longo processo de perda de território, os indígenas brasileiros sofreram imposições culturais, tanto resultante da dinâmica do seu próprio sistema cultural, como também através do contato com o sistema cultural dos colonizadores (LARAIA, 2002, p. 80).

Para Laraia (2002), cada sistema cultural está sempre em mudança e entender essa dinâmica é importante para evitar comportamentos preconceituosos. Podemos evidenciar aqui o texto de Milanês (2020), intitulado “O trabalho das mulheres costureiras na zona rural do Agreste pernambucano”, que analisa as relações sociais de trabalho a partir de mulheres camponesas na produção de roupas no Agreste de Pernambuco. Nele, podemos perceber como a identidade dessas mulheres foram construídas e como o sistema cultural modificou-se ao passar das décadas.

As relações de poder também foram detectadas no texto, uma vez que estas mulheres buscavam se desvincular da realidade machista e androcêntrica da região em que estão residentes. O maior desejo destas pernambucanas era de possuir suas máquinas de costura para montar a sua própria facção, superando assim o patriarcado estabelecido naquele espaço.

## 5. Conclusões

Diante do exposto, podemos afirmar que os debates referentes a território, territorialidades, territorialização e abordagem territorial requerem de um diálogo plural, multidisciplinar. Logo, quando falamos de territórios, ao mesmo tempo estamos tratando de cultura, identidade, sistemas simbólicos, relações de poder e representações.

## 6. Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BECKER, Bertha K. **A geografia e o resgate da geopolítica**. Brasileira de Geografia, IBGE, v. 2, n. 1, p. 99-125, 1988.

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombos: modos e significado**. Universidade de Brasília; CNPq, Brasília. p. 81- 101, 2015. Disponível em: [http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao\\_Quilombos.pdf](http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf). Acesso: 20. Abr. 2022.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986. 116 p.

MILANÊS, Renata. O trabalho das mulheres costureiras na zona rural do Agreste pernambucano. In: **Revista IDEAS [Online]**, v.14, n.01, p.01-29. Disponível em: <https://bit.ly/3JX59De>. Acesso: 20. Abr. 2022.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SCHNEIDER, S. ; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes (UFPB)**, Campina Grande, v. 23, n.01 e 02, p. 99-116, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3toG3oC>. Acesso: 20. Abr. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da.; HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Cap. 2, pp.73-102. Disponível em: <http://bit.do/fTEPo>. Acesso: 20. Abr. 2022.



## SEMENTES CRIOULAS: UM ENFRENTAMENTO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS TERRITÓRIOS

Cristiane Generoso dos Santos<sup>55</sup>  
 Ana Maria Dubeux Gervais<sup>56</sup>  
 Wagner Lins Lira<sup>57</sup>  
 Walter Santos Evangelista Júnior<sup>58</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-34>

### 1. Introdução

Ao mesmo tempo em que o clima se constitui uma ameaça, às saídas de enfrentamento para o quadro das mudanças climáticas passam pela valorização de materiais genéticos que foram desenvolvidos quando submetidos a condições adversas. Mudanças climáticas é um conjunto de alterações no estado do clima, que tanto pode ser identificada por mudanças nas médias das variáveis climáticas quanto na variabilidade das propriedades do clima que persistem por um período extenso, tipicamente décadas ou séculos.

Com a revolução industrial, ocorreram alterações na composição da atmosfera devida às atividades humanas, as quais passaram a liberar maiores quantidades de gases de efeito estufa (GEE), causadores do aquecimento global. Atualmente essas emissões vêm aumentando a temperatura média perto da superfície terrestre. Dados mais recentes no Brasil, o setor agrícola foi responsável por 12% das emissões de GEE, em 2010 (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CENTER, 2014).

No Brasil a tendência é que a temperatura aumente em todos os biomas e que as precipitações pluviométricas diminuam. Considerando o Nordeste brasileiro, a variabilidade na precipitação relacionada ao fenômeno El niño/Oscilação Sul (ENOS)

<sup>55</sup> Mestra. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: [cristianegeneroso1975@gmail.com](mailto:cristianegeneroso1975@gmail.com)

<sup>56</sup> Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: [ana.gervais@ufrpe.br](mailto:ana.gervais@ufrpe.br)

<sup>57</sup> Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: [wagner.lira@ufrpe.br](mailto:wagner.lira@ufrpe.br)

<sup>58</sup> Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: [walter.evangelistajunior@ufrpe.br](mailto:walter.evangelistajunior@ufrpe.br)

provavelmente será intensificada (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CENTER, 2013). De acordo com Moncunill (2006) “a precipitação nessa região provavelmente sofrerá redução devido ao fato de a Zona de Convergência Intertropical possuir tendência de ficar mais deslocada para o norte, durante a quadra chuvosa do Nordeste”.

No semiárido, por exemplo, umas das ameaças que está associada às mudanças climáticas são as secas sucessivas, que tendem a se agravar pelo atual contexto mundial. Esse quadro de aridização do clima já vem sendo apontado, por exemplo, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA. Sendo assim o risco de perda de variedades se acentua e as estratégias não são bem estruturadas.

Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo avançar no fortalecimento da agroecologia, a partir das sementes crioulas, enfrentando com mais eficiência, as causas das mudanças climáticas, compreendendo com base sistêmica e holística o preocupante debate atual e mundial sobre o clima.

## 2. Referencial Teórico

Dado que a natureza é um todo unificado cujo equilíbrio dinâmico é mantido pela evolução, a resiliência, tanto do ambiente quanto das sociedades, é limitada. Desse modo, as mudanças climáticas globais poderão causar mudanças irreversíveis para a vida na terra (HUESEMANN; HUESEMANN, 2011).

De acordo com Trindade (2006), “as sementes crioulas são aquelas que não sofreram mudanças genéticas, e recebem este nome porque historicamente foram manejadas por comunidades camponesas, indígenas e tradicionais, estando associadas também às práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas”.

Para Paulino e Gomes (2015), “as sementes crioulas vêm sendo melhoradas e conservadas há séculos, de geração em geração pelas mãos dos camponeses, e são materiais genéticos que foram se desenvolvendo, se adaptando e se ajustando às características ecológicas e socioculturais de cada região”.

Segundo Trindade (2006), “para além de um código genético, estas sementes representam a cultura e o modo de viver destas comunidades, estando associadas também às práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas”.

Sendo assim, a Lei Nº 10.711/2003 reconhece as sementes crioulas, como sendo variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, ou indígenas, como também quilombolas e outros povos tradicionais, podendo multiplicar sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si (BRASIL, 2003).

As comunidades camponesas mantêm números relativamente grandes de variedades locais e tradicionais (SUBEDI, 2007). Também conhecidas como sementes crioulas, que contribuem para a soberania genética dos agricultores camponeses, o que serve para fortalecer a soberania e segurança alimentar (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

### 3. Metodologia

Este estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa de abordagem qualitativa, sendo o presente trabalho resultado de revisão de literatura de artigos, teses, dissertações localizados nos sites Google Acadêmico e Scielo e no Banco de dados da Capes. Sendo utilizados os termos de busca “Mudanças Climáticas e Agricultura”, “Sementes Crioulas e Campesinato”, “Sementes Crioulas e Mulheres”, “Sementes Crioulas e Mudanças Climáticas”, “Os Agroecossistemas e Sementes Crioulas”, “Legislação brasileira e Sementes Crioulas”.

A intenção foi de identificar a trajetória dessa pesquisa na discussão teórica, mas com a intencionalidade de construir bases para o trabalho de pesquisa-ação empírico que se seguirá e que tem a perspectiva de contribuir para o fortalecimento de estratégias do campesinato, e dos povos tradicionais quilombolas face às mudanças climáticas.

#### 4. Discussões e Resultados

Com as mudanças climáticas que estão ocorrendo, as adaptações às novas condições dependem intrinsecamente da biodiversidade, para se adaptar às novas condições ambientais. Muito se avançou nas discussões nestes últimos anos sobre a temática das mudanças climáticas, com intervenções políticas e ambientais, inclusive suas interferências sobre a agricultura com visões voltadas ao agronegócio.

Sobretudo impactos consideráveis já vêm sendo causados também na agricultura familiar, pois uma vez impactando os bens fitogenéticos, que não se encontram protegidos, afeta os camponeses e povos tradicionais, pois são eles que possuem a tradição de guardar e preservar o patrimônio genético.

Entre os seus principais componentes encontram-se as sementes, especialmente as crioulas, que são consideradas parte do patrimônio genético e cultural de diversos povos tradicionais e famílias camponesas e conservam a variabilidade genética e as qualidades de usos de valor real ou potencial para a humanidade (SANTILLI, 2017). Além da capacidade de garantir a segurança alimentar no planeta (SANDEVILLE JÚNIOR, 2005; MACHADO et al., 2008).

Zeven (1998) considera que “variedades locais provém de populações cultivadas por agricultores por um grande período de tempo, em locais ecologicamente e geograficamente distintos e que apresentam diversidade genética e características intrínsecas de adaptação a condições agroclimáticas locais”.

A legislação brasileira define esses termos como sinônimos para retratar as variedades de plantas que são desenvolvidas, adaptadas ou produzidas, por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, que apresentam características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. Londres (2006) confirma que “a elaboração dessas políticas e leis sofreram influências da mobilização dos povos tradicionais, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil”.

#### 5. Conclusões

As experiências de campo em vivências junto ao campesinato, bem como, aprofundadas pelas imersões promovidas pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PGADT, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, permitem constatar preocupação dos povos do campo quanto às modificações do clima e os impactos que já estão sendo observado em seus territórios, o que impacta não somente os ecossistemas locais, mas as práticas de cultivo e criação das mesmas.

Tanto os camponeses quanto os povos tradicionais quilombolas e indígenas, trazem as heranças históricas e culturais da força e da resistência, facilitando o diálogo agroecológico e a construção de saberes na promoção do fortalecimento da organização coletiva, resistência, soberania e autonomia em todos os territórios.

As sementes crioulas demarcam a identificação do campesinato em relação ao ambiente, em processos de resistência camponesa, em que se dá a luta contínua (OLIVEIRA, 2002, p. 74). Como também despertam relações sociais para além da dimensão produtiva, provoca afetos, constrói conhecimentos aliados à construção da soberania alimentar, construção de agroecossistemas mais sustentáveis, resistentes às mudanças climáticas e a produção de alimentos sustentáveis.

Sendo assim, o presente trabalho sugere avançar no fortalecimento da agroecologia, a partir das sementes crioulas, pois, se torna uma poderosa ciência capaz de ajudar o campesinato a enfrentar com mais eficiência, as causas das mudanças climáticas, compreendendo com base sistêmica e holística o preocupante debate atual e mundial sobre o clima.

## 6. Referências

HUESEMANN, M.; HUESEMANN, J. **Techno-Fix: why technology wont save us from the environment**. Gabriola island., Canada: New Society Publishers, 2011. 435p.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2014: agriculture, forestry and other land use (AFOLU) – mitigation of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg3/ipcc\\_wg3\\_ar5\\_chapter11.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg3/ipcc_wg3_ar5_chapter11.pdf). Acesso em: 15 de set. 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CENTER. **Climate Change 2014: the physical science basis – summary of policy makers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Working group I contribution to the fifth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/pdf/assessment report/ar5/wg3/ipcc\\_wg3\\_ar5\\_chapter11.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/assessment%20report/ar5/wg3/ipcc_wg3_ar5_chapter11.pdf). Acesso em: 15 de set. 2021.

LONDRES, F. **A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2006. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/legislacao/1198>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília, DF: Embrapa Informações tecnológicas, p.98, 2008.

MONCUNILL, D. F. **The rainfall trend over Ceará and its implications**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOUTHERN HEMISPHERE METEOROLOGY, 8., 2006, Foz do Iguaçu. Proceedings... Foz do Iguaçu: INPE, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. Novos caminhos da geografia. São Paulo, 2002.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. **Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição**. Ver. Econ. Sociol. Rural. Brasília, v.53, n.3, p. 517-528, setembro de 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/dhJxbNNX8L8JhjmHKBwdVmF/?lang=pt>. Acesso em 06 de dez. 2021.

SANDEVILLE JÚNIOR, E. Paisagem. **Paisagem e Ambiente**, [S.l.], n. 20, p. 47-59, jun. 2005.

SANTILLI, J. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores: regime jurídico e internacional e sua implementação no Brasil. In: MATTAR, E. P. L.; OLIVEIRA, E.; SANTOS, R. C.; SIVIEIRO, A. Org(s). **Feijões do Vale do Juruá**. Rio Branco: IFAC, p. 21-65, 2017.

SUBEDI, A. Análise participativa de redes sociais de sementes. In: DE BOEF, W. S et al. (Org.). **Biodiversidade e Agricultores: Fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2007. p. 203-214.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRINDADE, Carina Carreira. **Sementes crioulas e transgênicos**. Uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: Congresso Nacional do Conpedi, XV, Manaus. Anais... Conpedi, 2006.

ZEVEN, A. C. **Landraces**: a review of definitions and classifications. *Euphytica*. Holanda, 104, p. 127-139, jun, 1998.

## A BNCC E AS IMPLICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Marcley da Luz Marques<sup>59</sup>  
 Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>60</sup>  
 Wagner Lins Lira<sup>61</sup>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-1>

### 1. Introdução

A discussão sobre a educação no âmbito escolar permeia a normativa de reestruturação do currículo no formato em uma base comum a todas as escolas. Essa empreitada vem sendo pautada desde a nossa Constituição Federal (1988), ratificada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

O Ministério da Educação (MEC) materializou essa proposta com a Base Nacional Comum Curricular (2018), tal documento trata sobre as competências e habilidades a serem desenvolvidas em todas as escolas, ou seja, uma tentativa de invisibilizar a realidade das comunidades locais, conseqüentemente a promoção de uma formação ao interesse do mercado.

Com esta normatização, conseqüentemente, as pautas e saberes locais são redirecionadas em ações isoladas, já que a necessidade é cumprir a base comum na tentativa de uma formação para atender o sistema neoliberal e os interesses do sistema hegemônico.

Dessa forma, indagamos qual a formação fica destinada aos estudantes de comunidades tradicionais? Segundo a Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola, o currículo deve abarcar as identidades, assim como as culturas, os saberes e os fazeres dos povos quilombolas.

<sup>59</sup> Mestra em Sistemas Agroindustriais. Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: marcleymarques@gmail.com

<sup>60</sup> Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: horasaa@gmail.com

<sup>61</sup> Doutor em Antropologia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: wagnerip79@gmail.com

Sendo assim, a nossa pesquisa pretendeu-se discutir a BNCC (2018) e as implicações para os modelos de escola quilombola, para tanto, nossa metodologia é de caráter bibliográfico e documental, a partir da análise descritiva e interpretativa na perspectiva de compreender como a BNCC orienta o currículo das escolas, sobretudo, como é posta a formação para atender as especificidades locais.

## 2. Referencial teórico

Modelos alternativos e transformadores de educação escolar inspirados no paradigma agroecológico, voltados à relação interativa com a natureza representa um dos grandes desafios do campo educacional contemporâneo, até porque a escola costuma seguir um cronograma extenso de conteúdos distribuído em disciplinas, que muitas vezes não oferecem bases críticas e transformadoras a partir das vivências com a comunidade local.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) determina que as escolas trabalhem com as peculiaridades regionais e locais das comunidades escolares, especialmente no tocante às comunidades rurais, como estipulado pelo Art. 28 inciso I que prevê o fomento de “conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural” (BRASIL, 1996).

Neste sentido é que se faz necessário o fomento de, “[...] uma educação que busca o enfrentamento da degradação socioambiental por meios dialógicos e participativos, na direção do Bem Viver, do equilíbrio harmônico das pessoas com elas próprias, entre elas e com o ambiente natural” (MORAES; SILVA; SORRENTINO, 2019, p. 217).

A escola surge como um dos principais espaços para formação cidadã, pois tem a missão de formar pessoas conscientes de seu papel crítico na sociedade (BRASIL, 1996). Dentre as responsabilidades da escola, sinalizamos para a utilização consciente dos recursos naturais por meio de exemplos e atitudes de convívio sustentável com o meio ambiente (BRASIL, 1999). Por este prisma torna-se essencial que, desde cedo, a escola contemple tais conhecimentos, de modo que a criança seja inserida e estimulada a desenvolver reflexões e ações a favor de uma

relação mais respeitosa e complementar com a natureza e o meio ambiente, uma vez que, de acordo com Segura (2001, p.165):

[...] É também o ambiente que a gente vive- a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles.

Por seu turno, os saberes tradicionais das comunidades quilombolas precisam perpassar os ditames curriculares, ou seja, devem evidenciar nas escolas quilombolas as histórias, os processos culturais e sociais a partir do “olhar do território”, ou seja, o currículo precisa explicitar como esses povos se posicionam e promovem ações estratégicas de cuidado com a terra, sobretudo, como agentes de transformação para uma vida em coletividade.

Nos resultados, enfatizamos a necessidade de uma educação escolar quilombola no tratamento das práticas tradicionais no fazer pedagógico.

### 3. Metodologia

O estudo apresenta abordagem qualitativa, porque tratou das questões da Educação Escolar Quilombola por meio da análise descritiva, comparativa e interpretativa de documentos oficiais do Ministério da Educação.

Desse modo, é que desenvolvemos a pesquisa documental, justamente, por compreendemos que, ao procedermos com tais movimentos epistêmicos podemos contribuir para um entendimento mais apurado das nuances destinadas à Educação Escolar Quilombola.

Para tal, nosso levantamento documental destinou-se às informações disponíveis no site oficial do Ministério da Educação (MEC), especialmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (2012) e a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2018).

Dando continuidade à pesquisa, prosseguimos com a leitura destes documentos, efetivamente, para sabermos se há indicações acerca das especificidades relativas aos saberes tradicionais quilombolas na BNCC.

Sendo assim, é que decidimos prosseguir com a análise comparativa e crítica no intuito de compreendermos a necessidade do fomento de modelos curriculares que respeitem as especificidades das comunidades, onde as escolas possam desempenhar o papel de multiplicadoras dos saberes dos povos tradicionais, respeitando as diversidades, sobretudo, evidenciando o protagonismo identitário dos estudantes quilombolas.

#### 4. Resultados e Discussão

A Educação Escolar Quilombola foi regulamentada com a Resolução CNE/CEB nº 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, em seu título III no seu art. 9º: “a Educação Escolar Quilombola compreende: I - escolas quilombolas; II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas (BRASIL, 2012, p. 6).

Essa resolução foi uma conquista das comunidades tradicionais, pois proporciona a reafirmação identitária dos povos negros. Entretanto, a BNCC (2018) reforça parâmetros escolares em uma perspectiva de “interesse comum”, na tentativa de que a sociedade seja homogênea e apresente as mesmas pautas de interesse.

Tal documento surge, na perspectiva de atender os interesses do Estado neoliberal a serviço do Mercado internacional diante de uma perspectiva hegemônica e opressora que suprime os valores, os saberes, as histórias e as vidas dos povos tradicionais (SILVA; SANTOS, 2018). Visão predatória de mundo apoiada por empresas patrocinadoras da ideia de uma base comum para disseminar essa “necessidade” de estabelecer um padrão para todas as escolas.

Esse movimento envolveu o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as instituições Roberto Marinho, Instituto Unibanco, Fundação Victor Civita, Ailton Senna, Lemann, Natura, Gerdau e Volkswagen. O movimento investiu em uma ampla publicização na mídia televisiva divulgando a ideia de que a universalização do currículo é um passo

importante para a melhoria da qualidade da educação brasileira (SILVA; SANTOS, 2018, p. 2).

O currículo a partir dessa base comum cita, timidamente, a proposta das especificidades, pois: “tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local” (BRASIL, 2018, p.16).

Contudo, o documento não deixa em evidência como devemos materializar no currículo as peculiaridades locais, em contrapartida, reforça em oferecer um currículo igual para outras regiões, nesse embaraço as discussões locais ora esquecidas ou referenciadas no currículo de forma isoladas.

Desse modo, faz-se necessário o currículo pautado nas especificidades como base para formação e promoção de cidadania, de acordo com Lopes (2015, p.456): “uma proposta curricular não é nacional ou comum, no sentido de saturar com os mesmos sentidos toda e qualquer significação nos mais diferentes contextos em foco, a ponto de ser transparente em relação aos sentidos que transmite”.

A BNCC compreende a Educação Escolar Quilombola como modalidade de ensino, todavia, não fundamenta como deve ser a organização de um currículo para essa modalidade. Ainda dá o seguinte parecer: “atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais” (BRASIL, 2018, p.17).

Dessa forma, tenta homogeneizar o conhecimento, pois estabelece um roteiro para cada etapa da educação básica a partir de uma estrutura com objetivos, habilidades e competências na tentativa de reforçar o ensino padronizado na projeção de reproduzir o mesmo discurso.

A BNCC vai na contramão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, porque:

Art. 34 o currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das

comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos (BRASIL, 2012, p. 34).

Na tentativa de esquecimento ou negação das identidades, a BNCC não cita as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola (2012), que orientam uma proposta a partir das vivências dos sujeitos, sua história, ancestralidade, mesmo mencionando a Lei 10.639/2003 (que trata do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana) e a Lei 11.645/2008 (que trata do ensino da história e da cultura indígena) ainda que de forma tímida (SILVA; ARANTES, 2019).

Sendo assim é que as escolas quilombolas devem propor a construção de seus currículos a partir das realidades dos territórios, ou seja, precisam trazer nos documentos regimentais as histórias, as culturas e os saberes dos sujeitos enquanto base para os processos de ensino e aprendizado, embora a BNCC procure “encaixar” as pessoas em um modelo de ensino “comum” à sociedade brasileira ilusoriamente vista de modo homogêneo (SILVA; SANTOS, 2018).

Nesta perspectiva, torna-se crucial o fomento de um modelo de currículo intercultural que contemple os saberes tradicionais quilombolas na preservação do meio ambiente, assim como o fazer agroecológico dos territórios em diálogo com os saberes acadêmicos (SOUSA, 2017).

Silva (2012) ratifica a necessidade de reconhecer a invisibilidade dada as comunidades quilombolas e, por isso, a dificuldade em encontrarmos nas escolas um currículo que atenda as especificidades dos territórios quilombolas, pois configura uma tentativa de omissão e negação a história dos povos negros, sobretudo, no interesse de continuar associando a condição da escravidão.

Nessa perspectiva, as escolas inseridas nas comunidades quilombolas precisam elaborar dialogicamente modelos de currículo, problematizando as questões inerentes aos territórios em sala de aula, promovendo oportunidades e espaços que aproximam os saberes agroecológicos dos fazeres/saberes quilombolas diante da promoção de formas de ensinar e aprender em torno da tradição e de seus modos de produção, consumo, economias, trocas, fluxos e relações com a natureza.

## 5. Conclusões

Observamos que, a Educação Escolar Quilombola para ser materializada nas instituições educacionais precisa de um currículo que tenha como base os saberes dos povos tradicionais como instrumentos para compreensão do mundo, sobretudo, reverbere os saberes advindos do território.

Nesse sentido, a escola deve apresentar uma proposta pedagógica dialógica com a comunidade local, que a BNCC não seja a única instrumentalização dos processos de ensino e aprendizagem.

A prática metodológica deve partir das necessidades dos estudantes, de acordo com as especificidades da comunidade, assim como orienta as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola.

Portanto, a sociabilidade entre os saberes tradicionais e acadêmicos, sobretudo, o fazer com projeção do cuidado com o meio ambiente, em que os saberes agroecológicos sejam também pilares nessa (re)construção de uma sociedade mais justa, participativa e humanizadora.

## 6. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário

Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm) Acesso em: 20 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.** Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 nov. 2012.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. Linhas Críticas. **Estudos em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Educação.** Brasília, v. 21, n. 45, p. 445-466, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/indez.php/linhascritcas>. Acesso em: 20 maio 2022.

MORAES, Fernanda Correa de; SILVA, Rafael Falcão; SORRENTINO, Marcos. Agroecologia e educação ambiental: ferramentas de análise e a construção de conhecimentos. **Revista de Educação Ambiental.** Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. v. 24, n. 2, p. 211- 235, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/9730>. Acesso em: 19 maio. 2022.

SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

SILVA, Maria Valnice da; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. A **bncc e as implicações para o currículo da educação básica.** Anais CONADIS. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50466>. Acesso em: 24 maio 2022.

SILVA, Gilvânia Maria. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de conceição das crioulas.** 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Romero Antonio de Almeida; ARANTES, Adlene Silva. **Base nacional comum curricular: contextos políticos, educacionais e a educação escolar dos quilombolas.** Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59452>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SOUSA, Romier da Paixão. **Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil.** Revista Ciência e Cultura. v.69, n.2 São Paulo, Apr./Jun. p.28-33, 2017. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000200011](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200011). Acesso: em 02 jun. 2022.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁXIS: UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM PENAFORTE-CE

Raniere de Carvalho Almeida<sup>62</sup>

Adelson Dias de Oliveira<sup>63</sup>

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira<sup>64</sup>

**Linha de pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-19>

### 1. Introdução

No ano de 2004 o Governo Federal brasileiro, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, autorizou o Ministério da Integração Nacional (MIN) a realizar um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no Semiárido nordestino com o intuito de iniciar o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), popularmente conhecido como Transposição (BRASIL, 2004).

Três anos depois (2007) o MIN, há época sob o comando do ministro Ciro Ferreira Gomes, iniciou a execução do PISF, considerado um dos maiores projetos hídricos da América Latina, inicialmente subdividido em dois Eixos: Norte e Leste. O município de Penaforte no interior do Ceará foi o primeiro do estado a ser contemplado com as obras e posteriormente com as águas (BRASIL, 2020).

O desenvolvimento das obras do PISF teve duração superior a uma década (13 anos). No decorrer desse tempo ocorreram mudanças no território penafortense e sua população, inclusive, negativas como os impactos ambientais, requerendo ações mitigadoras com viés educativo. O aprofundamento socioeducacional em torno do PISF no plano micro justifica o presente estudo.

O PISF contemplou ações de Educação Ambiental em Penaforte? Esta questão norteia esse estudo, que objetiva identificar a presença da EA no planejamento e execução local do PISF. Adota a revisão de literatura como método associada à observação do pesquisador frente ao território. Subdivide-se em seções e subseções,

<sup>62</sup> Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF). Professor/Coordenador Escolar na EEMTI Simão Angelo. E-mail: raniere.carvalho@discente.univasf.edu.br

<sup>63</sup> Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Professor na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: adelson.dias@univasf.edu.br

<sup>64</sup> Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Professora na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br

que abordarão desde a concepção do projeto hídrico às considerações sobre o estudo.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 Projeto de Integração do São Francisco**

O PISF, mais conhecido como Transposição do Rio São Francisco, é um projeto governamental discutido desde o Brasil Império (Século XIX) por Dom Pedro II, porém, efetivado somente no Século XXI em sua terceira versão, pelo então presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, mais precisamente no ano de 2007, quando tiveram início suas obras (CASTRO, 2011).

O objetivo do PISF é oferecer à população do Semiárido nordestino segurança hídrica durante todo o ano, inclusive, nos períodos de estiagem, oferecendo qualidade de vida e dignidade ao povo sertanejo dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, que historicamente sofrem com o fenômeno da seca, o qual é peculiar na região (SOARES, 2013).

A Transposição estrutura-se em dois Eixos: Norte e Leste, que juntos totalizam mais de 699 Km de extensão. Além dos canais foram construídas durante a sua execução (2007-2020): barragens, pontes, aquedutos, túneis, galerias, estradas, vilas produtivas rurais e outras obras estruturantes, exigindo ações compensatórias, inclusive, de cunho socioeducativo, que minimizem seus impactos (BRASIL, 2020).

### **2.2 Educação Ambiental como Práxis Social**

O meio ambiente é o espaço comum de todos os seres. É nele que ocorrem as relações e transformações necessárias à manutenção da vida, o que requer cuidados específicos em níveis adequados. Uma obra como o PISF, por exemplo, impacta um território e sua população, desencadeando diferentes reflexos, inclusive, ambientais (BRASIL, 2000).

A Educação Ambiental como práxis social possibilita que todos os sujeitos vivam comumente em sociedade e tenham acesso a uma melhor qualidade de vida,

respeitando-se o meio ambiente como espaço natural de convivência, a partir do equilíbrio permanente entre homem e natureza (GADOTTI, 2008).

Um projeto hídrico de grande impacto como o PISF altera a dinâmica habitual dos sujeitos e seus territórios, interferindo sobre o contexto situacional em que vivem. Isso remete a necessidade de ações socioeducacionais, que possam mitigar seus efeitos. A EA busca solucionar problemas vigentes, discutindo e preparando os sujeitos quanto ao seu objeto: o meio ambiente (SANTOS, 2011).

### **3. Metodologia**

Este trabalho de natureza básica traz uma abordagem qualitativa e objetivo descritivo, a partir do procedimento revisão de literatura apoiado em fontes bibliográficas e documentais, além da observação do pesquisador em campo. Para Noronha e Ferreira (2000) é um estudo que analisa produções sobre determinada temática dentro de um recorte temporal, fornecendo uma visão geral do estado da arte.

O lócus da pesquisa é o município de Penaforte no extremo Sul do Ceará, especialmente, suas áreas afetadas pelo PISF. A mesma foi realizada de 02 de abril a 26 de maio de 2022. Na coleta dos dados primários e secundários foram utilizados quadros-resumo e planilhas para registros. As fontes que referenciaram sua escrita foram extraídas de bases virtuais de domínio público, a partir dos descritores: 1. Projeto São Francisco; 2. Impactos Ambientais; 3. Educação Ambiental e 4. Penaforte-CE.

Ao todo foram localizadas 14 fontes entre artigos, livros e documentos, que passaram por critérios de inclusão e exclusão como o alinhamento à temática e temporalidade inferior a 20 anos, exceto, para legislação e clássicos; sendo selecionados 10 trabalhos. Como recurso para análise dos dados adotou-se o estudo de conteúdo, possibilitando um aprofundamento teórico e associação, respeitando os princípios éticos contidos no Art.º 1º, parágrafo único, da Resolução CNS n.º 510/2016.

### **4. Resultados e Discussão**

#### 4.1 Educação Ambiental no planejamento do PISF

O Projeto de Integração do Rio São Francisco está materializado em diferentes documentos oficiais, entre eles, o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Relatório Síntese de Viabilidade Técnico-Econômico e Ambiental (R32). A EA em ambos é contemplada, sendo citada 11 vezes no primeiro e 3 vezes no segundo (BRASIL, 2000, 2004).

O EIA/RIMA traz uma agenda ambiental, que contempla a EA, vista como o caminho para o desenvolvimento sustentável, a partir do uso adequado das águas sem sua degradação e do solo, além de programa de EA para a valorização do ecossistema da caatinga e conscientização popular, de modo que a população lindeira aos canais e rios preservem-na de erosão e degradação que comprometem o novo regime fluvial (BRASIL, 2004).

O programa de EA no EIA/RIMA cita ainda a implantação de estruturas de passagem para a fauna, conscientização sobre práticas agrícolas de manejo do solo junto a produtores rurais, e até um programa de apoio técnico a pequenas atividades de irrigação, subsidiando uma mentalidade sustentável para o controle da salinização dos solos, visto o uso inadequado da água (BRASIL, 2004).

No Relatório Síntese de Viabilidade (R32) é citada a EA com a finalidade de difundir conhecimentos sobre o acesso à água, ampliando a apropriação dos benefícios de combate ao desperdício e a conservação dos recursos. A AE é direcionada à população residente nas adjacências da obra. Destaca a função do programa de EA, que contempla ações educativas e outros planos, incentivando a mudança de hábitos e atitudes ambientalmente corretas (BRASIL, 2000).

#### 4.2 Atividades de EA na execução local do PISF

A partir da chegada da Transposição em Penaforte, a EA passou a ser tratada com maior prioridade em relação à outrora, onde mal era citada nas escolas e outras espaços socioeducacionais. Uma das iniciativas do Governo Federal em 2011, através da CMT Engenharia, foi capacitar 30 professores das redes pública e privada quanto à importância da EA associada à execução do projeto hídrico (BRASIL, 2011).

Em 2012 professores, gestores e estudantes de Penaforte e outros 16 municípios participaram da Feira de Troca de Experiência realizada no Instituto Federal (IF-Sertão) em Salgueiro-PE, onde técnicos do Ministério da Educação (MEC), Comissão COM-VIDA e outros órgãos apresentaram o Programa de Educação Ambiental do PISF. Mais de 600 profissionais da educação divulgaram trabalhos relacionados (BRASIL, 2020).

Na praça Querubina Bringel em Penaforte, entre os anos 2014 e 2016, foi realizada a Comunicação Itinerante, onde cidadãos adquiriram mais conhecimento e informações sobre o PISF. Os alunos das escolas Nasília Ferreira Dantas, Fátima Regina, Ledite Ângelo e Simão Angelo participaram de palestras abordando o empreendedorismo e seus benefícios (BRASIL, 2014, 2016).

## 5. Conclusões

Conclui-se que a Transposição do Rio São Francisco contemplou em seu planejamento a EA, através de práticas socioeducativas mitigadoras dos seus impactos sobre os territórios e populações abrangidas. Essas vão desde capacitações a reuniões com educadores, agricultores, operários e técnicos. No plano micro foram visualizadas atividades pontuais de EA: a formação de professores, trocas de experiência e comunicação itinerante. Sentiu-se a necessidade de ações locais de revitalização das áreas degradadas como reflorestamento, saneamento básico, coleta seletiva de resíduos, acesso à água, iluminação, segurança, entre outras. Logo sua práxis foi limitada e descontinuada. Sugerem-se como temas para pesquisas futuras: 1. EA para a sustentabilidade socioambiental do PISF; 2. EA em uma perspectiva agroecológica no PISF; e 3. EA na promoção da qualidade de vida sertaneja com o PISF.

## 6. Referências

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIN). **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional (MIN). **Integração Nacional promove capacitação para professores. Penaforte (CE)**. Notícia. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/integracao-nacional-promove-capacitacao-para-professores-envolvidos-no-projeto-sao-francisco>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Regional (MIR). **Projeto Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional**. Relatório R32 – Relatório Síntese de Viabilidade Técnico - Econômica e Ambiental. 330 p. São Paulo: ENGEORPS/HARZA, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Comunicação itinerante leva informações do Projeto São Francisco a Penaforte (CE)**. Notícias. Brasília, 2014-2016. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CASTRO, C. N. **Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto**. Texto para discussão 1577. 2011. IPEA.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SANTOS, F. A. S.; PARDO, M. B. L.. **Educação ambiental: um caminho possível**. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

SOARES, E. **Seca no Nordeste e a transposição do Rio São Francisco**. UESP. Belo Horizonte. 01 de julho-31 de dezembro de 2013. Vol. 9, n.º 2, 2013.

## LINHA DE PESQUISA

### II – Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

## AGRICULTURA DE BASE AGROECOLÓGICA X AGRICULTURA INDUSTRIAL

Everaldo Batista Rocha<sup>65</sup>  
Ana Maria Dubeux Gervais<sup>66</sup>  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>67</sup>

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-26>

### 1. Introdução

A Agroecologia fornece os princípios e fundamentos para as agriculturas ou estilos de agricultura de base agroecológica, como um contraponto a agricultura herdada do sistema plantation, que está baseada na monocultura e uso intensivo de insumos. Nesse sentido, considera-se oportuno uma discussão sobre os fundamentos da agricultura de base agroecológica frente ao modelo da agricultura industrial, com o objetivo de comparar sistemas agrícolas que contemplem princípios agroecológicos e aqueles que se utilizam das práticas da agricultura industrial, de modo a verificar suas implicações nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, bem como seus impactos no desenvolvimento rural. Aliado ao intento de ampliação dos conhecimentos, é importante verificar os componentes que concorrem para imprimir as principais diferenças entre os modelos agrícolas citados, o que acredita-se ser o caminho para a compreensão, entre outras questões, do processo de industrialização da agricultura e do avanço das forças do capital sobre as relações de vida dos grupos tradicionais da agricultura familiar e da sociedade rural de forma hegemônica.

---

<sup>65</sup> Mestre em Geografia. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. Email: everaldobatista@gmail.com.

<sup>66</sup> Doutora em Sociologia. Coorientadora. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. Email: anadubeux66@gmail.com.

<sup>67</sup> Doutor em Zootecnia. Orientador. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. Email: jorge.mattos@ufrpe.br.

## 2. Referencial Teórico

O termo “agricultura industrial” é utilizado aqui para diferenciá-lo como um modelo de agricultura que faz uso de tecnologias ditas “modernas”. Diversos autores também usam o termo “agricultura convencional” ao invés de agricultura industrial.

Segundo Chambers (1989), apud Guzmán Casado (2000):

A agricultura industrializada pode ser definida como uma forma de artificialização da natureza localizada em sociedades do primeiro mundo e em certos pontos do terceiro, onde a climatologia dominante é temperada e cuja forma hegemônica de produção agrícola se encontra fortemente capitalizada, predominando inputs externos a reajuste e reciclagem de energia e materiais utilizados em processos biológicos; que pretende uniformizar o meio ambiente local para estabilizar a produção, controlando ao máximo o risco, eliminando a biodiversidade local para obter um máximo homogêneo de produção (CHAMBERS et al., 1989, p. XVI apud GUZMÁN CASADO et al., 2000, p. 21, tradução nossa).

Uma comparação da agricultura de base agroecológica com a agricultura industrial, oportuniza aprofundar suas bases epistemológicas e, ainda, trazer à luz as principais diferenças entre os dois modelos, contribuindo para a caracterização das práticas que o diferenciam pelos princípios científicos adotados por cada um, considerando que o modelo agroecológico privilegia práticas agrícolas que guardam os conceitos de manejo ecológico e o modelo agrícola industrial tem como base a agroquímica, a mecânica agrícola, a biotecnologia, entre outras modernidades. Portanto, existe uma série de afirmações e indagações a serem feitas com relação às principais características e sobre as diversas formas ou modelos agrícolas que emolduram o perfil desses dois modelos agrícolas.

Face ao avanço do capital no campo, observa-se uma sequência de transformações envolvendo novas práticas agrícolas que alteram os antigos manejos da terra e das culturas, como também um conjunto de alterações ambientais, sócio-econômicas e culturais. Romeiro (1998) ao mencionar as inovações na agricultura remonta épocas que vão desde a idade média, com a revolução agrícola, até dias atuais e mostra como técnicas consideradas simples nos dias de hoje, foram tão importantes em tempos passados.

A passagem da produção agrícola baseada em sistemas de cultura itinerante para uma produção baseada em sistemas de cultura permanente na Europa do Norte foi objeto de vivas controvérsias. Uma das mais importantes opunha, de um lado, aqueles que viam a expansão demográfica como a variável independente na evolução dos sistemas agrários, de outro lado, aqueles para os quais a força motriz principal do processo de mudança era a introdução do progresso técnico, independentemente da expansão demográfica. (ROMEIRO, 1998, p. 23).

Costabeber (2004) analisa a hegemonia do paradigma produtivista e traz aspectos importantes em torno da temática da transição agroecológica, quando compara o modelo produtivista a modelos ecológicos. Faz menção à revolução verde e seu estado de crise, considerando que nos últimos cem anos da história agrária se pode fazer referência a duas transições agroecológicas em grande escala.

[...] A primeira delas teve uns começos balbuciantes na Europa e na América do Norte no final do século XIX e se estendeu até a metade do presente século [séc. XX]”. [...] A segunda transição agroecológica tem como essência um processo de ‘ecologização’ da agricultura, e acaba de começar” [...] sendo “a Revolução Verde — que representa precisamente a culminação desta primeira transição — [...] tradicionalmente associada à difusão internacional das chamadas variedades de alto rendimento, a partir da Segunda Guerra Mundial (BUTTEL, 1995, apud COSTABERBER, 2004, p. 17).

### 3. Metodologia

A metodologia utilizada aqui é a técnica de pesquisa bibliográfica, se trata de artigo teórico, cuja proposta é iniciar um debate sobre as bases epistemológicas da Agroecologia de forma dialógica em contraponto ao conceito de agricultura industrial. Sua origem e desenvolvimento se dá à luz da reflexão com os autores que elegemos para apoiar o texto. A escolha dos textos se deu basicamente dentro de uma perspectiva política-ideológica. E, “nesse sentido nos alinhamos ao que propõe González de Molina (2021, p. 25), para quem “a busca pela sustentabilidade dos sistemas agrários exige uma agroecologia política que promova uma nova forma de organização dos agroecossistemas”.

### 4. Resultados e Discussão

Numa breve comparação entre os níveis tecnológicos experimentados na agricultura familiar, pode-se dizer os grupos mais tradicionais da agricultura familiar “campesina”, ainda utilizam práticas agrícolas consideradas remotas ou antiquadas para os dias atuais, a exemplo do uso do fogo, plantio morro abaixo, etc. Mas também é possível encontrar esse mesmo grupo social, citado anteriormente, fazendo uso de técnicas agrícolas “modernas”.

O que queremos salientar no parágrafo anterior é que os fatores determinantes para a adoção do modelo agrícola, no tocante a escolha das técnicas agrícolas, não tem uma relação direta com a categoria social, aqui em alusão a agricultura familiar “campesina”.

E nesse íterim também caberia perguntar: quais são os aspectos que levam grupos da agricultura familiar “campesina” à aceitação ou negação de modelos agroecológicos e como essa decisão influencia as mudanças no seio desses grupos sociais e seus novos enfrentamentos com o mercado globalizado?

Nesse intento caberá à agricultura de base agroecológica tornar-se alternativa como um sistema produtivo com mais sustentabilidade. Isso implica no rompimento dos laços [...] da subalternidade e da submissão aos padrões tecnológicos correntes [...]. E remete, portanto, a uma outra cultura que se caracterizará como crítica e alternativa à ênfase do domínio e destruição da natureza pelo homem” (RUSCHEINSKY, 2002, p. 129). Segundo esse autor, é urgente que os grupos sociais da agricultura familiar assumam a dianteira na construção de um novo paradigma, um modelo produtivo sob a lógica da sustentabilidade, no qual os agricultores/as familiares, povos tradicionais, indígenas e grupos sociais de luta pela terra tenham lugar garantido.

Isso implica dizer, por um lado, que se torna necessário um processo de resgate dos conhecimentos que ficaram para trás, dos grupos indígenas, afrodescendentes, camponeses, restaurando as formas de utilizar o solo, plantas e animais e fazendo o uso das práticas que guardavam conceitos de conservação da ecologia. Mas, por outro lado, reconhecer que “o desenvolvimento de novas tecnologias está vinculado às necessidades evolutivas da sociedade, [...] e a aplicação de soluções diferentes e novas aos problemas práticos existentes a partir da capacidade criadora da sociedade

e de seus conhecimentos e experiências particulares. (CLAXTON, 1994 apud ARXER, 2002, p. 99).

Quais os motivos para os agricultores/as familiares mudarem o padrão de execução das atividades agrícolas? Parecem ser de natureza bastante variada, indo desde a preocupação com o meio ambiente até motivos de ordem social e econômica (GUZMÁN CASADO; MIELGO, 2000). Porém, os agricultores/as familiares não devem utilizar a mesma lógica da agricultura convencional ou industrial, sob pena de transformarem o novo modelo tecnológico numa mera troca de insumos agrícolas industrializados por insumos de origem natural. É preciso mudar toda a visão sobre o uso dos recursos do meio ambiente, incluindo a dele próprio, o ator social, o/a agricultor/a familiar. Dito de outra forma: “o principal desafio [...] é transformar os princípios ecológicos em um sistema alternativo que seja prático e satisfaça necessidades específicas de comunidades agrícolas em diferentes regiões ecológicas do mundo” (ALTIERI; NICHOLLS, 2003, p. 147).

## 5. Conclusões

A abordagem agroecológica foi ampliando sua base teórica com contribuições significativas do movimento ambientalista nas décadas de 1960 e 1970. O estudo sobre questões agrícolas relacionadas aos impactos de substâncias tóxicas no ambiente e os custos de energia em sistemas de produção agrícolas exigiram uma reavaliação desses modelos. É preciso salientar, também, a importância dos estudos relativos aos ecossistemas tropicais e as dinâmicas ecológicas dos sistemas agrícolas tradicionais realizados por antropólogos e geógrafos acerca das práticas agrícolas e da lógica da produção de povos indígenas e camponeses (HECHT, 1989, p. 34 -36).

Os métodos de construção do conhecimento agroecológico diferem dos métodos convencionalmente usados pelos cientistas agrícolas que utilizam experimentos em parcelas onde controlam a influência de fatores ou práticas agrícolas indesejáveis, utilizando conhecimentos de pesquisas passadas e sem a participação dos agricultores. A diferença, nesse caso, está no fato de que os agroecólogos, embora utilizem também os conhecimentos da ciência agrícola ocidental, “sabem que estão interpretando sistemas complexos que foram desenvolvidos com pessoas

fazendo parte de um único processo, e não como máquinas com características universais que operam à parte de pessoas”. (NORGAARD, 1989, p.44).

## 6. Referências

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Ciência & Ambiente**, v. 14, n. 27, p. 141-152, 2003.

ARXER, I. C. Un humanismo científico para la sostenibilidad. IN: LEFF, E. (Coord.). **Ética, vida, sustentabilidad**. México, D.F. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Oficina Regional para América y el Caribe, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2002. (Pensamiento Ambiental Latinoamericano, 5).

GUZMÁN CASADO, G. I.; MIELGO, A. M. A. Transición agroecológica en finca. In: GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.) **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

CHAMBERS, R.; PACEY, A y THRUPP, L.A. (eds.) 1989. **Faermer first innovation and agricultural research**. Intermediate Technology Publications. London. 1989:XVI. apud GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.) **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

COSTABEBER, J. A. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. (ed.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia In: ALTIERI, M. A. (ed.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro:PTA/FASE, 1989.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. et al. **Introducción a la agroecología política**. Buenos Aires: CLACSO, 2021. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15180/1/Introduccion-agroecologia.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

ROMEIRO, A.R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP 1998.

RUSCHEINSKY, A.; VARGAS, S. H. N. de. Agroecologia e reforma agrária: integração possível e necessária. In: RUSCHEINSKY, ALOÍSIO e colaboradores. **Educação ambiental: abordagem múltipla**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## CORRELAÇÕES DE FORÇAS NA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Germano de Barros Ferreira<sup>68</sup>

Tarcísio Alves da Silva<sup>69</sup>

Ana Dubeux Gervais<sup>70</sup>

**Linha de pesquisa:** Sociedade, economia e construção do conhecimento

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-28>

### 1. Introdução

É notória a relação entre correlações de forças e políticas públicas para agricultura familiar no Brasil, quando um conjunto de ações foram implementadas pelo governo federal visando responder aos desafios do desenvolvimento rural brasileiro. Com criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), importante Política Pública (PP) efetivada em 1995, o Estado brasileiro desencadeou um processo de fortalecimento da agricultura familiar, para avançar na superação status marginal deste setor nas políticas públicas.

Até este momento, a agricultura familiar apresentava participação marginal nas ações do Estado, não raro, sendo afetada negativamente pelas políticas de desenvolvimento agrícola e econômico. Após 1995, um conjunto de novas ideias emergiu no debate público e a categoria e o Programa foram se fortalecendo, levando à emergência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de diversas outras políticas públicas. A culminância deste processo foi a institucionalização da Lei da Agricultura Familiar em 2006, que conceituou a agricultura familiar e estabeleceu diretrizes para as ações do Estado (GRISA, 2018, p. 37).

Esse movimento de ascensão das PP, só foi possível porque ocorreu amplo processo de mobilização social e política dos movimentos sociais da agricultura

---

<sup>68</sup> Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/PPGADT/UFRPE. E-mail: germanoserta@gmail.com

<sup>69</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Atualmente é professor associado II da Universidade Federal Rural de Pernambuco, lotado no Departamento de Ciências Sociais. E-mail: tarcisio.asilva@ufrpe.br

<sup>70</sup> Doutora em Sociologia pela Université de Paris I; Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: anadubeux66@gmail.com

familiar, incidindo na agenda do Estado, para implementar ações para o setor. Nos últimos anos essas políticas públicas têm sofrido retrocessos do ponto de vista de sua concepção e de recursos disponíveis para sua implementação.

Esse texto visa refletir sobre a influência da correlação de forças, presente no processo de implementação das PP de fortalecimento da agricultura familiar brasileira nas últimas décadas.

## 2. Referencial teórico

O neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo em seus diferentes contextos históricos, tiveram influência na efetivação de PP para agricultura familiar brasileira, na medida em que as grandes corporações, lobistas e as organizações do agronegócio influenciaram o setor a nível nacional.

Nesta trajetória, dois referenciais globais (no caso do neoliberalismo contextualizado em seus diferentes momentos históricos) influenciaram as interpretações sobre o setor, alterando as relações de poder entre os atores envolvidos com as questões da agricultura familiar, da agricultura e do rural brasileiro, dando “palavra” a novas ideias e interpretações. No período recente “novos mediadores” (atores que vinham tentando influenciar ou tencionar as políticas para a agricultura familiar no referencial neodesenvolvimentista) angariaram espaço político, reativaram e recontextualizaram o referencial neoliberal e ajustaram as políticas para a categoria social de acordo com este (GRISA, 2018, p. 47).

No entanto, essas políticas tiveram caráter distributivos e não de desenvolvimento territorial, elas não conseguiram ampliar as possibilidades de emancipação dos povos do campo. Para Fernandes (2015), “nas últimas décadas surgiram diversas PP de caráter emancipatório e de subordinação, contudo, todo processo de implementação é forjado na disputa política entre as classes sociais”.

As disputas têm ocorrido através dos modelos de desenvolvimento territorial brasileiro, de um lado a agricultura familiar e do outro o agronegócio. Os (as) agricultores (as) familiares são representados pelas organizações e movimentos sociais e se organizam para defender a agricultura familiar e as políticas públicas. O

agronegócio é representado por suas corporações, organizações e lobistas no governo e congresso federal para defender a agricultura capitalista.

Estas disputas estão marcadas cotidianamente pela luta de classes que se manifesta pelas ocupações de terra, protestos, reivindicações e proposições de políticas públicas pelos movimentos camponeses e lobbies pelas corporações para demarcarem seus territórios dentro do governo federal (FERNANDES et al., 2015, p. 21).

As PP implantadas nos territórios, poderão atender as intencionalidades do desenvolvimento territorial, de acordo com as visões dos atores que estão implementando. Para os atores da agricultura familiar eles são sujeitos, portanto, as políticas públicas devem ser construídas com sua participação, para atender suas necessidades no território. Para os atores do agronegócio, a agricultura familiar é objetos de exploração, a partir da lógica produtivista no setor agrário, portanto, as políticas públicas devem ser elaboradas pelos representantes da agricultura capitalista. Para Fernandes (2015), “estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc.”.

Essas PP são desenvolvidas nos territórios pelo Estado. Dependendo das correlações de forças políticas e ideológicas, as quais ele esteja à serviço, poderá influenciar de forma direta as dinâmicas territoriais e suas territorialidades, na medida em que os saberes, os interesses e as intencionalidades camponesa, não sejam respeitadas e valorizadas pelo Estado. Nesse aspecto o Estado assume uma postura soberana sobre os territórios. Segundo Freitas (2015), “o conceito de soberania viria, então, para afirmar o poder do Estado no território”.

### 3. Metodologia

O presente texto é fruto de uma pesquisa bibliográfica, tomando como ponto de partida as categorias correlações de forças, políticas públicas e agricultura familiar aprofundadas pelo PPGADT- Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na disciplina Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas e Territórios, no

semestre de 2022.1. Deste modo, as referências destacadas aqui resultam das leituras da bibliografia disponibilizadas na disciplina.

#### **4. Resultados e discussão**

O Estado impõe sua força através das PP, alinhado com o agronegócio, atendendo na maior parte uma lógica de agricultura de mercado, mesmo encontrando resistência dos povos do campo envolvidos no cotidiano dos territórios. Essas resistências não são suficientes para esbarrar a ação estatal, devido o aparato jurídico, político, econômico e de poder do Estado, tornando a luta desigual e injusta na correlação de forças.

Tendo em vista as distintas relações de poder que se materializam no território, é possível afirmar que ocorrem diversos conflitos quanto ao seu uso e apropriação – a partir dos distintos interesses dos atores que o compõem. Em meio a esses conflitos, o Estado aparece como o grande mediador, quando se reconhece que está simbioticamente ligado ao território, e uma estratégia para tal mediação ocorre justamente por meio das políticas públicas (REITAS, 2015, p. 200).

As PP não conseguem dialogar horizontalmente com os (as) agricultores (as) familiares, nem com o modelo de desenvolvimento territorial, na perspectiva de atender as realidades da agricultura camponesa. Elas têm dificuldades de interagir com o modo de vida dos povos do campo, dada a sua natureza distributiva, neoliberal e neodesenvolvimentista. Para Fernandes (2015), “os governos pós-neoliberais criaram políticas de distribuição de renda e reforçaram as políticas de investimento para empresas capitalistas”.

As características das PP reafirmam o papel do Estado nos territórios, na delimitação conceitual e epistemológica do desenvolvimento territorial de acordo com o modo de vida das famílias. Algumas delas conseguem refletir apenas nos aspectos de renda e inclusão produtiva, a partir de ações de fomento através do crédito que não envolvem as dimensões ambientais, culturais, sociais, ancestrais, espirituais, políticas e simbólicas da agricultura familiar.

Deste modo, as PP são elaboradas com uma visão linear dos territoriais rurais, orientadas por uma concepção cartesiana de conhecimento e de ciência, para atender os interesses da classe capitalista dominante nos territórios. Contrapondo a esse

modelo, surge as discussões acerca do desenvolvimento sustentável e os processos de transição agroecológica, gerando novos paradigmas de desenvolvimento territorial. Esse novo paradigma, busca as dimensões ética, sustentável, ecológica e epistemológica para harmonização entre sociedade e natureza, promovendo cuidados com todas as formas de vida no planeta, a partir da Agroecologia.

## 5. Conclusões

As PP implementadas nos territórios não incorporaram à diversidade ecológica, ambiental, social, cultural, ancestral, política e ética dos territórios, impondo um modelo de construção de conhecimentos de cima para baixo, esvaziando o protagonismo das famílias e dos movimentos sociais no processo de desenvolvimento territorial, negando à construção sociocultural do saber, através do respeito dos saberes ancestrais à serviço do fortalecimento das identidades dos povos do campo e do seu modo de vida. O Estado impositor, por meio das PP promove conflitos e disputas nos territórios, gerando desterritorialização dos povos do campo.

A falta de governança participativa na construção e implementação das políticas públicas para agricultura familiar não permite à emancipação das famílias camponesas, no sentido de elevar o nível de consciência política, ecológica e ambiental para promoção da qualidade de vida. Para Fernandes (2015), “políticas emancipatórias são formuladas pelo protagonismo e pela participação. Parte da coerência entre as relações sociais e a produção territorial”.

As PP para agricultura familiar, foram implementadas atendendo aos interesses do neoliberalismo e neodesenvolvimentismo a partir da lógica distributiva e não emancipatória dos povos do campo.

## 6. Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÃO AGRÁRIA: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; SANTOS, Josefa de Lisboa;

CLEPS, Geisa Daise Gumiero; ANDRADE, Vanilza da Costa. **ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. Cap. 4. p. 7-273.

FREITAS, André Vieira. ESTADO, TERRITÓRIO, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS: o ordenamento territorial e sua interface ambiental. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; SANTOS, Josefa de Lisboa; CLEPS, Geisa Daise Gumiero; ANDRADE, Vanilza da Costa. **ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. Cap. 4. p. 7-273.

GÚZMAN, Eduardo Sevilla de. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**: Agroecologia, sustentabilidade e alternativas ao capitalismo global, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 05-82, 19 jun. 2001. Trimestral. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/984142538.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

GRISA, Catia. **MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**: novos mediadores para velhos referenciais. NOVOS MEDIADORES PARA VELHOS REFERENCIAIS. 2018. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/37>. Acesso em: 30 abr. 2022.

## CURADORIA DA INFORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: À GUIA DE INTRODUÇÃO

Renato Marques Alves<sup>71</sup>  
Francisco Ricardo Duarte<sup>72</sup>  
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira<sup>73</sup>  
Ricardo Argenton Ramos<sup>74</sup>

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-29>

### 1. Introdução

A ciência agropecuária brasileira que se destaca internacionalmente pela produção de alimentos, de tecnologias e de métodos para o desenvolvimento agroecológico e dos territórios rurais. Nesse sentido existe uma demanda da sociedade pelo consumo de dados e informações nessa área (BERTIN et al., 2017). No entanto para Pinto e Santos (2015) uma das causas que impede que o conhecimento e as tecnologias cheguem ao agricultor está relacionada à comunicação das informações.

O problema na difusão de informação e conhecimento na ciência agropecuária em si não é uma novidade, mas é uma questão relevante porque exige o aprimoramento de técnicas e ferramentas para o seu gerenciamento. Bertin e colaboradores (2017) na prospecção que realizaram para elaboração de um plano de gestão de dados alertam “os mecanismos de organização, gestão e estruturação dos dados da empresa [Embrapa] devem ser aprimorados” visando ampliar o compartilhamento e abertura de dados. Já Santos (2017) expõe a necessidade de diretrizes para ciência aberta aplicada à integração de dados e de conhecimento em saúde para formação de uma rede de colaboração entre instituições e melhoria da

---

<sup>71</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT-UNIVASF). E-mail: renato.alves@univasf.edu.br

<sup>72</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT-UNIVASF). E-mail: francisco.duarte@univasf.edu.br

<sup>73</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT-UNIVASF). E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br

<sup>74</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação Ciências da Saúde e Biológicas (PPGCSB-UNIVASF). E-mail: ricardo.aramos@univasf.edu.br

vigilância sanitária. No entanto no levantamento da literatura não foi encontrado trabalhos anteriores relacionados à política de gerenciamento da informação em agroecologia e desenvolvimento territorial produzida a partir da associação de 03 (três) Universidades Públicas da Região do Nordeste Brasileiro.

Em consulta a documentação do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF/UFRPE/UNEB), a Resolução nº003/2021, que normatiza as regras de funcionamento entre as Universidades associadas só menciona a obrigatoriedade do depósito da Tese e do produto final.

Art. 68. A contar da data da aprovação da Tese/Produto Final pela banca examinadora, o(a) estudante terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para entregar os exemplares contendo a versão final e o produto na secretaria do PPGADT e na da Biblioteca Central da IES Associada a qual tenha vínculo; os exemplares definitivos segundo normas específicas criadas pelo Colégio Interno de cada IES Associada, levada de maneira unificada ao Colegiado de Coordenação para análise, votação e homologação por maioria simples em reunião, a contar dos membros presentes.

Já os dados coletados em vídeos, imagens ou gerados por instrumentos de pesquisa ou simulação computacional durante a realização das pesquisas, assim como, as publicações em livros, capítulos de livros, artigos de revistas, comunicações em eventos não são indicados como serão gerenciados pelo programa PPGADT. Ressalta-se que o gerenciamento desse conjunto de informações científicas geram indicadores de produção que servem para avaliação, tomadas de decisão pela coordenação do curso e o financiamento de novas pesquisas. Por conseguinte também se evita a dispersão das informações e as limitações de acesso pelo público. Daí a necessidade de uma política geral em informação e conhecimento para agroecologia e desenvolvimento territorial.

## 2. Referencial teórico

O compartilhamento de dados, informação e conhecimento de livre acesso para sociedade, tem se demonstrado uma alternativa estratégica no enfrentamento de crises

sanitárias, ambientais e econômicas de alcance mundial. E vem contribuindo para a sustentabilidade da sociedade, para criação de governos transparentes e para o fortalecimento da democracia e da própria ciência. Todos esses benefícios devem-se aos esforços da comunidade científica para construção de uma ciência aberta à sociedade. Para Martins (2020), a ciência aberta vai além da disponibilização de dados e informações, passar a incorporar novas práticas como abertura de dados de pesquisa e revisão de pares aberta.

É um movimento da comunidade acadêmica de tornar a pesquisa científica (em todo seu ciclo e ambiente) acessível para todos. É um comprometimento vindo dos pesquisadores para com o público (que inclui universidades, instituições financiadoras e outros pesquisadores) para disseminar livre e abertamente os inputs e outputs das pesquisas científicas de uma forma compreensível, acessível e aproveitável, e que permita a reprodutibilidade (MARTINS (2020).

A ciência aberta tem contribuído para resolução dos grandes desafios locais e mundiais por tornar acessível a todos os resultados de pesquisa e tecnologias. Porém os estudiosos têm alertado que o Brasil ainda não possui uma política específica para a ciência aberta.

O Brasil não possui uma política pública explícita e orientadora da Ciência Aberta, seja em nível governamental ou de agências de fomento, como pode ser percebido no cenário internacional, apesar de grandes esforços na promoção do Governo Aberto e do Acesso Aberto. Algumas ações isoladas no campo do acesso aberto às publicações científicas, a promoção da abertura de dados governamentais e outras iniciativas de “Governo Aberto” se encontram institucionalizadas em órgãos da administração pública, universidades, fundações e institutos de pesquisas (SANTOS, 2017, p.29).

Rezende e Abadal (2020, p19) fizeram um mergulho nos marcos regulatórios do Brasil para a ciência aberta e descobriram que “na esfera governamental, que contemplou as leis, decretos e resoluções ainda não existe uma política brasileira específica para a ciência aberta”. Advogar em favor do movimento ciência aberta é ampliar a circulação da informação na sociedade, a transparência científica e a reprodutividade dos resultados das pesquisas.

### 3. Metodologia

O presente estudo assume como epistemologia a interdisciplinaridade para construção da política de curadoria de informação e conhecimento no campo da agroecologia e desenvolvimento territorial. Para o levantamento exploratório de informações adotou-se como método: a) análise documental e bibliográfica sobre abertura de dados e ciência em fontes impressas e de sítios eletrônicos (FRÓES BURNHAM, 2012; SANTOS, 2017).

Considerando a primeira etapa da pesquisa identificou-se marcos legais para tornar acessível dados e informações ao público, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/ 2011), a Política de Dados Abertos (regulamenta pelo Decreto nº. 8.777/2016 e Decreto nº 9.903/2019) e a publicação do Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos da Controladoria Geral da União (CGU, 2020) que traz um passo a passo para abertura de dados, como:

- I. Realização de discussões com as áreas finalísticas;
- II. Inventário das bases de dados que hospedam a produção acadêmica e científica;
- III. Mecanismo de participação social para identificar a demanda do cidadão;
- IV. Elaboração de uma matriz de priorização para direcionar os esforços de abertura de dados;
- V. Liste as bases que serão abertas etc.

Este procedimento metodológico da CGU (2020) será adotado na fase da construção da política geral de gerenciamento das produções científicas e acadêmicas para Programa PPGADT.

### 4. Resultados e Discussão

Conforme a Resolução nº003/2021, o escopo do Programa do PPGADT:

- I. Stakeholders (coordenações das Universidades associadas, pesquisadores, estudantes, bibliotecas);

- II. Produções (Teses + Produto) e outras publicações científicas desenvolvidas durante o doutorado;
- III. Fluxos informacionais próprios em cada Universidade associada ao programa PPGADT para coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento das produções;

A colaboração entre instituições de pesquisa requer diretrizes sistêmicas para abertura de dados e da ciência, através da política geral e infraestrutura tecnológica (software, plataforma e suporte), segundo Santos (2017) para a publicação das informações.

## 5. Conclusões

As conclusões parciais apontam para uma gestão fragmentada da informação e do conhecimento, por conta disso, poderá haver um abundante material para análise dos fluxos informacionais nas Universidades envolvidas. Aprofundar o trabalho é necessário porque a elaboração de uma política geral de gerenciamento e difusão do conhecimento que atendam as perspectivas para uma ciência aberta é uma tarefa complexa.

## 6. Referências

BERTIN, P. R. B. et al. A construção do plano de dados abertos de uma organização pública de pesquisa e desenvolvimento e o desafio de uma ciência agropecuária aberta. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2017 nov.;11(sup). Disponível em: [www.reciis.icict.fiocruz.br](http://www.reciis.icict.fiocruz.br). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 11 maio 2016. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520099/do1-2016-05-12-decreto-n-8-777-de-11-de-maio-de-2016-21520002](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520099/do1-2016-05-12-decreto-n-8-777-de-11-de-maio-de-2016-21520002). Acesso em: 10 dez. 2021.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Cadeias agropecuárias e dados abertos - primeira etapa das oficinas de cocriação**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de->

acao-brasileiro/compromisso-5-cadeias-agropecuarias-e-dados-abertos/primeira-etapa. Acesso em: 20 dez. 2021.

FRÓES BURNHAM, T. et al. **Análise cognitiva e os espaços de multirreferenciais de aprendizagem**. Salvador: Edufba, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16810>. Acesso em: 10 dez. 2021

MARTINS, H. C. A importância da ciência aberta (open science) na pesquisa em Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, PR, v. 24, n. 1, janeiro/fevereiro, 2020. Disponível em: <http://rac.anpad.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PINTO, D. M.; SANTOS, M. **Serviço de informação especializado como elemento de mediação: os elementos para transferência de informações tecnológicas no contexto da agricultura familiar brasileira**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16., João Pessoa-PB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3051/1101>. Acesso em: 02 dez. 2021.

REZENDE, L. V. R.; ABADAL, E. **Estado da arte dos marcos regulatórios brasileiros rumo à ciência aberta**. *Encontros Bibli*. Florianópolis, v. 25, p. 01-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e71370>. Acesso em: 12 dez. 2021

SANTOS P. X. dos (Coord.). **Livro verde - ciência aberta e dados abertos: mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. 140 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24117/2/Livro-Verde-07-06-2018.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial**. Resolução nº 003. 2021. Disponível em: [https://ppgadt.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/RESOLUO\\_003\\_2021\\_\\_REGIMENTO\\_INTERNO\\_DOUTORADO\\_PPGADT.pdf](https://ppgadt.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/RESOLUO_003_2021__REGIMENTO_INTERNO_DOUTORADO_PPGADT.pdf). Acesso em 29 de nov. 2021.

## POLÍTICA DE COTAS PARA ESTUDANTES RURAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Pamela Karina de Melo Gois<sup>75</sup>

Wagner Lins Lira<sup>76</sup>

Ângelo Giuseppe Chaves Alves<sup>77</sup>

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-3>

### 1. Introdução

A educação no Brasil é constituída de diversas áreas, uma delas é Educação Profissional e Tecnológica, na qual se insere a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. A marca da Rede Federal é a oferta de cursos técnicos, que têm o objetivo de habilitar o estudante para o exercício profissional. Esta foi criada em 2008, pela Lei nº 11.892 e constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da Educação Profissional e Tecnológica no país (BRASIL, 2008).

Com o intuito de democratização do acesso à Educação Profissional, a Lei nº 12.771/12 (Lei de Cotas) estabelece que as Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio reservarão no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em escolas públicas, distribuídas entre estudantes oriundos de famílias com renda de até 1,5 salário-mínimo per capita, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (BRASIL, 2012a). Além desta cota legal, a Portaria Normativa nº 18/2012

---

<sup>75</sup> Mestre em Sistemas Agroindustriais. Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: pamela.gois@ufrpe.com.

<sup>76</sup> Doutor em Antropologia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: wagneip79@gmail.com.

<sup>77</sup> Doutor em Ecologia e Recursos Naturais. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: angelo.alves@ufrpe.br.

do MEC (BRASIL, 2012b) permite também a criação de cotas institucionais, como ação afirmativa para contemplar outras minorias, que possuem desvantagens de acesso ao Ensino Superior e Educação Profissional.

Castro (2016, p. 56) afirma que “as iniciativas do Estado, em adotar medidas que resultem na inclusão dos alunos de baixa renda, pretos, pardos e indígenas, têm contribuído para o aumento do número de cidadãos com o diploma superior”. Assim, as iniciativas das Instituições Federais de Ensino de instituírem cotas que permitam que outras minorias desfavorecidas educacional e economicamente possam ter condições de promover os seus estudos são de suma importância.

Já em relação à Educação Profissional, pouco se discute sobre cotas, principalmente, quando se trata da reserva de vagas não contempladas expressamente pela Lei de Cotas. Em estudo sobre o acesso de estudantes quilombolas à Educação Profissional no IFRN, Marcelino e Azevedo (2020, p. 149) constataram que “em que pese o esforço institucional para a efetivação da interiorização e da inclusão social na escola, populações mais vulneráveis como os quilombolas ainda enfrentam fortes dificuldades de acesso”.

Souza (2019) afirma que a Educação Profissional para aqueles que vivem e trabalham no campo é cada vez mais necessária, para que esses sujeitos não se tornem excluídos em seu próprio espaço de vida, pois nas sociedades atuais há um crescente desenvolvimento de novas tecnologias para o emprego na agricultura e na pecuária.

Gois (2018) encontrou apenas três instituições que ampliam o sistema de cotas para estudantes rurais no Ensino Superior: o Instituto Federal do Tocantins, o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais e o Instituto Federal da Paraíba, sendo que, este último, oferta vagas para pronafianos, assentados da reforma agrária e empregados rurais. Porém, carecemos de mais estudos sobre a “cota rural” no contexto da Educação Profissional.

Assim, diante da notória dificuldade de acesso da população do campo à Educação Profissional, da possibilidade de criação de cotas institucionais que beneficiem os filhos de famílias rurais e de escassos estudos sobre a temática, esta pesquisa tem por objetivo analisar a oferta de cotas para estudantes rurais nos Cursos

Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

## 2. Referencial teórico

A Lei de Cotas instituiu a reserva de 50% das vagas, em Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico, de Nível Médio, aos estudantes de escolas públicas, onde 50% dessas vagas deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda de até 1,5 salário-mínimo per capita. Bem como determina que essas vagas deverão ser preenchidas, por curso e turno, por estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação, onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012a).

Muito se discute sobre o uso da política de cotas para o acesso ao Ensino Superior, porém, também é papel do Estado agir através de políticas de inclusão de acesso à Educação Profissional. Conforme as Metas 3 e 11 do atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), através das respectivas estratégias: 3.7 “fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência”; e 11.9 “expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com seus interesses e necessidades” (BRASIL, 2015). A este esforço de democratização do acesso à Educação Profissional, soma-se o artigo 4º da Lei de Cotas ao estabelecer que as Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio reservem, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, vagas para alunos cotistas (BRASIL, 2012a).

Como visto, a Portaria Normativa nº 18/2012 do Ministério da Educação (MEC), apresenta, em seu artigo 12, a permissão para que as instituições possam, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reserva de vagas suplementares

e/ou indicar outra modalidade de cota mediante a estipulação de vagas específicas para atender políticas de ações afirmativas próprias (BRASIL, 2012b). Estas cotas institucionais permitem que as Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico possam criar ações afirmativas a partir das características sociais em que estas estão inseridas, pois também existem outras minorias com visíveis desvantagens de acesso à Educação Superior e Profissional. Neste sentido, Moura (2008) destaca a necessidade de aproximação de cada instituição de Educação Profissional com seu respectivo entorno para que possam penetrar mais na realidade social, econômica e laboral onde estão imersas e, dessa forma, contribuir para a transformação desta realidade.

“Erradicar o não acesso a bens primários é objetivo de qualquer sociedade razoável que queira caminhar à finalidade da justiça não apenas formal, mas substantiva (igualitária)” (LIMA, 2019, p. 26). Assim, as cotas nas Instituições Federais de Ensino - com reservas de vagas para estudantes rurais - são formas de estimular a igualdade dentre grupos historicamente marginalizados. Além do mais, representa uma obrigação jurídica, pois o artigo 3º da Resolução nº1 do CNE/CEB, de 3 de abril de 2002, indica que o Poder Público deve garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional (BRASIL, 2002).

O Decreto nº 7.352/10 conceitua a populações do campo como: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

### 3. Metodologia

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nas unidades que possuem Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Trata-se de um estudo analítico de base bibliográfica e documental, a partir de literatura científica, de pesquisas e bancos de dados oficiais, como leis, jurisprudências, portarias, resoluções, editais de processos seletivos, entre outros. Também foram coletadas informações da Rede Federal disponíveis em páginas da

internet, tendo em vista que grande parte dos dados é de domínio público. A análise se deu a partir da tabulação e agrupamento de acordo com os resultados de diferentes variáveis.

#### 4. Resultados e Discussão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba possui atualmente 17 Campi que ofertam Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Cabedelo, Cabedelo Centro, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita e Sousa. Destes, apenas o Campus Sousa destina uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas por curso/turno para candidatos aprovados que sejam oriundos de áreas de assentamento da Reforma Agrária, entre os cursos de Informática, Agropecuária, Agroindústria e Meio Ambiente, conforme distribuição abaixo (Quadro 1):

**Quadro 1** - Distribuição da cota para assentados da reforma agrária no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFPB Campus Sousa, no processo seletivo– PSCT INTEGRADO – 2022.

Cursos Técnicos INTEGRADOS	Turno	2022	Ampla Concorrência	Cotas para Egressos de Escola Pública								Cotas para PcD ***	Cotas para Reforma Agrária ****	TOTAL DE VAGAS
				Renda ≤ 1,5 salário mínimo per capita				Independente de Renda						
				PPI*		Não se declararam PPI		PPI*		Não se declararam PPI				
				Vagas gerais	PcD **	Vagas gerais	PcD **	Vagas gerais	PcD **	Vagas gerais	PcD **			
Técnico em Informática	Integral	30	9	3	1	3	1	3	1	2	1	1	5	30
Técnico em Agroindústria	Integral	30	9	3	1	3	1	3	1	2	1	1	5	30
Técnico em Agropecuária	Integral	40	10	4	2	3	1	4	2	3	1	2	8	40
Técnico em Meio Ambiente	Integral	40	10	4	2	3	1	4	2	3	1	2	8	40
TOTAL													140	

Fonte: IFPB (2021, p. 18).

Para exercício do direito de ingresso por esta cota, os candidatos devem entregar: declaração em papel timbrado da associação do assentamento ao qual pertence, contendo, pelo menos, a denominação, o CNPJ, o endereço e o telefone, informando se o candidato é assentado, filho de assentado ou agregado à família assentada; ou comprovante de assentado da reforma agrária emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

## 5. Conclusões

Por mais que a Lei de Cotas (Lei nº 12.771/12) institua reserva de vagas em Instituições Federais, tanto de Educação Superior, quanto no Ensino Técnico de Nível Médio, pouco se conhece sobre a política de cotas para ingresso na Educação Profissional. Além disso, ainda são escassos os estudos sobre as cotas institucionais, isto é, cotas de iniciativa das instituições de ensino, que contemplem outros beneficiários conforme a realidade social onde estão inseridos.

Por isso, é importante compreender e divulgar as Instituições que implementam cotas institucionais para a Educação Profissional. Destaca-se, portanto, a iniciativa do Instituto Federal Paraíba, que oferta a reserva de vagas para pronafianos, assentados da reforma agrária e empregados rurais para acesso ao Ensino Superior e cota de 20% para reforma agrária no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, porém, ambas são oferecidas apenas no Campus Sousa. Espera-se que esta seja ampliada dentro do IFPB e que mais Instituições também possam aderir e que sejam realizados mais estudos sobre a democratização da Educação Superior e Profissional, contribuindo assim com a divulgação sobre esta importante política educacional.

## 6. Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -

PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p. : il. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 18 de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. 2012b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf). Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação, de 3 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf). Acesso em: 31 mai. 2022.

CASTRO, F. G. **Política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Gurupi:** reflexos da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/275>. Acesso em: 30 mai. 2022.

GOIS, P. K. M. **Cotas para pronafianos, assentados da reforma agrária e empregados rurais no ensino superior público:** um panorama analítico. 2018. 17 f. Artigo (Mestrado Profissional em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4404>. Acesso em: 30 mai. 2022.

IFPB. Comissão Permanente de Concursos Públicos. **Edital nº 95/2021, de 18 de outubro de 2021.** Processo Seletivo Para Os Cursos Técnicos Integrados Ao Ensino Médio. 2021. Disponível em: [https://estudante.ifpb.edu.br/media/Edital\\_95-2022\\_de\\_abertura\\_-\\_PSCT\\_Integrado\\_2022.pdf](https://estudante.ifpb.edu.br/media/Edital_95-2022_de_abertura_-_PSCT_Integrado_2022.pdf). Acesso em: 03 jun. 2022.

LIMA, N. O. **10 lições sobre Rawls**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2019.

MARCELINO, F. T.; AZEVEDO, M. A. Acesso de estudantes quilombolas ao IFRN: análise da lei nº 12.711/2012. In: SOUZA, A. A; SANTOS, A. C.; MOURA, D.H. **Políticas de acesso à educação e ao trabalho para a juventude brasileira**. João Pessoa; Editora IFPB. 2020. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/363>. Acesso em: 31 mai. 2022.

MOURA, D. H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, jun., p. 23-38, 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso: 31 mai. 2022.

SOUZA, A. A. Notas sobre a educação profissional na Educação do Campo: em busca de unidade. In: AZEVEDO, M. A; SILVA, L. L. S. A; CARDOSO, E. V. **Educação do campo, educação de jovens e adultos e diversidade: contextos, fundamentos e práticas**. João Pessoa; Editora IFPB. 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/207>. Acesso em: 31 mai. 2022.

## A EDUCAÇÃO POPULAR NO/DO CAMPO NA LITERATURA DE PATATIVA DO ASSARÉ: DIÁLOGO CRÍTICO ENTRE O SABER POPULAR E CIÊNCIA

Tayronne de Almeida Rodrigues<sup>78</sup>

Adelson Dias de Oliveira<sup>79</sup>

Denes Dantas Vieira<sup>80</sup>

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-37>

### 1. Introdução

O referido trabalho visa desenvolver uma análise compreensiva e interpretativa em torno dos registros de educação popular presentes na poética de Patativa e a construção do saber social fundado na articulação entre o popular e o científico.

Nessa perspectiva, o objetivo é analisar na poética de Patativa do Assaré a interação entre saber popular e ciência no âmbito da educação popular. Os saberes populares são transmitidos de geração em geração através muitas vezes da tradição oral, da repetição de gestos e ações, construídos de forma solidária. Assim, podemos considerar o saber popular como um conhecimento produzido por comunidades e famílias a partir de experiências, crenças e costumes. Através de sua linguagem poética Patativa do Assaré faz uma interlocução entre o saber popular e científico, em diálogo com os elementos populares inscritos na poética com pedagogias e filosofias da educação radicadas no solo da educação popular.

Cabe salientar que a noção de popular e social em Patativa localiza-se em uma concepção de cultura popular inscrita na dinâmica do antagonismo de classes, ou seja, como produto cultural daqueles que são considerados subalternos, pela ideologia dominante, em uma sociedade de classes (NOGUEIRA, 2017). Assim, elementos de caráter popular e social presentes na obra de Patativa do Assaré são

<sup>78</sup> Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPGADT/UNIVASF), E-mail: tayronne.rodrigues@discente.univasf.edu.br

<sup>79</sup> Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF), E-mail: adelson.dias@univasf.edu.br

<sup>80</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF), E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br

assumidos aqui como forma de acesso às dinâmicas da educação popular no campo na medida em que traduzem a dinâmica e as contradições dessa realidade específica. Como complemento, o diálogo entre os elementos registrados nessa poética e o saber pedagógico e filosófico permite uma articulação entre o saber popular e o científico. Adentra-se em um questionamento: Como se configura na poética de Patativa do Assaré a interação entre saber popular e ciência no âmbito da educação popular?

## 2. Referencial teórico

Como parâmetro para o estabelecimento do referencial teórico, a presente discussão assenta-se num questionamento geral: Como pensar a poética de Patativa como instrumento de acesso ao saber popular, suas implicações políticas e a sua poética como denúncia das injustiças sociais, e não mera contemplação artística? Nesse sentido, entendemos a poética de patativa como vinculada a um sujeito coletivo, de classe, todavia, neste artigo estabeleceremos um tratamento crítico e dialético acerca da noção de cultura popular. Neste momento, será estabelecida uma inflexão crítica em torno do fio condutor da pesquisa, o conceito de saber popular. Esta inflexão se dará por meio da articulação do par de opostos conceitual cultura de massa e indústria cultural.

Para uma análise compreensiva e interpretativa da poética de Patativa do Assaré e seu componente popular e social, utilizamos as seguintes obras: Ispinho e Fulô, Inspiração nordestina, Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino (Patativa do Assaré); Patativa do Assaré: o canto ilimitado (AGUIAR, CONTE, 2013) e A poética popular e social de Patativa do Assaré (NOGUEIRA, 2017).

Com a proposta de estabelecer uma inflexão crítica em torno do conceito de saber popular, para tornar latente os antagonismos socioeconômicos da sociedade capitalista, mantendo, desse modo, o mesmo espírito crítico já presente na poética de Patativa, trazemos o tensionamento entre os conceitos de cultura de massa e indústria cultural. Para tanto, é necessário uma definição mais precisa em torno do conceito de cultura popular, distinguindo-o do problemático conceito de cultura de massa, tão criticado pelos teóricos da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno e Max Horkheimer. Nessa perspectiva, obras como Dialética do Esclarecimento

(HORKHEIMER; ADORNO, 1985), Educação e Emancipação (ADORNO, 2003) e Teoria Crítica (HORHEIMER, 2006) são importantes referências neste trabalho.

### 3. Metodologia

A metodologia, de caráter qualitativo, será organizada a partir de revisão de literatura em correspondência ao propósito deste artigo. Este propósito apresenta dois pontos fundamentais: 1) analisar com as formas de saber popular e cultura popular podem se manifestar poeticamente nas obras de Patativa, a fim de destacar a configuração literária do saber popular enquanto recorte de um sujeito coletivo do campo, excluído e condicionado a relações hegemônicas de poder. Ou seja, é necessário identificar a vinculação de sua configuração literária a uma perspectiva de classe, a dos oprimidos, desapossados dos meios materiais de produção e reprodução de sua própria existência; 2) para subsidiar uma análise mais ampla dos elementos que dizem respeito aos aspectos culturais, e por entendermos que a noção de cultura popular, embora se refira a uma dimensão social autêntica, de resistência e articulada, não dê conta de explicar as contradições da sociabilidade capitalista com um todo, lançamos mão do par de opostos cultura de massa e indústria cultural, conceitos desenvolvidos por Theodor Adorno e Marx Adorno sob a perspectiva de uma teoria crítica da sociedade.

### 4. Resultados e Discussão

É possível identificar na obra de Patativa saberes e elementos de caráter popular. Todavia, destacamos que o termo cultura popular não se confunde com a cultura de massa, elemento que será problematizado ao resgatarmos o conceito de indústria cultural, elaborado pelos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, já anunciando aqui o que virá a ser o momento central na discussão deste artigo, o diálogo crítico entre saber popular e ciência.

Cultura popular diz respeito à cultura protagonizada e/ou vivenciada pelo povo, entendido não como entidade abstrata, mas como sujeito concreto, coletivo, vinculado à classe excluída submetida a determinadas relações hegemônicas de poder. Esse

delineamento de classe, fruto das relações materiais da vida social, distingue o produto da cultura popular da cultura erudita, assim como o distingue da cultura de massa. Nesse sentido,

A cultura do povo deve ser analisada dentro de um processo social mais amplo, considerando seus vínculos com as condições de existência e com os interesses de seus produtores e de seu público, tido como um segmento específico da sociedade. Essas manifestações populares constituem-se como formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica das relações sociais de dominados e subalternos, isto é, grupos submetidos à hegemonia das classes dominantes (NOGUEIRA, 2017, p.174).

Este estatuto político da dimensão cultural conjuga-se com as linhas mestras da poética de Patativa, na medida em que segundo o escritor, a literatura não diz respeito somente à poetização como se a forma poética estivesse circunscrita a um elevado cume distante dos conflitos e tensões da vida social, mas é também concepção de mundo, como denúncia das injustiças: “Ele [o poeta] deve empregar a sua lira em benefício do povo, em favor do bem comum. Ele deve empregar a sua poesia numa política em favor do bem comum.” (PATATIVA DO ASSARÉ apud CARIRY, 1982, p. 52).

## 5. Conclusões

Da discussão efetuada neste trabalho, entendemos que a poética de Patativa permite o acesso a elementos populares de cultura, contudo, a cultura popular, em termos de densidade material concreta, na realidade é restrita, enquanto forma de resistência, não possibilita uma apreensão mais ampla das contradições da sociabilidade capitalista como um todo. Em razão dessa lacuna, o “diálogo crítico entre saber popular e ciência” dá-se no deslocamento crítico do trabalho, ao desenvolvermos a análise a partir dos conceitos de cultura de massa e indústria cultural, de verniz filosófico marxista e frankfurtiano.

Cultura de massa, segundo Adorno e Horkheimer (1985), designaria, equivocadamente, a produção da cultura que emerge espontaneamente das “massas”. Ao contrário, o conceito de indústria cultural se refere ao controle e domínio

do capitalismo no âmbito da cultura penetrando em todas as formas de manifestação do ser social, objetiva e subjetivamente. E é contra essa instauração reificada no domínio da cultura, que opera segundo os interesses da grande indústria, que a crítica imanente se direciona.

Vale ainda destacar o papel da teoria crítica para se pensar o próprio fenômeno social da educação. A crítica deve revelar, afinal, até que ponto, sob o véu aparente das promessas de uma formação humanizadora, tão em voga na era das informações instantâneas da globalização e das novas tecnologias, não se esconde a receptividade passiva e reificada do sujeito do conhecimento. Nesse caminho, a crítica deve revelar todas as contradições em torno do presente para se pensar as reais possibilidades, ou impossibilidades, de uma (re)conciliação entre educação e emancipação (ADORNO, 2003).

## 6. Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3. ed. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANDRADE, Gilmar dos Santos et al. **Educação em agroecologia na pedagogia da alternância**. In: BENÍSIO, Joel Duarte; COSTA, Tiago Pereira. Anais do CONNAB. Salvador: UNEFAB, 2019.

BONFIM, Luciano Sérgio Ventin. **História e Epistemologia da Ecologia Humana**. Salvador: Mente Aberta, 2021. 457 p.

\_\_\_\_\_. A Ontologia Humana enquanto referência para uma Educação Popular Emancipatória. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 107-120, jan./jun. 2015.

CARIRY, R.; BARROSO, O. **“Patativa do Assaré, sua poesia, sua vida”**, entrevista em **Cultura insubmissa**. Fortaleza: Nação Cariri, 1982.

DOS SANTOS, Ramofly Bicalho. **Pedagogia da Alternância e Educação no Campo no Brasil**. In: JOINGG – Jornada Internacional De Estudos E Pesquisas Em Antonio Gramsci, 1.; Joregg – Jornada Regional De Estudos E Pesquisas Em Antonio Gramsc, 8., 2016, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. Disponível em: PEDAGOGIA-DA-ALTERNÂNCIA-E-EDUCAÇÃO-DO-CAMPO-NO-BRASIL.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (orgs.). **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica: Uma Documentação**. Tradução: Hilde Cohn. São Paulo: 2006. Tomo I

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

NOGUEIRA, Renata Carvalho. A poética popular de Patativa de Assaré. **Letras, Santa Maria**, v. 27, n. 55, p. 173-193, ju./dez. 2017.

PATATIVA DO ASSARÉ. **Ispinho e Fulô**. São Paulo: Hedra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Inspiração nordestina**. Coleção de literatura popular. São Paulo: Hedra, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. Petrópolis: Vozes, 2014.

## DESENVOLVIMENTO E SABERES TRADICIONAIS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Éder Batista da Silva<sup>81</sup>  
Luciano Pires de Andrade<sup>82</sup>  
Wagner Lins Lira<sup>83</sup>

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-30>

### 1. Introdução

O presente texto advém de uma pesquisa em desenvolvimento, que tem por finalidade compreender as relações possíveis nutridas entre o desenvolvimento rural e os saberes tradicionais quilombolas na promoção de mudanças sociais e fortalecimento da autonomia local (SILVA, 2012). Nesta perspectiva trazemos como campo de estudo a Comunidade Quilombola de Castainho, situada no Município de Garanhuns (PE). Neste sentido, o presente trabalho traz como objetivo averiguar como se dão os processos de troca e construção de saberes-fazeres — da comunidade quilombola em questão — através do diálogo entre os saberes-fazeres locais e as práticas ambientais de convivência da comunidade com a região semiárida, na qual está inserida.

As práticas tradicionais — educativas e de convivência com o território — exercem papel crucial na construção e na formação da identidade étnica dos sujeitos de povos tradicionais, assim como são fundamentais para a compreensão de suas formações sociais e culturais (SILVA, 2012; FIGUEIREDO, 2007). Assim, pretendemos descrever e interpretar como as práticas educativas tradicionais adotadas pela comunidade quilombola de Castainho contribuem para o fortalecimento

---

<sup>81</sup> Eng. florestal, licenciado em ciências agrícolas e mestre em extensão rural. doutorando em agroecologia e desenvolvimento territorial. ufrpe. e-mail: eder.silva@ufrpe.br.

<sup>82</sup> Doutor em etnobiologia e conservação da natureza. professor titular do programa de pós-graduação em agroecologia e desenvolvimento territorial. ufrpe. e-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br.

<sup>83</sup> Doutor em antropologia. orientador. professor colaborador do programa de pós-graduação em agroecologia e desenvolvimento territorial. ufrpe. e-mail: wagner.lira@ufrpe.br.

da autonomia de seus sujeitos — no sentido de identificar se esse fortalecimento auxilia a comunidade na tentativa de reduzir e/ou romper com a dependência de ações governamentais assistencialistas — e possibilitam um uso mais sustentável de seu território.

## 2. Referencial Teórico

Os aportes teóricos e epistêmicos elencados para o alcance dos objetivos da pesquisa fundamentam-se nos estudos de pesquisadores das seguintes vertentes investigativas:

1. Da Extensão Rural e da Agroecologia (CAPORAL, 2009; 2015); 2. Do Desenvolvimento Rural (ABRAMOVAY, 1999; 2003; SCHNEIDER, 2010); 3. Da Educação como demanda social (SILVA, 2012; FIGUEIREDO, 2007); 4. Do Projeto Político Quilombola como instrumento de sustentabilidade territorial por vias das culturas locais (ANJOS, 2006; LEITE, 1999; 2008); 5. Da Ecologia de Saberes como possibilidade de diálogo entre os saberes-fazeres tradicionais e os processos educativos (ARROYO, 2012; SANTOS, 2010; BRANDÃO, 2013); 6. Da Sustentabilidade ambiental dos territórios e construção do desenvolvimento local (SHIVA, 2003; LEFF, 2009; SACHS, 2008; 2009); 7. Da Análise política e sociológica para compreensão das desigualdades no mundo rural (BAUMAN, 1999; 2003; SAWAIA, 2006; SOUZA, 2006; MÉSZAROS, 2008; 2011).

## 3. Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, inspirando-se no método fenomenológico, que possibilita-nos melhor compreender os objetos de estudo, a partir de sua manifestação, experiências, significados e sentidos (GIORGI, 2008; CASTRO & GOMES, 2011; MERLEAU-PONTY, 2018); sem que haja preconceitos ou julgamentos prévios - por parte do pesquisador - acerca dos fenômenos e dos sujeitos envolvidos em suas investigações (CASTRO & GOMES, 2011).

Para tal, realizamos um levantamento primário dos dados constando de análises documentais a partir do ano de 1980 até o ano de 2020, no intuito de

traçarmos um perfil mais realístico da comunidade estudada para, então, podermos planejar a segunda fase de obtenção de dados — que está em andamento —, utilizando-se de observação, vivência e de entrevistas semiestruturadas junto aos atores locais (CELLARD, 2008).

Assim, para atender os objetivos da pesquisa, foram analisados os seguintes documentos: i) “Castainho: etnografia de um bairro rural de negros em Pernambuco” (MONTEIRO, 1980); ii) “Castainho: sua história e sua gente” (GONZAGA, 1994); e iii) “Castainho: contando sua história” (CPT, 2013).

Por este prisma, a pesquisa segue com a finalidade de compreender como ocorrem os processos de construção e transmissão de saberes-fazer, assim como as estratégias de resistência da comunidade no embate às adversidades históricas enfrentadas cotidianamente em seu território, a exemplo da grilagem de terras, da especulação imobiliária e da expansão urbana no entorno do seu território (CPT, 2013).

A sistematização, descrição e a análise das informações elencadas com base em documentos, observação participante e aplicação e análise das entrevistas semiestruturadas, terão como fundamento a visão da sociologia reflexiva (MELUCCI, 2005) com o apoio da análise Ecológica do Discurso (ADE) (COUTO et al., 2015); estratégias epistêmicas, que nos possibilitarão tecer reflexões mais críticas e plurais sobre o território e a formação identitária inerente à Comunidade Quilombola de Castainho, assim como o protagonismo dos sujeitos em constante processo de resistência, vivência e fortalecimento de seus saberes-fazer.

#### **4. Resultados e Discussão**

Como primeiros dados elencados neste estudo, identificamos que a Comunidade Quilombola de Castainho compactua de múltiplos saberes-fazer tradicionais — como as “práticas de manejo da terra, o uso de plantas medicinais, as formas de transformação dos produtos agrícola cultivados, a organização coletiva dos sujeitos da comunidade, os cânticos, festejos e crenças da comunidade” — ao longo de sua vasta história de resistência e existência, que caracterizam e alicerçam sua

formação identitária, além da manutenção e do fortalecimento territorial amparado culturalmente pelas práticas de convívio e uso racional dos recursos naturais.

Tais saberes-fazer, foram identificados no cotidiano da comunidade e no constante esforço para resistir e superar às pressões externas, como a grilagem de terras de seu território e a especulação imobiliária no entorno da comunidade, que imputam a comunidade à autonegação de sua identidade étnica a favor de lógicas capitalistas predatórias que visam a apropriação dos territórios de povos tradicionais do campo no Brasil (LEITE, 1999; 2008; ANJOS, 2006; BRANDÃO, 2013).

Como um contínuo esforço diante da proteção de seus valores, características e formas de pensar, ver e sentir o mundo, fundamentais à sua constituição enquanto sujeitos quilombolas (LEITE, 1999; 2008), os saberes-fazer encontrados — organização coletiva dos sujeitos da comunidade e os cânticos, festejos e crenças da comunidades — se configuram numa estratégia de resistência ancestral, que se contrapõe à hegemonia colonialista, que busca excluir as diferenças e impor uma padronização das formas de ser, de poder e de saber (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017).

Trata-se de um esforço coletivo, que pode ser compreendido no âmbito da cultura, conforme indicado por Arroyo (2012, p.104), para quem “a cultura é mais do que produto e ato. É modo de produzir. É hábito cultural, ético, intelectual, não só objeto produzido e preservado e ensinado às novas gerações”.

Convém ainda destacar, que no atual cenário de crises, sociais, econômicas, políticas e ambientais que o país tem vivenciado (ANTUNES, 2020; BAUMAN, 1999; 2003; LEFF, 2009), torna-se mais do que necessário rever os modelos de construção e transmissão de conhecimentos destinados aos agrupamentos rurais, especialmente, as comunidades quilombolas. Pois, a visão colonialista dos modelos de desenvolvimento é desconexa das realidades dos sujeitos daqui (SACHS, 2008; 2009; SANTOS, 2010; MÉSZAROS, 2008; 2011), ou seja, historicamente, fomentaram a exclusão e impossibilitaram outras formas de ser, de poder e de saber ancoradas nos saberes-fazer tradicionais (SHIVA, 2003; SAWAIA, 2006; SOUZA, 2006; SANTOS, 2010).

Sendo assim é que surge a necessidade de contrapontos e embates aos processos e práticas convencionais adotados pelo Estado Nacional — como a

negação de direitos sociais básicos tais como saúde, educação e segurança, além de assistência técnica e apoio para fortalecimento dos territórios quilombolas — e inculcados na sociedade como sendo única via possível, ou seja, imposições nada dialógicas e sem a inclusão das diferenças e diversidades (ABRAMOVAY, 1992, 2003; CAPORAL, 2009; 2015; SCHNEIDER, 2010).

Por seu turno, a construção e transmissão de saberes-fazer voltados à população do campo devem, primordialmente, também levar em consideração os saberes-fazer quilombolas (FIGUEIREDO, 2017). Isso implica que o conhecimento poderá ser construído a partir das múltiplas realidades existentes no universo quilombola — localizados tanto em ambientes urbanos quanto rurais, onde os conhecimentos resultantes de suas práticas de convivência com território não necessitam da validação acadêmica para serem considerados significativos — e do acúmulo dessas vivências pelos sujeitos, configurando-se na manutenção de seus valores sociais e culturais de seus espaços de vida (VIZOLLI et al., 2012).

## 5. Conclusões

Os processos de resistência social que foram identificados no contexto da Comunidade Quilombola de Castainho — organização coletiva e a salvaguarda de crença, cânticos e conhecimentos e práticas acumulados ao longo do tempo — não só visibilizam outras alternativas e possibilidades de construção e transmissão de conhecimento crítico, como também estimulam o desenvolvimento de potenciais ações para compreensão de outras realidades de territórios quilombolas na região.

Compreende-se que os saberes que alimentam esses processos de construção de espaços de reflexão acerca dos aspectos locais da comunidade, não só se traduzem numa tentativa de valorização da identidade e da cultura dos sujeitos locais, como também na proteção de seu território enquanto espaço de vida, tradição e ancestralidade de sujeitos tradicionais do mundo rural.

Essa tentativa de proteção de seus valores e aspectos culturais quilombolas — que ocorre através da transmissão das práticas de manejo da terra, do uso e transformação das plantas cultivadas, das formas de organização coletiva dos sujeitos e do resgate da história e crenças da comunidade — possibilita o fortalecimento da

consciência crítica dos sujeitos da comunidade, na medida em que permite questionar a ideologia capitalista e colonialista na busca por novas possibilidades de sentir e compreender a importância do território quilombola, valorizando as distintas concepções de mundo de seus sujeitos — que se fundamenta na garantia da liberdade para manifestação de suas crenças, modos de viver, tempos e bem estar em seu território —, assim como os aspectos e peculiaridades locais.

Essa proteção coletiva pode ser observada na valorização do território como local de produção e transmissão de saberes-fazeres e nas formas de convivência com a região semiárida, na qual a comunidade está inserida.

## 6. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.83-100.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. [recurso eletrônico], São Paulo: Boitempo, 2020. (Pandemia capital).

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2012.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas: Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber para si, saber com os outros. In.: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris, 2013. p. 89 - 107.

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília, 2009. 398p. Disponível em: [http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public\\_eletronica/downloads/OPB2444.pdf](http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto (Coord.). **Extensão rural e agroecologia**: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015, 503p.

CASTRO, Thiago Gomes de; GOMES, William Barbosa. Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 2, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200003>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 317.

COUTO, Hildo Honório; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. **Análise do discurso ecológica – ADE**. Coleção: Linguagem e Sociedade, v.9, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Castainho**: contando sua história. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 37 p.

FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. **Educação ambiental dialógica**: as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina. Fortaleza: Edições UFC, 2007. 395p.

FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agroecologia e conhecimentos tradicionais: um olhar sobre experiências de povos e comunidades. In.: FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra et al. (org.). **Agroecologia e diálogo de conhecimentos**: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017. p. 47 – 69.

GIORGI, Amedeo. Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 386 - 409.

GONZAGA, Garanhuns de. **Castainho**: sua história e sua gente. Garanhuns, 1994. (Literatura de cordel).

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0123.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/15.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 5 ed. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2018. 555p.

MELUCCI, A. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2005.

MÉSZAROS, István. **A educação par além do Capital**. Trad. Isa Tavares, 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa, revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGNOLO, Walter. D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32 n. 94, jun. 2017, e329402. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. **Castainho: etnografia de um bairro rural de negros em Pernambuco**. 1980. 124f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p.117 – 142. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo: Para uma nova cultura política**. Coleção: Para um Novo Senso Comum, v. 4, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, set.

2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política**: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOUZA, Jessé (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. 396p.

VIZOLLI, Idemar, SANTOS, Rosa Maria Gonçalves; MACHADO, Renato Francisco. **Saberes quilombolas**: um estudo no processo de produção da farinha de mandioca. Bolema: Boletim de Educação Matemática [online], v. 26, n. 42b, p. 589-608, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-636X2012000200009>. Acesso em: 15 jun. 2022.

## COMUNIDADE EPISTÊMICA AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Marcelo Henrique Pereira dos Santos<sup>84</sup>

Thamara Marina Souza Louira<sup>85</sup>

Eduardo Rodrigues Barros Lima<sup>86</sup>

Rui Carlos Souza<sup>87</sup>

**Linha de pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-27>

### 1. Introdução

O conceito de Comunidade Epistêmica foi criado por Peter Haas para a análise da coordenação de políticas públicas no âmbito internacional, especialmente na área ambiental. No entanto, o conceito vem sendo aplicado em diversas áreas.

"O conceito pode ser utilizado tanto para explicar a disseminação de ideias em comunidades nacionais de políticas, quanto em âmbito internacional, com a disseminação e a trajetória de redes de consultores, profissionais de agências multilaterais e ativistas em discussões ambientais (Keck e Sikkink, 1998) e em negociações comerciais (Von Bulow, 2005). Outros estudos brasileiros têm utilizado a ideia de comunidades de políticas de forma ampla, embora não associados ao modelo de Haas, como no estudo da disseminação internacional de programas de promoção de saúde (Hochman, 2007), ou em nível sub-nacional no interior da comunidade da saúde (Cortes, 2007) ou de saneamento (Marques, 2000) e infra-estrutura (Marques, 2003)." (Marques, 2013, p. 42).

---

<sup>84</sup>Professor do Colegiado de Ciências Sociais da Univasf, Professor Convidado do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Agricultura Familiar (GPPAF).

<sup>85</sup>Discente do bacharelado em Ciências Sociais da Univasf.

<sup>86</sup>Discente do bacharelado em Ciências Sociais da Univasf.

<sup>87</sup>Discente do bacharelado em Ciências Sociais da Univasf.

Sendo assim, esta pesquisa objetiva verificar se os programas de pós-graduação e instituições envolvidos com a Agroecologia na região do Submédio São Francisco se caracterizam como uma Comunidade Epistêmica influenciando a aprendizagem dos tomadores de decisões e burocratas junto ao processo de formulação e implementação de políticas públicas agrícolas e agrárias a partir do conhecimento produzido por tais programas e instituições. Para tal é analisada a atuação das seguintes instituições: Centro de Agroecologia, Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável (CAERDES); Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) e, Núcleo de Agroecologia do Semiárido (Embrapa).

## 2. Referencial Teórico

Ao pretender superar o modelo de agricultura convencional sustentado pela chamada Revolução Verde, a Agroecologia não espera promover uma nova revolução e sim um processo de transição de um modelo de desenvolvimento não sustentável para um outro mais sustentável. Sobre essa perspectiva, Caporal é bastante claro.

"Acreditamos que o ideal de sustentabilidade presente nos discursos institucionais e políticos, somente poderão se converter em políticas e práticas ambientalmente amigáveis, na medida em que transformarmos nossa agricultura e estratégias de desenvolvimento rural adotando princípios da Agroecologia e fazendo isso a partir de um processo de transição e não de novos enfoques de revolução no campo. Isto é, a partir de estratégias e políticas públicas capazes de dar um novo rumo ao alterado processo de coevolução do homem com o meio ambiente resultante do modelo agrícola da Revolução Verde e de suas "verdades monoculturais". (Caporal / Azevedo, 2011, p., p. 124).

Tal colocação de Caporal deixa claro que a Agroecologia almeja influenciar a formulação e implementação de políticas públicas com base nos seus princípios, em outras palavras, a Agroecologia se apresenta como uma Comunidade Epistêmica que tem como um dos seus objetivos influenciar os decisores políticos e burocratas no processo de formulação e implementação de políticas públicas para a promoção da

transição do modelo convencional agrícola para um modelo de agricultura mais sustentável.

Nos anos noventa Peter Haas definiu Comunidade Epistêmica como rede de profissionais com reconhecida expertise e competência em áreas do conhecimento e com autoridade nas áreas de competência para influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas (Haas, 1992, p. 03). Para Haas uma Comunidade Epistêmica incorpora um conjunto de crenças que implica em:

"(1) um conjunto compartilhado de crenças normativas e de princípios, que fornecem uma lógica baseada em valores para a ação social dos membros da comunidade; (2) crenças causais compartilhadas, que são derivadas de sua análise de práticas que conduzem ou contribuem para um conjunto central de problemas em seu domínio e que servem de base para elucidar as múltiplas ligações entre possíveis ações políticas e resultados desejados; (3) noções compartilhadas de validade – isto é, critérios intersubjetivos, definidos internamente, para ponderar e validar o conhecimento no domínio de sua especialidade; e (4) um empreendimento de política comum – isto é, um conjunto de práticas comuns associadas a um conjunto de problemas para os quais sua competência profissional é direcionada, presumivelmente pela convicção de que o bem-estar humano será aprimorado como consequência." (Haas, 1992, p. 03 – tradução livre).

Portanto, para entender uma Comunidade Epistêmica é necessário a compreensão das normas e princípios que regem a ação da comunidade, das relações causais verificadas que explicam os problemas a serem enfrentados, das noções de validade que legitimam o conhecimento produzido, das práticas comuns voltadas para a solução de problemas direcionados.

### 3. Metodologia

A pesquisa baseia-se em metodologia qualitativa. Além de se apoiar no conceito de Comunidade Epistêmica de Peter Haas, a pesquisa utiliza entrevistas semi-estruturadas feitas com pesquisadores do CAERDES, do PPGADT e, do Núcleo de Agroecologia do Semiárido da Embrapa. Foram entrevistados 01 pesquisador de cada instituição que atuam desde o início da criação de cada uma das respectivas instituições.

#### 4. Resultados e Discussão

O CAERDES foi inaugurado em 2011 e faz parte do Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O CAERDES ajuda a promover a ciência e a tecnologia agrícola na região do Vale do São Francisco. O espaço trabalha com pesquisadores, empresários e produtores rurais. Além disso, por estar num ambiente universitário, estabelece conexão entre graduandos e pós-graduandos na produção de conhecimento e na aplicação de tecnologia. O espaço também dialoga com movimentos sociais, empresas privadas e públicas (incluindo Universidades) e demais parceiros ligados às questões agroecológicas, do desenvolvimento sustentável e da governança pública.

O CAERDES é exemplo de como um grupo focado em energias renováveis está disposto a mostrar soluções sustentáveis para melhorar o manejo agroecológico na região do Vale do São Francisco, integrando a sociedade, a economia e a natureza num cenário de inserção dos setores mais vulneráveis.

Ao falar sobre as primeiras realizações do CAERDES, seu diretor e professor da UNEB Jairton Fraga Araújo evidencia as ações para formar profissionais em Agroecologia, para a inserção da disciplina de Agroecologia no currículo de Agronomia da UNEB e, para a criação da Feira Agroecológica de Juazeiro, sendo esta última criada quando o professor Jairton ocupava o cargo de Secretário de Agricultura de Juazeiro.

Começamos a fazer treinamentos para a CODEVASF de Petrolina e treinamos 120 agrônomos e técnicos agrícolas, foi a primeira iniciativa a treinar os extensionistas para que eles estivessem capacitados a se portar numa discussão agroecológica orgânica... quando você pega o currículo de agronomia das escolas você vai observar que 99,9% das disciplinas são voltadas para a agricultura convencional... eu propus a criação de um currículo de agronomia com a disciplina agroecologia e consegui que ela fosse aprovada, e inserimos dentro do currículo de agronomia a disciplina agroecologia e foi um importante salto. Demos apoio a associação de agricultores do Vale do São Francisco que estava sendo criado nessa época, e em 2010 fui convidado para ser secretário de agricultura e meio ambiente de Juazeiro e criamos a feira agroecológica em Juazeiro, eu idealizei, fiz o projeto.

Criado pela UNIVASF em 2017, o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) dá suporte teórico às pesquisas envolvendo desenvolvimento sustentável na região. O PPGADT tem como um de seus colaboradores o professor Helder R. Freitas, membro do Colegiado de Engenharia Agrônômica da UNIVASF e docente do Mestrado em Extensão Rural (PPGExR/UNIVASF).

O professor Helder, junto como o vereador de Petrolina Gilmar Santos, vem articulando a criação de lei municipal voltada para a agricultura urbana agroecológica em Petrolina, com vistas a possibilitar a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis pelos moradores, propondo a produção de alimentos mais próximos dos consumidores, a reciclagem de materiais orgânicos e a criação de espaços educativos.

Além de orientar pesquisas envolvendo o desenvolvimento territorial sustentável, o PPGADT pretende estabelecer mecanismos pelos quais possa agir de modo efetivo na sociedade. Assim, os pesquisadores já identificaram, por exemplo, a existência de mais de 20 hortas comunitárias, totalizando, em média, 5 hectares de hortaliças produzidas dentro da cidade de Petrolina. Sobre o tema, o professor Helder afirma:

Nós temos em Petrolina 22 ou 23 hortas comunitárias, tem um aluno meu rodando essa semana para mapear de novo porque nos fizemos isso em 2016, nós tínhamos 22 hortas urbanas comunitárias em Petrolina que dá em torno de mais de 5 hectares de produção de hortaliças dentro da cidade, é uma coisa assim... onde que tem isso? Nós temos no Brasil, mas aqui é um dos poucos lugares que tem essa dimensão no país.

Apesar de ser um programa novo, o PPGADT apoia organizações e iniciativas que partilham dos mesmos princípios agroecológicos, seja através da colaboração direta nessas instâncias ou das próprias formações em nível de Doutorado.

O Núcleo de Agroecologia da Embrapa Semiárido, por sua vez, foi instituído em 2014 em Petrolina pelo edital MDA/CNPq 38/2014, o qual objetivava fornecer apoio financeiro a projetos de fomento e fortalecimento de núcleos de agroecologia em instituições públicas de pesquisa agropecuária, caso da Embrapa.

O principal objetivo do Núcleo é promover ações de intercâmbio e conhecimento agroecológico, com vistas ao melhoramento das ações do poder público. Para isso, dispõe de uma extensa rede de equipes interdisciplinares – tais como a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), com seu Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR) fornecendo o suporte teórico necessário para o desenvolvimento de projetos agroecológicos na região, além da colaboração de núcleos de pesquisas compostos por professores e estudantes; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), empresas privadas, ONGs, sindicatos etc.

O Núcleo de Agroecologia da Embrapa Semiárido teve participação na criação do Mercado Orgânico na Feira da Areia Branca (Petrolina). A respeito disso, a pesquisadora Alineaurea Florentino Silva relata:

O Núcleo teve muito contato, por exemplo, com a CODEVASF, com colegas de lá que trabalham nessa linha (agroecológica) e até colaboraram com a formação desse mercado orgânico que “tem” em Petrolina, que já é um centro de comercialização de produtos orgânicos.

Além disso, o Núcleo também participou da elaboração de lei que versa sobre a inclusão de 10-12% de produtos derivados da mandioca na merenda escolar, dentro dos 30% já destinados à agricultura familiar. Sobre isso a pesquisadora relata:

A gente, muitas vezes, participa dentro dos projetos. Por exemplo, há uns anos atrás a gente participou da formulação de uma lei municipal sobre a questão da mandioca, que era uma coisa que eu trabalhava muito mais fortemente. Então a gente sabia que “tinha”, por exemplo, a lei que garante que 30% da merenda escolar seja de agricultura de base familiar. Dentro disso a gente elaborou, junto com alguns vereadores, na Câmara dos Vereadores foi aprovada por unanimidade, que dentro desses 30%, 10% a 12% fosse de produtos de mandioca.

Muitas outras ações das três instituições estudadas poderiam ser descritas, porém acreditamos que o relatado é suficiente para mostrar a atuação de tais instituições no desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para a Agroecologia na Região do Submédio do São Francisco.

## 5. Conclusões

Como visto acima, são várias as ações desenvolvidas pelo CAERDES, pelo PPGADT e, pelo Núcleo de Agroecologia do Semiárido (Embrapa). Talvez não seja ainda possível falar, nos termos de Peter Haas, na existência de uma Comunidade Epistêmica na região, porém a partir do desenvolvimento das ações das instituições, da formação de um número maior de pesquisadores e, da criação de outras instituições, podemos afirmar que em breve teremos uma Comunidade Epistêmica capaz de ajudar decisivamente na formulação de Políticas Públicas Agroecológicas no Submédio São Francisco.

## 6. Referências

CAPORAL, Francisco Roberto / AZEVEDO, Edisio Oliveira. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

HAAS, Peter. **Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination in International Organization**, Vol. 46, No. 1, Knowledge, Power, and International Policy Coordination. (Winter, 1992), pp. 1-35.

MARQUES, Eduardo. As Políticas Públicas na Ciência Política in MARQUES, E. / FARIA, C.A.P. (Orgs). **As Políticas Públicas como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, pp. 23-46.

## MOVIMENTO POPULAR CAMPESSINO FRENTE AS TRAMAS DO NEOLIBERALISMO GLOBALIZADO

Gildo Ribeiro de Santana<sup>88</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>89</sup>  
Luciano Pires de Andrade<sup>90</sup>

**Linha de pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-31>

### 1. Introdução

A globalização das economias, sobretudo em países emergentes, vem proporcionando nas áreas rurais e urbanas crescentes níveis de desigualdade socioeconômica que resultam em intensos processos de marginalização, miséria e violência. O fortalecimento e diversificação dos inúmeros movimentos populares são notáveis “indicadores de uma potencial crise do capitalismo tardio” (HABERMAS apud GOHN, 1997, p.139), nesse sentido e por meio da sociedade civil organizada os diversos movimentos populares, se tornam essenciais ao enfrentamento dessa lógica nefasta da globalização neoliberal.

### 2. Referencial teórico

As tramas operadas sob o prisma dos interesses da globalização neoliberal, priorizam a acumulação máxima do capital, quase sempre, às custas da exploração socioambiental que produz a desintegração da ordem, do equilíbrio e da justiça social. Como assim indica Henrique (RATTNER, 2000), a seguir:

---

<sup>88</sup> Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/ UFRPE. E-mail: gildoribeiro.pe@gmail.com

<sup>89</sup> Doutora em Etnobiologia e conservação da natureza e docente na UFRPE E-mail: horasa.andrade@ufape.edu.br

<sup>90</sup> Doutor Etnobiologia e conservação da natureza e docente na UFAPE E-mail: lucianopandrade@gmail.com

O modelo neoliberal caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados, a privatização das empresas públicas e a precarização das relações de trabalho, aprofundou a assimetria social e econômica e transformou os milhões de desempregados em marginalizados e excluídos do convívio social. As disparidades entre riquezas e miséria engendram anomias sociais – violência, crimes, corrupções em todos os níveis, uso e tráfico de drogas, contrabando de armas, prostituição infantil, comércio de órgãos e etc. (RATTNER, 2000, p.17).

Os movimentos populares camponeses contribuem historicamente para promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios (BRANDÃO, 2007; BRASIL, 2005). Essas organizações se forjaram inicialmente a partir de processos intensos de luta pela posse da terra para uso e reprodução social (MEDEIROS, 2009). O surgimento e o constante aprimoramento da organização político-social no campo, indicam haver forte compreensão, entre os camponeses, da necessidade da composição e ampliação de forças para alcançar o bem comum no campo (ABRAMOVAY, 1990).

As experiências de organização e luta, proporcionam contínuos processos de empoderamento dos camponeses. “O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada como forma de participação da população [...], isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável” (GOHN, 2011, p.38). Essas formas organizativas históricas dos camponeses, resultam em forças e mobilidades políticas, tornando-os principais protagonistas na busca do desenvolvimento no campo e maior autonomia para identificar necessidades comuns, e estabelecer demandas coletivas com estratégias mais efetivas (GONH, 1997).

Este breve resumo abordará dois exemplos exitosos de luta e enfrentamento à lógica da globalização neoliberal, decorrentes dos movimentos populares dos trabalhadores camponeses organizados. Nesse sentido, aprofundaremos na seção discussões e resultados duas situações ocorridas na Mata sul de Pernambuco que resultaram no primeiro assentamento popular camponês da América Latina, no Engenho Galileia, e a inédita iniciativa popular camponesa que protagonizou a autogestão da Usina Catende através do projeto Catende-Harmonia.

### 3. Metodologia

Esta pesquisa se fundamenta nos princípios da revisão bibliográfica que buscou refletir qualitativamente sobre as implicações das reações históricas protagonizadas pelos movimentos populares camponeses no enfrentamento aos danos do capitalismo neoliberal que causa esgotamentos dos recursos humanos e ambientais, gerando pobreza, exclusão e miséria nas áreas rurais e urbanas.

#### **4. Resultados e discussões**

##### **4.1. A experiência de organização sócio-política dos trabalhadores camponeses de Vitória de Santo Antão (Mata Sul de PE)**

Em meados do século XX, surgiu na zona da mata Pernambucana, especificamente no município de Vitória de Santo Antão as primeiras experiências de organização dos trabalhadores rurais camponeses, por meio das ligas camponesas. As ligas camponesas tiveram em um primeiro momento a influência direta do Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo objetivo era aumentar o número de eleitores do partido e identificar os interesses da classe e organizar a luta a seu favor. Contudo, o Brasil ao se tornar aliado dos EUA, durante a segunda guerra mundial, fez com que as atividades do PCB passassem a ser consideradas ilegais, fato esse, que causou repressão das lideranças e arrefecimento das Ligas camponesas (MORAES, 1997).

Após esse forte período de repressão, às Ligas Camponesas retomam suas atividades no Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão, onde trabalhavam aproximadamente 140 famílias que plantavam e, do que colhiam, pagavam uma taxa de foro ao proprietário do engenho. Porém, em decorrência da resistência dos trabalhadores camponeses organizados por meio das Ligas Camponesas, ocorreu a desapropriação das terras do Engenho Galileia, onde aproximadamente 500 hectares foram desapropriados, tornando-se um marco da reforma agrária na América Latina (BASTO, 1984; MARTINS, 1986).

A partir do processo de desapropriação de terras para reforma agrária ocorrida no Engenho Galileia, território da Mata Sul de Pernambuco, aliada ao sentimento classista, viu-se um exponencial processo organizativo político dos camponeses pernambucanos em torno dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Num

primeiro momento os sindicatos estavam mais engajados na luta por direitos trabalhistas, mas posteriormente incluíram em suas pautas reivindicatórias a luta pela reforma agrária. Foi nesse período que a organização político-social dos camponeses se proliferou por meio das associações comunitárias rurais e nos municípios se instituíram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) fundada em 1962, em seguida, 1964 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (ABREU E LIMA, 2005).

#### **4.2. O caso da autogestão camponesa da Usina Catende (Mata Sul de PE)**

Os trabalhadores camponeses que historicamente lutam contra a exploração globalizada do setor sucroalcooleiro, avançaram em novas estratégias político-organizativa proporcionando expertises sobre a autogestão, pelos trabalhadores rurais camponeses, da maior usina fornecedora de cana-de-açúcar da América Latina, a Usina Catende (ANDRADE, 1979; 1989).

Em decorrência das contradições do liberalismo intensificado pelas economias globalizadas, resultou na decretação da falência da referida Usina e conseqüentemente, demitiu sumariamente 2,3 mil trabalhadores sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, inclusive, com a expulsão desses trabalhadores das terras pertencentes à usina (ANDRADE, 1979; 1989).

A tensa e conflituosa situação, tratada no parágrafo anterior, promoveu mobilizações organizadas nas bases sindicais dos trabalhadores rurais para lutar pela permanência dos trabalhadores camponeses nas terras da Usina Catende, inclusive, com garantias judiciais. Em detrimento de forte mobilização dos movimentos populares e sindicais, os camponeses lograram garantias jurídicas e investimentos públicos para que a experiência de autogestão inédita, por meio do projeto Catende harmonia, pudesse promover a gestão compartilhada entre camponeses e interventor público da Usina de cana-de-açúcar que detinha, em seus tempos áureos, o título de maior Usina da América Latina (FERREIRA FILHO, 2017).

O projeto Catende-Harmonia, promoveu a autogestão da massa falida da Usina Catende, passando “[...] a gerir um patrimônio que abrange 48 engenhos distribuídos em cinco municípios: Catende, Palmares, Água Preta, Xexéu e Jaqueira[...]”. O parque industrial da Usina contava com “[...] capacidade para processar 10 toneladas diárias de cana, setenta unidades de transporte, entre caminhões, carregadeiras, tratores e outros veículos, uma escola e uma policlínica (IPEA, 2006, p.1).

O projeto Catende-Harmonia teve impactos diretos sobre 3,5 mil famílias, sendo 2,2 mil no projeto de agricultura familiar e 1,3 mil no projeto de cultivo coletivo. A cada safra gerava 1,5 mil empregos diretos e 1,4 mil empregos indiretos e produzia 337 mil toneladas de cana, 629 mil sacos de açúcar e 18 mil toneladas de melaço de cana-de-açúcar (IPEA,2006).

Infelizmente esse processo de autogestão não durou muito e o que dela restou, foi a leilão e atualmente o que restou de sua estrutura física está em total ruínas.

## 5. Considerações finais

O presente estudo destacou que os movimentos populares camponeses promovem resistência histórica em oposição aos interesses do neoliberalismo globalizado. O pioneirismo na resistência, conquista e demarcação das terras do Engenho Galileia e a experiência da autogestão da Usina Catende denominada de Projeto Catende Harmonia, são exemplos do exitoso protagonismo da organização sócio-política dos camponeses que avançaram em conquistas através do enfrentamento e lutas desenvolvidas estrategicamente pelos movimentos populares camponeses.

## 6. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores:** paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas, 1990. 354 p. Teses (Doutorado em ciência econômica) - Universidade Estadual de Campinas, 1990.

ABREU e LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. IN: ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/SDT. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série de Documentos Institucionais 02-2005. Brasília: SDT/MDA, 2005.

FERREIRA FILHO, J. M. M. Conflitos Trabalhistas nas “Terras do Açúcar”: Zona da Mata Pernambucana (Anos 1960). **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2017. DOI: 10.28998/rchvl2n05.2012.0006. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/3138>. Acesso em: 4 jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Harmonia conquistada - Empregados assumem usina falida e garantem sustento para as famílias**. Revista desafio do desenvolvimento. 2006. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1432:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1432:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 14 maio 2022.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. RJ: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria Ignez Silveira. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997.

RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável.** São Paulo: EDUSP, 2000.

## NÚCLEO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO EAD UNIVASF: contribuições da biblioteca universitária para o desenvolvimento territorial

Ana Paula Lopes da Silva<sup>91</sup>  
 Jorge Luis Cavalcanti Ramos<sup>92</sup>  
 Francisco Ricardo Duarte<sup>93</sup>

**Linha de pesquisa:** Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-32>

### 1. Introdução

O processo de desenvolvimento territorial envolve uma cadeia multidimensional que correlaciona o espaço geográfico e suas potencialidades, os atores locais e dimensões que vão para além do aspecto econômico, integrando questões ambientais, culturais, educacionais, políticas e sociais. A constituição do território se dá por meio da agregação destes atores que, num determinado espaço geográfico, buscam solucionar problemas comuns, o que é possibilitado pelo acesso à (in)formação.

Carrière e Cazella (2006, p. 34) apontam que "novas configurações e conhecimentos territoriais podem ser produzidos quando saberes heterogêneos são articulados e combinados", o que reforça a potencialidade da dimensão educacional enquanto fator de desenvolvimento em territórios. Nesta conjuntura, a modalidade de Educação a Distância (EaD) surge como ferramenta de acesso ao saber, formação e capacitação profissional que, pelas suas características, consegue alcançar os diversos territórios, contribuindo com o desenvolvimento dos espaços onde atua por meio dos atores sociais formados. Desenvolver estratégias para fortalecer e dar suporte à EaD é também contribuir para o processo de desenvolvimento territorial e atendimento à dimensão sociocultural e educacional, por meio de tecnologias aplicadas à educação.

<sup>91</sup> Doutoranda. Programa de Pós-Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: paula.lopass@univasf.edu.br

<sup>92</sup> Professor. Programa de Doutorado em Agroecologia e desenvolvimento Territorial (UNIVASF). E-mail: jorge.cavalcanti@univasf.edu.br

<sup>93</sup> Professor. Programa de Doutorado em Agroecologia e desenvolvimento Territorial (UNIVASF). E-mail: francisco.duarte@univasf.edu.br

Neste contexto, se insere a Biblioteca Universitária, enquanto setor institucional responsável pelo apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão presenciais e a distância, que traz em seu escopo de atuação os processos de construção, gestão e difusão do conhecimento; tecnologias da informação; ecologia da informação, na perspectiva de métodos para melhorar o ambiente informacional. No entanto, no âmbito da Univasf percebe-se neste setor uma lacuna no oferecimento de recursos informacionais e prestação de serviços à modalidade EaD, não havendo planejamento de políticas e projetos específicos que possibilitem o apoio à formação e apropriação de saberes pelos discentes, docentes e tutores da modalidade.

Deste modo, a presente pesquisa, em andamento, questiona como a Biblioteca Universitária pode auxiliar na formação de atores sociais nos diversos territórios de atuação da EaD? Propõe-se, enquanto objetivo, analisar como a Biblioteca Universitária pode atuar no apoio à aprendizagem na educação na modalidade à distância e, de forma mais específica, mapear o estado da arte e das práticas educacionais/informacionais que correlacionam Biblioteca Universitária, EaD e desenvolvimento territorial; levantar as demandas/comportamento informacional da comunidade EaD nos territórios de atuação da Univasf, quanto a serviços e recursos de informação e implantar, com base nesta demanda, um núcleo/plataforma virtual com diversos recursos e serviços voltados a esta comunidade.

## 2. Referencial teórico

A Educação a Distância é o aprendizado planejado que requer comunicação por meio de tecnologias e organização institucional espacial. É dinâmica e tem sua evolução pautada nas tecnologias de aprendizagem, ciências da comunicação, eras da informação e do conhecimento, a atual economia do conhecimento, onde é basilar a flexibilidade de uso, entrega ou distribuição de informações. É um fenômeno inter, pluri e multidisciplinar (MOORE, KEARSLEY, 2013; LITTO, FORMIGA, 2012).

O documento Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007) aponta categorias fundamentais que integram a dimensão político-pedagógica dos cursos na modalidade a distância, a saber: currículo, materiais didáticos, sistemas de comunicação, avaliação, equipe multidisciplinar, gestão,

infraestrutura e recursos financeiros. Entre essas categorias, é importante destacar os sistemas de comunicação, a tecnologia aplicada à educação, onde se possa integrar essa estrutura em ambientes virtuais e que fazem a EaD se concretizar nos diferentes territórios.

Para Carrière e Cazella (2006, p. 36) "o território é uma unidade ativa de desenvolvimento [...] não é, portanto, simplesmente uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade complexa, ao mesmo tempo humana, social, cultural e histórica [...] O que cria o território é o sistema de atores locais". O desenvolvimento territorial é um processo que busca a transformação social a partir da exploração das potencialidades e dos atores sociais locais.

O Plano de Desenvolvimento Territorial do Território Sertão do São Francisco que abarca áreas de atuação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), aponta desafios ligados à dimensão sociocultural e educacional, destacando as fragilidades na oferta dos serviços prestados à população deste território quanto à educação e cultura:

Inexistência e ou insuficiência e precariedade de equipamentos públicos, tais como bibliotecas, salas de multimídias, laboratórios de ciência e informática, espaços culturais, refeitórios, escolas do campo, transporte escolar, escolas técnicas e campi universitários nos municípios do território (BAHIA, 2018, p. 37).

O suporte informacional aos atores sociais nos territórios que fazem parte dos cursos EaD é também fundamental neste processo de desenvolvimento. Aponta-se a necessidade de acervo bibliográfico, disponibilizado em diversas mídias e materiais didáticos/instrucionais dos cursos; possibilidade de consultas e pesquisas on-line; disponibilidade de espaços para estudo; bibliotecário na composição da equipe, entre outras orientações (BRASIL, 2007; BRASIL, 2017), podendo a biblioteca universitária atuar com ações voltadas para atender a estas demandas e diminuir esta lacuna informacional.

Ao investigar a oferta de serviços e produtos de informação para alunos de cursos da EaD em Biblioteca Universitária, a pesquisa de Nascimento e Sá (2016, p. 127), aponta que: o atendimento aos alunos dos cursos de graduação a distância não ocorre do mesmo modo que aos alunos dos cursos de graduação presencial. Apesar

da existência do atendimento, este ainda não se encontra formalizado, apoiado em políticas que considerem os alunos dos cursos a distância efetivamente como parte do corpo discente da universidade e, por conseguinte, público-alvo das bibliotecas.

A biblioteca universitária pode dar suporte à comunidade EaD por meio de fontes de informações que possam subsidiar suas atividades e formação. Essa atuação possibilita o desenvolvimento de competências informacionais que abarca "conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao universo informacional, incluindo a capacidade de leitura e escrita, busca e uso da informação, organização e manipulação de dados visando à produção de novas informações e conhecimentos (DUDZIAK, 2010, p. 11)". A aquisição dessas habilidades possibilita aos atores sociais atuarem de forma a desencadear o desenvolvimento em seus territórios.

### **3. Metodologia**

A pesquisa em andamento caracteriza-se como aplicada e de orientação qualitativa. Tem como espaço de investigação a Univasf, representada pela Biblioteca Universitária e cursos de graduação ofertados na modalidade a distância da Universidade, tendo como sujeitos da pesquisa alunos desta modalidade. Será dividida em etapas a saber: Diagnóstico - com investigação da literatura da área por meio de pesquisa bibliográfica e documental e caracterização do universo/sujeitos da pesquisa e suas demandas informacionais, utilizando como procedimento o questionário aplicado após estabelecimento de amostra para a pesquisa. Os dados, após coleta, serão registrados e analisados correlacionando com aportes conceituais/teóricos por meio de categorias de análise; Intervenção - planejamento de ações/serviços e organização do ambiente virtual com base no diagnóstico; Implementação - implantação do núcleo tecnológico e atividades planejadas.

### **4. Resultados esperados**

Enquanto pesquisa ainda em processo de desenvolvimento, espera-se com a efetivação do presente estudo compreender as demandas informacionais do público EaD da Universidade; melhorar a integração com este público, atingindo os territórios de atuação da Universidade e possibilitando o desenvolvimento territorial pela perspectiva educacional; auxiliar na formação/construção de conhecimento de alunos, no contexto da EaD; disponibilizar ferramenta tecnológica que possa ser utilizada enquanto suporte informacional para os cursos a distância e incentivar a ampliação de discussões interdisciplinares sobre o tema.

## 5. Conclusões parciais

A Educação a Distância, possibilitada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), traz mudanças na prática do ensino e aprendizagem e é uma poderosa ferramenta para as bibliotecas no atendimento das necessidades de seus usuários e prestação de serviços à comunidade, desta feita, precisa ser mais explorada e aplicada no âmbito das unidades de informação. Na Univasf, esta modalidade se desenvolve de forma substancial, com grande expansão territorial e atuação em três estados: Pernambuco (15 polos), Bahia (25 polos) e Piauí (quatro polos). Neste sentido, é fundamental que as bibliotecas universitárias planejem e insiram, em suas políticas e documentos de gestão, as ações voltadas para a educação à distância, repensando as práticas profissionais.

## 6. Referências

BAHIA (Estado). Secretaria do Planejamento. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS**. Juazeiro, BA: SEPLAN, 2018. Disponível em: [https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS\\_Territorio\\_Sertao\\_do\\_Sao\\_Francisco.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS_Territorio_Sertao_do_Sao_Francisco.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília: [MEC], 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição 117, p. 9, 21 jun 2017. 2017. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19128483/do1-2017-06-21-portaria-normativa-n-11-de-20-de-junho-de-2017-19128367](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19128483/do1-2017-06-21-portaria-normativa-n-11-de-20-de-junho-de-2017-19128367). Acesso em 27 dez. 2021.

CARRIÈRE, J.P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, n.esp., p. 23-48, dez., 2006. Disponível em: [https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista\\_eisforia\\_n4.pdf](https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf). Acesso em 10 jun. 2022.

DUDZIAK, Elizabeth. **Competência Informacional e midiática no ensino superior: Desafios e propostas para o Brasil**. Prisma.com, no 13, 2010. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2008>. Acesso em 15 abr. 2022.

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistema de aprendizagem on-line**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

NASCIMENTO, D. E. S.; Sá, N. O. A oferta de serviços e produtos de informação para alunos de cursos de graduação na modalidade de educação a distância. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 2, p. 150, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71419>. Acesso em: 10 jan. 2022.

## LINHA DE PESQUISA

### III – Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos

## JUVENTUDES RURAIS E AGROECOLOGIA: DIREITOS, DESAFIOS E NOVOS HORIZONTES DE ATUAÇÃO

Juliano César Petrovich Bezerra<sup>94</sup>  
 Ângelo Giuseppe Chaves Alves<sup>95</sup>  
 Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>96</sup>

**Linha de pesquisa:** Transições socioecológicas e sistemas produtivos biodiversos  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-5>

### 1. Introdução

Atualmente, temos acompanhado um retrocesso jamais visto pela humanidade em diversos campos da vida. Buscando cada vez mais um crescimento econômico e produtivo, o mundo é dominado por um modelo de desenvolvimento que provoca fortes danos ao equilíbrio ecológico e à própria sociedade, com aumentos de desigualdades e concentração de renda nas mãos de uma minoria. Edgar Morin (2015) considera essa fase como um novo mal-estar da civilização; enquanto Vandana Shiva (2003) afirma que, a partir de uma Monocultura da Mente, a raiz de uma falsa ideia de progresso e desenvolvimento vem para assegurar o modelo hegemônico e a exploração dos mais fracos.

Em contraposição a esta situação crítica, observamos uma forte onda de mobilização social para a resistência a esse contexto. No meio rural, diversas organizações e movimentos sociais apresentam a Agroecologia não só como meio de produção, mas na/para a promoção da Saúde do ambiente e do corpo humano, como uma construção coletiva e tradicional, ao fortalecimento da identidade camponesa, bem como uma bandeira luta e práticas sociais.

Um grupo social do campo que destacamos neste trabalho, pois, são as Juventudes Rurais (no plural, por reconhecermos o conjunto das pluralidades que as

<sup>94</sup> Graduado em Direito (UFRN), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN), em Educação (UFRN), e em Agroecologia (Universidad de Córdoba), Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: juliano.petrovich@ufrpe.br

<sup>95</sup> Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: agcalves.ufrpe@gmail.com

<sup>96</sup> Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: horasaa@gmail.com

compõem). Consideramos que compreender os desafios e oportunidades para os/as jovens rurais na atualidade, com destaque para a legislação voltada a esse público, mostra-se necessário no/ao debate da Agroecologia e sucessão rural.

Desse modo, com este trabalho, pretendemos traçar breves apontamentos teóricos acerca da(s) Juventude(s) rural(is), suas características, desafios e potencialidades; e apontar como a Agroecologia vem “abrindo portas” para jovens camponeses, com vistas ao fortalecimento dos territórios e na construção de agroecossistemas mais sustentáveis. Além disso, objetiva-se fazer um levantamento de normas jurídicas direcionadas a jovens rurais, mostrando avanços e retrocessos da legislação brasileira a esse grupo social.

## **2. Metodologia**

Trata-se de uma investigação teórica em andamento, baseada em pesquisas em livros e artigos científicos, além de normas jurídicas pertinentes à temática. Apresenta traços referentes a distintos campos do conhecimento, com questões sociais, históricas, geográficas, econômicas, (etno)ecológicas, agrárias, jurídicas e políticas. Vale salientar, portanto, em virtude dos complexos problemas e fenômenos do mundo na modernidade, a opção por essa abordagem interdisciplinar, ou até transdisciplinar, através de um diálogo complementar e transversal entre essas diferentes áreas do saber.

## **3. Referencial teórico**

### **3.1 Juventudes rurais: desafios e perspectivas de futuro**

Definir o que seja Juventude é uma tarefa bastante complexa. Idade, meio em que se insere na sociedade e classes sociais a que pertence são alguns dos aspectos levantados pela literatura acerca desse grupo social. Diante desses vários critérios e definições, normalmente a tendência é priorizar a idade cronológica. No Brasil, por exemplo, o Estatuto da Juventude delimita como jovem a pessoa que está com idade no intervalo entre 15 e 29 anos. Weisheimer (2005) aponta que além da faixa etária,

deve-se considerar o período de transição ou ciclo de vida, o enfoque geracional, a cultura ou modo de vida e a reprodução social, para se caracterizar o que seja a juventude.

No tocante à juventude rural, especificamente, Martins (2019) considera que se trata de uma categoria genérica utilizada para se referir a um conjunto heterogêneo de jovens não-urbanos, que se manifesta de forma diferenciada no território nacional, com identidades múltiplas, simultâneas e sobrepostas. Castro et al (2009) assinalam os anos 2000 como ponto de inflexão no debate sobre juventude rural no Brasil, em que se observou em diferentes movimentos sociais rurais, ações específicas e sistemáticas com foco na juventude.

No entanto, temos que, muitas vezes, os/as jovens rurais são invisibilizados/as, enquanto categoria, pelo suposto desinteresse pelo meio rural, fato que repercute na formação de sua identidade social, e isso reverbera no âmbito das políticas públicas (LOPES E CARVALHO, 2017). Essa questão da invisibilidade da juventude rural, em relação ao seu trabalho, às desigualdades de gênero e ausência de políticas específicas, implica até numa certa exclusão dessa categoria de processos decisórios, e até da sociedade, além de ser ignorada como sujeitos de direitos sociais e alvo de políticas.

A permanência das juventudes no campo é, pois, um desafio. As causas para esse fenômeno são as mais diversas, principalmente relacionadas às dificuldades à posse da terra, convivência familiar, relações de gênero, busca por autonomia e independência financeira, a baixa participação política e comunitária, acesso às políticas públicas, e vontade de estudar e concluir um curso superior (PIZZINATO, 2016; CASTRO, 2005).

Segundo Stropasolas (2006), para os jovens, o mundo rural se amplia até a sede das pequenas cidades, para permitir a realização de estratégias que visem “mudar a vida”, incorporando cidadania e conquistas próprias da modernidade. Dessa forma, essa migração aos espaços urbanos, e o contato com um sistema de valores distintos, podem tanto levar os jovens a reforçarem os laços de identidade e identificação com a cultura original, como também negá-los (STROPASOLAS, 2006).

Com críticas aos estudos que trazem como foco a saída do/a jovem do campo, Valadares et al (2016) demonstram que, nas últimas duas décadas, houve um

aumento das taxas de permanência no campo em quase todas as regiões do país. Nesse sentido, embora normalmente se considere o êxodo e o esvaziamento demográfico, quase naturalizando o suposto insucesso de uma sucessão, a saída do meio rural não é o que mais tem ocorrido por parte dos/as jovens.

### 3.2 Legislação acerca das Juventudes

Feitos alguns apontamentos teóricos acerca da(s) Juventude(s), cabe-nos traçar também um breve levantamento de normas jurídicas sobre o assunto. De início, temos que o governo brasileiro, a partir do início dos anos 2000, vinha construindo uma série de políticas públicas previstas em normas jurídicas, com vistas a regulamentar e garantir os direitos dos/as jovens. Podemos ressaltar a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, em 2005, bem como a instituição do Estatuto da Juventude, por meio da Lei nº 12.852/2013, que reconhece os/as jovens como sujeitos de direitos e estabelece os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Juventude. No que diz respeito à heterogênea categoria de “Jovem rural”, por sua vez, temos as pessoas entre 15 e 29 anos, homens e mulheres da reforma agrária, da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais, ou seja, jovens do campo, das florestas e das águas.

Destacamos o Decreto nº 8.736/2016, que veio a instituir o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo, com o intuito de integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos da juventude do campo. Ademais, pretende que os jovens sejam possibilitados a construir seus projetos de vida no campo, com acesso à terra, educação, saúde, geração de trabalho e renda, condições de produção e comercialização, lazer, esporte, cultura, acesso à tecnologia e à internet. Já em 2017, foi elaborado o Projeto de Lei nº 9.263, para instituir e efetivar a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Entretanto, apesar desses avanços na legislação brasileira acerca dos direitos das juventudes rurais, um grande retrocesso ocorreu em 2020, através do Decreto nº 10.473, que previu a extinção, por Jair Bolsonaro, do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, além de vários outros que traziam benefícios e regulamentavam

direitos e políticas públicas para as classes trabalhadoras. Isso tudo, muitas vezes, como reflexo da pressão do Agronegócio, que deseja um campo fraco e esvaziado, sem identidade, a ser dominado pelos monocultivos, venenos e concentração fundiária. Sabemos que existem no meio rural taxas de pobreza, baixa escolaridade e deficiência nas atenções governamentais, o que dificulta e, até, desestimula a permanência do/a jovem no campo.

### 3.3 Agroecologia e Juventudes: novos campos de atuação

Apesar das dificuldades, temos que o papel das juventudes e principal contribuição para uma transformação social é problematizar para dar possibilidades ao renascimento. Dessa maneira, em função do seu fazer político, conectado/a a interesses coletivos do território, o/a jovem tem desenvolvido novas percepções, ressignificando sua realidade, revendo problemáticas, ampliando sua consciência crítica da realidade social e redesenhando suas expectativas, interesses e necessidades. Isso resulta da sua capacidade de realizar grandes aspirações da sociedade, o que demanda o apoio social, econômico e político de estratégias que visem à sua inclusão social, com seus valores e visões de mundo.

Ademais, segundo Altieri (2012), a Agroecologia pode ser vista como um caminho oposto a essa crise ecológica, social e econômica no campo. Não se pode mais querer ver a organização e gestão de agroecossistemas apenas a partir de um saber técnico ou algo material; deve-se, pois, reconhecer que são produto das relações das pessoas com o meio, que se estabelecem dentro e em torno deles (ALTIERI, 2012). Isso significa que a sustentabilidade de um agroecossistema, além de propriedades físicas e biológicas, é resultado também das relações políticas, de poder e convivência.

Ferrari e Moura (2016) afirmam que o encontro com a agroecologia fez com que os/as jovens passassem a buscar maior intervenção e autonomia dentro da unidade familiar. Silva (2017), por sua vez, considera que, quando se trata de juventudes e Agroecologia, é possível identificar e categorizar diferentes construções coletivas em três grupos de experiências: 1) aspectos referentes à identidade das juventudes rurais e projetos de vida no campo; 2) processos formativos em

agroecologia, com envolvimento das juventudes rurais; e 3) práticas (organizativas e produtivas) experimentadas pelos/as jovens nos seus espaços de vida, ou em arenas de participação política em que estão inseridos/as.

Nascimento et al (2016) apontam que a Agroecologia tem se destacado como uma diretriz concreta para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras e produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade, contribuindo para a conquista de soberania alimentar e de uma vida digna no campo e na cidade. Além disso, as experiências baseadas nos princípios e perspectiva da Agroecologia têm permitido às juventudes envolvidas novas possibilidades, especialmente em relação à geração de renda a partir de uma produção sustentável, contribuindo para a consolidação de um projeto de desenvolvimento colaborativo, inclusivo e harmônico com a natureza para o campo. Desse modo, vê-se fortalecido e valorizado o trabalho no meio rural e a identidade (da juventude) camponesa. Assim, deve-se almejar a construção de uma perspectiva de produção e vivência agroecológica, pautadas no respeito às diversidades e na garantia do protagonismo dos sujeitos do campo.

## 5. Considerações parciais

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, apontamos algumas considerações parciais, a partir do que temos abordado sobre os assuntos. Assim, diante do que fora exposto brevemente, vimos que, embora a legislação tenha apresentado retrocessos para as juventudes rurais nos últimos três anos, os estudos teóricos ressaltam a necessidade de enxergar o campo verdadeiramente como um lugar de vida, de oportunidades e de pessoas com direitos a serem assegurados. Isso se mostra de suma importância para a Agricultura Familiar e sucessão rural no Brasil, contra o envelhecimento e masculinização nesse meio. Para isso, é necessário criar oportunidades de trabalho e permanência, através da melhoria da política de Reforma Agrária Popular, articulada a uma série de políticas públicas referentes ao desenvolvimento agrário, como o acesso à terra, assistência técnica, produção agrícola, comercialização e geração de renda, uma Educação contextualizada e superior no campo, cultura, esporte e lazer às juventudes, e respeito à sua heterogeneidade. Ou seja, vemos a necessidade de se ampliar os direitos de

cidadania no espaço rural, com prioridade a um dos grupos sociais mais prejudicados na agricultura familiar, as Juventudes.

## 6. Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3a. ed. rev. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, ASPTA, 2012.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; SARMENTO, Eduardo Paulo de Moraes; VIEIRA, Luis Fernando; LIMA, Suzana Maria Valle. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3898p/B3898p.pdf>. Acesso em: 18/06/2021.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. Disponível em: [http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Tese\\_Elisa\\_pdf.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Tese_Elisa_pdf.pdf). Acesso em: 25/06/2021.

FERRARI, Eugênio. MOURA, Natália Faria de. **Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira**. Rio de Janeiro: ANA/Viçosa: CTA-ZM, 2016.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Juventude Assentada e a Identidade Vinculada com a Terra. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ePB8t5>. Acesso em: 30/03/2021.

MARTINS, Leonardo Rauta. **Permanecer no Campo como Projeto de Vida de Jovens Rurais: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no Estado do Espírito Santo**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37242>. Acesso em: 16/06/2021.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NASCIMENTO, Erika; FERRAZ, Janaina Maria de Paiva; MELO, Maria Cristina Aureliano de; DANTAS, Synara; BONFIM, Waneska. **Juventude e permanência no campo: reflexões das juventudes rurais sobre possibilidades, limites e desafios**. Recife: Centro Sabiá, 2016.

PIZZINATO, Adolfo; HAMANN, Cristiano; MARACCI-CARDOSO, João Gabriel; CEZAR, Marcelo Moreira. **Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições**. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/tFJBv5ddJnd7pNS5JC7ggtS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22/06/2021.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, José Nunes da. **Juventudes rurais e agroecologia**: um diálogo imprescindível. In: Redes (St. Cruz Do Sul online), 22, 2, 208-226, 2017.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

VALADARES, Alexandre Arbex; Ferreira, Brancolina; LAMBAIS,Guilherme Berse; MARTINS,Leonardo Rauta; GALIZA, Marcelo. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dimensoes\\_miolo\\_cap02.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dimensoes_miolo_cap02.pdf). Acesso em: 10/06/2021.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

## PRÁTICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NOS AGROECOSSISTEMAS DO BREJO DE EXPOSIÇÃO: o caso da comunidade do Amaro em Brejo da Madre de Deus - PE

Henágio José da Silva<sup>97</sup>  
Horasa Maria Lima Andrade<sup>98</sup>  
Luciano Pires de Andrade<sup>99</sup>

**Linha de Pesquisa:** Transições socioecológicas e sistemas produtivos biodiversos

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-6>

### 1. Introdução

O semiárido brasileiro ocupa grande extensão do território nacional, é caracterizado por baixos índices pluviométricos e déficit hídrico. No entanto, nessa área vive um enorme contingente populacional com uma grande diversidade cultural. No cenário do semiárido, ocorrem algumas áreas de exceção, denominada “brejos”. São sub-regiões que apresentam precipitações elevadas, solos profundos, florestas úmidas e enorme ocorrência de nascentes de água.

Os brejos são celeiros de produção agropecuária que fornecem alimentos as populações locais e regionais. As atividades produtivas nessas áreas são desenvolvidas por agricultores familiares, médio e pecuaristas que utilizam dos recursos naturais disponíveis para suas práticas produtivas em especial a agricultura e a pecuária. Nesse ambiente, as formas de produção adotadas por parte dos agricultores vem provocando transtornos às condições naturais dessas áreas de exceção tão relevante no contexto do semiárido brasileiro. A maioria dos agricultores(as) das comunidades trabalham em suas propriedades há décadas e realizam o manejo da terra através de práticas aprendidas no decorrer das gerações;

---

<sup>97</sup> Doutorando - Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFPE - Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, henagio.silva@ipa.br

<sup>98</sup> Doutora - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, Pernambuco, horasa.andrade@ufape.edu.br

<sup>99</sup> Doutor - Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE / UFAPE, Garanhuns, Pernambuco, lucianopandrade@gmail.com

por novas técnicas mostradas pelos serviços de extensão rural; pela autocapacitação e por informações encontradas nas mídias de comunicação.

No brejo de exposição do município de Brejo da Madre de Deus – PE, em especial na comunidade do Amaro. Há um predomínio de agricultores familiares que desenvolvem suas atividades agropecuárias nos agroecossistemas, principalmente utilizando a força de trabalho familiar e com cultivos diversificados com destaque para o cultivo de banana-prata, morango, batata-doce e olerícolas (IPA, 2016; SILVA, 2019; SILVA et al., 2022).

O objetivo dessa pesquisa foi identificar e conhecer as principais práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores(as) familiares em seus agroecossistemas localizados no brejo de exposição do município de Brejo da Madre de Deus – PE.

A presente investigação foi realizada a partir da busca na literatura especializada, aplicação de formulário semiestruturado e visita “in loco”, para identificar as diferentes formas de manejo dos agroecossistemas existentes na comunidade do Amaro, localizada no brejo de exposição do município de Brejo da Madre de Deus – PE.

## 2. Referencial teórico

Os brejos são subunidades regionais encravadas no semiárido brasileiro que apresentam características edafoclimáticas e fitogeográficas distintas de sua área dominante (ANDRADE-LIMA, 1970; LINS, 1989; AB’SABER, 2003; JATOBÁ; DA SILVA; SILVA, 2019). Essas áreas apresentam altitude acima de 600 metros em relação ao nível do mar, índices pluviométricos que ultrapassam 1000 mm/anuais e temperatura mínima relativa de 15 °C (ANDRADE; LINS, 1964; LINS, 1989, JATOBÁ; DA SILVA; SILVA, 2019).

Nos brejos há ocorrências de agricultores entre eles, os agricultores tradicionais, que além de realizarem suas atividades agrícolas em suas unidades produtivas, normalmente são os que mais cuidam e preservam seus recursos naturais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009; MURRAY et al., 2019).

Mesmo com a presença de agricultores tradicionais, atualmente, verifica-se que os brejos estão bastante degradados devido à forma em que os recursos naturais

estão sendo utilizados pela prática humana (SOBRINHO, 1971; LINS, 1989; TABARELI, 2001; BRAGA et al., 2002; SOUZA e OLIVEIRA, 2008; ARAÚJO et al., 2015a; ARAÚJO et al., 2015b).

### 3. Metodologia

O município de Brejo da Madre de Deus - PE está localizado na mesorregião Agreste Central e na Microrregião Vale do Ipojuca do estado de Pernambuco. Nesse município há um “brejo de exposição”, área com índices pluviométricos que atingem 1.500 mm/anuais (SILVA, 2019). O “locus” da pesquisa é a comunidade do Amaro, situada na região brejeira do Município. A localidade possui 21 propriedades rurais em que vivem 42 famílias com cerca de 200 pessoas morando na localidade, tendo 60% dos homens e 40% das mulheres (SILVA, 2013; 2019).

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, de natureza descritiva, desenvolvida com métodos qualitativo e quantitativo (PATTON, 2002). Essa investigação ocorreu no segundo semestre de 2021. Para coleta dos dados utilizou formulário semiestruturado, com os dados coletados criaram-se gráficos para possibilitar os resultados e discussões. Foram visitadas todas as propriedades da comunidade. No entanto, conseguiu-se aplicar o formulário com 15 agricultores(as) com posse das propriedades, os outros 6 proprietários não se encontrava no momento da visita. Devido à Pandemia do Covid – 19, utilizaram-se protetores faciais e distanciamentos aos investigados para evitar possibilidades de contaminação.

O formulário elaborado para investigação, constava perguntas sobre as formas de manejo da terra e das atividades agropecuárias.

### 4. Resultados e Discussão

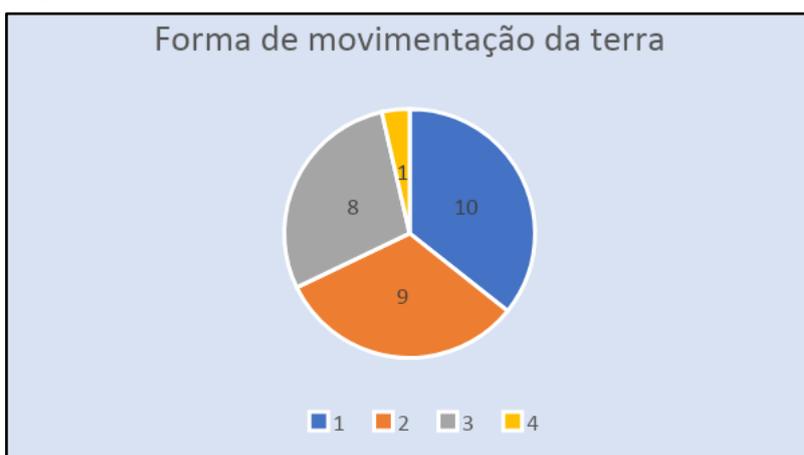
Os agricultores(as) familiares da comunidade do Amaro realizam suas atividades agropecuárias em seus agroecossistemas com predomínio da mão de obra familiar, havendo também contratações temporárias de agricultores da mesma comunidade. Grande parte das técnicas utilizadas no manejo das propriedades foram

repassadas pelas diferentes gerações passadas. Com relação às dimensões das propriedades, na média apresentam 5,6 há, havendo propriedades com 0,5 ha.

Na comunidade existe um agricultor que cultiva sua produção de forma orgânica, associado à Terra Fértil (associação de produtores orgânicos do município) e possui declaração de Organismo de Controle Social - OCS. No entanto, todos os outros proprietários(as) realizam cultivos convencionais. De todo público investigado, 14 informaram conhecer agricultura orgânica e apenas 4 proprietários conhecia o significado de Agroecologia.

Com relação à forma de preparo do solo para o plantio os agricultores(as) utilizam predominantemente três formas: trator, tração animal e enxada (Figura 2). Nas áreas de brejo, por apresentar um relevo fortemente declivoso, com encostas e poucas áreas de várzeas a aração por trator pode gerar sérios impactos aos solos (SILVA, 2019). Sendo mais recomendado a movimentação do solo através de tração animal.

**Figura 2:** Aração de terra



Fonte: o autor, 2022

As formas de irrigação que os agricultores da comunidade do Amaro se utilizam para levar água as plantas são basicamente por aspersão e microaspersão, esse último com maior destaque (Figura 3). A utilização da microaspersão diminui o consumo de água e reduz a degradação do solo por erosão.

**Figura 3: Irrigação**

Fonte: o autor, 2022.

Com relação a algumas práticas de conservação do solo, os agricultores investigados dessa comunidade, 8 realizam plantios em curva de nível; 6 não fazem queimadas; 12 realizam rotação de cultura; apenas 1 realiza adubação verde e nenhum utiliza composto orgânico para adubação do solo; mas todos 15 utilizam estrume bovino como prática de nutrição das plantas. Essas práticas melhoram as condições físicas e biológicas do solo (PRIMAVESI, 2002; GLEISMAN, 2002). Além de favorecer a ocorrência de serviços ecossistêmicos nas unidades produtivas ou agroecossistemas (ALTIERI, 2012).

No que se refere ao uso agroquímicos pelos agricultores(as) percebe-se um relevante incremento desses recursos nos agroecossistemas. Dos 15 agricultores pesquisados 12 utilizam adubos químicos e agrotóxicos, como práticas de adubação e controle de pragas e doenças, respectivamente. Essa situação também é apontado em pesquisa realizada (NETO, PEREIRA, SANTOS, 2013) Ao perguntar se haveria interesse em cultivar sem o uso desses insumos químicos, adubos e/ ou venenos, apenas 5 se posicionaram que gostaria trabalhar sem esses produtos, inclusive um que já é produtor orgânico.

## 5. Conclusões

A partir da pesquisa realizada, chega-se às seguintes conclusões: que na comunidade há um predomínio de agricultores(as) familiares em que utilizam as terras

por dezenas de anos com práticas agrícolas aprendidas ao longo das gerações. Que vêm sendo adotadas práticas de manejo com auxílio de agroquímicos, adubos e venenos, que podem acarretar problemas para saúde dos agricultores(as) e ao meio ambiente. Que há ocorrência de técnicas de cultivos que minimizem os impactos aos recursos naturais. Que se torna necessário processos educativos como Camponês a Camponês, pelos serviços de extensão rural, oficial ou não, na perspectiva da horizontalidade da comunicação com o objetivo de possibilitar a reflexão dos agricultores sobre as vantagens do uso de práticas conservacionistas ao uso do solo, além dos problemas que os agroquímicos podem causar a saúde humana e da natureza.

## 6. Referências

AB' SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidade paisagísticas**. São Paulo: Ateliê. Editorial, 2003.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, Agricultura Camponesa E Soberania Alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22–32, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 11 jun 2022.

ANDRADE-LIMA, D. de. **Recursos vegetais de Pernambuco**. Boletim Técnico do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco, Recife, n. 41, 1970. 32 p.

ANDRADE, G. O. de; LINS, R. C. **Introdução ao estudo dos brejos pernambucanos**. Arquivos do Instituto de Ciências da Terra, v. 2, p. 21-34, 1964.

ARAUJO, J. K. S. et al. Caracterização de latossolos amarelos húmicos em um ambiente altimontano na região agreste do estado de Pernambuco, Brasil. **Bioscience Journal**, v. 31, n. 1, p. 146-160, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-963702?src=similardocs>. Acesso em: 16 de set. 2021.

Araujo, J. K. S. et al. Humic Haplustox under different land uses in a high altitude environment in the Agreste region of Pernambuco, Brazil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. 2014, v. 38, n. 4, pp. 1337-1349. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-06832014000400029>. ISSN 1806-9657. <https://doi.org/10.1590/S0100-06832014000400029>.. Acesso em: 16 de set. 2021.

BRAGA, R. A. P. et al. Conservação dos recursos hídricos em brejos de altitude: O caso de Brejo dos Cavalos, Caruaru, PE. **Revista Brasileira de Engenharia**

**Agrícola e Ambiental**, v. 6, p. 539-546, 2002. Disponível em:  
<http://www.agriambi.com.br/revista/v6n3/index.htm>. Acesso em: 20 de out. 2021

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: procesos ecológicos en agricultura sostenible** /Stephen R. Gliessman. — Turrialba, C.R.: CATIE, 2002. xiii, 359 p.

IPA, **Plano de Ação Municipal - PAM**, Brejo da Madre de Deus, 2016.

JATOBÁ, L.; DA SILVA, H. J.; SILVA, A. F. Caracterização geoambiental da área de exceção do Brejo da Madre de Deus, PE. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 23, n. 23-2, p 758-772, jan/dez 2019.

LINS, R.C (Org.) **Áreas de exceção do agreste de Pernambuco**. Recife-SUDENE/PSU/SER: 1989, 402 p. mapas (Brasil. SUDENE, estudos regionais, 20).

MURRAY, I. et al. **Heranças bioculturais em Maiorca: explicando a resiliência das paisagens camponesas dentro de um hotspot turístico mediterrâneo, 1870-2016. Sustentabilidade**, v. 11, n. 7, pág. 1-22, 2019.. Disponível em:  
<https://www.mdpi.com/2071-1050/11/7/1926>. Acesso em: 05 abril 2022.

NETO, Salvador Xavier Júnior; PEREIRA, Daniel Lima; SANTOS, D. C. A. **Diagnóstico do uso de agrotóxico na agricultura familiar na região de Serra Talhada-PE**. Anais... XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (JEPEX), 2013.

PATTON, M. Q. **Duas décadas de desenvolvimento na investigação qualitativa: uma perspectiva pessoal e experiencial**, v. 1, n. 3, pág. 261-283, 2002.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. NBL Editora, 2002.

SILVA et al. Os agroecossistemas familiares no brejo de exposição e as mudanças climáticas: um olhar sobre a comunidade do Amaro em Brejo da Madre de Deus – PE. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 26 – 1, p. 127-154. Janeiro/Dezembro – 2022.

SILVA, H. J. **Brejo de altitude do município do Brejo da Madre de Deus - PE e a degradação do solo: o caso da comunidade do Amaro**. Monografia, graduação em licenciatura em Geografia, Faculdade de Belo Jardim, Belo Jardim, 2011.

SILVA, H. J. **Proteção de brejos de exposição e fortalecimento do processo de ensino - aprendizagem em ciências ambientais com uso de aplicativo**. Dissertação, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SOBRINHO, V. J. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Conselho de desenvolvimento de Pernambuco, 1971. 442p.

DE SOUZA, M. J. N.; DE OLIVEIRA, V. P. V. Os enclaves úmidos e sub-úmidos do semi-árido do nordeste brasileiro (humid and sub-humid segments of the semi-arid area of the Brazilian Northeast). **Mercator**, v. 5, n. 9, 2006. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/91>. Data de acesso: 23 de fevereiro 2022.

TABARELLI, M. **Integridade e ameaças aos brejos da Paraíba e Pernambuco**. Plano de conservação dos brejos de Paraíba e Pernambuco. Relatório Técnico do subprojeto Recuperação e Manejo dos Ecossistemas Naturais de Brejos de Altitude de Pernambuco e Paraíba. Projeto PROBIO, Ministério do Meio Ambiente. Recife, p. 82-91, 2001.

TOLEDO, V. M. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 31–45, 2009.. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14519/10948>. Acesso em: 29 mar 2022.

## PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE ALAGOAS

José Ubiratan Rezende Santana<sup>100</sup>

Ana Maria Dubeux Gervais<sup>101</sup>

Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>102</sup>

**Linha de Pesquisa:** Transições Socioecológicas e Sistemas produtivos Biodiversos

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-7>

### 1. Introdução

Os assentamentos de reforma agrária são territórios que passaram pelo processo de alteração no uso e na posse da terra. Essa transformação socioterritorial tem favorecido o incremento na produção de alimentos saudáveis, sobretudo pelo fato de que a principal aptidão dos sujeitos que vivem e desenvolvem a atividade laboral em áreas de reforma agrária está direcionada principalmente para esse fim.

Com o advento do processo de modernização da agricultura, a questão alimentar, incluindo as facetas inerentes ao sistema agroalimentar globalizado, tem evidenciado consequências relacionadas tanto a qualidade dos alimentos, quanto a incompatibilidade entre a produção agrícola convencional e a conservação dos recursos naturais.

Nesse contexto, o desenvolvimento dos territórios consubstanciados na concepção agroecológica é incentivado no campo científico e nas organizações sociais como referência para constituir sistemas agroalimentares mais sustentáveis, assegurando a inclusão social e o protagonismo dos sujeitos em seus territórios.

O presente texto tem como objetivo discutir o processo de ampliação da Agroecologia, com base na experiência das famílias camponesas assentadas de reforma agrária que desenvolvem a produção de alimentos referendadas por princípios agroecológicos.

---

<sup>100</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT/UFRPE), joseubiratanrezende@gmail.com

<sup>101</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT/UFRPE), ana.gervais@ufrpe.br

<sup>102</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT/UFRPE), jorge.mattos@ufrpe.br

## 2. Referencial Teórico

A Agroecologia surge como um campo do conhecimento que se contrapõe aos impactos negativos ocasionados pelo processo de industrialização e de convencionalização dos sistemas agrícolas globais (SILVA; MOORE, 2017). Trata-se de uma ciência do campo da complexidade (CAPORAL, 2015), utilizada como referência por organizações camponesas para apoiar o desenvolvimento de agroecossistemas mais sustentáveis associados a produção de alimentos saudáveis com atenção as culturas tradicionais e locais (NICHOLLS; ALTIERI; VAZQUEZ, 2016).

Para ampliar a concepção agroecológica nos territórios, as famílias camponesas assentadas de reforma agrária se articulam em organizações locais, nacionais e internacionais. No âmbito territorial, constituem processos horizontais de troca de conhecimento entre seus pares, estratégia que se assemelha à metodologia Camponês a Camponês (CaC), que visa, dentre outros aspectos, resgatar o protagonismo camponês e os saberes tradicionais e ancestrais no manejo dos recursos naturais (ROSSET; BARBOSA, 2021).

Nesse ínterim, as soluções para os problemas locais são identificadas, experimentadas e socializadas pelas famílias no âmbito territorial, sobretudo ao favorecer o compartilhamento de práticas e saberes entre os próprios camponeses (ALTIERI; TOLEDO, 2011; FERNANDES et al., 2021). Destarte, “os territórios com a presença do campesinato e de suas experiências em Agroecologia, além de produzirem alimentos, produzem novos valores e princípios, para além da lógica dominante e homogeneizante implementada pela agricultura de base industrial” (SANTANA; GERVAIS; MATTOS, 2021, p.11).

## 3. Metodologia

Para a obtenção de dados detalhados sobre as famílias assentadas e seus sistemas de produção de base agroecológica foi consultado o banco de dados do sistema Radis, integrante do Projeto Radis da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As coletas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2020. As produções realizadas

nos lotes foram registradas em kg/ano, ou seja, representam a produção agrícola desenvolvida pelas famílias em cada parcela de produção no horizonte de um ano. Informações qualitativas sobre a organização das famílias que estão inseridas no processo de transição agroecológica foram registradas em diário de campo (OLIVEIRA, 2014) durante os meses de janeiro a abril de 2021.

O estudo foi realizado em dois assentamentos de reforma agrária: o assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, e o assentamento Dom Helder Câmara, pertencente ao município de Murici, ambos no Estado de Alagoas. Residem oficialmente nesses assentamentos em torno de 75 famílias, sendo 33 famílias no Flor do Bosque e 42 famílias no Dom Helder Câmara. Destas, 7 famílias estão inseridas em processos de transição agroecológica para o primeiro assentamento e 14 para o segundo.

#### **4. Resultados e Discussão**

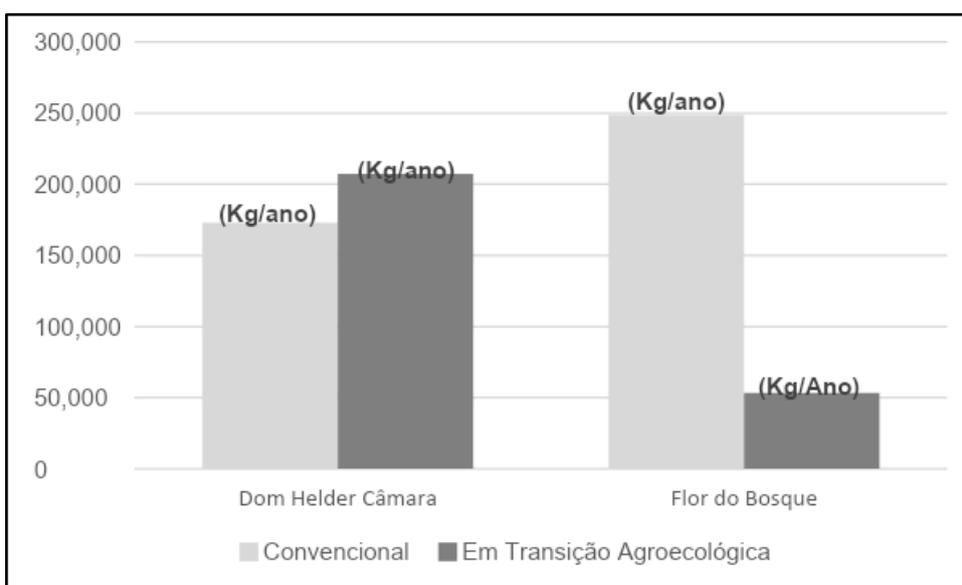
Nos assentamentos de reforma agrária as experiências em agroecologia são tão diversas quanto diversos são os sujeitos que as protagonizam. Em comum está a característica das famílias camponesas em integrar organizações sociais, visto que a totalidade dos integrantes da pesquisa, seja no assentamento Flor do Bosque ou no assentamento Dom Helder Câmara, fazem parte de organizações sociais que apoiam a Agroecologia. Dentre estas, cabe destacar as associações locais dos assentamentos, os movimentos sociais de luta pela terra e a rede alagoana de Agroecologia, denominada Rede Mutum.

Há também um processo em nível estadual para estabelecer e formalizar um Sistema Participativo de Garantia (SPG). O SPG é um arranjo institucional para garantia da qualidade orgânica realizada por meio da participação ativa dos membros que integram o sistema, como os agricultores, os consumidores e demais partes interessadas em assegurar a qualidade orgânica da produção, com observância aos preceitos legais que regulamentam a produção orgânica no Brasil.

Um dos resultados dessas experiências é a oferta de alimentos saudáveis para o consumo das famílias e para a comercialização nos centros urbanos. No entanto, cabe assinalar que a Agroecologia não é unanimidade nos assentamentos, uma vez

que os sistemas produtivos de base agroecológica dividem espaço com sistemas convencionais de produção. Entretanto, paulatinamente, a concepção agroecológica tem sido materializada por ações produtivas de grupos de camponeses organizados. Fato é que cerca de 207,385 kg/ano (54,51% do total) de alimentos no assentamento Dom Helder Câmara e 53,195 kg/ano (17,61% do total) no assentamento Flor do Bosque foram originários de unidades familiares de produção em que as famílias estão inseridas no processo de transição agroecológica (Figura 1).

**Figura 1:** Produção convencional e em transição agroecológica nos assentamentos Dom Helder Câmara e Flor do Bosque



Fonte: Adaptado de Santana, Gervais e Mattos (2021).

A transição agroecológica está relacionada a processos graduais de mudança no manejo e redesenho dos sistemas familiares de produção. Ademais, não está apenas relacionado aos aspectos técnicos produtivos, mas às demais dimensões da Agroecologia, como a ecológico-produtiva, socioeconômica e, sociocultural/política (SEVILLA GUZMÁN, 2015).

Em ambos os assentamentos o consumo das famílias representou cerca de 10,0% do total produzido, com quantitativos de 30.697,00 Kg/ano para o assentamento Flor do Bosque e 37.274,00 Kg/ano para o assentamento Dom Helder Câmara. Os alimentos destinados à comercialização totalizaram 271.244,60 Kg/ano

para o assentamento Flor do Bosque e 343.921,00 kg/ano para o assentamento Dom Helder Câmara. A dimensão produtiva materializada na expressiva produção de gêneros alimentícios em ambos os assentamentos evidencia a relevância das áreas de reforma agrária para assegurar a oferta de alimentos saudáveis para o consumo das populações do campo e para a comercialização nos centros urbanos.

## 5. Conclusões

Nos territórios camponeses de reforma agrária é possível constituir territorialidades que se coadunam com as dimensões da Agroecologia. Este é o caso das famílias do assentamento Dom Helder Câmara e Flor do Bosque que realizam a produção de alimentos de base agroecológica, sendo parte comercializada nos centros urbanos e parte consumida pelas famílias. Isto é, trata-se de uma relação entre o acesso à terra, o trabalho e o consumo numa confluência que imprime a essa categoria de sujeitos do campo particularidades que merecem ser visibilizadas, aprofundadas e ressignificadas. Isso porque as territorialidades associadas a esses grupos resultam não só em incrementos na produção agrícola, mas sobretudo por serem mais saudáveis, sustentáveis e promotoras da agrobiodiversidade.

## 6. Referências

ALTIERI, M. TOLEDO, V. M. **The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants.** The Journal of Peasant Studies, v. 38, n.3, p. 487-612, 2011.

CAPORAL, F. R. **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Camaragibe, PE: Ed. Do Coordenador, 2015.

FERNANDES, I. F.; BARBOSA, L. P.; DAMASCENO, C. dos S.; ROSSET, P. M. Inventário de práticas agroecológicas na metodologia “de camponês/a a camponês/a” no Ceará: um instrumento para descolonizar o território e (re)valorizar o conhecimento camponês. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, p. 551-578, 2021.

OLIVEIRA, R. de C. M. de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v.2., n.4, p. 69-87, 2014.

SANTANA, J. U. R.; GERVAIS, A. M. D.; MATTOS, J. L. S. de. Dinâmica dos territórios camponeses de reforma agrária: a articulação de famílias assentadas para ampliar a Agroecologia em áreas de reforma agrária. **Sociedade & Natureza**, v.33, p. 1-12, 2021.

SEVILLA GUZMÁN, E. **La participación em la construcción histórica latino-americana de la Agroecología y sus niveles de territorialidade**. Política y Sociedad, v. 52, n.2, p. 351-370, 2015.

SILVA, E. M.; MOORE, V. M. **Cover crops as agroecological practice on organic vegetable farms in Wisconsin**. USA. Sustainability, v.9, n.55, p. 1-15, 2017.

NICHOLLS, C; ALTIERI, M. A.; VAZQUEZ, L. **Agroecology: principles for the conversion and redesign of farming systems**. Journal of Ecosystem & Ecography, v.5, n.1., p. 1-8, 2016.

ROSSET, P.; BARBOSA, L. P. **Autonomía y los movimientos sociales del campo em América Latina: um debate urgente**. Aposta Revista de Ciências Sociais, n.89, p. 8-31, 2021.

## PROTAGONISMO FEMININO NAS FEIRAS E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: um estudo de caso

Carlos Allan Pereira dos Santos<sup>103</sup>  
 Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>104</sup>  
 Luciano Pires de Andrade<sup>105</sup>

**Linha de pesquisa:** Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-4>

### 1. Introdução

A Agroecologia tem como princípio o máximo aproveitamento dos insumos que a própria unidade de produção pode gerar, seja na incorporação e nutrientes no solo por meio de compostagens feitas com restos culturais e esterco produzidos na unidade, assim como no manejo de pragas e doenças onde se utiliza caldas naturais e fórmulas desenvolvidas a partir de outras plantas. Ao deixar a agricultura convencional e adotar a agroecologia como prática, os produtores passam por um processo conhecido como transição agroecológica, no qual essas práticas vão sendo introduzidas ao longo deste, que vão além da simples substituição dos insumos, este processo envolve mudanças atitudinais e a compreensão que a sustentabilidade do agroecossistema é fundamental.

A transição agroecológica é um processo que demanda tempo e paciência por conta dos diversos procedimentos de produção a serem adotados para se desvincular da agricultura convencional e produzir seguindo os preceitos da Agroecologia. No início desse processo há uma forte tendência de desistência por parte dos produtores por conta das dificuldades de adaptação ao novo sistema de produção (SILIPRANDI, 2002).

Um dos desafios enfrentados por produtores que estão em transição agroecológica é comercialização de seus produtos, uma vez que estes ainda não

<sup>103</sup> Mestre em Agroecossistemas. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: [allanpereira83@gmail.com](mailto:allanpereira83@gmail.com)

<sup>104</sup> Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: [horasaa@gmail.com](mailto:horasaa@gmail.com)

<sup>105</sup> Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, UFRPE. E-mail: [lucianopandrade@gmail.com](mailto:lucianopandrade@gmail.com)

podem ser enquadrados como agroecológicos tampouco são convencionais. Daí surge a importância das feiras agroecológicas pois estas permitem que os produtores que estão em processo de transição comercializem seus produtos diretamente ao consumidor final, eliminando assim uma figura bastante comum na comercialização agrícola que é o intermediário ou atravessador, proporcionando um aumento da renda familiar e possibilitando a continuidade do processo.

O objetivo deste trabalho é investigar a contribuição da feira agroecológica como ferramenta de empoderamento de agricultores em transição agroecológica, a partir de um estudo de caso no município de Paripiranga-BA.

## 2. Referencial Teórico

A Agroecologia possui uma contribuição concreta na implementação e manutenção de uma agricultura de base ecológica com foco na preservação dos agroecossistemas respeitando a biodiversidade e utilizando a mesma como referência para produção de alimentos de forma sustentável. Essa forma de produção é totalmente oposta aos sistemas de produção convencionais (CESAR DE LARA, 2022).

A Agroecologia propõe uma revolução paradigmática no modo de pensar a relação com a terra. Ao considerar a complexidade dos agroecossistemas, o conhecimento agroecológico não cabe no compartimento técnico da agronomia, mas abrange questões sociais, políticas, culturais e ambientais, além de problematizar a soberania e a segurança alimentar e compreender que as relações ecológicas e sociais são muito mais complexas que os sistemas de conhecimento (PAIVA, 2019).

Mais do que adoção de um sistema de produção ecologicamente correto, a agroecologia se apresenta como um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica. Ela busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis (CAPORAL, 2009).

Os sistemas de produção de base agroecológica apresentam ainda uma função relevante na questão da segurança alimentar, em regiões semiáridas esse papel ganha destaque uma vez que ao desenvolver estes sistemas há um consequente crescimento na capacidade de resiliência do sistema e dos que estão envolvidos neste, a partir da diversificação da produção associada à melhoria de qualidade de vida dos agricultores (TEIXEIRA e PIRES, 2017).

A produção agroecológica brasileira é dominada pelas mulheres no campo e esse domínio é visualizado também nos processos de comercialização destes produtos, inclusive nas feiras agroecológicas. Esse movimento demonstra a força e empoderamento feminino no campo (CAMINHAS, 2022).

O debate a respeito do protagonismo da mulher rural se intensificou nos últimos anos a partir do reconhecimento por parte dos movimentos sociais, das mesmas como atrizes fundamentais na defesa da alimentação familiar assim como na preservação das práticas tradicionais (STRATE e COSTA, 2018).

### 3. Metodologia

O presente estudo foi desenvolvido no município de Paripiranga, situado na região nordeste da Bahia, caracterizado por fazer parte do polígono das secas. De acordo com a classificação de Köppen, o clima do município é Aw, considerado como tropical, havendo um maior volume pluviométrico durante o verão e menor no inverno. A estação quente permanece por 5,6 meses, de outubro a abril, com temperatura máxima média diária acima de 32 °C. O mês mais quente do ano é janeiro, com a máxima de 33 °C e mínima de 21 °C, em média., com pluviosidade média anual em torno de 900 mm.

Durante seis meses, foram acompanhados 30 agricultoras familiares, inseridos em 10 povoados do entorno da sede municipal que participavam da feira agroecológica, denominada como “Feira Verde” do município, organizada pela Secretaria Municipal de Agricultura. De ocorrência semanal, a mesma é caracterizada por ter os próprios produtores fazendo a comercialização dos seus produtos, sem a interferência de intermediários.

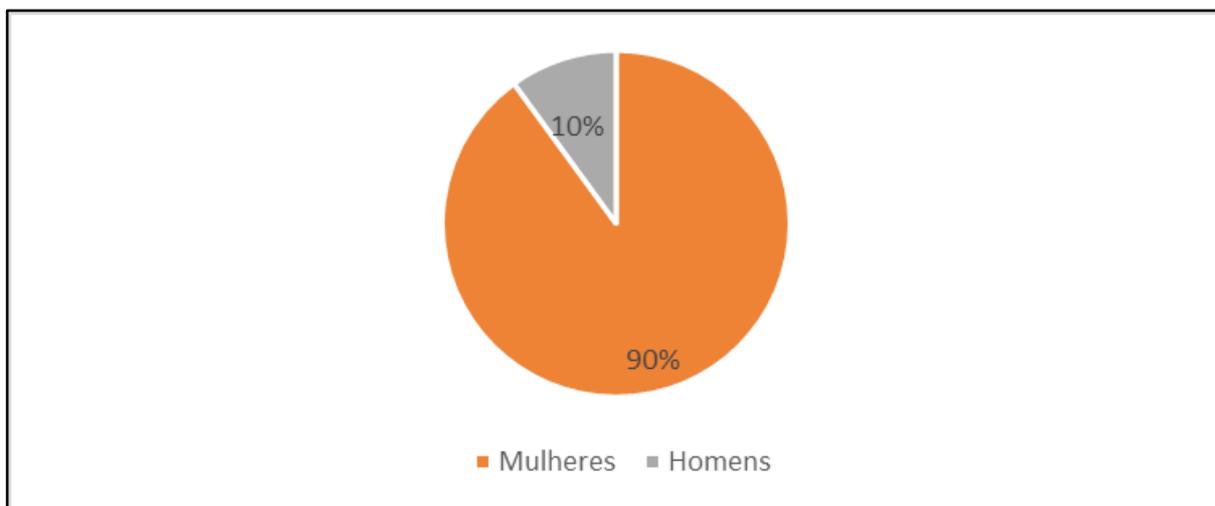
A metodologia adotada foi um estudo de caso onde os produtores participantes da feira verde foram acompanhados e realizado um diagnóstico dos produtos comercializados pelos mesmos, por meio de um questionário semiestruturado.

O estudo de caso é um método de pesquisa usado em muitas situações, para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados (YIN, 2015).

#### 4. Resultados e discussão

A participação expressiva das mulheres na constituição da feira foi um fato observado no trabalho, se constituindo como maioria dos participantes da feira (Figura 01) . O que demonstra a força destas no desenvolvimento socioeconômico das famílias.

**Figura 01:** Participação dos produtores por gênero.



Fonte: o autor.

As mulheres rurais no Brasil possuem histórica trajetória de lutas para conquistar o seu espaço e reconhecimento devidos. Estas resultaram na reivindicação por renda e o questionamento do homem como único representante da família, demandando a participação ativa das mulheres nos processos de produção e comercialização (STRATE e COSTA, 2018).

As mulheres participam ativamente do Movimento de Mulheres Camponesas e foram as maiores responsáveis pela implantação e consolidação das feiras, incentivando a organização dos assentamentos na produção de alimentos agroecológicos e orgânicos, exercendo posições de liderança e promovendo ações construtivas no processo de apropriação do estilo de vida camponês, defendem as sementes crioulas, a preservação da biodiversidade, a cultura popular e a soberania alimentar (CLEMENTE et al., 2020).

A pluriatividade é uma característica recorrente entre os produtores familiares que participaram da feira verde (Quadro 01), proporcionando diferentes fontes de renda, uma vez que além da diversidade produtiva há o incremento com os produtos não agrícolas como artesanatos, doces e comidas típicas. Esse fato resulta em ganho não só econômico, mas também social.

**Quadro 01:** Produtos comercializados pelos produtores na feira agroecológica.

Acerola	Maracujá	Coentro	Pimentão	Queijo
Banana	Aipim	Couve	Quiabo	Requeijão
Coco	Alface	Couve-flor	Tomate	Beiju
Goiaba	Batata doce	Fava	Plantas medicinais	Caruru
Jaca	Cebolinha	Feijão verde	Plantas ornamentais	Doces
Mamão	Cenoura	Milho verde	Manteiga	Pamonha
Manga	Chuchu	Pepino	Ovos	Artesanatos

Fonte: o autor.

A pluriatividade tem funcionado não somente como um fator positivo, mas também contribuído para a desclassificação de expressiva parcela das famílias de trabalhadores por conta própria da condição do que é legalmente considerado por “agricultura familiar” (NASCIMENTO; AQUINO e DELGROSSI, 2021).

## 5. Conclusões

A partir das observações e análises realizadas foi possível constatar a marcante atuação feminina na feira verde, apresentando superioridade numérica já que dos 30 pesquisados apenas três eram homens. Esse protagonismo também refletiu na diversidade de produtos comercializados, que resulta num incremento da renda dos participantes, demonstrando o papel da feira verde como instrumento de empoderamento e diversidade.

## 6. Referências

CAMINHAS, A. M. T. As Feiras Agroecológicas, a Segurança Alimentar e o Protagonismo Feminino nos Quintais Produtivos da Agricultura Familiar: A Contribuição para a Prática da Agenda 2030. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 4184-4200, 2022.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília. 2009.30 p.

CESAR DE LARA, J. et al. Jovens agricultores e agroecologia: um estudo sobre o grupo Feira Jovem de Boa Vista, Rio Grande do Sul. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 291–297, 2021. DOI 10.18378/rvads.v16i3.8477. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=152915801&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CLEMENTE, A. P. Grotti et al. **Feiras agroecológicas e orgânicas em Maceió**: soberania alimentar e protagonismo feminino camponês. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 3, 2020.

PAIVA, R. L. Pensamento complexo, agroecologia e agrotóxicos: análise da inter-relação entre ciência, movimentos sociais e mídia no processo de construção social das informações sobre toxicidade e risco. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 547–565, 2019. DOI 10.36920/esa-v27n3-5. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=139997524&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 10 jun. 2022.

STRATE, M. F.; COSTA, S. M. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS–Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 7, p. 3732-3744, 2018.

TEIXEIRA, C. T. M.; PIRES, M. L. L. S. Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 47–64, 2017. DOI 10.1590/1234-56781806-94790550103. Disponível em:

<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=124257451&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 10 jun. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

## POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES FRENTE A PANDEMIA DA COVID – 19: Caso das Cozinhas Comunitárias de Pernambuco

Ana Paula de Moraes<sup>106</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>107</sup>  
Luciano Pires de Andrade<sup>108</sup>

**Linha de pesquisa:** Transições Sociológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos  
**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-8>

### 1. Introdução

O mundo está experimentando um aumento crescente da fome, este fato, antecede a pandemia da Covid -19. Contudo, se agravou na crise sanitária que estamos imersos. O Brasil que saiu do mapa da fome, segundo a FAO em 2014, retorna em 2018, e vê esse quadro ampliado a partir de 2020, com a chegada da Pandemia. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan) mostrou dados alarmantes sobre o aumento da fome no país. As últimas duas pesquisas da Rede Penssan (2020, 2022), mostra que a posição do Brasil no mapa da fome na pesquisa de 2020 saltou de 19,1 milhões de famintos para 32,1 milhões de pessoas na mesma situação, na pesquisa de 2021/2022. Nesse mesmo período, o “Mapa da Nova Pobreza”, publicado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), revela que o Estado de Pernambuco, encontra-se entre os quatro estados com piores índices. Cerca de 50,32% da população pernambucana possui renda per capita abaixo de R\$ 497 mensais em 2021 (NERI, 2022).

Visualiza-se nos dados acima, o cenário estudado por Josué de Castro, muito semelhante com os dias atuais. Josué de Castro em suas pesquisas descreveu a situação alimentar e nutricional da população brasileira, traçou o mapa da fome no

---

<sup>106</sup> Mestre em Gestão e Regulação em Recursos Hídricos. Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: anepamo@gmail.com

<sup>107</sup> Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: horasa.silva@ufrpe.br

<sup>108</sup> Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: lucianoopandrade@gmail.com

Brasil, construiu os conceitos de ambientes alimentares e idealizou a implementação de políticas de acesso e oferta de alimentos para a população (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, 2022). Para Josué de Castro a fome é complexa e tão complexa é compreender suas causas e suas soluções intersetoriais. Segundo ele, a falta de alimentos nas mesas dos brasileiros se deve ao fato que “um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (CASTRO, 2006, p. 16).

Nesse contexto em 2010, na tentativa de promover o Direito Humano à Alimentação Nutricional e Adequada (DHANA) a população, alimentação é elevado a condição constitucional, no artigo 6º da Constituição Federal com os demais direitos sociais (BRASIL, 2010). Diante disso, o estado de Pernambuco, devido à pandemia do Covid-19, elaborou um plano de enfrentamento as consequências da pandemia frente à insegurança alimentar e nutricional, que resultou na implantação e implementação de cozinhas comunitárias em todos os municípios. O objetivo é disponibilizar refeições diariamente, geração de renda e adesão ao sistema estadual de segurança alimentar e nutricional sustentável - SESANS (SDSCJ, 2022). Desta forma, o objetivo deste estudo foi identificar o papel desses equipamentos para a viabilização das políticas públicas alimentares diante da crise sistêmica em que Pernambuco está envolvido.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1 Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, Promotoras de Políticas Públicas Saudáveis**

As Políticas Públicas Alimentares interferem direta ou indiretamente de modo positivo, ou negativo, no acesso das populações aos alimentos saudáveis e adequadas. Nessa perspectiva, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) orienta que as políticas públicas alimentares devem incluir ações voltadas

para abastecimento, produção, distribuição e consumo para a promoção da saúde da população (LOSAN, 2006).

Nesse contexto, pandêmico, têm-se como aliados potenciais de combate à fome os equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. Para o MDS (2010), Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSANs) são espaços físicos voltados para ofertar, distribuir e comercializar refeições e/ou alimentos a baixo custo. Estão classificados em duas categorias, a saber: equipamentos de abastecimento e combate ao desperdício, tais como: banco de alimentos, centrais de abastecimento, mercados públicos e as feiras; quanto à segunda categoria, volta-se para os equipamentos de oferta e consumo de refeições para as redes de proteção social, saúde, educação e segurança pública, dentre outras, a exemplo dos restaurantes populares, cozinhas comunitárias, refeições escolares, creches, hospitais e penitenciárias.

Dito isto e considerando a enfoque multidisciplinar dos problemas relacionados a fome, as cozinhas comunitárias, se configuram como ações emergenciais no enfrentamento a insegurança alimentar e nutricional, explicita na LOSAN (2006), em que a PNSAN, indica: planejar, executar e monitorar ações não assistencialistas, porém que atendam aos grupos vulneráveis com alimentos saudáveis.

Esses equipamentos produzem 200 (duzentas) refeições diárias, 5 (cinco) dias da semana, direcionadas aos grupos em risco nutricional. Como orientação, o MDS (2010), reforça que esses espaços sejam promotores de educação alimentar e nutricional, cursos de geração de renda, compra dos alimentos da agricultura familiar e avaliação nutricional dos beneficiários. Nessa perspectiva de abordagem intersetorial e estímulo aos circuitos curtos e desenvolvimento local, o governo de Pernambuco em parceria estabelecida com os municípios apoiou à ampliação, reaberturas e implantação de Cozinhas Comunitárias, distribuídas em todo território.

### 3. Metodologia

Para o presente trabalho, foi considerado como unidade amostral da pesquisa os planos de ação das cozinhas comunitárias. A metodologia empregada foi qualitativa, exploratória e descritiva. Isto se fez necessário, por se tratar de uma

pesquisa pouco conhecida e complexa, na qual se relaciona com vários elementos da pesquisa (FONTANA, 2018). Assim, optou-se pela análise de três indicadores citados no plano de ação preenchidos pelos municípios de todas as regiões do estado (SDSCJ, 2022). A escolha dos indicadores se deve as multidimensões de respostas obtidas para alcançar o objetivo desse estudo.

## **4. Resultados e Discussões**

### **4.1. Cozinhas Comunitárias, Velhas e Novas Abordagens de San**

Com objetivo de minimizar os números de pessoas em situação de insegurança alimentar, o governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), executado pela Superintendência das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SUASAN), lançou em 2021, o Programa Tá na Mesa Pernambuco, cuja finalidade, o cofinanciamento para produção de refeições para as pessoas em situação de vulnerabilidade social aos municípios por meio das cozinhas comunitárias.

A formalização ocorreu por um Termo de Aceite do Sistema de Transferência Automática e Regular de Recursos Financeiro Fundo a Fundo da Assistência Social. Firmado pelo/a secretário/a de assistência social ou congênera, que assume a responsabilidade de gerenciamento do equipamento e contrapartida.

Contando com a produção média de 200 (duzentas) refeições por dia, sendo que, no mínimo 150 (cento e cinquenta) distribuídas gratuitamente e 50 (cinquenta) comercializadas a preços populares no mínimo 5 (cinco) dias da semana. Quanto à matéria-prima de preparo das refeições, é sugerida a compra dos produtos da agricultura familiar local. Entre as atribuições dos municípios destacam-se: espaço físico, contratação de equipe e indicação do público. O monitoramento do funcionamento fica a cargo da SUASAN, durante o prazo de vigência de 1(um) ano, a partir da assinatura do termo de aceite (SDSCJ, 2022).

Em síntese, os equipamentos foram agrupados por portarias e valores: a) para ampliação dos equipamentos, R\$ 6 mil em 12 parcelas; b) reabertura dos equipamentos, R\$ 12 mil em 12 parcelas; c) implantação de novos equipamentos, 12

parcelas no R\$ 12 mil + R\$ 50 mil de investimento. Vale mencionar, que dos 184 municípios, apenas 6 (seis) não tiveram interesse ao cofinanciamento.

Uma das etapas do cofinanciamento é o preenchimento do plano de ação por parte dos municípios. Por região, verificam-se os percentuais de retorno sendo, Região do Agreste 63,2%; Região da Mata Norte e Sul, 57,11%; Sertão, 51,6% e Região Metropolitana, 37,5% dos planos de ação municipais respondidos.

Esses dados foram possíveis constar os seguintes resultados: a) Objetivos - educação alimentar e nutricional; resgate dos alimentos regionais; DHAA; inclusão produtiva e geração de renda; manipulação e aproveitamento dos alimentos. Observa-se neste indicador a convergência com o Programa. b) Metas - avaliação nutricional dos usuários/as; criação do sistema municipal de segurança alimentar e nutricional e produção diárias de refeições, ofertando entre 200 (duzentos) e 1000 (mil) unidades por dia. O Programa estabelece como condição mínima a oferta de 200 (duzentas) refeições por dia. Em caso de excedente de refeições, os municípios farão um aporte financeiro como contrapartida, para atender a demanda reprimida municipal. Apenas 2% dos municípios citaram a compra de alimentos da agricultura familiar. Esse dado é bastante relevante, visto que, segundo a pesquisa Rede Penssan (2022) os domicílios rurais da agricultura familiar revelaram que 38% estão em insegurança alimentar moderada ou grave e são justamente as famílias que tiveram perda de produção e redução dos preços dos alimentos, devido aos efeitos da pandemia. d) Perfil dos beneficiários/as – apenas, um município especificou o público: povos quilombolas e ciganos, pessoas em situação de rua e pessoas afetadas por calamidades ou situações emergenciais.

De modo geral, os resultados indicaram que os municípios não associam as orientações estabelecidas pelo Programa ao preenchimento do plano de ação das cozinhas comunitárias. Assim, um dos maiores desafios, enfrentados, constitui a compreensão da importância do preenchimento do plano de ação para o monitoramento do programa e planejamento de novas ações. Vale mencionar que este estudo, é um documento com resultados ainda preliminares que traçam a dinâmica dos municípios quanto à instalação das cozinhas comunitárias e a relação com as políticas públicas alimentares e sua intersetorialidade.

As informações analisadas neste estudo, conclui que estão presentes nos planos de ação as seguintes políticas públicas alimentares: Políticas de Proteção Social, Políticas de SAN, Políticas de Abastecimento e Políticas de Geração de Renda. Sabe-se que um equipamento de SAN não irá solucionar a problemática da fome que estamos imersos. Miranda (2021), relata que na criação da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), Josué de Castro citou que não existe uma fórmula mágica para combater a fome. A implantação de um único organismo não é possível solucionar a problemática da fome no mundo. Considerando o exposto, evidencia-se que as cozinhas comunitárias são espaços descentralizados de caráter multidimensional e intersetorial, que exige capacidade de organização e de articulação no município, inclusive a participação do controle social.

## 5. Conclusões

É inegável algumas limitações deste estudo, visto trata-se da análise do plano de ação como elemento de planejamento dos municípios. O monitoramento durante o funcionamento desses equipamentos irá revelar diversas realidades. Primordial o debate com os municípios sobre o acesso dos grupos populacionais vulneráveis. Assim como, estimular a compra dos alimentos da agricultura familiar. Novas estratégias precisam urgente serem aplicadas para sensibilizar os municípios quanto as políticas públicas alimentares e a governança da SAN. Sugere-se para esta finalidade, maior interlocução das secretarias municipais (agricultura, educação, saúde, dentre outras) para um maior alcance e efetividade, uma gestão municipal intersetorial e com a participação do controle social, papel relevante nessa construção.

## 6. Referências

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acesso: 09 jun. 2022.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da constituição federal, para introduzir a alimentação como direito social. diário oficial da união, Brasília. 04 fev. 2010, seção 1, p. 1.

CÁTEDRA, Josué de Castro. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro** / organização: Tereza Campello, Ana Paula Bortoletto. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. 216 p.; il.

CASTRO, Josué de. 1908-1973. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 2006, 6ª ed.

FONTANA, Felipe. Técnicas de Pesquisas. In: Mazucato, Thiago Pereira da Silva. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 1ª ed. Penápolis: Editora da funepe, 2018. 59–77 p.

NERI, Marcelo C. **“Mapa da nova pobreza”**. 40 págs., Rio de Janeiro, junho/2022 - FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza). Disponível em: <https://cps.fgv.br/mapanovapobreza>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MDS. **Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate**. n. 14 (2010). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. 164 p.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O combatente da fome: Josué de Castro, 1930-1973**. Bauru: Praxis, 2021. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/o\\_combatente\\_da\\_fome/260leaaaqbai?hl=pt-br&gbpv=1&dq=mendon%c3%87a,+marina+gusm%c3%a3o+de.+o+combatente+da+fome:+josu%c3%a9+de+castro,+1930-1973.+pdf&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/o_combatente_da_fome/260leaaaqbai?hl=pt-br&gbpv=1&dq=mendon%c3%87a,+marina+gusm%c3%a3o+de.+o+combatente+da+fome:+josu%c3%a9+de+castro,+1930-1973.+pdf&printsec=frontcover). Acesso em: 25 jul. 2022.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [Livro Eletrônico]**: li Vigisan: Relatório Final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – Penssan. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede Penssan, 2022. (Análise; 1) pdf. Disponível em: <https://Olheparaafome.Com.Br/>. Acesso em: 14 mai. 2022.

SDSCJ. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. **Manual Técnico. Programa Tá Na Mesa Pernambuco**. Cozinhas Comunitárias. 2022, 1ª Edição.

## **LINHA DE PESQUISA**

### **IV – Convivência Com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento**

## REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR NO AMBIENTE LABORAL DA FRUTICULTURA IRRIGADA

Ana Carla Mendes Coelho<sup>109</sup>  
Xirley Pereira Nunes<sup>110</sup>  
Márcia Bento Moreira<sup>111</sup>

**Linha de pesquisa:** Convivência Com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-9>

### 1. Introdução

Os trabalhadores, notadamente os rurais, encarregados de manipular os agrotóxicos, sofrem com a precarização das condições de trabalho. Desprotegidos sob o aspecto jurídico, tornam-se vítimas de uma lógica mercadológica que lhes nega o direito fundamental de sadia qualidade de vida (RODRIGUES; SIQUEOLO, 2015).

Partindo-se do pressuposto que o processo produtivo químico-dependente adotado pelo agronegócio tem ocasionado uma gama de consequências para a saúde do trabalhador rural, torna-se imperioso aprofundar as reflexões em torno desta problemática, que será pedra fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

É fato, que as aplicações intensivas de agrotóxicos e fertilizantes em solos agriculturáveis, junto com as precipitações intensas concentradas pela irrigação, provocam forte escoamento contaminando os recursos hídricos disponíveis, de modo que o meio ambiente laboral do trabalhador rural deve ser foco constante de atenção. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo realizar reflexões teóricas sobre a saúde do trabalhador rural no ambiente laboral da fruticultura irrigada, adotando para tanto os pressupostos que conformam o campo da saúde do trabalhador.

---

<sup>109</sup> Doutoranda, PPGADT - UNIVASF, e-mail: anacarla.coelho@discente.univasf.edu.br

<sup>110</sup> Docente Orientadora, PPGADT - UNIVASF, e-mail: xirley.nunes@univasf.edu.br

<sup>111</sup> Docente Coorientadora, PPGADT - UNIVASF, e-mail: marcia.moreira@univasf.edu.br

Isto posto, esta temática revela-se das mais importantes por versar sobre um bem de valor inestimável, o direito do trabalhador à vida, beneficiando aqueles que expõem a sua saúde em prol do desenvolvimento econômico local, os trabalhadores rurais da fruticultura irrigada, que ficam à margem deste processo e, portanto, devem ser o foco principal de estudos que visem a implementação de ações transformadoras na sua realidade social.

## 2. Referencial teórico

A Saúde do Trabalhador surge da necessidade de o Estado intervir mais efetivamente nas relações do processo produtivo, no sentido de promover condições laborais mais dignas aos trabalhadores.

Por outro lado, são ainda incipientes, estudos que apresentem soluções para conversão deste modelo químico-dependente para um modelo de agricultura sustentável, que propicie ambientes de trabalho mais salubres.

Diante do exposto, os trabalhadores da fruticultura irrigada estão sujeitos a riscos ocupacionais em seu ambiente laboral, devem constituir-se de preocupação para a saúde pública brasileira, devendo ser objeto constante de políticas públicas e de medidas efetivas que minimizem os danos à saúde dos trabalhadores.

A construção do campo que passou a denominar-se Saúde do Trabalhador, enquanto política pública no Brasil foi sendo construída nas diferentes conjugações de força entre capital, trabalho e Estado (RAMMINGER; NARDI, 2007).

Sob o ponto de vista teórico-conceitual, a saúde do trabalhador pode ser configurada como:

um campo de práticas e de conhecimentos estratégicos interdisciplinares - técnicos, sociais, políticos, humanos - multiprofissionais e interinstitucionais, voltados para analisar e intervir nas relações de trabalho que provocam doenças e agravos. Seus marcos referenciais são os da Saúde Coletiva, ou seja, a promoção, a prevenção e a vigilância (MINAYO-GOMEZ et al, 2018, p. 1964).

Orientada pelos pressupostos da saúde coletiva, a saúde do trabalhador surge da necessidade de se intervir mais efetivamente nas relações do processo produtivo, adotando para tanto, os princípios bases do SUS: universalidade, integralidade, equidade e participação social. Portanto, é uma área em permanente construção, referenciada pelos conceitos de promoção, vigilância e participação em saúde, que visam à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos a riscos e agravos advindos do meio ambiente e das condições de trabalho (MARTINS et al, 2017).

O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira foi fundamental para a definição da área, que ao final dos anos 70, passou a ser denominada de Saúde Coletiva, um novo campo de conhecimentos e práticas em saúde (MARSIGLIA, 2013).

O desenvolvimento teórico-conceitual da Saúde Coletiva emerge em um cenário de crise na saúde pública, influenciada pelos pressupostos da medicina social latino-americana e pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que defendia sistemas de saúde universais, de natureza pública e equitativos (PAIM; TEIXEIRA, 2006).

A constituição cidadã de 1988, na seção relacionada à Saúde, prevê em seu artigo 200 caput, incisos II e VIII, que ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete, além de outras atribuições, executar as ações de Saúde do Trabalhador e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, inclui a Saúde do Trabalhador no campo de atuação do SUS e consigna no âmbito dos objetivos do SUS como fator determinante e condicionante, entre outros, o trabalho. De acordo com o artigo 6º, §3º, entende-se por saúde do trabalhador:

[...] um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...] (BRASIL, 1990).

O processo histórico de construção de uma política de saúde expressa, por meio das agendas públicas, os diferentes momentos políticos, econômicos e sociais

que envolvem as relações entre Estado, sociedade e mercado (ANDRADE et al, 2012).

A Saúde Coletiva representa uma aposta em novos pressupostos, métodos e práticas sociais, que desde sua origem, apresenta três áreas disciplinares de formação: ciências sociais (mais recentemente, ciências humanas e sociais), epidemiologia e administração e planejamento (mais recentemente, denominada de política e planejamento), que conseqüentemente devem dialogar entre si para a construção de um sistema de saúde que se pretende universal, equânime, integral e público (MARSIGLIA, 2013).

Sob esse prisma, há que se considerar que as políticas públicas, em especial a política de saúde, é uma política de Estado e não uma política de governo e como tal, deve assumir a defesa do princípio constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado.

Apesar da vasta existência de normas protetivas voltadas à saúde do trabalhador no Brasil, nota-se, que muitas categorias de trabalhadores ainda vivem em condições análogas à escravidão, não tendo sua relação saúde-trabalho priorizada pela ação estatal, tal como acontece com os trabalhadores rurais da fruticultura irrigada, que necessitam de estudos interdisciplinares, que possibilitem intervenções no seu meio ambiente laboral e sobretudo na atenção à sua saúde.

### **3. Metodologia**

O método adotado foi a pesquisa bibliográfica, se propondo a realizar reflexões teóricas sobre a saúde do trabalhador rural no ambiente laboral da fruticultura irrigada, adotando para tanto os pressupostos que conformam o campo da saúde do trabalhador.

### **4. Resultados e Discussão**

O presente estudo foi motivado pela necessidade de aprofundar esse debate na esfera acadêmica e científica, com vistas a efetivação de medidas de prevenção

que minimizem os impactos na saúde dos trabalhadores, tal como preconizam (MARTINS, at al, 2017; MINAYO-GOMEZ et al, 2018).

Na perspectiva dos conceitos que conformam a Saúde do Trabalhador, evidencia-se a importância da conscientização de ações preventivas que transformem as principais causas de adoecimento em informações epidemiológicas que promovam a melhoria constante da saúde destes trabalhadores.

Com efeito, os trabalhadores expostos a riscos ocupacionais em seu ambiente laboral, devem constituir-se de preocupação para a saúde pública brasileira, devendo ser objeto constante de políticas públicas e de medidas efetivas que assegurem o direito fundamental à saúde, conforme os ditames constitucionais.

## 5. Conclusões

As reflexões teóricas sobre saúde do trabalhador ultrapassam os fundamentos que influenciam o plano teórico e avançam na direção a construção de um Estado com maior intervenção nas relações de trabalho que provocam o adoecimento.

Apesar da vasta existência de normas protetivas sobre saúde do trabalhador no Brasil, nota-se, que muitas categorias de trabalhadores sofrem com a precarização das condições de trabalho, não tendo sua relação saúde-trabalho priorizada pela ação estatal, como é o caso dos trabalhadores rurais da fruticultura irrigada.

Nessa perspectiva, este estudo se mostra de grande relevância para ampliar e discutir a saúde do trabalhador, na perspectiva de um Estado com maior efetividade em políticas públicas voltadas aos trabalhadores rurais, que apesar de exercer um papel fundamental na sociedade, não teve a sua relação saúde-trabalho priorizada.

Isto posto, sem a pretensão de esgotar todos os desdobramentos contidos nesta seara conceitual, espera-se que suas reflexões sirvam de ponte para novas propostas de estudos voltados aos trabalhadores rurais da fruticultura irrigada.

## 6. Referências

ANDRADE, E.T.; MARTINS, M. I. C.; Machado, J. H. **O processo de construção da política de saúde do trabalhador no Brasil para o setor público**. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2012, p. 1-14.

BRASIL. **[Constituição de (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19. set. 1990.

MARSIGLIA, R. M. G. Temas emergentes em ciências sociais e saúde pública/coletiva: a produção do conhecimento na sua interface. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 32-43, 2013.

MARTINS, M. I. C.; OLIVEIRA, S. S.; ANDRADE, E. T.; STRAUZZ, M. C.; CASTRO, L. C. F. de; AZAMBUJA, Aline de. A política de atenção à saúde do servidor público federal no Brasil: atores, trajetórias e desafios. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, v. 22, n. 5, p.1429-1440, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.33542016>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MINAYO-GOMES, C.; VASCONCELLOS, L. C. F; MACHDO, J. M. H. Saúde do Trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, v. 23, n. 5, p. 1963-1970, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PAIM, J.S.; TEIXEIRA, C.F. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. **Revista de Saúde Pública**, 2006, 40 (n. esp.): 73-78.

RAMMINGER, T.; NARDI, H. C. Saúde mental e saúde do trabalhador: análise das conferências nacionais brasileiras. **Psicol. cienc. prof. [online]**, v. 27, n.4, p. 680-693, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400009>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RODRIGUES, C. L.; SIQUEOLO, R.V. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, e-ISSN: 2525-9857| Minas Gerais | v. 1 |n. 2|p. 247 - 272 | Jul/Dez. 2015.

## VIABILIDADE DO FINANCIAMENTO DO BIODIGESTOR SERTANEJO PELO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Luiz Alberto Pinto Gondim<sup>112</sup>  
Marcos Antonio Bezerra Figueiredo<sup>113</sup>  
Marcus Metri Correa<sup>114</sup>  
Anderson Fernandes de Alencar<sup>115</sup>

**Linha de Pesquisa:** Convivência com o semiárido, inovações sociotécnicas e desenvolvimento

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-11>

### 1. Introdução

O biodigestor sertanejo é uma tecnologia que foi idealizada para o agricultor familiar do Semiárido brasileiro produzir, em pequena escala, biogás para atendimento das necessidades energéticas domésticas, principalmente a de geração de calor para cocção de alimentos. Pelos benefícios financeiros, ambientais e sociais que seu emprego é capaz de proporcionar foi catalogado como tecnologia social e amplamente fomentado por programas sociais que financiaram a fundo perdido a implantação de centenas de suas unidades. O encerramento desses programas interrompeu a replicabilidade que vinha caracterizando a expansão dessa tecnologia, já que a maioria das famílias não dispõem de recursos financeiros próprios para investir na implantação do biodigestor. Uma alternativa é financiá-lo através das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mas há receio entre os interessados de que para a liquidação do financiamento terão de contar com as outras receitas rurais, já comprometidas com o sustento da família. Nesse

---

<sup>112</sup> Doutorando. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: eng.lgondim@gmail.com.

<sup>113</sup> Doutor em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: mfigueiredoufrpe@gmail.com

<sup>114</sup> Doutor em Engenharia agrícola. Orientador. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: marcus.metri@gmail.com.

<sup>115</sup> Doutor em Educação. Professor permanente do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Contato: anderson.alencar@ufape.edu.br.

contexto, para verificar se o crédito é viável do ponto de vista do agricultor e reembolsável com o cômputo exclusivo dos benefícios que o biodigestor vai proporcionar, os autores simularam uma operação de financiamento levando em consideração as condições vigentes do PRONAF.

## 2. Referencial teórico

Há diferentes indicadores para medir o mérito de um projeto de investimento. O Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa de Interna de Retorno (TIR), ambos baseados no conceito de atualização, são os indicadores mais utilizados para determinar o mérito privado de um projeto (LAMBERT e FRANZIN, 2014).

Lopes Silva et al. (2014) definem o VPL como o indicador que traz todos os valores de custos e receitas do fluxo de caixa para o período inicial, descontando uma Taxa Mínima de Atratividade – TMA, que é a taxa de desconto que representa o mínimo de ganho financeiro para o investidor considerando o custo de oportunidade, o risco e a liquidez do negócio. Os autores concluem que se o valor do VPL for positivo, a proposta é atrativa, caso contrário deve-se desconsiderar a proposta. É um indicador que se caracteriza por levar em consideração o valor do dinheiro no tempo, ou seja, considera o valor temporal dos recursos financeiros.

Já o indicador TIR, diferentemente do VPL, não visa a avaliação da rentabilidade absoluta, seu propósito é encontrar uma taxa intrínseca de rendimento, daí o nome taxa interna de retorno. A TIR representa uma taxa de desconto que iguala, no período zero, as entradas e saídas de caixa, ou seja, é uma taxa que anula o VPL (SAMANEZ, 2016). Motta e Calôba (2006), definem a TIR como um índice que mede a rentabilidade do investimento por uma unidade de tempo. No caso em que haja financiamento, é necessário considerar que esse deve ser obtido a taxas de juros inferiores à TIR calculado. Neste caso, a diferença entre a taxa de juros e a TIR será uma rentabilidade adicional gerada pela empresa sobre o capital que lhe foi emprestado.

### 3. Metodologia

Com base na atualização dos preços da relação dos materiais e serviços para a implantação do Biodigestor Sertanejo (BS) (MATTOS; FARIAS, 2011) foi definido o valor do investimento necessário à sua implantação e simulados dois cenários para o financiamento desse valor nas condições do PRONAF Bioeconomia, que é a linha de crédito que apoia tecnologias de energia renovável. Essa linha tem como encargos juros à taxa efetiva prefixada de 2,75% a.a., com prazo de reembolso de até 10 anos, incluídos aí até 5 anos de carência. O primeiro cenário considerou que a totalidade dos recursos poupados com a substituição do GLP pelo biogás seriam destinados integralmente à amortização do financiamento; o segundo, que o agricultor aproveita o prazo máximo de reembolso permitido (10 anos). Nos dois cenários foram considerados reembolsos anuais a partir do segundo ano de vigência da operação, já que o primeiro foi considerado como período de carência.

A redução de custo a ser proporcionada anualmente com a substituição do gás de cozinha pelo biogás foi convertida como a receita para amortizar o financiamento. Para a estimativa do consumo de GLP a ser substituído foi considerado que uma família composta por 4 a 5 pessoas atende suas necessidades diárias de cocção de alimentos (café da manhã, almoço e jantar) fazendo uso do fogão com o acendimento de pelo menos 1 queimador (boca) durante quatro horas por dia e que o consumo médio de um queimador de fogão residencial é de  $0,122 \text{ kg.h}^{-1}$  (MOREIRA, 2020). Dessa forma o consumo diário de GLP na família foi estimado como de  $0,488 \text{ kg.dia}^{-1}$ , que corresponde a um consumo anual (ano de 365 dias) de 13,702 botijões P13 de GLP (denominação comercial do botijão com conteúdo 13 kg que é o recomendado para uso residencial).

Conhecido o consumo anual de GLP, o preço médio unitário de comercialização do botijão P13 na Região Nordeste (R\$ 111,592) informado pela ANP e referente a abril de 2022 (informações referentes ao mês de maio ainda não estavam disponíveis até a conclusão deste documento) e o valor tradicionalmente pago R\$ 15,00 ao motoboy para a entrega do botijão na residência, foi possível estimar que a redução de custo anual (considerando ano de 365 dias) proporcionada com a

substituição do GLP é de R\$ 1734,505. Este valor foi então considerado como a receita bruta anual nos cenários simulados para o financiamento.

Como custo, foi considerado apenas o preço anual de uma diária (R\$ 80,00) a ser paga a um pedreiro, ou a um mestre de obras, para uma vistoria anual do biodigestor, já que a mão de obra para o carregamento é realizado por um dos membros da própria família.

A análise financeira correspondeu à comparação entre benefícios e custos, por meio de indicadores usuais como o Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR), considerando o custo de oportunidade do capital como de 12,22% ao ano, que corresponde à atual taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) (<https://bb.com.br/uci/informe-mensal.html?gfi=392>). Como os cálculos utilizados para obtenção desses indicadores são relativamente complexos foram calculados com a utilização de uma ferramenta computacional (SEAP versão 2.5.21, atualização 06/01/2021), desenvolvida pela GIGAMEDIA CONSULTORIA.

#### 4. Resultados e discussão

Na simulação o valor considerado para a implantação do biodigestor sertanejo a ser financiado foi de R\$ 4.236,72 obtido através da atualização dos preços dos materiais e serviços relacionados pela Manual de Construção do Biodigestor Sertanejo (MATTOS; FARIAS, 2011). Os quadros 1 e 2 resumem os dois cenários de financiamento simulados.

**Quadro 1** – Simulação com reembolso anual correspondente a 100% dos recursos capitalizados com a substituição do GLP pelo biogás.

Ano	Encargos	Amortização	Prestação	Saldo Devedor	Capacidade de Pagamento	% Amortização	% Utilização
1,00	0,00	0,00	0,00	4.236,72	1.636,56	0,00	0,00
2,00	86,43	1.550,13	1.636,56	2.686,59	1.550,13	36,59	100,00
3,00	127,92	1.508,64	1.636,56	1.177,95	1.508,64	56,15	100,00
4,00	135,02	1.177,95	1.312,97	0,00	1.501,54	100,00	78,45
<b>Total</b>	<b>349,37</b>	<b>4.236,72</b>	<b>4.586,09</b>			<b>100,00</b>	

**Quadro 2** – Simulação da operação com reembolso anual no prazo total de 10 anos.

Ano	Encargos	Amortização	Prestação	Saldo Devedor	Capacidade de pagamento	% Amortização	% Utilização
1,00	0,00	0,00	0,00	4.236,72	1.636,56	0,00	0,00
2,00	26,92	482,89	509,81	3.753,83	1.609,64	11,40	30,00
3,00	40,60	478,79	519,39	3.275,04	1.595,96	12,75	30,00
4,00	54,40	474,65	529,05	2.800,39	1.582,16	14,49	30,00
5,00	68,35	470,46	538,81	2.329,93	1.568,21	16,80	30,00
6,00	82,42	466,24	548,66	1.863,69	1.554,14	20,01	30,00
7,00	96,61	461,98	558,59	1.401,71	1.539,95	24,79	30,00
8,00	110,94	457,69	568,63	944,02	1.525,62	32,65	30,00
9,00	125,37	453,36	578,73	490,66	1.511,19	48,02	30,00
10,0	152,91	490,66	643,57	0,00	1.483,65	100,00	33,07
<b>Total</b>	<b>758,52</b>	<b>4.236,72</b>	<b>4.995,24</b>			<b>100,00</b>	

Observa-se no resumo do primeiro cenário (Quadro 1) que nessas condições o agricultor seria capaz de amortizar totalmente o financiamento em 4 anos. No segundo cenário (Quadro 2), utilizando o prazo máximo de reembolso permitido (10 anos), o agricultor reembolsaria o financiamento com pagamentos anuais correspondentes a apenas 30% dos recursos capitalizados pela economia da substituição do GLP pelo biogás.

Os indicadores de rentabilidade VPL e TIR para o fluxo de caixa decorrente das receitas e custos durante a vida útil do BS estão apresentados no Quadro 3.

**Quadro 3** – Indicadores de rentabilidade para o financiamento.

INDICADORES	VALOR
Valor Presente Líquido (VPL)	3.279,08
Taxa Interna de Retorno (TIR)	14,93
Período considerado	10 (anos)
Taxa mínima atrativa	12,22%
Custo Ponderado de Capital	6,96

O VPL positivo e igual a 3.279,08 indica que financiar a implantação do BS é viável para o agricultor e, se optar pelo financiamento vai gerar um lucro durante a vida útil do BS (10 anos). A TIR igual a 14,93%, superior aos 12,22% da taxa mínima

de atratividade, significa que a TIR superou o custo do capital, significando também que o financiamento é viável.

## 5. Considerações finais

Nas condições de financiamento estudadas conclui-se que os recursos financeiros poupados com a substituição do GLP pelo biogás são suficientes para o agricultor reembolsar o valor financiado. Caso queira utilizar a totalidade dos recursos anualmente poupados terá condições de liquidar o financiamento em apenas 4 anos; caso queira amortizar a operação com um valor da prestação menor e/ou aproveitar o prazo máximo dos 10 anos permitido pela linha de crédito, conseguiria liquidar a dívida com reembolsos anuais correspondentes a apenas 30% dos recursos poupados anualmente.

## 6. Referências

LAMBERTI, José Renato; FRANZIN, Narciso Américo. **Análise de Investimento e Viabilidade**. Reimpressão revista e atualizada, Maringá, 2014.

MATTOS, Luís Cláudio; FARIAS JUNIOR; Mário. **Manual do biodigestor sertanejo**. Recife: Projeto Dom Helder Câmara, 2011. ISBN: 978-85-64154-01-8.

LOPES SILVA, Diogo Aparecido et al. Análise de viabilidade econômica de três sistemas produtivos de carvão vegetal por diferentes métodos. **Revista Árvore**, v. 38, n. 1, 2014.

MOREIRA, Rosana Medeiros. **Avaliação metrológica do rendimento e consumo em aparelhos domésticos de cocção a gás**. 2020. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Metrologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MOTTA, R. R.; CALÔBA, G. M. Análise de Investimentos: tomada de decisão em investimentos industriais. São Paulo: Atlas, 2006.

SAMANEZ, Carlos Patrício. **Engenharia econômica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

## LINHA DE PESQUISA

### V – Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares

## RELAÇÃO ENTRE “OS MÉTODOS E AS EXPERIÊNCIAS” DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA”

Abimailde Maria Cavalcante Fonseca Ribeiro<sup>116</sup>

Francisco Ricardo Duarte<sup>117</sup>

Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira<sup>118</sup>

**Linha de pesquisa:** Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-14>

### 1. Introdução

Existe no processo atual de transição agroecológica a necessidade de avaliar a agricultura que vem sendo estruturada pelo sistema de produção iniciado na década de 1950. Ele foi fundamentado nas tecnologias que foram surgindo e que apresentaram resultados satisfatórios para os grandes produtores. As diversas tentativas de melhorar e aumentar a produção agrícola com vários métodos que formaram os mecanismos de produção e comercialização baseado na ideia de produção em grande escala. Nesse contexto, não havia ainda a preocupação com a preservação da natureza e a sustentabilidade.

As tecnologias “modernas” representaram um papel muito importante na expansão dessa agricultura. Os pacotes tecnológicos, e as políticas de governo fortaleceram a agricultura industrial fundamentada na mecanização agrícola. Os fertilizantes químicos, agrotóxicos, agroquímicos, fertilizantes, adubos sintéticos e melhoramento de sementes impulsionaram o agronegócio que foi fortalecido ao longo dos anos. Também o financiamento da produção agrícola para compra de insumos químicos e maquinaria fez aumentar esse tipo de agricultura.

---

<sup>116</sup> Grad. em Letras e Pedagogia. Mestra em Ciências da Educação e Mestra em Ciências Sociais. Doutoranda em Agroecologia, Pedagoga da Universidade Federal do Vale do São Francisco/ UNIVASF. Pedagoga da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) abimailde.fonseca@univasf.edu.br

<sup>117</sup> Graduado em Administração. Doutor em Difusão do conhecimento. Professor Associado I da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco francisco.duarte@univasf.edu.br

<sup>118</sup> Graduada em Pedagogia. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) luciamarisy@uol.com.br

Com essas ações, a agricultura familiar foi incentivada pelo governo, havendo um crescimento na década de 1990 e 2000, mas que, a partir de 2016, foi diminuindo os investimentos e as políticas para essa agricultura. Mesmo com as cooperativas, as associações e o MST que foram importantes para aumentar as práticas orgânicas e diminuição dos insumos químicos, ainda faltam mais incentivos e investimentos nessa área. Diante do que foi exposto. Ainda há necessidade de mais políticas públicas para fortalecer a agricultura orgânica. O objetivo dessa pesquisa foi mostrar a relação entre “os métodos e as experiências” de transição agroecológica.

## 2. Metodologia

A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo com análise integrativa dos materiais escolhidos para a pesquisa, sendo um método que possibilitou a síntese e resumo dos conhecimentos importantes para fortalecer a argumentação e a incorporação, da aplicabilidade de resultados com mais efetividade e de estudos significativos, tanto na prática como na teórica. Essa revisão apresentou no seu processo de escolha e análise dos materiais que foram evidenciados os aspectos relevantes a serem considerados para a utilização desse recurso metodológicos. Sendo um estudo que foi realizado com o levantamento bibliográfico focados nos textos que apresentaram o processo de transição agroecológica, levando em conta as questões históricas, os métodos e experiências que fortaleceram essa transição.

Segundo Gil (2019) na pesquisa documental ou teórica, os dados são obtidos de maneira indireta, ou seja, por meio de livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e artigos. Sendo que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Ou na descrição e interpretação de textos (livros, artigos, documentos e outros). Por isso a escolha desse tipo de pesquisa, que foi a mais adequada para fazer a investigação.

### 3. Resultados e discussão

Segundo Gliessman (2015) a agroecologia é uma maneira de rescrever ou modificar os sistemas alimentares, fazendo que haja uma forma diferente de chegar comida de qualidade as pessoas, sendo produzida de forma sustentável com o intuito de preservação dos ecossistemas, mantendo os agrossistemas e possibilitando a comercialização dos alimentos com parceria entre consumidor e produtor e com ações transdisciplinares. A transição está acontecendo de forma planejada com formação dos agricultores em parceria com as pesquisas e os cursos que trazem os conhecimentos sobre como produzir de forma orgânica, sem causar danos à natureza.

Nesse contexto, a segurança alimentar é um dos pontos importantes para que haja a transição agroecológica. Por isso, é preciso sobre a saúde da população brasileira que a segurança alimentar e todas as ações das políticas públicas garanta a saúde dessa população. Mas precisava de um órgão que garantisse a saúde da população com várias atividades e ações para a saúde, e isso aconteceu com o surgimento do (SUS) que foi um dos principais avanços em ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no Brasil. Regulado por meio da lei nº 8.080/1990. (BRASIL, 1990).

A promoção e a proteção à saúde, afirmando a responsabilidade do Ministério da Saúde em controlar os males relacionados à alimentação e nutrição no Brasil (BRASIL, 2010). O direito à alimentação no Brasil são conteúdos referendados na legislação nacional, que garante o acesso adequado para preservação da saúde, fortalecido pela constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Assim, são várias as ações que historicamente sendo realizadas para permitir que a população tenha alimentos saudáveis e de qualidade, que forneçam os nutrientes necessários para sobrevivência das famílias de baixa renda. Para Jaime et al. (2018) no Brasil, o direito à saúde e à alimentação são garantias constitucionais inseridas entre os direitos sociais.

A alimentação adequada é um requisito básico para a promoção e a proteção da saúde, sendo reconhecida como um fator determinante e condicionante da situação de saúde de indivíduos e coletividades”. Por essa razão, a promoção e a garantia de uma alimentação adequada e saudável, historicamente, mobilizam esforços de diferentes setores do governo brasileiro, e de entidades e movimentos da sociedade

civil, mas que nem sempre apresentaram os mesmos objetivos (ALVES & JAIME, 2014). Dessa forma é importante lutar por uma alimentação saudável para manter a saúde.

Esse estudo possibilitou conhecer a visão dos autores escolhidos para a pesquisa bibliográfica, sobre o processo de transição agroecológica, que dependeu de vários fatores que influenciaram no processo de transição, por isso, foi importante o planejamento, a escolha dos conhecimentos sobre o agrossistema, e também das teorias que falaram sobre o desenho da situação, respeitando a individualidade de cada tipo de método e estratégias utilizados nesse processo, como também o local e o tempo de transição agroecológica. Foi observado que existia uma organização da situação financeira e da busca de informações para fundamentar todo o processo de mudança. A busca de outras experiências e respeitando o biossistema e diversidade fortaleceu as transformações de um sistema industrial para um sistema orgânico.

Outro fator importante foi que não houve apenas uma substituição de um modelo por outro, mas foi um processo dinâmico que requereu dedicação e cuidado e que ainda continua. Foi preciso compreender o que era sustentabilidade e se organizar para uma mudança em longo prazo. Não existiu a transição sem valorização da terra e do meio ambiente e sem respeitar o agrossistema. Todas as relações foram importantes, seja de como foi produzido os alimentos, como a relação social entre os produtores e consumidores. As dimensões políticas, sociais educacionais representaram um papel crucial para as mudanças. O modo de escoamento da produção também foi importante, a proximidade em alguns casos facilitou a comercialização dos produtos. Na verdade foi e continua sendo, um processo longo e desafiador, mas possível de acontecer.

#### 4. Conclusões

Acredita-se que o estudo organizado e planejado de acordo a com metodologia que foi utilizada em todo processo contribuiu para o sucesso das ações e atividades propostas e realizadas. Essa pesquisa possibilitou o conhecimento do processo de transição agroecológico, e pode fomentar políticas públicas para o desenvolvimento agroecológico com a compreensão e identificação dos indicadores da transição

agroecológica, mostrando o processo de transição historicamente, como também foi apontado os métodos, experiências de transformação e mudanças nos sistemas agroalimentares. Apresentando diferentes abordagens.

## 5. Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BATISTA, M. A. S. **Questão agrária e campesinato**. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17758>. Acesso em: 09 set. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DFFIAN BRASIL. Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Dhana) – Módulo I. Brasília, 2020.
- BELLÉ, Adilson. **Análise da Transição Agroecológica via Métodos Participativos**: o caso de um grupo de famílias do assentamento três pinheiros sede, Sananduva, RS. Santa Maria, RS, Brasil. 2011. Pode ser acessado em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13521/TCCE\\_AFCEC\\_2011\\_BELLE\\_A\\_DILSON.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13521/TCCE_AFCEC_2011_BELLE_A_DILSON.pdf?sequence=1) Acesso em: 01/06/2022.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade**. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 2000, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IRSA, 2000. Disponível em: [http://coral.ufsm.br/desenvolvimento\\_rural/textos/13.pdf](http://coral.ufsm.br/desenvolvimento_rural/textos/13.pdf). Acesso em: 03 jul. 2013.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 1. ed. Brasília: MDA/SAF, 2004.
- CEPAGRO. **Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo**. Disponível em: <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/>. Acesso em: 25 out. de 2014.
- ECOVIDA. **Rede de Ecovida de Agroecologia**. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/>. Acesso em: 25 out. de MATTOS, Luciano. EMBRAPA. Marco referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 2014.

FIAN BRASIL. **Informe DHANA 2018**: Da democratização ao Golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. Brasília, 2018. Disponível aqui. Link para matéria: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-direito-humano-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-e-no-Brasil> © 2022 | Todos os direitos deste material são reservados ao NEXO JORNAL LTDA., conforme a Lei nº 9.610/98. A sua publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia é proibida., 26 ago. 2010a. Seção 1, p. 6

GIL, Carlos. **Métodos e Técnica de Pesquisa Social**. 7. ed .Barueri/:SP.2019,248p.

GLIESSMAN, S.R.Alcanzando la Sostenibilidad. In: GLIESSMAN, S.R.  
**Agroecología**: Procesos Ecológicos en Agricultura Sostenible. Turrialba, C.R.: CATIE, 2002, 303-318p.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 654 p.

HAVERRROTH, Celio; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **A Transição Agroecológica na Agricultura Familiar**. Curitiba/PR: Appris, 2016, 227p.

HILL, S. B. Redesigning the food system for sustainability. **Alternatives**, v. 12, p. 32–36, 1985.

## PANDEMIA, REDE DE MULHERES, E SAÚDE. UM OLHAR PARA O SERTÃO E CHAPADA DO ARARIPE/PE

Eliane Pereira de Almeida<sup>119</sup>

Luciano Pires de Andrade<sup>120</sup>

Marcus Metri<sup>121</sup>

**Linha de pesquisa:** Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-13>

### 1. Introdução

A pandemia evidenciou a importância dos saberes, articulação e mobilização de mulheres na resolução, mesmo que temporária, de problemas que são estruturais. Para entender as questões de gênero nesse tempo-espaço, faz-se necessário buscar no movimento da história como foi construído esse protagonismo nas engrenagens da vida social e familiar, o que é bem referenciado na obra organizada por Mary Del Priore no ano de 2004, intitulada “História das mulheres no Brasil”.

Essa discussão do protagonismo da mulher, e no sentido stricto sensu, o protagonismo das mulheres camponesas nos coletivos de mobilização social, foi tratado por Carneiro (1994) de forma a elucidar que, antes da década de 1980, a participação das mulheres do campo em espaços de discussão e deliberação dos movimentos sociais e sindicais, estava mais condicionada ao acompanhamento dos cônjuges, e numa esfera de tratos de situações sobre as condições de exploração ou expropriação as quais as famílias estavam inseridas. Não havia espaço de se discutir as questões inerentes ao ser mulher nessa conjuntura. A partir de 1980 essa realidade começou a ser, paulatinamente, modificada.

Em Giuliani (2004, p.540) encontra-se a descrição e discussão de como as mulheres trabalhadoras se organizavam para pautar questões que transcendia ao espaço doméstico, e que perpassava pelas instâncias sociais e políticas, quando se tratava do acesso a saúde e educação, por exemplo. A autora sinaliza que, em sua

---

<sup>119</sup> Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE), Vitória da Conquista/BA. E-mail: eliane.pav@gmail.com

<sup>120</sup> Professor Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE), Garanhuns/PE. E-mail: lucianopandrade@gmail.com

<sup>121</sup> Professor Doutor em Engenharia Agrícola (UFRPE), Recife/PE. E-mail: marcus.metri@gmail.com

maioria, foram nos grupos e reuniões da igreja católica, à luz da teologia da libertação, que as mulheres discutiam e sistematizavam suas pautas e tornavam uma ação da coletividade. Elas convocavam, mobilizavam, dirigiam e deliberavam sobre os assuntos que lhes eram pertinentes e necessários. Atualmente, as mulheres do campo têm se firmado em coletivos de fortalecimento de lutas e de identidades, fruto de um conjunto de fatores, dentre eles as políticas públicas e o associativismo.

O objetivo deste trabalho é analisar a capilaridade das ações desenvolvidas pelas mulheres no Sertão e Chapada do Araripe, em Pernambuco, durante o período de pandemia da COVID-19. Nesse interim, pretende-se identificar na sua historicidade, os fatores que contribuíram com suas formações enquanto lideranças comunitárias.

## 2. Metodologia

Este trabalho é um desdobramento discursivo e analítico da atividade interdisciplinar de imersão, realizada nos territórios do Sertão e Chapada do Araripe, de forma remota, no mês de março de 2021. A mesma foi organizada pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no curso de doutoramento.

Nessa atividade os/as participantes ministravam suas falas a partir de um tema central, e posteriormente, tecia-se uma roda de conversa orientada por perguntas a eles/as direcionadas, no sentido de adensar e ampliar o entendimento da realidade socializada.

Diante do exposto, este trabalho se predispôs a analisar o discurso de duas mulheres, a Vera Guedes e a Silvanete Lermen, participantes da imersão no webinar intitulado “**Sindemia e Convivência com o Semiárido**”. O caminhar metodológico fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), para tecer conjecturas acerca de suas realidades na perspectiva do gênero, mas sobretudo da participação político-social em seus territórios de vivências.

A abordagem da ACD se embasada em Fairclough (2019), relaciona, dialeticamente, discurso e práticas sociais, de forma que a linguagem referenciada é para além da verbalização. Como aporte metodológico fez-se pesquisa bibliográfica

e documental acerca dos temas sobre mulheres, redes e pandemia. O recorte temporal analisado é de março de 2020 a março de 2021, período foco das falas das participantes da imersão.

### 3. Resultados e discussão

O encontro de imersão aconteceu pouco mais de um ano do início do isolamento social no Brasil, por conta da pandemia da COVID-19, e quase 2 meses do início da vacinação em Pernambuco, em 18 de janeiro de 2021 (GONZAGA, 2021). Esse dado faz-se relevante, para situar no tempo e espaço, os discursos das participantes que se configuram objeto de análise neste trabalho.

Em 25 de março de 2021, Pernambuco havia registrado 2.786 novos casos da covid-19, totalizando 339.022, e, 11.853 óbitos. No município de Exu, onde reside a agricultora Silvanete Lermen, foram até essa data 2.136 casos leves de covid-19, e 66 casos graves, e em Ouricuri, município onde reside a Vera Guedes, registrou-se 1.429 casos leves da doença, e 127 casos graves.<sup>122</sup>

A pandemia se apresenta como mais um elemento da complexidade social da contemporaneidade, de proporção planetária, com impactos socioeconômicos visivelmente desiguais. No Brasil, antes mesmo da pandemia, já se lutava pela superação de mazelas intensificadas nos últimos 6 anos, que, na vida das mulheres, têm reverberações outras, para além da privação dos meios de existência digna, como a exposição à violência doméstica e social.

Santos et. Al. (2021) trouxe dados quantitativos da crescente vulnerabilidade das mulheres pernambucanas, no que tange aos registros de casos de violência doméstica e familiar, por meio de um comparativo dos primeiros semestres de 2019 e 2020. Seu estudo mostra como a conjuntura pandêmica com o isolamento social agravou e “escancarou” o cotidiano opressor o qual essas mulheres estão inseridas. Outra questão que se colou em evidência é que desde o início das políticas públicas de assistência e atendimento às mulheres, no ano de 2003, exatamente, há uma

---

<sup>122</sup> Boletim Covid-19, nº 387 – Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco. Publicação em 25 de março de 2021. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/boletim-epidemiologico-covid-19>.

inconstância e descontinuidade que fragiliza o acompanhamento desses sujeitos sociais, deixando-as em vulnerabilidade e desprotegidas. (BEVILACQUA, 2020)

Há ainda a desvalorização do trabalho feminino, e nesse sentido enfatiza-se a realidade das mulheres do campo, as quais sofrem uma espécie de mutilação da autoestima, e tolhimento das suas potencialidades enquanto ser no/do mundo. (FUNARI ET AL., 2020; CARDOSO ET AL., 2020)

Neste trabalho a vivência de duas mulheres, lideranças comunitárias, participantes de redes feministas na região do Sertão e Chapada do Araripe: a Vera Guedes e a Silvanete Lermen, são exemplos da busca pela superação das “amarras” acima mencionadas.

A Vera Guedes<sup>123</sup>, é militante feminista e educadora de medicina popular pelo Centro Nordestino de Medicina Popular (CNMP). Sua história perpassa pela Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), pelos coletivos SOS CORPO, Fóruns de Mulheres do Araripe e de Pernambuco; Grupo de Mulheres Jurema, Rede Aroeiras, dentre outros. É também apresentadora do programa Mulheres do Sertão na VP FM em Ouricuri, onde reside há quase 10 anos.

Um dos projetos que desempenha em rede, refere-se ao acolhimento de mulheres em vulnerabilidade social, no campo e na cidade. São mulheres vítimas de violência doméstica, e em adoecimento físico e mental, correlacionado com a rotina de desemprego/subemprego, fome e pandemia.

São realizadas reuniões de partilha e escuta, de sessões de autocuidado para o trato de enfermidades, por meio da fitoterapia. Sobre esses momentos Vera afirma que: “a gente (**o movimento**) tem considerado isso, uma importante atividade pra que nós não enlouqueçamos” (GRIFO NOSSO), pois a maioria das mulheres estão deprimidas. Essa fala coaduna essencialmente com o que disse a antropóloga Debora Diniz, em entrevista à Folha de São Paulo:

O mundo pós-pandemia vai ser um mundo em que os valores feministas vão fazer parte do nosso vocabulário comum. Porque a melancolia que estamos vivendo, da casa, da espera, do medo, da perda, da morte, colocou o **desamparo** no centro dos debates sobre política e economia. Nunca a economia falou tanto sobre desamparo

<sup>123</sup> Palestrante. Webinar: Sindemia e Convivência com o Semiárido. Atividade do I módulo do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

quanto agora. **E não há salvação se não criarmos mecanismos coletivos de amparo.** (DINIZ, 2020, grifo nosso).

A outra existência e militância aqui considerada é a de Silvanete Lermen<sup>124</sup>, agricultora agroflorestal, residente no município de Exu, na Chapada do Araripe. É integrante da Associação dos Agricultores Familiares da Serra dos Paus Doia (AGRODOIA), do Movimento de Mulheres Quilombolas, do Centro Nordestino de Medicina Popular, das redes Aroeiras e ASA, por meio da Organização CAATINGA.

Silvanete relatou que no início da pandemia, “foi o período que a AGRODOIA foi mais provocada a se mexer”, pois, “eu sempre falo que a pandemia, [...] chega num processo de nos provocar para uma responsabilidade maior. Qual é a minha responsabilidade nesse momento?”.

Essa inquietação da agricultora se desdobrou em um trabalho comunitário no enfrentamento autônomo do coronavírus, principalmente pelas mulheres da AGRODOIA. Dentre as ações desenvolvidas destaca-se a confecção e distribuição de máscaras, produzidas com tecidos de lençóis usados (pois era o que se tinha no momento). Também foi implementado um monitoramento domiciliar, divulgando os protocolos necessários e adequados de higiene preventiva, além de explicarem sobre o que era a pandemia e o vírus. Para isso, adotaram uma metodologia simples de comunicação com as famílias, por meio de analogias que fosse mais fácil a compreensão, como tratar a quarentena como sendo um período de fortalecimento físico e espiritual para o por vir; e a covid-19 como uma forte gripe que podia desenvolver a pneumonia.

As mulheres ainda protagonizaram o preparo e a distribuição de lambedores naturais (xaropes caseiros), com plantas medicinais, no intuito de fortalecerem seus corpos, e isso requereu acessar memórias e vivências passadas, que foram se perdendo com os anos. Essa articulação se configurou enquanto um movimento potente de espiritualidade e saberes, e de sinergia.

---

<sup>124</sup> Palestrante. Webinar: Sindemia e Convivência com o Semiárido. Atividade do I módulo do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

falar do processo de resistência e de continuidade, no processo aonde nós estamos nesse momento, [...], é olhar a importância [...] da história de um povo organizado em organizações, em redes, e o quanto, num processo de pandemia [...], faz diferença. A diferença de, se você vai morrer ou viver, se faz quando se tem também povo comprometido, instituições comprometidas, com a vida!” (AGRICULTORA SILVANETE, 2021).

Percebe, nos discursos das participantes, menções às organizações da sociedade civil e coletivos sociais que lhes são essenciais para a luta por garantia de direitos e da cidadania. Notoriamente é possível observar como a história dessas duas militantes foram, e são forjadas pela existência desses coletivos, por vezes imbricados entre si. Estarem inseridas nos coletivos acima mencionados como os fóruns de mulheres, associações, movimentos sociais e redes, como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) por meio das organizações que a compunha, possibilitou uma lapidação dessas mulheres na liderança de ações nos espaços de incidência de suas ações concretas.

Existe uma movimentação de expansão dos coletivos e redes femininas, frente a necessidade de se fortalecerem mutuamente, principalmente quando há entre si compreensões de mundo que se assemelham, “a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania”. (WARREN, 2006, p.113-114)

A análise do discurso dos sujeitos sociais considerados nesse trabalho, traz à tona a urgência de se ampliar e aprofundar a análise do trabalho feminino protagonizado nos territórios, junto as redes que também se configuram como apoio, sejam nas dimensões da rotina doméstica, familiar, econômica e/ou política.

O método utilizado da Análise Crítica do Discurso, segundo a escola francesa, permitiu compreender no discurso proferido por Vera e Silvanete, as várias camadas de suas realidades, através das falas, imprimindo-lhes significância e significados.

## 5. Conclusões

O referido trabalho reforça a assertiva de que a identificação e sistematização da existência do protagonismo feminino, seja em quaisquer territórios, é fundamental para socializar a multidimensionalidade do trabalho que as mulheres tecem em rede.

Nessa perspectiva, as realidades apresentadas nas imersões, que se convergiram em similitude, demonstraram o quanto a atuação das mulheres, organizada em coletivos, foram substanciais no estado de Pernambuco, especialmente no período pandêmico.

Ambas, demonstraram entender que não foi a pandemia, per si, que causou toda as complexidades do que se define “mundo feminino”. Suas exposições são, com uma qualidade inconteste, política. Demonstrarão conhecimento dos limites de suas mobilizações, articulações e ações concretas, e também por isso, buscam na conexão em redes e coletividades, superar o status quo de suas realidades, e quiçá do sistema estrutural, tecendo uma rede de solidariedade e empatia feminina.

## 6. Referências

BEVILACQUA, P. D. **Mulheres, violência e pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/artigo-mulheres-violencia-e-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em 18 jun. 2022.

CARDOSO, E.; JALIL, L.; MOREIRA, S. **A Revolução Silenciosa dos Quintais Agroecológicos das Mulheres**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, Nº 2, 2020

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos sociedade e agricultura**. Jul.1994, p. 11-22.

DINIZ, D. **Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum**. Folha de São Paulo. São Paulo, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/40897/2/MundoPosPandemia.pdf>. Acesso em: 18 de jun.2022.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. (org.) 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Análise Crítica do Discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação**. Policromias. Dez./2019, ano IV, p. 32-51.

FUNARI, J. N.; JALIL, L. M.; MORAES, L. L; et al. **Uso do tempo e as mulheres rurais: a construção de outras metodologias a fim de propiciar a visibilidade e valorização dos trabalhos das mulheres**. Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, V. 15, Nº 3, 2020.

GIULIANI, P. C. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. (org.) 5. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2004, p.536-558.

GONZAGA, V. **Pernambuco inicia vacinação contra covid-19 na noite desta segunda (18)**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/18/co->. Acesso em 16 jun.2022.

PERNAMBUCO. Secretaria de Saúde. **Boletim COVID-19**. Comunicação SES/PE. Nº 387. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/boletim-epidemiologico-covid-19>. Acesso em 16 jun. 2022.

SANTOS, E.T.M; OLIVEIRA, C.M; PIMENTEL, D.R; et al. Violência doméstica contra a mulher e isolamento social durante os estágios iniciais da pandemia COVID-19 em Pernambuco. **Revista Feminismos**. v. 9, n.1, jan/abr. 2021. ISSN: 2317-2932.

WARREM, I. S. Da mobilização às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, nº. 1, p. 109-130. jan/abr. 2006.

## SAÚDE DA MULHER SERTANEJA E O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Rafaela Rodrigues Lins<sup>125</sup>  
 Tarcísio Augusto Alves da Silva<sup>126</sup>  
 Lourinalda Luiza Dantas da Silva<sup>127</sup>  
 Wagner Lins Lira<sup>128</sup>

**Linha de Pesquisa:** Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-18>

### 1. Introdução

O acesso à saúde nos municípios mais afastados dos médios e grandes centros urbanos é marcado pela precariedade ou ausência da oferta de serviços e estrutura capazes de atender à população que mais necessita (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Esse fato tem se agravado devido à pandemia ocasionada pela contaminação causada pelo vírus SARS-CoV-2.

Em se tratando das comunidades rurais tem-se que pensar como elas conseguiram elaborar estratégias para lidar com a pandemia. Segundo Heredia e Cintrão (2006), o atendimento de saúde para a população rural é feito de forma desigual, quando comparada com a população urbana, ainda segundo a autora, as mulheres sertanejas são as mais prejudicadas, pois se observa uma carência de políticas públicas específicas para elas, principalmente, aquelas voltadas para a saúde.

Dada às características do território sertanejo (baixa precipitação de chuvas, alto índice de insolação, vegetação de caatinga, culturas e povos diversificados), muitos elementos motivam o estudo das populações que nele residem, em especial as mulheres, que são historicamente desassistidas em termos de acesso a políticas públicas sociais, educacionais e de saúde (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

<sup>125</sup> Mestra. Doutoranda no PPGADT. Universidade Federal Rural de Pernambuco. rafaela.lins@ufrpe.br

<sup>126</sup> Doutor. Professor colaborador do PPGADT. Universidade Federal Rural de Pernambuco. tarcisio.asilva@ufrpe.br

<sup>127</sup> Doutora. Professora da UAST. Universidade Federal Rural de Pernambuco. lourinalda.silva@ufrpe.br

<sup>128</sup> Doutor. Professor permanente do PPGADT. Universidade Federal Rural de Pernambuco. wagner.lira@ufrpe.br

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar os principais problemas de saúde enfrentados pelas mulheres residentes no território do Sertão do Araripe e quais as ações são desenvolvidas para elas, principalmente, em tempos de pandemia.

## 2. Referencial Teórico

A pandemia é um problema real que atinge a todos, porém, o número maior de casos é registrado dentre os indivíduos das classes sociais mais baixas, incluindo pretos, pardos e indígenas. Um problema social que deriva da pandemia é o aumento do desemprego, pois várias empresas precisaram fechar suas portas por não haver consumidores, aumentando o número de pessoas nas ruas. Em paralelo, observa-se uma resistência do Governo Federal para estimular a população a se proteger do vírus, como o não incentivo ao uso obrigatório das máscaras e negligência quanto à imunização. Todo esse cenário é complementado com o corte de investimentos em saúde.

Analisando o contexto atual brasileiro, é possível afirmar que o país está vivendo uma sindemia, até porque o impacto nas condições de vida e no meio ambiente, somam-se aos problemas de saúde, e, além da COVID-19, pode-se citar a dengue, zika e a chikungunya que junta-se a outras comorbidades encontradas na população como diabetes e hipertensão, agravando os problemas da saúde pública brasileira (CEE, 2021).

Sendo assim, qualquer problema de saúde pode afetar a rotina de toda família, mas, principalmente, a da mulher sertaneja, pois esta é protagonista da produção familiar, desenvolve atividades de artesanato, cuida da horta, da roça, beneficia frutas, verduras, pescados e na sua casa cria animais de pequeno porte. Ela é responsável por cuidar das crianças, dos doentes e dos idosos e ainda da manutenção da casa. Acorda primeiro que todos e é a última a se recolher, deixando todos os afazeres organizados para o dia seguinte (FERREIRA, 2016).

### 3. Metodologia

Para atingir o objetivo deste trabalho foram utilizadas referências sobre o tema, bem como o conteúdo das palestras realizadas durante a atividade “Imersão no Sertão do Araripe” desenvolvida pelo Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE) no período de 25 a 27 de março de 2021. No entanto, os dados analisados são provenientes das experiências apresentadas na atividade, pelos expositores(as) residentes nos municípios de Exu-PE e Jardim-CE, nos dias 25 a 27 de março de 2021.

A imersão do PPGADT/UFRPE é uma aula prática interdisciplinar, que promove a interlocução com os parceiros dos territórios estudados, fazendo parte da carga horária prática das disciplinas ofertadas no semestre vigente.

### 4. Resultados e Discussão

Medeiros (2010) apresenta dados de uma pesquisa realizada com moradores e moradoras do Sertão do Araripe, onde identificou os problemas de saúde mais recorrentes, sendo eles: irritação nos olhos, sangramento do nariz, tosse, cansaço, irritação na pele, falta de ar, doença respiratória pregressa. 55% das respondentes da pesquisa foram mulheres e após análise das respostas, percebeu que a população feminina é a mais afetada com problemas de saúde, estando a irritação dos olhos, a tosse, o cansaço, a irritação na pele e falta de ar como as patologias mais citadas.

Outros problemas sociais relacionados à saúde da mulher encontrados no território são derivados de situações de desemprego. No entanto, quando empregadas as mulheres são mal remuneradas, ocasionando problemas como depressão e ansiedade, levando-as a automedicação, uma vez que às atividades profissionais somam-se ao contexto do trabalho doméstico, as particularidades da vida no semiárido e a escassez de profissionais de saúde para atender as comunidades do território (Informação verbal de V.A.)<sup>1</sup>. Todos esses dados não podem descuidar do fato de que ocorrem em um período de pandemia, fazendo com que eles sejam ampliados, uma vez que esta realidade tende a recortar a experiência feminina no território.

Um fator que chama atenção é o aumento de casos de mulheres que estão sofrendo violência doméstica atrelados aos elevados índices de feminicídio, pois não há delegacias especializadas em crimes contra a mulher no território. Este aumento nos índices de violência contra a mulher deriva do fato das mulheres em tempos de pandemia estarem passando mais tempo nas suas casas com os seus companheiros (Informação verbal de M.S.B.S.L.)<sup>2</sup>.

Além disso, outro problema de saúde identificado na região é o fato de não haver uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em cada comunidade. Na imersão foi apresentada a experiência da Comunidade Quilombola do Matuto, localizada na Serra Boca da Mata, no município de Jardim – Ceará. As mulheres residentes nesta comunidade precisam se deslocar para outras localidades para receber atendimento especializado (Informação verbal de J.P.L.)<sup>3</sup>.

Isso é motivo de preocupação, pois, caso haja necessidade de uma urgência ou emergência, devido à pandemia, por exemplo, estas mulheres precisam se deslocar para cidades vizinhas que tenham um hospital de referência e muitas vezes é necessário solicitar à Secretaria de saúde do município um automóvel para realizar este percurso. Assim, caso haja demora no procedimento pode levar ao agravamento do quadro clínico do enfermo. Na comunidade citada residem cerca de 289 famílias (Informação verbal de J.P.L.)<sup>3</sup>.

A equipe multidisciplinar que atende as mulheres na Comunidade Quilombola do Matuto é composta por uma médica, uma enfermeira, uma técnica de enfermagem e uma dentista, que convivem com a falta de material para realizar os atendimentos de forma correta. Esta equipe se desloca uma vez por semana para realizar estes atendimentos, cabendo ressaltar que por muito tempo não havia um local apropriado para estes atendimentos serem realizados, fato resolvido a partir de reivindicações dos moradores do Quilombo, que atualmente precisam percorrer apenas 20 km para chegarem ao local do atendimento (Informação verbal de J.P.L.)<sup>3</sup>.

Diversas ações encontradas no Sertão do Araripe são desenvolvidas, visando melhorar a qualidade de vida das mulheres que ali vivem. Estas ações são oferecidas pelas lideranças comunitárias do Centro Nordestino de Medicina Popular (CNMP), do Grupo de Mulheres Jurema e do Fórum de Mulheres. Como exemplo, pode-se citar as reuniões de acolhimento realizadas pelas lideranças, nas quais as mulheres

recebem massagem relaxante e também visitas em suas residências, principalmente, quando apresentam algum sintoma de depressão (Informação verbal de V.A.)<sup>1</sup>.

Um instrumento importante utilizado pelas lideranças femininas locais é o programa de rádio transmitido aos sábados, que versa sobre temáticas como saúde, violência, direitos humanos e feminismo. Essas ações de saúde se fortalecem cada vez mais por processos de resistência, lutas e movimentos realizados por estas mulheres, principalmente pelo fato de desenvolverem as atividades em rede, proporcionando a união de pequenos grupos de mulheres, fazendo com que se comuniquem, mesmo estando geograficamente distantes. (Informação verbal de V.A.)<sup>1</sup>.

Outros grupos se destacam na realização dessas ações de saúde para a mulher, como a Associação dos/as Agricultores/as Familiares da Serra dos Paus Doias (AGRODÓIA), o Grupo AROEIRA, Grupo Jurema, e tanto outros que juntos buscam proporcionar uma melhor qualidade de vida para as mulheres residentes no Sertão do Araripe (Informação verbal de M.S.B.S.L.)<sup>2</sup>.

É importante citar as práticas agroecológicas que as mulheres residentes na região desenvolvem, são plantados no quintal das suas casas diversos tipos de plantas medicinais, condimentares e alimentícias, utilizadas para a cura de doenças, tendo em vista que o acesso à saúde não é imediato. No relato citado durante a atividade foi apresentado o registro de apenas quatro casos de COVID-19 na Comunidade Serra dos Paus Doia - PE, a justificativa informada foi que todos os residentes da comunidade utilizam remédios feitos em casa, como lambedores, de forma preventiva (Informação verbal de M.S.B.S.L.)<sup>2</sup>, revelando a importância da valorização dos conhecimentos da medicina popular.<sup>129 130 131</sup>

## 5. Conclusões

<sup>129</sup>Fala de V. A., Educadora do Centro Nordestino de Medicina Popular- CNMP e liderança do Fórum de Mulheres Jurema do Sertão do Araripe na aula de imersão no doutorado de Agroecologia da UFRPE em 25 de mar. 2021

<sup>130</sup>Fala da sócia e administradora M. S. B. de S. L. da Associação dos/as Agricultores/as da Serra dos Paus Doias-Agrodoia, Exu, Pernambuco, em 25 de mar. 2021.

<sup>131</sup>Fala de J. P. L., liderança da Comunidade Serra Boca da Mata, Jardim, CE, na aula de imersão no doutorado de Agroecologia da UFRPE, em 25 de mar. 2021.

Sabe-se que o acesso à saúde é condição principal para uma melhor qualidade de vida, seja na cidade ou no campo, os serviços de saúde no campo são necessários para que a população seja assistida de forma rápida e eficaz, principalmente durante a pandemia.

Após analisar a fala de todos que participaram do momento de imersão, ficou evidente que as mulheres do Sertão do Araripe encontram diariamente várias dificuldades, destacando-se as relacionadas a falta de serviços de saúde, falta de políticas públicas específicas e assistência técnica especializada. Ressalta-se que alguns problemas de saúde são derivados da poeira do gesso e da falta de assistência médica, tudo isso agravado com a pandemia da Covid-19.

Também ficou claro que estas mulheres podem contar com uma rede de parceiros que se articulam para minimizar estes problemas com o propósito de melhorar a qualidade de vida. Cabe ressaltar que o estudo da saúde da mulher no Sertão do Araripe não se esgota aqui, devendo ser levado para debates futuros.

## 6. Referências

CEE – **Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ**. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264> Acesso em 16/04/2021.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: Feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 244-262, 2016.

HEREDIA, Beatriz, Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera Presidente Prudente**, Ano 9, n. 8 – Janeiro/Junho de 2006 – pp. 1-28 - ISSN 1806-6755.

MEDEIROS, M. et al. A saúde no contexto do pólo gesso de Araripina-PE. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n, 2p.358-370, 2010.

## SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA AGRICULTORES NO SERTÃO DO MOXOTÓ DE PERNAMBUCO

Alexsandra Maria da Silva<sup>132</sup>

Tania Maria Sarmento da Silva<sup>133</sup>

**Linha de Pesquisa:** ambiente, saúde e sistemas agroalimentares

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/1173686.6-16>

### 1. Introdução

Os sistemas agroalimentares sustentáveis proporcionam mudança de hábitos alimentares, e eleva o nível de consciência sócio ambiental de agricultores/as.

A agroecologia tem contribuído para o alcance desta mudança no Sertão do Moxotó de Pernambuco, agricultores que utilizavam agrotóxicos na produção de alimentos e utilizavam práticas de monocultivo, estão transitando para uma produção limpa e responsável, diversificada e planejada de acordo com a necessidade da família e de forma continuada (SERTA, 2021).

Esta análise, foi a partir do acompanhamento técnico e pedagógico a 20 de 40 agricultores das cidades de Manari e Ibimirim, através de um projeto Semiárido Sustentável desenvolvido recentemente pelo o SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa com duração de 12 meses, e financiado pela Fundação Banco do Brasil (SERTA, 2021).

Os sistemas agroalimentares contaram com implementação de ecotecnologias de baixa emissão de carbono, como aquaponia, bioágua, além de sistema de irrigação, implantação de pequenos sistemas agroflorestais, farmácias vivas, manejo de solo e de plantas, levando em consideração as seguintes seguranças: nutricional, energética, hídrica e de nutrientes.

O envolvimento da família, na construção e na mudança do modus operandi, na forma de produção de alimentos para garantia alimentar da família e de outros

---

<sup>132</sup> Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. PPGADT/UFRPE. E-mail: alexsandra@serta.org.br.

<sup>133</sup> Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: tania.sarmento@ufrpe.br.

consumidores, através de feiras agroecológicas que foram implementadas nestes dois municípios (Ibimirim e Manari), eles passaram a acreditar em outros valores, como: saúde dos seus familiares, respeito ao meio ambiente, cuidado com a água, solo, animais, diversificação de alimentos, geração de renda e qualidade de vida.

Percebe-se que há uma deficiência hídrica no semiárido, mas isso não impediu estes agricultores de experimentar o diferente, o novo, o que para muitos tornava-se inacreditável. Essa prática de implementação de sistemas agroalimentares saudáveis, vem proporcionando ganhos avaliados por eles satisfatórios, transmitidos em depoimentos, como: não compro mais hortaliças, frutas, plantas medicinais para chás e xaropes, algumas raízes e tubérculos; não utilizo mais veneno para produzi-los, não deixo mais o solo descoberto, assim, como utilizo roupas para me proteger do sol e do vento, o solo também precisa, e onde usei matéria orgânica as plantas se desenvolveram melhor (informação verbal)<sup>134</sup>.

Todo o processo de formação desenvolvido através das semanas pedagógicas, o acompanhamento técnico a cada agricultor/a, os intercâmbios realizados para conhecer outros sistemas agroalimentares na unidade de ensino do SERTA, fomentou o alcance destes possíveis resultados apresentado nesse texto, onde o objetivo desta vivência junto aos agricultores foi, em que eles passaram a acreditar durante e depois deste projeto? E o que foi possível colocar em prática a partir desta vivência e desta crença?

## 2. Referencial teórico

A alimentação e os hábitos alimentares são parte do processo civilizatório, identificar os hábitos alimentares permite conhecer a identidade e o modo de vida de uma determinada sociedade (PREISS, 2020 p.9).

Desta forma, dar para perceber e entender quais problemas os grupos sociais enfrentam quando se encontram em situação de insegurança alimentar. Portanto, o acesso aos alimentos, sua qualidade, a quantidade e a cultura alimentar são

---

<sup>134</sup> Informação fornecida pelo coordenador do projeto Semiárido Sustentável, Leandro Carvalho, em Ibimirim, 2022.

elementos decisivos para que as sociedades humanas possam alcançar bem estar material e satisfação de suas necessidades culturais (PREISS, 2020 p.9).

Alimentação também é agroecologia, nesta coevolução dos sistemas ecológicos, sociais e econômicos e, nessa fusão, entre os estudos camponeses e as ciências naturais (GUZMÁN, 2005).

Neste sentido, um dos elementos-chave que a agroecologia proporciona em campo é o protagonismo e a emancipação dos agricultores sem desconsiderar que essa formação é conduzida pelo extensionista. A perspectiva transdisciplinar, incluindo o diálogo de saberes entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, é necessária e primordial para resolução de problemas no campo da agroecologia. Se esse diálogo não acontece, deixa de ser ATER de base agroecológica e volta a ser ATER convencional como se fosse um serviço para eles e não construído com eles (CAPORAL, 1998).

Para Altieri (1992), o desenvolvimento rural por meio da agroecologia enfatiza a conservação, as opções culturais e estratégias agrícolas para o futuro. Em consequência, reduz os efeitos prejudiciais, diferentemente dos enfoques que a ciência agrícola convencional apresenta em sua aplicação.

Esta compreensão também é tida pelo terceiro setor que desenvolve os serviços de ATER com base nesses princípios e com ações de aprendizagem que envolvam e contemplem os agricultores familiares na sua base. Dentro desse movimento de transformação, está o SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa, instituição que trabalha com a mudança de vida da agricultura familiar no Estado de Pernambuco há quase três décadas. Agroecologia se configura como um agente para as mudanças sociais, culturais e ecológicas que necessitam se manter no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável com reconhecimento mundial (GLIESSMAN, 2001).

### 3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como pesquisa-ação, houve um planejamento para vivenciar o Moxotó, especificamente as cidades de Ibimirim e Manari, foram realizadas visitas in loco, para 20 agricultores em 09 comunidades, dentro de um universo de 40

agricultores de 19 comunidades, que estava recebendo os serviços de ATER de base agroecológica através do SERTA.

As visitas transcenderam as propriedades rurais dos agricultores e agricultoras, conhecemos as feiras agroecológicas implantadas nestes municípios como espaço de comercialização, as ecotecnologias implementadas onde garante a segurança alimentar e nutricional das famílias, tanto a aquaponia que provêm de um sistema integrado de produção de alimentos e o sistema de tratamento de águas cinzas, bioágua.

A pesquisa-ação foi desenvolvida de forma participativa entre a pesquisadora e agricultores e agricultoras familiares pesquisadas, pesquisadora e equipe técnica do SERTA. Os pontos abordados foram acerca das transformações que houveram na vida destes sujeitos, considerando as condições sociais, ambientais e econômicas, como também de conhecer a região, a história do lugar, das pessoas, culturas, identidade, saberes e sabores a partir do diálogo com estes sujeitos (agricultores e agricultoras), por meio de conversação e sistematização.

#### **4. Resultados e discussão**

Agricultores/as, participando das feiras agroecológicas com excedente de sua produção de alimentos de base agroecológica, no total de 10 (dez) agricultores, cinco participando em cada feira, nos municípios de Ibimirim e Manari.

Comercialização de porta a porta, também foi uma iniciativa identificada por três agricultores feirantes no município de Manari. Diversificação dos produtos que estavam sendo comercializados e melhorando a sua renda financeira.

Segundo Lima et al. (2019), a feira agroecológica, transcende a comercialização, ela incentiva a mudança no hábito alimentar e estabelece diálogo e integração cultural entre as comunidades, universidades, clientes e agricultores, contribuindo para uma prática cidadã e ecologicamente sustentável.

Em relação a segurança alimentar e nutricional, a produção diversificada, proporcionou maior variedade na mesa do agricultor/a, assim como em alguns relatos, houveram redução de casos de gripe e resfriado.

No que tange às questões socioambientais, percebe-se mais cuidado com o solo, a água, as plantas, não utilizando veneno e nem deixando o solo sem matéria orgânica. Foi verificado também o envolvimento de filhos, genros participando não só da produção de alimentos como da comercialização juntamente com os pais, assim também, o aumento do grau de interação entre vizinhos, entre consumidores e clientes na feira e entre os demais agricultores/as.

Foi perceptível a transformação na vida destes agricultores/as, no processo de vivência eles dizem que não acreditavam que estas atividades de ATER de base agroecológica fosse dar certo, porque desde crianças viam os pais utilizando veneno na plantação, e cresceram entendendo que para combater o mato teria que usar veneno, teria que fazer queimadas, e que dessa forma gastava menos dinheiro com diarista e a lavoura dava boa, quando colhiam tinha um lucro bom.

De repente chega aqui esse povo, dizendo que esse veneno faz mal para a nossa saúde, a do solo, da água e do ar, não acreditamos, mas deixei eles fazerem o serviço deles só por curiosidade, e não é que deu certo, hoje eu não compro mais hortaliças, já estou comendo banana, mamão, assim também colhendo acerola, cana de açúcar com a água do bioágua. Estou até levando os produtos que sobra no meu sítio para vender na feira agroecológica! Meu marido e meus filhos agora estão me ajudando, porque viram que deu certo e já estamos colhendo os frutos (informação verbal)<sup>135</sup>.

Observa-se que os sistemas agroalimentares implementados uniu as pessoas das famílias, construiu conhecimentos, fomentou encontros de gerações, de trocas de saberes e de sabores, de empoderamento das mulheres, de valores ancestrais, do entendimento da biodiversidade, de mudanças de circunstâncias, econômicas, sociais e ambientais.

---

<sup>135</sup> Informação fornecida pelo coordenador do projeto Semiárido Sustentável, Leandro Carvalho, em Ibimirim, 2022.

## 5. Conclusões

Ao término deste trabalho, foi percebido mudanças nas comunidades, territórios e na vida das famílias, com os sistemas agroalimentares implementados e orientação técnica contextualizada. Mesmo em pouco tempo, equipe reduzida para atender todas as demandas projetadas, e a pandemia da COVID-19, foi alcançado resultados significativos e impactantes na vida dos agricultores e agricultoras.

Os sistemas agroalimentares tem esta pegada, de trabalhar alimentação, água, solo, mais sobretudo a consciência das pessoas, através não só da teoria como também da prática. E ainda se tratando do semiárido que conta com suas especificidades que precisa serem consideradas: chuvas escassas, temperatura do mar que é mais baixa em relação a outras regiões e isso colabora para a seca, dificultando sobretudo a produção de alimentos de forma continuada.

Foi percebível, que o SERTA conseguiu entrar não só nas unidades produtivas destes agricultores e construir outros modos de vida de forma sustentáveis junto as famílias, mas entrar na vida destas pessoas, gerando credibilidade através de trabalhos feito com compromisso social, ambiental e cultural, e ao mesmo tempo organizacional. Tudo isso é fruto de um trabalho quando é desenvolvido com as pessoas, e valorizando sua história, sua cultura, seu lugar e as condições sociais, econômicas, culturais e ambientais.

## 6. Referências

ALTIERI, M. **Biodiversidad, agroecología y manejo de plagas**. Valparaíso: Cetal, 1992.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 516f. Tese de Doutorado. (Instituto de Sociología y Estudios Campesinos). Universidad de Córdoba, Córdoba: Espanha, 1998.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PREISS, P. V; SCHNEIDER, Sergio; SOUZA, G. C. (Org.). **A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. 275 p.

LIMA, R.T; CARNEIRO, A.M; XAVIER, J.N.S; SOUZA, S.L. **A inclusão da agricultura familiar no campus**: troca de saberes na Feira Agroecológica da Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conimas-e-conidis/2019/TRABALHO\\_EV133\\_MD1\\_SA35\\_ID667\\_01112019003203.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conimas-e-conidis/2019/TRABALHO_EV133_MD1_SA35_ID667_01112019003203.pdf). Acesso em 10 jun. 2022.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecología y agricultura ecológica**: hacia una “re” construcción de la Soberanía Alimentaria. Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

SERTA. **1º Relatório do Projeto Semiárido Sustentável, Mobilização e Ação para Sustentabilidade**. Convênio de nº 20.255/Fundação Banco do Brasil. 2021.